

ESFERA PÚBLICA NA ERA DOS ALGORITMOS

MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA, EXPERIÊNCIA
PÚBLICA E FUTURO DA DEMOCRACIA

JOÃO CARLOS CORREIA
BRANCO DI FÁTIMA
INÊS SALVADOR
HAPHISA MUGNAINI
[EDS.]



**LAB
COM**
LABORATÓRIO DE
COMUNICAÇÃO
UBI

ESFERA PÚBLICA NA ERA DOS ALGORITMOS

MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA, EXPERIÊNCIA
PÚBLICA E FUTURO DA DEMOCRACIA

JOÃO CARLOS CORREIA
BRANCO DI FÁTIMA
INÊS SALVADOR
HAPHISA MUGNAINI
[EDS.]

Ficha Técnica

Título

Esfera Pública na Era dos Algoritmos: Mediação algorítmica, experiência pública e futuro da democracia

Editores

João Carlos Correia, Branco Di Fátima,
Inês Salvador e Haphisa Mugnaini

Editora Labcom

www.labcom.ubi.pt

Coleção

Livros de Comunicação

Direção

Gisela Gonçalves

Design Gráfico

Cristina Lopes
Sara Pedrais

ISBN

978-989-9229-69-3 (papel)

978-989-9229-70-9 (pdf)

Dep. Legal

565340/26

Tiragem

Print-on-demand

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama
6201-001 Covilhã
Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, 2026

© 2026, João Carlos Correia, Branco Di Fátima, Inês Salvador
e Haphisa Mugnaini.

© 2026, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.



Índice

Prefácio	
João Carlos Correia	11
PARTE 1 - ENSAIOS	17
Publicness as an energetically sustained formation	19
Slavko Splichal	
Democracia e racionalidade comunicativa na sociedade digital: a possibilidade de garantia da dimensão pública na esfera plataformizada	37
Heitor Rocha	
Do totalitarismo à colonização algorítmica: crise do juízo e do mundo comum	51
João Carlos Correia	
PARTE 2 - RACIONALIDADE ALGORÍTMICA	65
Um algoritmo para (ou contra) a democracia	67
Bruno Serra	
Risco sistémico e mediação algorítmica: como preservar deliberação pública sobre o uso da inteligência artificial na esfera pública	85
Fernando Rodrigues Peres e Edina Regina Pugas Panichi	
Algo-rítmico: a forma como o facebook formata as relações sociais com perfis de IA	105
Herlander Elias	
Discurso de ódio na esfera digital: algoritmos discriminatórios, propulsores de processos de geração de conflitos na opinião pública	111
Juliana Moroni e Inês Amaral	
O povo puro na era dos algoritmos: populismo, média e imigração em Portugal	131
Lourenço Silva Ferreira	

Data literacy e dark data : reflexões sobre o impacto na crise climática a partir do ciclo de vida dos dados	153
Marcelo Goberto de Azevedo; Mariângela Spotti Lopes Fujita e Marcelo Fernandes de Oliveira	
Não é o algoritmo, és tu: desconstruindo o mito do controlo algorítmico da esfera pública	177
Ricardo Morais	
Psicopoder e estética algorítmica: a crise sensível da esfera pública	203
Gil Baptista Ferreira	
PARTE 3 - A ESFERA PÚBLICA DIGITAL	223
Comunicação, inteligência artificial e pessoas com deficiência: autonomia nas relações com a esfera pública	225
Thaiane Firmino da Silva	
O pensamento como ferramenta da ação e o lugar da emoção na comunicação digital	245
Pedro Pinto de Oliveira e Jéssica Bastos	
Lost media no equador: uma análise netnográfica das comunidades de webraiders e prosumidores no ecossistema digital	259
Luis Cuellar López e Jorge Cruz-Silva	
O cidadão na esfera pública digital: desafios da economia da atenção e a proposta de mídia a serviço do público de christian fuchs	271
Minéia Gomes Oliveira	
Para silenciar os vigilantes: discurso de ódio como arma de censura do jornalismo	283
João Lima e Branco Di Fátima	
Chega do CHEGA: rompendo bolhas digitais na esfera pública portuguesa	301
Maria Eduarda Costa e David Galdes Santos	

Internet, desinformação e democracia: um estudo comparativo sobre o Brasil entre 2015 e 2025	319
Gabriela Holevegem de Almeida e Lucas Guilherme Ambrosio de Lima	
A IA no jornalismo brasileiro: uma análise dos princípios editoriais	333
Carlos Renan Samuel Sanchotene e Matheus Antônio Vieira	
Conservadorismo de plataforma : estudo de caso comparativo quanto às estratégias de viralização e engajamento digital desenvolvidas por agentes políticos conservadores no facebook durante as eleições de 2022	353
Leonardo Faustino Pereira	

Prefácio

A esfera pública contemporânea encontra-se no centro de uma transformação estrutural que ultrapassa a circulação de conteúdos e atinge as próprias condições de visibilidade, inteligibilidade e partilha do mundo comum. A digitalização generalizada da comunicação, a plataformização da vida social e a mediação algorítmica reorganizam os regimes de atenção, a experiência sensível e os modos de formação da opinião pública. Neste contexto, as comunicações reunidas no seminário Esfera Pública na Era dos Algoritmos que decorreu nos dias 6 e 7 de novembro de 2025 na Universidade da Beira Interior oferecem um diagnóstico plural e interdisciplinar de uma mutação infraestrutural que desafia as categorias clássicas da teoria democrática e da sociologia da comunicação.

A tradição moderna da esfera pública, tal como formulada por Jürgen Habermas, assentava na possibilidade de formação discursiva da opinião e da vontade, ancorada em publicidade, argumentação e reciprocidade. A reconfiguração digital deste espaço desloca o centro de gravidade da comunicação pública: a visibilidade deixa de ser regulada por critérios editoriais e passa a ser modulada por sistemas automatizados orientados por métricas de retenção, envolvimento e previsibilidade comportamental. Neste novo regime, a mediação algorítmica não apenas organiza a circulação da informação, mas redefine as condições de aparecimento público e os próprios critérios de relevância. Neste contexto, os algoritmos deixam de operar como meros instrumentos técnicos e passam a atuar como agentes culturais e normativos que organizam a visibilidade e moldam

relações sociais (v. Elias), enquanto os sistemas de moderação e governança de plataformas introduzem novas formas de normatividade invisível e regulação privada do discurso público (v. Pereira).

Esta transformação deve ser compreendida como um fenómeno sistémico. A centralidade das plataformas introduz riscos ontológicos, epistémicos, pragmáticos e normativos para a deliberação pública, decorrentes da opacidade infraestrutural, da assimetria informacional e da privatização da hierarquia do visível (v. Peres e Panichi). O que está em jogo não é apenas a veracidade do conteúdo, mas a reorganização das condições de verificabilidade, autenticidade e pluralismo que sustentam a própria possibilidade de um espaço público partilhado.

A economia política da comunicação digital constitui outro eixo estruturante destas mutações. A transformação da atenção em recurso económico e dos dados em mercadoria inscreve a comunicação no regime do capitalismo de vigilância e nas dinâmicas de colonização comunicacional (v. Oliveira). A esfera pública torna-se, assim, um ambiente atravessado pela comercialização algorítmica e pela vigilância unilateral, exigindo novos modelos institucionais capazes de restaurar a autonomia comunicacional e o financiamento público da comunicação.

A mutação da esfera pública é também política. A combinação entre lógica mediática, racionalidade algorítmica e populismo favorece a simplificação discursiva, o antagonismo moral e a dramatização simbólica (v. Silva Ferreira). As câmaras de eco e os mecanismos de recomendação intensificam o extremar de posições ideológicas (v. Serra), enquanto a fragmentação digital favorece a circulação de discursos identitários e populistas no contexto português (v. Costa e Santos). Estes fenómenos confirmam diagnósticos contemporâneos sobre a transformação estrutural da esfera pública digital e a deslocação do debate público para arenas governadas por arquiteturas de atenção.

Paralelamente, os textos evidenciam a dimensão sociocultural e psicológica da mediação algorítmica. Os algoritmos podem amplificar dinâmicas

cismogénicas e discursos de ódio, aprofundando divisões sociais (v. Moroni e Amaral). A violência simbólica online e o assédio digital transformam-se em mecanismos de silenciamento e autocensura jornalística, ameaçando diretamente o direito à informação (v. Lima e Di Fátima). A desinformação, por sua vez, evolui de formas orgânicas para formas sintéticas e automatizadas, agravando os riscos democráticos na era da inteligência artificial generativa (v. Almeida e Lima).

A crise contemporânea possui ainda uma dimensão estética e experiencial. A partir da filosofia pragmatista de John Dewey e da crítica do psicopoder de Byung-Chul Han, demonstra-se que a reorganização algorítmica da comunicação promove uma estética da aceleração, da performance e da superficialidade emocional, substituindo experiências integradoras por vivências fragmentadas e reativas (v. Ferreira). A crise da esfera pública revela-se, assim, também uma crise da experiência e da sensibilidade, ressoando com as reflexões de Walter Benjamin e com as análises contemporâneas da aceleração social.

Neste horizonte, urge reintroduzir com clareza o problema da racionalidade comunicativa na sociedade digital (v. Rocha). Se a legitimidade democrática depende da intersubjetividade e da construção discursiva do consenso, o regime informacional contemporâneo — marcado pela viralização afetiva, pela personalização algorítmica e pela aceleração comunicacional — ameaça as condições temporais e cognitivas necessárias ao juízo racional. A expansão da comunicação em rede não garante, por si só, uma esfera pública política: a fragmentação, as bolhas de filtragem e a circulação privada de informações podem corroer o espaço intersubjetivo do entendimento e favorecer aquilo que Byung-Chul Han denomina infocracia. Neste contexto, a preservação da dimensão pública exige literacia crítica, vigilância cívica, responsabilidade editorial e regulação democrática das plataformas.

Os trabalhos contidos neste volume ampliam o horizonte do debate ao introduzir dimensões frequentemente negligenciadas. A sustentabilidade informacional e o impacto ambiental do armazenamento massivo de dados

revelam que a governação digital deve incorporar uma perspectiva ecológica (v. Azevedo, Fujita e Oliveira). As comunidades digitais de preservação de memória demonstram formas colaborativas de resistência cultural face ao esquecimento institucional (v. López e Cruz-Silva). A inclusão comunicacional de pessoas com deficiência evidencia a necessidade de uma cidadania digital orientada por princípios éticos, acessibilidade e autonomia (v. Firmino).

Importa sublinhar que este volume evita tanto o determinismo tecnológico quanto o moralismo normativo. Algumas contribuições recordam que a crise da esfera pública não pode ser imputada exclusivamente aos algoritmos, devendo ser compreendida à luz de fragilidades culturais, educativas e institucionais, bem como das práticas dos próprios utilizadores (v. Morais). Esta perspectiva devolve centralidade à responsabilidade cívica e à literacia crítica como condições de revitalização democrática.

No plano normativo, emergem abordagens que convergem na necessidade de reconstruir infraestruturas comunicacionais orientadas pelo interesse público. A prática da comunicabilidade, inspirada no pragmatismo democrático, surge como horizonte para revitalizar a democracia comunicada (v. Oliveira e Bastos). Outras propostas apontam para modelos de media de serviço público, governança participativa e regulação democrática das plataformas como caminhos para reequilibrar poder, visibilidade e autonomia na esfera pública digital.

Uma chave interpretativa particularmente fecunda consiste em conceber a publicidade como uma formação energeticamente sustentada (v. Splichal). Nas condições plataformizadas, a energia cívica tende a circular em regimes de elevada intensidade e fraca acumulação: visibilidade súbita, participação massiva e rápida dissipação substituem processos de sedimentação do juízo e aprendizagem institucional. A noção de publicidade dissipativa ajuda a compreender por que ambientes de hiperparticipação produzem baixo rendimento cívico, revelando uma dificuldade estrutural em converter energia comunicativa em capacidade democrática duradoura.

Em última instância, sugere-se que a crise contemporânea da esfera pública deve ser compreendida como uma crise das condições de possibilidade do juízo e da experiência partilhada. A aceleração comunicacional e a normalização probabilística do dizível ameaçam substituir o exercício reflexivo do juízo por automatismos cognitivos (v. Correia). Este diagnóstico aproxima-se das preocupações arendtianas com o mundo comum e com a faculdade de julgar, recordando que a democracia depende não apenas de informação, mas da capacidade de pensar, discernir e partilhar sentido.

Este livro oferece, assim, um mapa crítico das tensões que atravessam a esfera pública na era dos algoritmos. Ao articular diagnósticos empíricos, enquadramentos teóricos e propostas normativas, as comunicações aqui reunidas convidam o leitor a pensar a transformação digital não como destino inevitável, mas como campo de disputa histórica e política. Entre a colonização algorítmica da experiência e a reinvenção democrática das infraestruturas comunicacionais, permanece aberta a possibilidade de reconstruir um espaço público plural, reflexivo e inclusivo — condição indispensável para a vitalidade das democracias contemporâneas.

João Carlos Correia

PARTE 1

ENSAIOS

PUBLICNESS AS AN ENERGETICALLY SUSTAINED FORMATION

Slavko Splichal

Universidade de Ljubljana

From “Public-Sphere Crisis” to Conversion Failure

Public-sphere scholarship has long oscillated between narratives of decline, fragmentation, and transformation. In its canonical formulation, the public sphere names the conditions under which public reasoning can generate democratic legitimacy and constrain power (Habermas 1989). Subsequent critiques and revisions have emphasised its exclusions and asymmetries (Fraser 1990; Eley 1992; Landes 1988), the plurality of counterpublics and the performativity of address (Warner 2002), and the mediated infrastructures through which visibility is produced (Thompson 1995; Couldry 2012). More recent work – shaped by digital platforms, datafication, and algorithmic governance – highlights the political economy of attention and the restructuring of publicity through metric valuation and ranked distribution (van Dijck 2013; Bucher 2018; Gillespie 2018; Napoli 2019; Zuboff 2019).

Yet a persistent empirical puzzle remains under-specified: *why does publicness fail to generate publics when participation and expression proliferate?*

The dominant language of liquidity, fragmentation, or polarisation describes surface patterns but does not explain the recurrent experience of high engagement and low civic yield – rapidly intensifying

visibility followed by rapid decay; enormous communicative throughput with limited accumulation of shared judgement, institutional learning, or accountable outcomes. Contemporary public life often appears hyperactive and affectively saturated while generating surprisingly little durable collective orientation.

This essay addresses that puzzle by shifting analytic focus from the *form* of public communication (argumentation, deliberation, framing) or its *arenas* (media, institutions) to its *energetics*: the mobilisation, conversion, and dissipation of civic energy. I propose the concept of *dissipative publicness* (Splichal forthcoming) to name modes of public engagement that require continuous energetic input – attention, affect, expression – and regulative efforts to convert that input into relatively durable public forms. Under platform conditions, publicness frequently operates as a circuit optimised for throughput: engagement must be constantly renewed, outrage replenished, novelty produced, and attention recaptured. The result is not the disappearance of publicness but its reconfiguration into a regime of energetic expenditure.

The argument develops in four moves. First, I recast publicness as an energetically sustained societal condition – a formation that must be produced and maintained, not assumed. Second, I distinguish generative publicness – the Enlightenment horizon of public reasoning – from dissipative publicness, which integrates both representative and performative modalities. Third, I analyse the will to visibility as a motivational infrastructure reorganised through platform metrics and algorithmic governance. Fourth, I conceptualise gig publics as transient, episodic collectivities structured by platform logics and attention markets, which generate civic fatigue and de-skill democratic practice.

This approach positions the argument against now-standard diagnoses that treat the crisis of public life primarily as a problem of fragmentation, polarisation, or epistemic decline. Those accounts describe important symptoms, but they often misconstrue the underlying mechanism. Fragmentation and

polarisation can coexist with highly stabilised publics in authoritarian, partisan, and commercially orchestrated regimes of publicness. What requires explanation today is a different pattern: recurrent surges of visibility and participation that do not consolidate into durable shared reference points, sustained attention, collective judgement, or accountable institutional responses. In other words, the distinctive pathology is not simply that publics disagree or split, but that public energy repeatedly fails to convert into cumulative civic capacity. The concept of dissipative publicness is proposed to name and analyse the ongoing work – and frequent failure – of converting discursive energy into stable formations.

Publicness as an Energetically Sustained Formation

Publicness is frequently conceptualised as a normative ideal (deliberation, legitimacy), an institutional sphere (civil society, the public sphere), or a set of arenas (media, assemblies, forums). Each approach captures important dimensions of democratic life. Yet each risks treating publicness as a stable object – an arena “out there” – rather than as a condition that must be produced, reproduced, and maintained. Even theories that conceptualise publics as emergent (Warner 2002) tend to privilege discursive form or political structure, leaving under-theorised the energetic labour required to sustain collective attention, shared orientation, and continuity over time.

A different starting point is to treat publicness as an energetically sustained societal condition. Publicness emerges when utterances, actions, and concerns circulate in shared spaces and acquire collective relevance. This process is inseparable from infrastructures: not only media technologies, but also institutions, norms, organisational forms, and practices that support circulation, attention, interpretation, and judgement. Historically, dominant communication infrastructures – writing, printing, newspapers, radio, television – reconfigured how issues became visible and how civic energy could be mobilised, channelled, and controlled. Each regime reorganised the temporalities of publicness (how quickly issues travel), its spatial

reach (how far they circulate), its filters (who gets heard), and its modes of participation (who can respond and how).

In the platform era, infrastructures of visibility are not merely channels; they are active environments that rank, sort, modulate, and monetise engagement (van Dijck 2013; Gillespie 2018; Napoli 2019). This marks a shift from media as distribution systems to media as behavioural environments: platforms structure what is easy to do (scroll, like, repost) and what is hard (sustained argument, collective decision-making), thereby shaping not only what circulates but how publicness is enacted. Publicness is therefore always a socio-technical accomplishment.

A thermodynamic conceptualisation provides an analytic lens to capture this energetic dissipation. In physics, dissipative systems persist only through continuous throughput: they maintain structure far from equilibrium by expending energy and producing entropy (Prigogine & Stengers 1984). The point is not to reduce social life to physics but to foreground dynamics often neglected by public-sphere theory: maintenance, cost, loss, temporal instability, and conversion failure. Publicness can be analysed in terms of how *discursive articulation* (meaning, legitimacy, justification) couples and decouples with *energetic intensity* (attention, affect, mobilisation). Publics stabilise only when these two dimensions couple in ways that endure and accumulate.

This framing also clarifies why so much contemporary public activity feels simultaneously intense and thin. Platforms excel at generating intensity – viral spread, affective cascades, sudden storms – while undermining the infrastructural conditions required for accumulation: memory, continuity, accountable uptake, and durable institutions. If publicness is treated as an energetic condition, the central question becomes: *what happens to civic energy once mobilised?* Is it stored, stabilised, and converted into civic capacity – or is it dissipated as heat, churn, and fatigue?

From Generative to Dissipative Publicness

The modern concept of publicness emerged alongside Enlightenment ideals of reason, publicity, and democratic control of power. In this horizon, publicness is imagined as *generative* (or *reproductive*): collective reasoning fosters mutual recognition, critical debate, and democratic legitimacy. Publics are expected to deliberate, produce shared understandings, and hold power accountable through reasoned discourse (Kant 1784/1996; Habermas 1989). Publicness is thus imagined as a productive force: a mechanism for creating collective judgement, democratic authority, and institutional legitimacy.

This ideal was never fully realised. The bourgeois public sphere, often treated as the paradigmatic case, was exclusionary, privileging property-owning men while marginalising women, workers, and colonised subjects (Fraser 1990; Eley 1992; Landes 1988). From the beginning, publicness was shaped by unequal access, structural exclusion, and the selective recognition of voices as “public” or “political.” Moreover, publicness is not inherently democratic: it can stabilise around authoritarian, technocratic, commercial, or populist regimes as readily as around democratic ones. The Enlightenment horizon remains normatively significant, but it cannot sustain nostalgia for a lost unity that never existed.

As industrial capitalism matured, public discourse increasingly came to be shaped by mass media and corporate interests. Habermas described this as the “refeudalisation” of publicness: a shift from rational-critical debate to orchestrated spectacle in which corporate and state elites stage visibility for passive consumption (Habermas 1989). Representative publicness – the public representation of power – became a performance of authority. Publicity served less as a medium of critique than as an instrument of legitimation and display.

Platforms have enabled a structurally different modality: performative publicness. Whereas representative publicness is top-down, performative

publicness is diffuse, participatory, and enacted by ordinary users. But the shift from representative to performative publicness is no straightforward liberation. Performative publicness is shaped and constrained by platform architectures, algorithmic ranking, and AI-driven curation. Visibility is governed and monetised: algorithmic systems dictate what is seen and by whom, rewarding emotional charge, rapid recognisability, and virality.

Yet contemporary conditions are not simply a return to representative publicness. Representative and performative modalities can be understood as belonging to a broader formation – *dissipative publicness*. This concept describes modes of engagement that require continuous energetic input – attention, affect, expression – yet convert relatively little of that input into durable democratic outcomes. Civic energy is constantly spent but rarely stored. Publicness becomes a circuit that thrives on throughput: outrage must be replenished, novelty produced, engagement retriggered. The problem is not merely fragmentation but the conversion of participation into expenditure rather than cumulative capacity. In the classical normative model, publicness supports the formation of collective will through deliberation with relatively limited energetic loss. In the dissipative model, energy flows continuously, but little is converted into deliberation, institutional learning, or accountable decision-making. Participation increases, but public capacity remains limited.

The distinction between *representative dissipation* and *performative dissipation* is central to contemporary public life – hyperactivity without stabilisation – and to the ways platforms couple them. Representative dissipation is generated by elites – states, corporations, political leaders – to stage visibility and manage legitimacy under conditions of perpetual publicity. Performative dissipation is generated by ordinary users who are drawn into visibility contests and episodic participation governed by platform infrastructures. Both drain civic energy; both are sustained by algorithmic environments optimised for engagement rather than judgement.

Representative and Performative Dissipation

If dissipative publicness is a formation, it manifests through different regimes. So far, representative and performative publicness have been distinguished historically; here I sharpen the analytic distinction by treating them as two modalities of dissipation under platform conditions. Each dissipates civic energy differently, but platforms increasingly couple them, producing a hybrid environment in which elite spectacle and mass performance feed one another.

Representative dissipation: staged visibility in perpetual publicity

Representative dissipation is the exhaustion of civic energy through spectacle, orchestration, and managed legitimacy. It is rooted in asymmetries of visibility: elites command attention by virtue of institutional power, resources, and access to media systems. Under mass media, representative publicness relied on broadcasting and public relations; under platforms, it operates through a mixed repertoire: traditional PR, influencer strategies, targeted advertising, algorithmic amplification, and constant “updates” designed for high-frequency visibility.

Representative dissipation has three characteristic dynamics.

- a. The spectacle of authority becomes continuous.* Platforms intensify the temporal demands of public presence. Political leaders, institutions, and corporations are pressured into continuous communication: statements, announcements, clarifications, rebuttals. In the platform news cycle, visibility must be sustained and recaptured repeatedly. Authority becomes a stream rather than an event. The consequence is not simply more information but a permanent environment of reaction and counter-reaction that drains civic attention.
- b. Governance becomes performative and metric-sensitive.* Representative dissipation is shaped by the quantification of attention: trending topics, engagement statistics, view counts, and share velocity become signals of

public salience. This does not mean elites are controlled by platforms in a simple sense; it means the visibility environment becomes a strategic constraint. Public communication is calibrated to “work” within ranked distribution systems. Political actors not only increasingly respond to what “breaks through” algorithmically rather than to what is institutionally significant, but also generate “breaking news” themselves to steer the public agenda.

- c. Legitimacy is managed through visibility rather than accountability.* Under representative dissipation, publicity becomes a substitute for institutional responsiveness. A crisis is “handled” by statements, videos, and symbolic gestures; accountability is displaced by optics. The public may engage intensely – watching, commenting, arguing – but the conversion of that energy into enforceable consequences remains weak.

Concrete platform examples include X (Twitter), Facebook, and YouTube. Representative dissipation can occur even when elite communication is sincere. The key is the energetic regime: civic attention is mobilised repeatedly, but institutional uptake and durable outcomes remain limited. Public energy is consumed in spectacle management.

Performative dissipation: participatory exhaustion under algorithmic governance

Performative dissipation is the exhaustion of civic energy through continuous participation, self-performance, and competitive visibility. It is “bottom-up” in the sense that ordinary users enact publicness through posts, reactions, and micro-performances, but it is platform-captured: participation is structured by algorithmic incentives, interface design, and contractual governance.

Performative dissipation has three characteristic dynamics.

- a. Expression is reorganised as performance.* Platforms privilege forms of communication that travel: short posts, emotional cues, easily

legible stances, and visual formats. Users adapt by performing identity, affiliation, and moral positioning. Participation becomes less about reason-giving and more about producing visibility – being seen, signalling, provoking reaction.

- b. *Participation becomes habitual, metric-driven, and compulsive.* Interface design encourages routine engagement (scrolling, liking, reposting). Metrics function as valuation devices: likes, shares, and follower counts become social signals of worth. Algorithmic rewards create intermittent reinforcement loops, turning participation into compulsion. Civic energy is spent continuously but not necessarily directed.
- c. *Public issues are processed as episodic storms.* Platform time favours rapid escalation and rapid decay. A controversy trends, intensifies, and disappears. Participation is intense but short-lived. The conversion of engagement into sustained collective judgement or institutional action often fails.

Performative dissipation is not simply a matter of shallow users. It is a structural condition: platform architectures make some forms of public practice easy and others hard. Users can be politically committed and still be caught in dissipation loops because infrastructures reward throughput over accumulation.

How representative and performative dissipation reinforce each other

The crucial contemporary development is the coupling of the two modalities. Representative spectacle triggers performative storms; performative storms generate signals that elites respond to; and platform metrics mediate the feedback. A political statement (representative) becomes a viral clip (performative); a performative outrage cycle becomes “the story,” prompting institutional responses (representative); those responses generate further reaction (performative). The loop can be self-sustaining even when little stabilises.

This coupling helps explain why the public environment can feel simultaneously participatory and powerless. Participation is real and intense, yet institutional consequences are often limited. The conversion failure is not accidental; it is structurally produced by infrastructures that extract engagement while providing weak pathways for accumulation and uptake.

The Will to Visibility as a Personal Motivational Drive

If dissipativity of publicness explains system dynamics, the *will to visibility* captures the motivational energy that fuels them. The will to visibility names a persistent *personal* drive to be seen, acknowledged, and recognised. It is not reducible to narcissism; rather, it is a deeply social and existential orientation that takes shape within historically specific and institutionally mediated conditions of recognition. To be visible is to be relevant; to be relevant is, increasingly, to count as socially present. This is not a metaphysical claim but an empirical observation about how platform-mediated social life confers recognition. What changes under platformisation is not the existence of this drive, but the conditions under which it is activated: visibility becomes competitive, commercialised, quantified, and increasingly extractive.

The contemporary visibility economy privileges the provocative, emotional, visual, and viral, while marginalising slower, deliberative, and complex forms of public reasoning. Visibility is organised through metrics – likes, shares, reposts, comments, views, followers – which function as an apparatus of valuation (van Dijck 2013; Bucher 2018). These metrics shape what counts as meaningful expression and what disappears as noise, reconfiguring the social meaning of participation itself. Users are incentivised to engage in micro-performances – moments of outrage, virtue signalling, or aesthetic branding – calibrated for circulation rather than understanding. Expression thus tends to be tuned for engagement rather than comprehension, for reach rather than reason-giving.

Platforms exploit the will to visibility through three interrelated mechanisms. First, *habitual behaviours* are engineered through interface design: endless scrolling, notifications, frictionless posting. Engagement becomes routine rather than reflective. Second, *contractual norms* govern visibility without public accountability: terms of service, opaque enforcement, shadow banning, algorithmic downranking. Visibility is both stimulated and constrained. Third, *algorithmic incentives* convert attention into compulsion: virality, intermittent reinforcement, and feedback loops stabilise participation as behavioural input.

Under surveillance capitalism, these mechanisms are integrated into data extraction (Zuboff 2019). Visibility becomes increasingly extractive rather than expressive: it generates value primarily for platforms rather than for publics. Users are simultaneously performers and products – addressed as agents of expression and treated as resources of extraction.

This reorganises the motivational architecture of publicness. In representative publicness, visibility is monopolised by those in power and used to display authority. In performative publicness, visibility becomes widely accessible but competitively governed. The will to visibility becomes a generalised condition shaping participation even among actors oriented toward civic goals. Under these conditions, democratic engagement is easily displaced or subordinated to attention-seeking – not necessarily because actors are cynical, but because infrastructures systematically reward attention-ready expression.

Gig Publics: Episodic Collectivities in Platform Time

To describe a distinctive formation within dissipative publicness, I introduce the concept of *gig publics* (Splichal 2026). Gig publics are digitally mediated, algorithmically structured, and transient collectivities in which public discourse is organised as episodic bursts of performative expression rather than sustained processes of collective orientation. The term *gig* evokes both the gig economy – temporary, fragmented, precarious,

platform-mediated labour (Woodcock & Graham 2019) – and the older sense of a gig as a short performance: an event of intense presence followed by dispersal. Both senses foreground temporality, precarity, and infrastructural dependence.

Gig publics are characteristic of performative publicness; they differ from both representative publicness and the idealised bourgeois public sphere. Whereas representative publicness relies on structured monologue and the bourgeois public on restricted conversation, gig publics operate as a chorus of fragments: posts, comments, likes, reposts, short videos, memes. These fragments rarely cohere into sustained deliberation. Participants often lack durable discursive relations that could support continuity. Engagement tends toward bursts rather than processes, reactions rather than deliberations.

Gig publics unfold in platform time: rapid escalation, trending cycles, and rapid decay. The characteristic experience is high intensity followed by dissipation. Civic energy – attention, reasoning, emotion *f*– is absorbed and lost in churn: notifications, trend cycles, reaction storms. This makes gig publics paradigmatic dissipative systems: they require constant energetic input while converting little into durable public forms.

The gig public also mirrors broader transformations in the relationship between individuals and institutions. As traditional civic infrastructures – parties, unions, newspapers, voluntary associations – lose capacity, participation becomes episodic and detached from accountability. This is also a pedagogical crisis. Democratic skills – listening, compromise, reason-giving – are learned through practice. When public practice is reorganised into metric-driven micro-performances, those skills can erode. Gig publics may thus de-skill democracy not by suppressing participation but by reorganising it into forms that are intense, reactive, and short-lived.

However, gig publics can also mobilise attention rapidly, expose injustice, and generate moments of solidarity. The point is not to deny their potential but to specify their structural constraints. Under platform conditions, the

default trajectory of gig publics is rapid intensification followed by rapid decay – high throughput, low accumulation.

AI-Driven Visibility Governance and the Acceleration of Dissipation

The dynamics described so far are not merely “digital” in a generic sense; they are increasingly AI-driven in a specific and intensifying way. If platforms already reorganised publicness through metric valuation and ranked distribution, contemporary AI systems – recommender models, automated moderation, and generative media – extend this regime by accelerating circulation, lowering production costs, and further displacing human judgement in the governance of visibility. AI does not simply add new content; it alters the infrastructural conditions under which visibility is allocated, attention is sequenced, and public discourse becomes legible as relevant.

A first mechanism is the deepening role of *algorithmic ranking and recommendation*. Recommendation systems function as visibility governors: they determine what appears in feeds, what is suggested next, what is framed as “trending,” and what remains practically unseen. As models become more sophisticated, the allocation of attention is increasingly tuned to predicted engagement, producing tighter feedback loops between user behaviour and content circulation. The result is a closer coupling between affective intensity and visibility: content that triggers fast recognition, emotional arousal, or identity-confirming cues becomes structurally advantaged, while slower forms of interpretation and reason-giving are disadvantaged by design. In energetic terms, recommender systems amplify throughput while weakening stabilisation.

A second mechanism is the expansion of *automated moderation and classification*. Visibility is not only amplified but filtered through AI systems

that classify content, infer risk, and enforce platform rules at scale. Whatever their necessity, these systems intensify a core democratic problem: governance decisions shaping what can be seen, shared, or monetised become harder to contest, explain, and legitimate. When enforcement is automated or model-assisted, visibility becomes a function of probabilistic classification rather than deliberative judgement. This can generate new cycles of dissipation, as outrage and counter-outrage are energised by perceived opacity, inconsistency, or arbitrariness in enforcement.

A third mechanism is *generative AI*, which changes the economics and temporality of public expression. By dramatically lowering the cost of producing text, images, audio, and video, generative systems intensify abundance. The public environment becomes not only noisy but cheaply replicable: variations, remixes, synthetic personas, and semi-automated commentary can be produced at scale, often calibrated to platform incentives. This does not imply that publics are “fooled” in a simple sense; rather, it amplifies a structural tendency of dissipative publicness: discursive activity proliferates faster than the capacities of interpretation, verification, and institutional uptake can keep pace.

Generative AI also reshapes the will to visibility by introducing new competitive pressures. As more actors can produce attention-optimised content more frequently, the threshold for visibility rises. Users may respond by intensifying performance – posting more often, escalating affect, adopting sharper framing – simply to remain legible in the feed. The visibility economy becomes more crowded and volatile, accelerating attention cycles and deepening exhaustion.

Finally, AI-driven visibility governance amplifies the coupling of representative and performative dissipation. Political and corporate actors deploy AI-assisted content production, targeting, and rapid-response messaging to occupy attention continuously, while users respond through the same platform mechanisms that recommender systems reward – clip sharing, memetic remix, outrage cascades. The system thus becomes more efficient

at mobilising civic energy and less capable of converting that mobilisation into durable public forms. Dissipative publicness is not merely sustained by AI systems; it is increasingly optimised by them.

Dissipative Publicness as Engineered Turbulence

A crucial implication follows: dissipative publicness is not an accidental by-product of digital media. Dissipativity is a constitutive feature of publicness as such, systematically reproduced and intensified by infrastructures designed to manage communicative turbulence. In the digital era, this tendency is amplified through algorithms, recommendation systems, automated moderation, and platform architectures that absorb, modulate, and redirect engagement. These systems amplify certain conflicts, dampen others, and sustain high levels of participation even when collective orientation collapses. The result is a public environment optimised for continuous engagement rather than reflection, accumulation, or democratic judgement.

This engineered turbulence helps explain why democratic publicness appears simultaneously expanded and weakened. Platforms multiply opportunities for expression, yet the infrastructures of visibility are designed around attention markets rather than civic accumulation. Publicness increasingly functions as a circuit that converts civic energy into behavioural data and engagement metrics.

This reframes the political stakes. The problem is not simply misinformation or polarisation, though both matter. The deeper issue is that publicness is structurally organised around throughput and loss rather than continuity and accumulation. The crisis is less a decline of participation than an intensification of participation without stabilisation.

If dissipation is systemic rather than incidental, democratic renewal cannot be achieved through exhortation alone – calls to be more civil, more engaged, or better informed. It requires *regenerative infrastructures* capable of converting engagement into civic capacity. The metaphor of

regenerative braking is instructive: rather than losing kinetic energy as heat, the system captures it and redirects it into stored power. For publicness, regeneration means building feedback loops that transform bursts of attention and affect into durable public forms – shared reference points, sustained reasoning, institutional uptake, and accountable outcomes. Elements of regenerative publicness already exist in slower journalism initiatives, cooperative platforms, and deliberative technologies prioritising reason-giving over reaction. What is lacking is institutional articulation: the capacity to connect experiments to durable frameworks that sustain continuity, accumulate learning, and translate engagement into democratic capacity.

Conclusion: Democracy as an Outcome of Publicness, not Its Presupposition

In this essay, I have proposed dissipative publicness as a framework for analysing contemporary transformations of public life. The diagnosis is not that publics have vanished or participation has ended. On the contrary, expression proliferates, visibility expands, and engagement intensifies. The problem is that publicness increasingly functions as an energetic formation that consumes civic energy while producing weak stabilisation and limited civic yield.

In consequence, we need to shift attention from surface descriptions – fragmentation, polarisation, or decline – to *conversion failures*: the recurrent inability of public communication to stabilise durable public forms under platform conditions that regulate dissipative publicness. This failure manifests through two partly interlocking regimes: (1) *representative publicness*, in which elites stage visibility and manage legitimacy through continuous publicity; and (2) *performative publicness*, in which ordinary users enact publicness through metric-driven self-performance and episodic participation.

Platforms couple these modalities, generating feedback loops that sustain turbulence without producing stability. Within this regime, the *will*

to visibility is a central motivational driver, giving rise to characteristic *gig publics* – episodic collectivities in platform time, prone to rapid intensification and equally rapid decay.

The normative implication is clear. Democratic publicness cannot be achieved through more visibility, more participation, or more engagement alone. It depends on infrastructures capable of transforming public energies into durable civic capacities. Democracy should therefore be treated not as a presupposition of publicness, but as a contested outcome of its historical configurations – an outcome that depends on whether public engagement can be made regenerative rather than dissipative.

Bibliographic References

- Bucher, T. (2018). *If...then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Couldry, N. (2012). *Media, society, world: Social theory and digital media practice*. Polity.
- Eley, G. (1992). Nations, publics, and political cultures: Placing Habermas in the nineteenth century. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. xx–xx). MIT Press.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, (25/26), 56–80.
- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. Yale University Press.
- Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society* (T. Burger & F. Lawrence, Trans.). MIT Press. (Original work published 1962).
- Kant, I. (1996). An answer to the question: What is Enlightenment? In M. J. Gregor (Ed. & Trans.), *Practical philosophy* (pp. 11–22). Cambridge University Press. (Original work published 1784).
- Landes, J. B. (1988). *Women and the public sphere in the age of the French Revolution*. Cornell University Press.

- Napoli, P. M. (2019). *Social media and the public interest: Media regulation in the disinformation age*. Columbia University Press.
- Prigogine, I., & Stengers, I. (1984). *Order out of chaos: Man's new dialogue with nature*. Bantam Books.
- Splichal, S. (2026). *The gig public. AI-driven habitual and contractual performativisation of publicness*. Anthem Press.
- Splichal, S. (Forthcoming) *The general theory of dissipative publicness*. Anthem Press.
- Thompson, J. B. (1995). *The media and modernity: A social theory of the media*. Polity.
- van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.
- Warner, M. (2002). Publics and counterpublics. *Public Culture*, 14(1), 49–90.
- Woodcock, J., & Graham, M. (2019). *The gig economy: A critical introduction*. Polity.
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs.

DEMOCRACIA E RACIONALIDADE COMUNICATIVA NA SOCIEDADE DIGITAL: A POSSIBILIDADE DE GARANTIA DA DIMENSÃO PÚBLICA NA ESFERA PLATAFORMIZADA

Heitor Rocha

Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

A esfera pública articulada pelo jornalismo, gradativamente, configurou o novo critério de legitimação das leis do Estado de Direito Democrático republicano baseado no consenso da opinião pública, em substituição o critério monocrático do soberano que vigorava na monarquia. Historicamente, esta significativa evolução no processo de legitimação passou a localizar na esfera pública o local de definição das relações de poder através do embate das diversas interpretações sobre as questões coletivas com as deliberações respaldadas pelo consenso discursivo racionalmente construído nesta arena simbólica.

Assim, o consenso caracteriza a forma genuína da comunicação, enquanto prática intercompreensiva de caráter racional. A discussão ilimitada (não fechamento temático), a sua forma pública (não restrição dos participantes) e a racionalidade não são só princípios gerais que definem a prática comunicacional (e o consenso que ela é passível de gerar), mas também princípios do modelo político burguês que se pretendiam ver concretizados na forma de organização da sociedade moderna: o espaço público concebido segundo os ideais iluministas da liberdade e do progresso, vocacionado para a formação de consensos que exprimem a vontade coletiva. (ESTEVES, 2003, p. 43-44)

No entanto, a partir de então, a estrutura de poder empreendeu uma sofisticada maquinaria ideológica para perverter a autenticidade do consenso através da influência do poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e o dinheiro das corporações do mercado, com o propósito de desenvolver uma sistemática distorção da comunicação para esvaziar o sentido das discussões e fazer passar as deliberações estabelecidas em “consensos” fabricados, na verdade, pseudos consensos, para garantir seus interesses particulares como se fossem expressão do interesse universal do conjunto da sociedade.

Com a industrialização do jornalismo, esta maquinaria ideológica se revestiu de uma pretensa fundamentação científica através do que Piaget e Garcia (2012) classificaram como a ideologia epistêmica positivista da objetividade, com o intuito de eliminar a controvérsia interpretativa sobre os fatos, concebidos como possuindo um significado absoluto e inerente à sua própria natureza, independentemente de qualquer interpretação. Desta maneira, o jornalismo convencional objetivista monopolizado pelo grande capital, ao se apresentar como a imparcialidade por excelência, exerce a mais insidiosa das parcialidades, escondendo as relações de poder e os privilégios das elites (Schudson, 2016).

Esta manipulação, entretanto, não conseguiu eliminar as aspirações democráticas do iluminismo, uma vez que, com toda a desigualdade existente entre a capacidade da estrutura de poder para pressionar pela adesão à ideologia dominante, as classes e grupos contra hegemônicos desenvolveram a consciência coletiva de que os veículos jornalísticos devem se posicionar exclusivamente pelo interesse coletivo e o bem comum, a autocompreensão normativa dos veículos noticiosos, como expressão eventual da autoridade do público, diante da qual estas organizações empresariais, publicamente, não podem deixar de reconhecer e se dizer obedientes, mesmo que sempre que o público estiver desatento se orientem em favor de seus interesses corporativos. Portanto, embora quase sempre funcionando em favor da estrutura de poder, a mídia noticiosa, eventualmente, pode se posicionar

de maneira contra hegemônica por pressão da sociedade, exercendo o que se pode denominar de autoridade do público.

Para Habermas, o entendimento adequado dos conceitos de autocompreensão normativa dos veículos noticiosos, que devem, na expectativa dos cidadãos, se posicionar sempre e exclusivamente em favor dos interesses coletivos, públicos e do bem-comum, e de autoridade do público que eventualmente obriga modificações na administração da estrutura de poder no sentido da mudança social, implica a sua correlação orgânica pressupondo a condição de possibilidade de um à existência do outro, estas duas concepções funcionando como influência para fortalecimento do pensamento crítico e a consolidação do processo democrático. Contudo, seria ingênuo pensar que a grande mídia noticiosa, como monopólio do grande capital, assumisse espontaneamente esta posição ética em favor do conjunto da sociedade sem a rigorosa fiscalização de uma opinião pública atenta e mobilizada. De qualquer maneira, é inevitável e significativo o exemplo do recente episódio dos protestos sociais contra a PEC da Bandidagem que conseguiram impedir a autonomização do Poder Legislativo para se tornar inimputável de qualquer processo legal. (Rocha, 2025, p. 4-5)

Desta maneira, contrariamente ao que acontece na ação estratégica, os que agem comunicativamente ajudam a constituir a situação da realidade social através de suas interpretações negociadas cooperativamente, ao se distinguir dos atores que visam o sucesso e que se observam mutuamente como algo que aparece no mundo objetivo. Este espaço de fala compartilhado intersubjetivamente abre-se através das relações interpessoais que nascem no momento em que os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros, assumindo obrigações ilocucionárias, ou seja, com sentido racional consensuado que caracteriza a racionalidade comunicativa.

A sociedade digital e a infocracia

Com o advento da era sociedade digital com o fenômeno dos algoritmos, as deliberações éticas, resultantes de discussões inclusivas e transparentes, tornaram-se mais ameaçadas devido ao crescimento das Fake News e da utilização de poder econômico nos disparos dos robôs incentivados pelo critério de verificação do alcance das comunicações através da viralização de likes. Neste contexto midiático, surge o que Han chama de novo regime de informação, em oposição ao regime disciplinar, em que corpos e energias são explorados, mais agora informações e dados configuram uma forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial definem decisivamente processos sociais, econômicos e políticos.

Não é, então, a posse de meios de produção que é decisiva para o ganho de poder, mas o acesso a dados utilizados para a vigilância, controle e prognóstico de comportamento psicopolíticos. O regime de informação está acoplado ao capitalismo da informação, que se desenvolve em capitalismo da vigilância e que degrada os seres humanos em gado, em animais de consumo e dados. (Han, 2022, p. 7)

Nesta perspectiva, assentado sobre a comunicação e a conexão ao capitalismo da informação, é atribuída a sociedade digital a função de tornar obsoletas técnicas disciplinares como o isolamento espacial, a rigorosa regulamentação do trabalho e o adestramento corporal, possibilitando que nesta submissão o sujeito, aparentemente, deixe de ser dócil e obediente, ao se supor plenamente livre e até criativo.

Ao contrário do antigo regime, o regime disciplinar moderno não é uma sociedade de encenação teatral, mas uma sociedade da vigilância, onde as exposições espetaculares do poder são substituídas por burocracias dissimuladas de vigilância, invertendo completamente a relação da visibilidade, “o que é feito visível não são os dominadores, mas os dominados. O poder disciplinar se faz invisível, enquanto aos súditos é imposta uma visibilidade permanente. (Han, 2022, p. 11)

Na sociedade da informação, os locais de incorporação do regime disciplinar se desfazem em redes abertas. Para o regime da informação, valem os seguintes princípios topológicos: descontinuidades são reduzidas em prol de continuidades. No lugar de encerramentos e conclusões aparecem aberturas. Celas isoladas são substituídas por redes de comunicação. A visibilidade é, então, produzida de toda outra maneira, não pelo isolamento, mas pela conexão. A técnica digital da informação faz com que a comunicação vire vigilância. (...) Nos regimes de informação, as pessoas não se sentem, além disso, vigiadas, mas livres. Paradoxalmente, é o sentimento de liberdade que assegura a dominação. Nisso se distingue fundamentalmente regime da informação do regime disciplinar. A dominação se faz no movimento em que liberdade e vigilância coincidem. (Han, 2022, p. 13)

Para o pensador sul coreano, a transparência representa uma coação sistêmica do regime da informação fazendo com que tudo deva estar disponível na condição de informação, pois não são as pessoas que são realmente livres, mas as informações, o que significa que, paradoxalmente, as pessoas estejam aprisionadas nas informações, ao poder cada vez maior dos códigos secretos dos algoritmos, afivelando-se “elas mesmas os grilhões ao se comunicarem e ao produzirem informações. O presídio digital é transparente”. (Han, 2022, p. 15)

A capacidade de influencia da inteligência artificial e do Big Data atinge as pessoas em um nível abaixo do limiar da consciência formando o que pode ser denominado de inconsciente digital, permitindo ao regime da informação se apoderar do comportamento de forma pré-reflexiva e pulsional sem que o indivíduo perceba essa intervenção, o que confere à mídia exercer a dominação da informação.

Neste processo destrutivo de avanço implacável da digitalização da vida, a democracia é pervertida em infocracia, quando o entretenimento torna-se o mandante supremo submetendo à política ao desencadear disrupções

massivas e promover a decadência da faculdade de juízo humana, que faz desaparecer a distinção entre ficção e realidade.

Uma fenomenologia da informação é necessária para se adquirir uma compreensão profunda sobre a infocracia, sobre a crise da democracia no regime da informação. Essa crise se inicia já no âmbito cognitivo. Informações têm um espaço de tempo muito estreito de atualidade. Falta-lhes a estabilidade temporal, pois vivem no estímulo da surpresa. Em virtude de sua instabilidade temporal, fragmentam a percepção. Rompem a realidade em uma vertigem permanente de atualidade. Não é possível demorar em informações. A coação de aceleração inerente às informações recalca as práticas de tempo intensivo, cognitivas, como saber, experiência e compreensão. (Han, 2022, p. 35)

Tendo em vista que a racionalidade requer tempo, pois as decisões racionais precisam ser construídas de forma reflexiva, a longo prazo, que se estende além do momento presente, no passado e no futuro, na sociedade da informação, efetivamente, não há tempo para a ação racional, acarretando que a coação da comunicação acelerada comprometa a racionalidade.

Outro comprometimento da racionalidade discursiva se dá pela acentuada incidência da comunicação afetiva, ao invés do jogo racional das argumentações, uma vez que as pessoas se deixam afetar mais por informações emocionais que se seguem apressadas umas às outras. Como os afetos são mais rápidos do que o significado racional dos discursos, na comunicação afetiva não prevalecem os melhores argumentos, mas as informações com maior potencial de estimular emocionalmente os receptores, o que acontece especialmente pela polarização seguida pelos algoritmos. “Desse modo, fake News, notícias falsas, geram mais atenção do que fatos. Um único tuíte que contenha fake News ou fragmentos de informação descontextualizadas é possivelmente mais afetivo do que um argumento fundamentado”. (Han, 2022, p. 37)

A constatação de que a discussão democrática é lenta, prolixa e, no contexto de tempo das mídias digitais, considerada tediosa, evidencia como a propagação viral de informações compromete de modo massivo o processo democrático, já que argumentos e fundamentações racionais não são compatíveis com os tuítes ou memes que são propagados e multiplicados em velocidade viral.

A coerência lógica que caracteriza o discurso é estranha à mídia viral. Informações têm sua própria lógica, sua própria temporalidade, sua própria dignidade para além da verdade e da mentira. Fake News também são, num primeiro momento, informações. Antes de instaurar o processo de verificação, já tiveram todo efeito. Informações ultrapassam num piscar de olhos a verdade e esta não lhes pode alcançar. Está condenada ao fracasso, portanto, a tentativa de, com a verdade, querer lutar contra a infodemia. Esta é resistente à verdade. (Han, 2022. p. 46)

No seu início, a digitalização prometia uma democracia do futuro, com a promessa de que a comunicação de massa de um para todos fosse substituída pela comunicação de todos para todos, o que se mostrou-se como uma grande ilusão. Os inúmeros participantes das redes digitais não formam um coletivo responsável ética e politicamente. Os seguidores apresentam-se como novos súditos das mídias sociais, deixando-se adestrar como massa de manobra despolitizada por influenciadores inteligentes. Dirigida pelos algoritmos, a comunicação nas mídias sociais não é livre, nem democrática, representando uma nova interdição, porque seus *smartphones* se tornaram um aparato de submissão, já que leva à aceleração da fragmentação e ao desmoronamento da esfera pública por difundir o privado incessantemente.

Segundo Han (2022), ao provoca uma reversão no fluxo de informações, com a propagação de informações que não passam pelo espaço público, a comunicação digital provoca efeitos destrutivos para o processo democrático, uma vez que é produzida em espaços privados e dirigidas a espaços

privados. Assim, a rede das mídias sociais não forma nenhuma esfera pública, resultando na intensificação dessa comunicação sem comunidade. Influenciadores e seguidores não têm a capacidade de formar uma esfera pública política. Na verdade, comunidades digitais são uma forma de mercadorização da comunidade, efetivamente, são *commodities*, não têm condições de exercer ação política.

No bojo dos problemas trazidos pela mudança da estrutura digital na esfera pública está a crise da ação comunicativa, a qual é constitutiva na própria formação de opinião democrática, ao pressupor, imprescindivelmente, o caráter intersubjetivo dos membros da comunidade de comunicação na mediação discursiva ética dos diferentes pontos de vista, o que exige a presença do outro, sem o qual a opinião não é discursiva, mas doutrinária e dogmática. Na ação comunicativa, é preciso que um comentário possa ser posto em questão pelo outro. Um comentário sem interrogação não tem caráter discursivo. Assim, a crise atual da ação comunicativa é decorrente do fato de que “o outro” está desaparecendo e acarretando o fim do discurso e, conseqüentemente, da racionalidade comunicativa. Desta maneira, a exclusão do outro induz à coação da autopropaganda, a doutrinação de si mesmo com suas próprias ideias, produzindo infobolhas em espaços discursivos cada vez mais recalcados por câmeras de eco onde só se escuta a própria voz.

A personalização algorítmica da rede destrói o espaço público ao direcionar a conformidade das preferências: “a nova geração dos filtros de internet olha para o que você parece gostar – como você era ativo na rede ou quais coisas ou pessoas você curtiu – e extrai conclusões em conformidade a isso.

Através da racionalidade digital

Máquinas geram prognósticos que projetam e refinam ininterruptamente uma teoria sobre sua personalidade e que preveem o que você quer e fará a seguir. Juntas, essas máquinas produzem um universo de informações completamente próprio para cada um de nós – aquilo que chamo de filtros-bolhas – e alteram, assim, fundamentalmente

como chegamos a informações e ideias. (...) A personalização da internet faz com que nosso mundo da vida e nosso horizonte de experiência fique cada vez menor, cada vez mais restrito. Desse modo, ela leva (...) à desintegração da esfera pública democrática (Han, 2022, p. 54).

Na atomização crescente da sociedade com a exclusão da voz do outro, acontece a perda da empatia, o desinteresse pela realidade alheia e a busca cooperativa pelo entendimento, não sendo pressuposta a situação discursiva na qual se aspira uma conciliação, restringindo-se a modelos concordantes de interpretação.

A crise estrutural de sentido e legitimidade é percebida por Byun Chul Han como resultante da globalização e da hiperculturalização condicionada da sociedade digital que desfazem contextos e coerências de tradições culturais que nos ancoravam em um mundo da vida comum.

Não há mais, hoje, ofertas convencionais de identidade com uma validade pré-reflexiva. Não estamos mais lançados em um mundo-da-vida que percebemos como evidente e sem problemas. É, então, uma questão de projeto. O horizonte holístico percebido como irreduzível está lançado em um processo radical de fragmentação. Ao lado da globalização, a digitalização e a conexão aceleram a desintegração do mundo da vida. A desfaturização e a descontextualização crescentes do mundo da vida destroem esse “pano de fundo holístico” da ação comunicativa. O desaparecimento de uma facticidade da vida mundana dificulta massivamente a comunicação orientada ao entendimento. (Han, 2022, p. 57-58)

Para o pensador coreano, a “desfaturização do mundo da vida” provoca esforços para estabelecer espaços na rede nos quais as experiências de identidade e comunidade voltem a ser possíveis, ou seja, de construir um mundo da vida baseado na rede com as crenças sendo percebidas como evidentes e sem problemas. Neste sentido, parece ser sem fundamentação para a perspectiva teórica crítica a possibilidade de sobrevivência de uma pessoa numa situação em que toda a facticidade das crenças de sua tradição cultural

seja perdida, sendo necessária a busca por um sentimento de pertencimento tribalizado proporcionado pela rede como forma de refatualização do mundo da vida.

O embate ideológico na sociedade digital

No sentido contrário ao ceticismo de Han, expresso na conceituação da desfaturalização, quanto à capacidade do indivíduo atribuir sentido às coisas compartilhado intersubjetivamente como racionalidade comunicativa diante da racionalidade digital, na descrição das premissas do Interacionismo Simbólico, Herbert Blumer (1969, p. 2) refere-se à possibilidade de as pessoas, no processo de interpretação dos significados compartilhados no mundo da vida, realizar a ressignificação desses conteúdos: “A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato”.

Também reconhecendo a possibilidade da pessoa de se mobilizar pela mudança social, mesmo observando que ninguém consegue ressignificar todo o pano de fundo cultural onde foi socializado, Habermas argumenta que, não por nenhum critério lógico ou estético, mas, através da vivência do sofrimento e da dor, o indivíduo pode lutar contra a ideologia dominante facticamente estabelecida, buscando se libertar das discriminações e estigmas que o oprimem.

Agora, mesmo com o advento da esfera pública plataformizada com as redes sociais digitais, o embate na arena simbólica entre a imposição pela estrutura de poder da reprodução da ordem estabelecida, por um lado, e as possibilidade de mudanças sociais pretendidas pelos movimentos contra hegemônicos, por outro, torna-se mais complexo, mas não definido de forma pré-reflexiva. Contudo, é cada dia mais urgente a necessidade de institucionalização de uma legislação para regular o funcionamento das plataformas, de maneira a que assumam a responsabilidade pelos conteúdos divulgados. Neste sentido, a nova mídia resiste em se responsabi-

lizar pelo que divulga, diferentemente das agências de notícias tradicionais ou dos editores, como a imprensa, rádio ou televisão que são responsáveis por seus programas, pelo conteúdo produzido de maneira profissional e filtrado por uma redação, ao estabelecer como mediadores “não responsáveis” novas conexões na rede global, com a multiplicação contingente e a aceleração de contatos surpreendentes, intensificando discursos imprevisíveis em termos de conteúdo e mudando profundamente o caráter da comunicação pública.

Assim, segundo Habermas, as plataformas não se comprometem a oferecer aos seus usuários emancipados um substituto para a seleção profissional e a avaliação discursiva do conteúdo baseada em padrões cognitivos socialmente aceitos, bem como o compromisso com a apresentação de opiniões dissonantes e das críticas, o que vem corroendo o modelo jornalístico da mídia de massa. (Rocha, 2025, p. 211)

As redes de comunicação digital sem fronteiras se formam espontaneamente em torno de certos tópicos ou pessoas, condensando-se em circuitos de comunicação que se isolam dogmaticamente uns dos outros. Com isso, as tendências de dissolução dos limites e a fragmentação “reforçam-se reciprocamente em uma dinâmica que age contra a força integrativa do contexto de comunicação das esferas públicas centradas nos Estados nacionais, instituídas pela imprensa, rádio e televisão”. (Habermas, 2023, p. 62-63)

Portanto, faz-se necessária a compreensão do complexo confronto ideológico que se verifica no cenário midiático diante da cada dia mais ensandecida barbárie da burocracia e da economia da estrutura de poder de grupos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado para manutenção das desigualdades, respaldando os “mecanismos de dominação para prevalência da violência que oprime e pretende esvaziar a argumentação racional da resistência dissensual da periferia dos grupos sociais contra hegemônicos que se empenham pela mudança social capaz de fazer avançar o processo emancipatório”. (Rocha, 2025, p. 215)

(...) como o fato de a imprensa, o rádio e a televisão serem obrigados a corrigir *fake news* chama a atenção para a circunstância singular de seus produtos, que não são meros produtos, as plataformas também não podem escapar daquela devida auditoria jornalística prevista em lei. (...) As plataformas também são responsáveis e precisariam ser responsabilizadas por notícias que eles não produzem nem editam; porque essas informações também têm uma força para formar opiniões e mentalidades. Em primeiro lugar, elas não estão sujeitas aos padrões de qualidade das mercadorias, mas aos padrões cognitivos de juízos sem os quais não pode haver nem a objetividade do mundo dos fatos nem a identidade e o caráter comum do nosso mundo intersubjetivamente compartilhado. Em um “mundo” de *fake news* (difícil de imaginar) que não poderiam mais ser identificadas como tais, ou seja, distinguidas das informações verdadeiras, nenhuma criança seria capaz de crescer sem desenvolver sintomas clínicos. Portanto, não se trata de uma decisão política sobre qual direção tomar, mas sim de um imperativo constitucional manter uma estrutura midiática que possibilite o caráter inclusivo da esfera pública e um caráter deliberativo na formação pública da opinião e da vontade. (Habermas, 2023, p. 80-81)

Portanto, a gravidade dessas ameaças vem despertando discussões em todo o mundo sobre a necessidade de uma legislação de normatização do funcionamento das redes digitais para regular este espaço de maneira a coibir a desinformação e sua utilização criminosas que acontecem de uma forma cada vez mais frequente. Neste contexto desafiador da era dos algoritmos, enfrentando o discurso cético dos grupos de extrema direita que negam a necessidade de legislação específica acusando-a de censura à liberdade expressão, existe a proposta de leis que regularizem o funcionamento do espaço público plataformizado para garantir procedimentos de normatização como os previstos nas mídias tradicionais, capazes de exigir a responsabilidade das plataformas sobre a correção dos conteúdos divulgados.

Contudo, é preciso discutir a possibilidade da autocompreensão normativa dos veículos noticiosos e da autoridade do público fazerem com que procedimentos similares à auditoria profissional do jornalismo, efetivamente, consigam garantir o caráter público das esferas de discussão nas redes digitais, especialmente devido aos problemas patológicos que promovem, historicamente, a distorção sistemática da comunicação.

Referências Bibliográficas

- Blumer, Herbert. *Symbolic Interactionism: perspective and method*. Berkeley: University of California Press, 1969)
- Esteves, J. P. *Espaço público e democracia: Comunicação, processo de sentido e identidade social*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.
- Habermas. Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II, 1997.
- Habermas. Jürgen. *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. São Paulo: Editora Unesp, 2023.
- Han, Byun Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- Piaget, J.; Garcia, R. *Psicogênese e história das ciências*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- Rocha, HCL. *Consenso, dissenso e mudança social: contributo do jornalismo dissensual à deliberação política*. Covilhã: Editora LabCom / Universidade da Beira Interior, 2025.
- Rocha, HCL. *A auditoria jornalística e a esfera pública plataformizada: procedimentos para fortalecer o caráter público na deliberação política*. *Revista Logeion: Filosofia da informação*, 2025.

DO TOTALITARISMO À COLONIZAÇÃO ALGORÍTMICA: CRISE DO JUÍZO E DO MUNDO COMUM

João Carlos Correia

Universidade da Beira Interior

Resumo: Este capítulo analisa a crise contemporânea da comunicação pública a partir de um arco teórico que articula algumas concepções de Hannah Arendt sobre como pensar o mundo e o conceito de tecno-fascismo de Frédéric Neyrat, utilizado a partir das redes sociais. Retomando os conceitos arendtianos de mundo comum, pluralidade e juízo, argumenta-se que o enfraquecimento actual da esfera pública por impacto das redes digitais deve ser compreendido como uma alteração das condições do aparecimento público, da durabilidade do sentido e da inteligibilidade do debate. Com base nisso, sustenta-se que certas dinâmicas estruturais da mediação algorítmica – aceleração, fluxo concorrencial e normalização do provável – podem ser lidas como ataques indirectos às condições do mundo comum. A crítica de Neyrat, desenvolvida em particular em *Traumachine: Intelligence artificielle et techno-fascisme* (2025), permite compreender a colonização algorítmica da voz como normalização probabilística do dizível pela inteligência artificial generativa. Por fim, discute-se a integração do Grok no X como exemplo infraestrutural de acoplamento entre *feed* e modelo de linguagem, e ensaia-se a hipótese do tecno-fascismo através das categorias de cognicídio e de reforço recíproco entre expansão da IA e a proliferação de ambientes hiperautoritários. Conclui-se que o risco central não é apenas a falsidade ou a manipulação, mas a substituição progressiva do juízo pela algoritmização do pensamento e da linguagem.

1. Introdução

A crise contemporânea da comunicação pública tem sido descrita por sintomas recorrentes – desinformação, polarização, toxicidade, manipulação e perda de confiança. Apesar da relevância empírica destes fenómenos, uma parte considerável do debate permanece centrada no conteúdo, deixando na sombra um problema mais estrutural: aquilo que está em transformação não é apenas o que circula, mas as condições pelas quais algo pode tornar-se publicamente visível, discutível e dotado de sentido partilhável. Em termos mais exigentes, o que se fragiliza são as próprias condições de possibilidade do exercício do juízo num mundo comum.

A mediação algorítmica reorganiza o espaço público como fluxo contínuo, modulando relevância e visibilidade através de critérios de retenção, reação e compatibilidade. Em paralelo, a integração da inteligência artificial generativa no quotidiano comunicacional – incluindo no interior das próprias plataformas sociais – introduz um novo regime do dizível: a produção fluente do típico, do plausível e do estatisticamente provável torna-se não apenas possível, mas estruturalmente disponível. Este deslocamento exige um enquadramento conceptual que recuse tanto o moralismo (a crise como simples “falta de civismo”) quanto o determinismo tecnológico (a crise como efeito automático da técnica), procurando antes compreender a mutação infraestrutural da esfera pública e das condições de possibilidade do exercício público da razão.

Arendt concebeu um critério normativo do político assente em mundo comum, pluralidade e juízo, bem como uma análise do totalitarismo enquanto forma-limite que dissolve a realidade partilhável e substitui o juízo por coerência automática. Neyrat, por seu lado, propõe uma crítica contemporânea da inteligência artificial enquanto máquina de média e dispositivo de colonização algorítmica do pensamento. O problema contemporâneo deve ser compreendido menos como degeneração episódica do conteúdo do debate e mais como transformação das condições de publicidade, inteligibilidade e autoridade discursiva que estruturam a esfera pública moderna (van Dijck, 2013).

2. Plataformas, esfera pública e racionalidade algorítmica

A literatura contemporânea sobre plataformas digitais e esfera pública tem vindo a consolidar um diagnóstico duplo. Por um lado, sublinha-se que a esfera pública moderna depende de formas de mediação relativamente estabilizadas, nas quais a circulação de informação é acompanhada por critérios, rotinas e instituições capazes de produzir continuidade, selecção e autoridade pública. Por outro, demonstra-se que as plataformas reconfiguram essa estrutura ao transformar a comunicação pública numa ecologia de conectividade e optimização de tráfego, onde a visibilidade é modulada por sistemas opacos de curadoria, classificação e monetização (van Dijck, 2013; Gillespie, 2018). Neste processo, a relevância tende a deslocar-se do valor deliberativo para o valor performativo, isto é, para a capacidade de produzir reacção, retenção e circulação.

A emergência de ambientes comunicacionais centrados no *feed* – sobretudo em plataformas de alta velocidade e alta competição por atenção – foi frequentemente descrita como condição para a segmentação do debate, para o reforço de tendências tribalizadas e para a intensificação de conflitos simbólicos (Sunstein, 2017; Vaidhyanathan, 2018). Estes processos articulam-se com transformações mais vastas da temporalidade social, em que aceleração, compressão do presente e instabilidade da atenção dificultam a sedimentação interpretativa necessária à produção de referências comuns (Rosa, 2013). A esfera pública torna-se, assim, simultaneamente mais intensa e mais volátil: mais intensa porque tudo acontece “em público” e em tempo real; mais volátil porque o tempo para elaborar e julgar é substituído por ciclos curtos de exposição e reacção.

Nos últimos anos, esta literatura foi ainda atravessada por um eixo decisivo: a crítica das infraestruturas técnicas e económicas que governam a circulação de informação. Em termos de poder, não se trata apenas do que é dito, mas de quem define as condições de visibilidade e quais os mecanismos de selecção e moderação que estruturam o espaço público digital (Pasquale, 2015; Gillespie, 2018). A isto soma-se a crítica mais ampla da captura

de dados e da reorganização da vida social por modelos extrativos, nos quais a participação é convertida em matéria-prima para previsões, monetização e governança algorítmica (Zuboff, 2019; Couldry & Mejias, 2019). É neste contexto que a integração da IA generativa – enquanto tecnologia de produção automática de linguagem – desloca novamente o problema: a plataforma não apenas distribui discursos, mas passa a coproduzir condições de enunciação, normalizando estilos, tons e formas de intervenção pública.

Este capítulo inscreve-se nesse campo, mas propõe um desvio teórico preciso: em vez de privilegiar uma leitura predominantemente sociotécnica da crise, aproxima o problema dos critérios filosófico-políticos do mundo comum e do juízo em Arendt, e da crítica da linguagem média e do tecno-fascismo em Neyrat. A hipótese é que a crise contemporânea da comunicação pública deve ser compreendida como alteração infraestrutural das condições do aparecimento e da inteligibilidade, isto é, como reconfiguração do próprio regime do político.

3. Arendt: mundo comum, pluralidade e juízo

Em Arendt (2001), a esfera pública não é simplesmente um mercado de opiniões, mas um espaço de aparição no qual os sujeitos se tornam visíveis uns aos outros por palavras e acções. Essa visibilidade só é politicamente significativa se estiver ancorada num mundo comum – um horizonte partilhável de referências que permite discordar sem dissolver a inteligibilidade do real. O mundo comum não é unanimidade nem consenso; é a condição mínima que torna a pluralidade praticável como pluralidade e não como simples fragmentação ou ruído incomensurável.

A faculdade do juízo é o operador central desta arquitetura. Julgar implica distinguir, comparar perspectivas, resistir ao automatismo e considerar o ponto de vista do outro. Arendt formula uma concepção de acção política que pressupõe que o agente seja capaz de partilhar um mundo comum colocando-se no lugar de qualquer outro (Arendt, 1993). Este tipo de pensamento que sabe transcender os seus limites individuais não pode funcionar

nem no isolamento estrito nem na solidão, porque necessita da presença dos outros no lugar dos quais se põe. A produção de juízo, para ser válido, reclama a presença de outrem (Arendt: 1993). O juízo é, por isso, um gesto intrinsecamente público: exige distância, duração e possibilidades de revisão. Quando estas condições se enfraquecem, a esfera pública pode tornar-se abundantíssima em reacções e, ainda assim, empobrecida em juízo. O que está em risco não é apenas o desacordo, mas a possibilidade de discordância significativa num mundo partilhável (Arendt, 2001).

Esta referência a Arendt desempenha, aqui, uma função precisa: estabelecer um critério do que se perde quando o espaço público se reorganiza de modo a tornar mais fácil reagir do que julgar. É nessa perda – perda de mundo comum e perda de juízo – que se jogam as consequências políticas da mediatização algorítmica.

4. Totalitarismo (Arendt): destruição do mundo comum e coerência automática

A análise arendtiana do totalitarismo introduz uma forma-limite de dominação que ultrapassa a repressão clássica. O totalitarismo não visa apenas controlar instituições; pretende reorganizar o próprio público, destruindo as condições de um mundo comum discutível e tornando supérflua a pluralidade. O ataque totalitário incide, por isso, sobre os fundamentos da política: a possibilidade de aparecer, de agir e de julgar no espaço público.

Nesta forma de dominação, a propaganda e a repetição não são acessórios instrumentais: constituem mecanismos de fabricação de ambiente. A distinção entre verdadeiro e falso torna-se secundária perante a imposição de uma coerência auto-confirmatória que dispensa a actividade do juízo. O resultado é a erosão da confiança na realidade enquanto campo comum de referência. O totalitarismo, nesta leitura, destrói a política não apenas pela violência física, mas também pela captura e automatização do sentido (Arendt, 2012).

Esta conceptualização é decisiva para pensar a crise contemporânea sem recorrer a analogias fáceis. O interesse de Arendt não é oferecer uma “comparação histórica” imediata, mas um modelo estrutural: quando o mundo comum se dissolve e o juízo se torna impraticável, abre-se um terreno favorável para formas de dominação que governam pela coerência automática. A utilidade deste modelo, no presente capítulo, está em fornecer um critério para avaliar fenômenos infraestruturais que podem enfraquecer as condições do político.

5. Crise da comunicação pública: fluxo, aceleração e fragilidade do juízo

A esfera pública digital reorganiza-se em torno de fluxos. O *feed* estrutura a experiência pública como sucessão episódica de acontecimentos, polémicas e recortes. O que ganha visibilidade tende a depender menos da relevância pública e mais da capacidade de gerar reacções mensuráveis, intensidades afetivas e ciclos rápidos de atenção. O debate desloca-se da elaboração para a resposta; do argumento para a performance; da duração para a tendência.

Esta aceleração compromete a durabilidade necessária ao exercício do juízo público. Em vez de sedimentação interpretativa, há sucessão de estímulos; em vez de continuidade pública, há substituição contínua. Assim, o mundo comum fragiliza-se não porque haja demasiadas opiniões, mas porque o próprio regime temporal do público torna difícil sustentar referências partilháveis. O excesso de sinais pode coexistir com a escassez de mundo. Este quadro pode ser compreendido como um regime de aceleração comunicacional em que a temporalidade curta tende a premiar reacção e intensidade em detrimento de continuidade e reflexão (Rosa, 2013; Tufekci, 2017).

Do ponto de vista arendtiano, o problema não é apenas a presença de conflito; é a dificuldade crescente em sustentar um horizonte de inteligibilidade comum no interior do qual o conflito possa ser julgado, argumentado

e refletido. A esfera pública torna-se mais intensa, mas menos estável; mais ruidosa, mas menos apta a produzir mundo comum.

6. Grok no X: uma mutação infraestrutural

A integração do Grok no X constitui um exemplo expressivo da transformação em curso: o modelo de linguagem deixa de ser uma ferramenta externa de consulta e passa a ser componente nativa do ambiente comunicacional, reduzindo o atrito entre leitura do *feed*, interpretação e intervenção discursiva. O Grok aparece como funcionalidade interna que pode ser mobilizada para obter contexto, explicação e sínteses, aproximando a interpretação automática do próprio fluxo de acontecimentos.

Além disso, o Grok pode ser invocado no interior das threads por menção, participando no encadeamento conversacional como actor semi-público. Este ponto é estrutural: a IA deixa de ser apenas um instrumento de bastidores e torna-se presença incorporada no circuito em que se disputam visibilidade e resposta. A consequência não é apenas “mais informação”, mas uma compressão da distância entre experiência e enunciação: o sujeito pode passar da leitura à resposta com linguagem pronta e contextualizada.

Como consequência para a esfera pública, isto significa que a plataforma já não organiza apenas o aparecer (o que se vê), mas intervém potencialmente no dizer (o que se escreve). Mesmo quando o utilizador solicita explicitamente a redacção, o efeito infraestrutural é a estabilização da fluência como padrão. A conversação pública torna-se o lugar onde a linguagem humana e a linguagem assistida se entrelaçam, alterando o regime de autoria, responsabilidade e singularidade discursiva. Este efeito não deve ser dissociado da opacidade estrutural das plataformas, onde a curadoria algorítmica e decisões de moderação moldam o alcance e a forma da visibilidade pública (Gillespie, 2018; Pasquale, 2015).

O caso Grok/X é, assim, mais do que um pormenor técnico. Ele marca uma mudança de regime: o ambiente não apenas distribui discurso; torna-se

capaz de sugerir, formatar e acelerar a produção discursiva, colocando a fluência assistida dentro do próprio circuito público de reação.

7. Neyrat: colonização algorítmica e tecno-fascismo

É neste ponto que a crítica de Neyrat se torna especialmente fértil. Em *Traumachine: Intelligence artificielle et techno-fascisme* (2025), Neyrat organiza uma crítica da IA generativa que não se limita ao problema da falsidade ou do enviesamento. O núcleo da análise reside na forma: a IA opera como máquina de média, produtora do plausível e do típico, oferecendo coerência fluente e linguagem pronta.

Nesta perspectiva, a colonização algorítmica da voz não precisa de censura explícita. Ela opera por conveniência, compatibilidade e repetição. O pensamento excedentário – a hesitação, o risco conceptual, a ruptura interpretativa – torna-se menos provável, não porque seja proibido, mas porque é menos recompensado num ambiente que privilegia fluidez, velocidade e adequação. A coerência imposta já não é doutrinária; é probabilística. Esta normalização não é apenas semântica: articula-se com estruturas opacas de curadoria, moderação e otimização da atenção, reconfigurando os custos e benefícios de cada forma de intervenção pública e favorecendo formas de discurso compatíveis com o regime de circulação dominante (Gillespie, 2018; Pasquale, 2015).

O efeito político central é, assim, a normalização do dizível. A esfera pública torna-se mais abundante em enunciados e mais pobre em pensamento. A pluralidade persiste enquanto ruído visível, mas enfraquece enquanto pluralidade praticável num mundo comum. Neste horizonte, a crítica de Neyrat permite compreender a IA não como mero instrumento, mas como operador de uma forma social total: uma tecnologia que tende a reorganizar a experiência pública pela média, deslocando o centro do debate da verdade para a probabilidade (Neyrat, 2025).

8. Tecno-fascismo: média, cognicídio e hiperautoritarismo

O conceito de tecno-fascismo, tal como Neyrat o mobiliza no interior de *Traumachine*, não deve ser entendido como analogia histórica imediata, mas como uma hipótese formal: a emergência de uma fascização produzida por infraestruturas técnicas que administram as condições do pensamento e da comunicação pública. Trata-se de uma dominação que opera por modulação do ambiente: visibilidade, temporalidade e dizibilidade são governadas por sistemas que normalizam o provável e reduzem a contingência do político.

Surge a ideia de cognicídio como a erosão das capacidades cognitivas associadas à autonomia do pensamento e à faculdade do juízo, substituídas por fluência estatística e linguagem pronta. A inteligência artificial e as infraestruturas digitais contemporâneas contribuem decisivamente para este processo, ao tornarem estruturalmente disponível uma linguagem fluente que dispensa o esforço interpretativo e reduz o custo da enunciação pública. O cognicídio não implica silêncio; implica fala contínua colonizada. É uma morte lenta do esforço do pensamento, não por repressão, mas por substituição funcional.

Além disso, a ideia de que a expansão das inteligências artificiais e a proliferação de ambientes hiperautoritários se alimentam reciprocamente acrescenta um elemento decisivo: técnica e política reforçam-se mutuamente num circuito que tende a favorecer novas formas de controlo. A inteligência artificial e as tecnologias de governação algorítmica oferecem a esses regimes instrumentos particularmente eficazes para acelerar vigilância, propaganda, gestão algorítmica de populações e neutralização preventiva do dissenso; por outro lado, ambientes hiperautoritários reduzem escrutínio público, enfraquecem mecanismos de responsabilização e normalizam a adopção de tecnologias de controlo sob a gramática da eficiência e da inevitabilidade técnica.

É neste quadro que o exemplo Grok/X se torna exemplar: o modelo de linguagem acoplado ao *feed* não é apenas uma ajuda ao utilizador; é um operador potencial de normalização do espaço público, pois aproxima interpretação e produção no mesmo gesto técnico, favorecendo a fluência e o típico como horizonte do dizer. O tecno-fascismo designa precisamente esta possibilidade: uma esfera pública intensamente activa e, ao mesmo tempo, progressivamente governável pela normalização do que é provável (Guerreiro, 2026).

9. De Arendt a Néyrat

Em termos de contributo teórico, este capítulo propõe uma ponte conceptual entre Arendt e Néyrat que evita simultaneamente dois desvios recorrentes. Por um lado, recusa a analogia histórica simplista que transforma “fascismo” num rótulo totalizante e indistinto, aplicável indiscriminadamente a qualquer fenómeno tecnológico contemporâneo. Por outro, recusa o determinismo tecnológico que atribui aos algoritmos um poder soberano e autónomo, como se a política fosse mero epifenómeno de uma técnica auto-propulsiva.

Ao recuperar o totalitarismo arendtiano como forma política que destrói o mundo comum e tende a tornar supérflua a actividade do juízo, e ao articular essa forma com a crítica neyratiana da IA como máquina de média e de normalização do dizível, sugere-se que a crise contemporânea da comunicação pública não deve ser lida apenas como degradação moral do debate ou ruído informacional, mas como transformação infraestrutural das condições do pensável e do dizível. O caso Grok/X funciona aqui como exemplo operacional dessa mutação: o acoplamento nativo entre *feed* e LLM comprime a distância entre interpretação e enunciação, favorecendo a fluência típica e a compatibilidade estatística como padrão de intervenção, com consequências relevantes para a pluralidade, para a autoria e para a própria experiência pública do juízo.

10. Conclusão: IA e Esfera Pública

A crise contemporânea da comunicação pública não pode ser reduzida à degradação do conteúdo. Trata-se de uma transformação estrutural do espaço público que fragiliza o mundo comum e enfraquece a faculdade do juízo. Arendt fornece os critérios: sem durabilidade, pluralidade e mundo comum, a política converte-se em reacção; sem juízo, a esfera pública torna-se superfície de alinhamentos e automatismos. A análise do totalitarismo oferece uma forma-limite: a destruição do mundo comum e a substituição do juízo por coerência automática (Arendt, 2009).

Neyrat, por seu lado, permite compreender a forma contemporânea desta crise: a colonização algorítmica do dizível por uma máquina que normaliza o dizer segundo uma média. O acoplamento entre LLM e feed – ilustrado pelo Grok integrado no X – intensifica a normalização ao reduzir a distância entre experiência e enunciação e ao introduzir fluência assistida como padrão. A hipótese do tecno-fascismo torna-se, assim, conceptualmente plausível: não como repetição do passado, mas como dominação infraestrutural do provável, agravada por dinâmicas de cognicídio e por um circuito de reforço entre expansão tecnológica e hiperautoritarismo (Guerreiro, 2026).

As implicações normativas desta leitura não se esgotam, portanto, em recomendações de literacia mediática ou em apelos à civilidade do debate. Se o problema é infraestrutural, então a resposta não pode ser apenas moral. O que está em causa é a preservação das condições do juízo, isto é, das condições públicas de debate, interpretação e discordância num mundo comum. Uma esfera pública democrática exige não apenas liberdade de expressão formal, mas também condições temporais e institucionais para que o sentido não seja continuamente absorvido por fluxos e por médias estatísticas.

Neste contexto, torna-se decisivo interrogar o estatuto normativo da integração nativa de modelos de linguagem em plataformas de debate público. O problema não é apenas a presença de novas ferramentas; é a possibilidade

de que a participação seja convertida em actividade semi-automática, onde o sujeito intervém sobretudo pela circulação de formulações compatíveis. Preservar a pluralidade implica proteger zonas de fricção, hesitação e risco interpretativo, sem as quais o mundo comum deixa de ser mundo e se torna mera sucessão de estímulos. A exigência política, aqui, não é eliminar a técnica, mas impedir que ela se converta em gramática silenciosa da esfera pública: uma gramática que normaliza o dizível, empobrece a diferença e, em última instância, aproxima o debate de um regime de governabilidade pela média ditada pelo algoritmo.

Referências Bibliográficas

- Arendt, H. (2001). A condição humana. Relógio D'Água. Arendt, Hannah (1993), Lições sobre a filosofia política de Kant, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Arendt, H. (2012). As origens do totalitarismo. Companhia das Letras.
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). The costs of connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford University Press.
- Gillespie, T. (2018). Custodians of the internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media. Yale University Press.
- Neyrat, F. (2025). Traumachine: Intelligence artificielle et techno-fascisme. Éditions MF.
- Pasquale, F. (2015). The black box society: The secret algorithms that control money and information. Harvard University Press.
- Rosa, H. (2013). Social acceleration: A new theory of modernity (J. Trejo-Mathys, Trans.). Columbia University Press.
- Sunstein, C. R. (2017). #Republic: Divided democracy in the age of social media. Princeton University Press.
- Tufekci, Z. (2017). Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest. Yale University Press.
- Vaidhyanathan, S. (2018). Antisocial media: How Facebook disconnects us and undermines democracy. Oxford University Press.
- van Dijck, J. (2013). The culture of connectivity: A critical history of social media. Oxford University Press.
- Zuboff, S. (2019). The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power. PublicAffairs.
- Guerreiro, A. (2026, 2 janeiro). A inteligência artificial e as suas sombras. Público. <https://www.publico.pt/2026/01/02/culturaipsilon/opiniao/inteligencia-artificial-sombras-2159540>

PARTE 2

**RACIONALIDADE
ALGORÍTMICA**

UM ALGORITMO PARA (OU CONTRA) A DEMOCRACIA

AN ALGORITHM FOR (OR AGAINST) DEMOCRACY

Bruno Serra¹²

Resumo: É sabido que, em tempos recentes, as plataformas de redes sociais têm vindo a moldar significativamente o panorama da política contemporânea. No entanto, e para além daquilo que tipicamente reconhecemos como “redes sociais” – o *Facebook*, o *X*, o *TikTok*, o *Reddit* e etc. –, esse panorama é hoje profundamente impactado também por plataformas audiovisuais online como o *YouTube* e seus sucedâneos, que acabam por influenciar de forma decisiva a maneira como pensamos e agimos na esfera pública. Nesta reflexão iremos a explorar a forma como tais redes e plataformas online têm contribuído, com os seus algoritmos – destinados a maximizar o tempo e frequência de utilização das mesmas –, para uma crescente polarização política e um extremar de posições ideológicas. Para tal, iremos considerar o fenómeno da criação e manutenção de *echo chambers* (câmaras de eco) no contexto dessas plataformas, a forma como os algoritmos contribuem para esse fenómeno, e de que forma o mesmo pode ser compreendido com recurso às reflexões de Walter Lippmann acerca do papel dos estereótipos no processo de formação da opinião pública.

Palavras-chave: Câmaras de eco; Algoritmos; Democracia; Lippmann; Redes sociais.

1. Professor auxiliar convidado na Universidade da Beira Interior e investigador integrado do Praxis – Centro de Filosofia, Política e Cultura.

2. O autor escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico.

Abstract: It is well known that, in recent times, social media platforms have significantly shaped the landscape of contemporary politics. However, and beyond what we typically recognize as “social networks” – *Facebook, X, TikTok, Reddit*, etc. – this landscape is now also profoundly impacted by online audiovisual platforms such as YouTube and its successors, which end up decisively influencing how we think and act in the public sphere. In this reflection, we will explore how such online networks and platforms, along with their algorithms – designed to maximize the time and frequency of usage – have contributed to increasing political polarization and the adoption of more extreme ideological positions. To this end, we will consider the phenomenon of the creation and perpetuation of echo chambers within these platforms, how algorithms contribute to such a phenomenon, and how the latter can be understood via Walter Lippmann’s reflections on the role of stereotypes in the process of the formation of public opinion.

Keywords: Echo chambers; Algorithms; Democracy; Lippmann; Social media.

1. Algoritmos e Câmaras de Eco

Em informática, um algoritmo pode ser definido como um conjunto de processos ou operações específicas que, aplicadas a um conjunto de dados (ou *inputs*), permitem resolver um problema ou produzir um dado resultado (*output*) num número finito de passos. Ora, sendo esta definição abreviada, ainda assim, excessivamente abstracta e críptica para um neófito no assunto, qualquer aluno de primeiro ano de engenharia informática tende a ser ensinado, antes de mais, que um algoritmo é como uma espécie de receita culinária: uma lista de passos e ingredientes pré-definidos que, se seguida à letra, permitirá produzir um determinado resultado final, de forma garantida e infinitamente replicável.

Entendido desta forma, um algoritmo escapa, por definição, à categorização entre “bom” ou “mau” num sentido moral, podendo tais categorias apenas ser traduzidas, respectivamente, em “eficaz” ou “ineficaz” – dependendo de saber se o algoritmo em causa permite (ou não) alcançar o objectivo/resultado pretendido de forma segura e repetível. Ou seja, um bom algoritmo é aquele que permite obter garantidamente o resultado pretendido da

forma mais eficaz possível, sendo um *mau* algoritmo o oposto disso mesmo. Recuperando a analogia culinária, uma *boa* receita de bolo de chocolate será aquela que, seguida à letra, permite chegar ao culminar do processo na presença de um sumptuoso bolo de chocolate – e não, por hipótese, de um *cocktail Molotov* (independentemente da indiscutível utilidade deste último para combater invasões ilícitas por parte de ditaduras comunistas, não seria, presumivelmente, tão bem acolhido como o primeiro numa convivial festa de aniversário).

Desta forma, e indo agora aos já infames algoritmos que regem as contemporâneas redes sociais, apenas o resultado visado – e não o algoritmo – pode ser avaliado substantivamente do ponto de vista ético ou político, já que o algoritmo é apenas um instrumento processual com vista a atingir um determinado fim. Ora, qual será então esse fim? A resposta é mais complexa do que possa parecer à primeira vista, já que plataformas online deste género comportam uma série de algoritmos que coexistem simultânea e simbioticamente, cada um deles subordinado a um propósito distinto (algoritmos de busca, de selecção, de moderação de conteúdos, etc.³). No entanto, aquele tipo de algoritmos que mais nos interessam na reflexão presente têm um objectivo bem definido: a promoção e manutenção do dito *engagement* – ou envolvimento – do utilizador com os conteúdos veiculados pela plataforma, com vista a maximizar o tempo de utilização da mesma.

Este objectivo, claramente impulsionado por um dos incentivos maiores que animam o funcionamento das plataformas desta natureza – a maximização dos valores referentes a receitas publicitárias e taxas de subscrição –, não é, em si mesmo, de todo ilegítimo ou pernicioso; afinal de contas, falamos aqui de plataformas que são geridas por ou configuram elas mesmas empresas privadas, para quem a viabilidade económica é condição *sine qua non* de sucesso e sustentabilidade. Quando consideramos os impactos éticos e políticos da persecução desse objectivo, contudo, a situação começa a

3. A propósito dos impactos individuais e sociais dos algoritmos inerentes aos próprios motores de busca que utilizamos para encontrar o que procuramos na internet, veja-se a interessante e provocadora obra de Eli Pariser (2012), *The filter bubble: How the new personalized web is changing what we read and how we think*.

afigurar-se mais problemática. E é precisamente aqui que a implementação dos algoritmos desagua na questão mais ampla que constitui um dos pontos focais desta reflexão: o fenómeno das *echo chambers* (câmaras de eco).

Num artigo seminal a propósito deste tema, publicado em 2018, Nguyen postula que uma câmara de eco é uma espécie de manifestação secundária de um outro tipo de fenómeno, ao podemos chamar de bolha epistémica (*epistemic bubble*). Esta última configura, nas palavras de Nguyen, “uma estrutura epistémica social na qual algumas vozes relevantes foram excluídas por omissão” (2018, p. 2). Esta estrutura pode ser criada espontaneamente a partir da nossa interacção social natural, na qual predominam familiares e amigos cujos pontos de vista sociais e políticos tendem a estar alinhados com os nossos. Quando essas redes sociais (sejam as do mundo físico ou do mundo online) são também utilizadas como fonte de notícias, contudo, “impomos a nós mesmos um filtro epistémico estreito e auto-sustentado, que exclui pontos de vista contrários e reforça ilegitimamente a nossa auto-confiança epistémica” (2018, p. 2).

Uma câmara de eco, por seu turno, diferencia-se de uma bolha epistémica na medida em que a exclusão de pontos de vista contrários e de vozes dissonantes não acontece por acidente, mas sim por desígnio, isolando sistematicamente os participantes nessas câmaras de eco de influências externas e desacreditando activamente vozes dissonantes. Ao fazê-lo, como explica Nguyen, “as câmaras de eco tornam os seus membros excessivamente dependentes de fontes internas aprovadas para obter informação. Nas bolhas epistémicas, as outras vozes simplesmente não são ouvidas; nas câmaras de eco, são activamente minadas” (2018, p. 2).

Por outras palavras, e conduzindo a discussão àquilo que nos interessa especificamente aqui, uma câmara de eco é – como o próprio nome indica – um ambiente social onde as nossas perspectivas, convicções e preconceitos sociais e políticos encontram eco, sendo sistematicamente reforçados pelas outras vozes que coabitam connosco a mesma câmara, e sem nunca serem contraditos ou colocados em causa. Como não poderia

deixar de ser, a vivência quotidiana neste tipo de ambiente tem o efeito de intensificar e, eventualmente, extremar a nossa crença na absoluta veracidade dessas mesmas perspectivas, convicções e preconceitos, tornando-nos crescentemente indisponíveis para tolerar qualquer ponto de vista que os pareça questionar ou refutar.

Este último aspecto é, também segundo Ngyuen, precisamente uma das principais diferenças entre uma câmara de eco e uma bolha epistémica: ao passo que nesta última, o confronto com informações que contradigam o ponto de vista prevalente normalmente leva a um reequacionar desse ponto de vista à luz das novas evidências, no caso de uma câmara de eco o contacto com pontos de vista ou ideias divergentes tende a fazer com que os membros da mesma se entrincheirem e radicalizem na defesa das convicções originalmente dominantes. Como é evidente, isto faz com que uma câmara de eco seja uma estrutura muito mais resistente a uma qualquer tentativa de dissolução ou redireccionamento de preconceitos ou ideias manifestamente falsos, já que tal tentativa será sempre vista como um malevolente “ataque” externo contra o qual os membros da câmara têm a obrigação de se defender, cerrando fileiras em torno das suas próprias ideias e preparando o seu próprio contra-ataque⁴.

Descritas deste modo, será fácil perceber de que forma a existência de uma câmara de eco, ainda que perfeitamente possível na nossa vida no mundo real, acaba por ser maximamente potenciada pela nossa existência num mundo virtual online: a possibilidade de criar grupos cuja pertença é concedida exclusivamente àqueles que demonstram ser verdadeiros “crentes” nas ideias basilares dos mesmo, a privacidade e o relativo anonimato dos membros do grupo, que os libertam para exprimir o que realmente lhes vai na alma sem medo de represálias por parte de indivíduos

4. Ironicamente, muita da literatura contemporânea que procura educar e alertar o público geral para o perigo sociopolítico das câmaras de eco acaba por fazê-lo a partir da perspectiva da sua própria câmara de eco – ou seja, reconhecendo a ameaça das câmaras de eco alheias, mas incapaz de reconhecer a participação própria numa estrutura idêntica. Veja-se, a este respeito, a obra de David Pakman (2025), *The echo machine: How right-wing extremism created a post-truth America*, que atribui à “extrema-direita” – isto é, os seus opositores no campo ideológico – a exclusividade na tentativa de tentar explorar as dinâmicas perniciosas das câmaras de eco online.

que não o compreendam ou aceitem, tudo isto são aspectos que muito mais facilmente são garantidos num ambiente online do que na sua alternativa offline.

Este tipo de análise, contudo, comporta ainda uma limitação importante: o facto de parecer pressupor que uma câmara de eco é algo que apenas é criado de forma deliberada e conspiratória, partindo fundamentalmente da iniciativa de indivíduos cujos interesses ou convicções tabu os levam a procurar a companhia exclusiva de quem partilhe semelhantes interesses ou convicções. Na realidade, pelo contrário, a generalidade das câmaras de eco nas quais a maior parte das pessoas se verá envolvida na sua vida online surgirá de forma espontânea e involuntária – o que, argumentaríamos, as torna potencialmente ainda mais perniciosas, porquanto a sua influência se torna assim ainda mais subreptícia. E é precisamente neste ponto que os dois temas de que temos estado a tratar – ou seja, os algoritmos e as câmaras de eco – se interseccionam de forma evidente e inescapável.

Como se relacionam então o tipo de algoritmos que mencionámos acima – a saber, aqueles destinados a promover o tão fundamental *engagement* – e a criação de câmaras de eco? De forma bastante simples e evidente, seria a resposta mais imediata. Ainda que quiçá de forma excessivamente simplista, a lógica de funcionamento interno desses algoritmos pode ser resumida sucintamente da seguinte forma: i) identificar as preferências do utilizador, com base na análise estatística do tipo de buscas realizadas, do conteúdo consumido e das hiperligações seguidas; ii) sugerir conteúdos semelhantes àqueles que parecem colher a preferência do utilizador; iii) analisar o *engagement* do utilizador com os conteúdos sugeridos em ii), utilizando essa análise para apurar mais precisamente o conhecimento das suas preferências; iv) repetir.

Ainda que todo este processo possa, bem entendido, ser substancialmente complexificado quando lhe somamos aspectos como análise meta-estatística, criação e catalogação de perfis de utilizador, cruzamento de dados entre plataformas e etc., a descrição simplificada que acabámos de apresentar

permite apreender o essencial do mesmo. No fundo, trata-se de perceber inicialmente que tipo de produtos prefere o cliente na nossa loja de doces virtual – rebuçados, por exemplo – e fazer depois com que, na sua próxima visita, esse cliente se depare com prateleiras recheadas de diferentes tipos de rebuçados, aproveitando o espaço que estava a ser desperdiçado com guloseimas menos do seu agrado para lhe poder oferecer mais daquilo que demonstrou apreciar. Claro que se, porventura, nessa próxima visita o cliente inquirir por chocolates, a sua loja personalizada se ajustaria a isso, apresentando um recheio dividido entre rebuçados e chocolates na visita seguinte. Mas até que tal aconteça, apresentar um aliciante sortido de rebuçados parece ser a estratégia mais segura para garantir a sua clientela continuada.

O problema, mantendo-nos nesta dulcífera analogia, surge quando o cliente em causa, agora habituado a encontrar-se rodeado por uma profusão de rebuçados de cada vez que entra na loja de doces que frequenta, começa a assumir – seja por esquecimento ou ignorância – que não existem outros doces que não rebuçados. Mais: todas as outras pessoas com quem se cruza e interage naquela loja de doces em particular estão ali também porque os rebuçados são o doce da sua preferência. Passado algum tempo de convivência e confraternização em torno da superior doçura do seu doce predilecto, desenvolve-se uma espécie de confraria de entusiastas dos rebuçados, que por esta altura consideram já fincar o dente num caramelo ou numa pastilha-elástica como uma espécie de heresia da confeitaria.

Reconduzindo o problema para realidade das redes sociais e as plataformas audiovisuais online, constataremos que a lógica pela qual se formam câmaras de eco a partir da acção dos algoritmos é, *mutatis mutandi*, exactamente a mesma. Nos dias que correm, um utilizador que demonstre alguma curiosidade ou predilecção por conteúdos políticos provenientes da direita radical numa plataforma como o X, o YouTube ou o TikTok rapidamente verá o seu *feed* e a sua lista de sugestões inundados por conteúdos políticos de semelhante índole. Repita-se o exercício para conteúdos políticos provenientes da esquerda radical, e o resultado final será exactamente

o mesmo. Se somarmos a isto a dimensão social das plataformas, patente nos comentários que acompanham tais conteúdos e, especialmente, nos canais ou comunidades que os promovem, estaremos na presença de evidentes câmaras de eco, de acordo com a definição apresentada anteriormente.

Em última análise, chegados a este ponto no processo, tais utilizadores terão pouca ou nenhuma hipótese de escapar às suas câmaras de eco, a não ser que façam um esforço consciente e deliberado nesse sentido – exercício que se torna mais difícil *quanto mais se ignora o próprio facto de estarmos inseridos numa câmara de eco*. Parecerá talvez inverosímil que assim possa ser, mas o desconhecimento generalizado do fenómeno que grassa ainda nos nossos dias contribui significativamente para aumentar a probabilidade dessa ignorância. Para quem desde muito cedo na sua utilização destas plataformas se viu inserido numa câmara de eco deste género, aquilo que lhe é dado a conhecer dentro da mesma é simplesmente “aquilo que há” na plataforma em causa; e sem nunca ser exposto a uma realidade diferente daquela, não tem qualquer motivo para duvidar que assim seja – uma espécie de reedição da alegoria da caverna platónica, se porventura houvesse uma caverna onde só se passassem vídeos bombásticos de André Ventura, Jair Bolsonaro e Donald Trump, e outra ao lado onde só fossem lidos discursos inflamados de Mariana Mortágua, Lula da Silva e Alexandria Ocasio-Cortez.

À luz do cenário actual, mesmo assumindo que a participação nessas câmaras de eco não foi ainda o suficiente para cristalizar psicologicamente certas ideias ou convicções nos indivíduos em causa, o supracitado esforço de fuga às mesmas terá sempre que contrariar, no mínimo, a inércia do próprio funcionamento interno das plataformas que as fomentam, e que insiste em fornecer uma espécie de dieta constante do tal doce que, até então – com um assentimento explícito (escolhendo) ou tácito (não recusando) –, demonstraram claramente ser o seu favorito.

2. Lippmann, Estereótipos e Dinâmicas de Grupo

Confrontados com as considerações que acabámos de tecer, poderíamos interrogar-nos sobre os motivos da aparentemente excepcional susceptibilidade contemporânea à pernicioso sedução das câmaras de eco online. Analisando os impactos especificamente políticos destas últimas, parece seguro afirmar o seu potencial para capturar e moldar ideologicamente os indivíduos, de tal forma que temos assistido a um crescente extremar de posições políticas e a uma gritante incapacidade de diálogo com quem advoga pontos de vista distintos dos nossos – factos aos quais a influência e prevalência das ditas câmaras de eco não serão, de todo, alheias. Será, contudo, deveras excepcional esta nossa susceptibilidade? Padecerão os indivíduos hodiernos de uma estupidez ou preguiça em grau particularmente elevado, como parece ser assaz vezes postulado? Ou será isto apenas o reflexo mais contemporaneamente evidente de uma certa faceta da nossa psicologia e vivência políticas, que sempre nos acompanhou ao longo da história?

Advogaríamos que esta última hipótese é a que mais se aproxima de um diagnóstico certo, ainda que se trate de uma faceta seguramente exacerbada pelas especificidades do tipo de existência para a qual a nossa experiência do mundo online e suas respectivas dinâmicas nos convoca. Por forma a melhor perceber a que nos referimos, seria pertinente recuperar aqui o pensamento de Walter Lippmann, jornalista e pensador político cuja popularidade atingiu o seu apogeu durante a primeira metade do século XX, mas que tem, entretanto, vindo a cair num progressivo e lamentável esquecimento.

O pensamento de Lippmann é notável por vários motivos, mas talvez mereça ser aqui especialmente destacado o seu despudorado pragmatismo e realismo político no que concerne às questões da formação da opinião pública e a gestão política que um governo democrático deve fazer da

mesma. A par de outros pensadores contemporâneos seus, como é o caso de Edward Bernays, Lippmann optou por adoptar uma abordagem maquiavélica à leitura da realidade política do século XX, recusando-se a subscrever visões idealizadas da natureza humana e do processo político, substituindo-as, ao invés, por uma consideração objectiva da *verità effettuale della cosa*⁵, passível de produzir considerações dotadas de efectiva utilidade prática para os analistas e decisores políticos.

Na sua obra *Public Opinion* (1922), Lippmann começa por postular que o mundo com o qual a generalidade dos cidadãos das democracias contemporâneas tem que lidar é excessivamente complexo e distante das suas vidas quotidianas, impedindo-os de ter a disponibilidade temporal e cognitiva necessária para considerar de forma detalhada e criteriosa as questões políticas que se lhes apresentam. Nas palavras de Lippmann, “o mundo com que temos que lidar politicamente está fora do nosso alcance, da nossa vista, da nossa mente. Tem que ser explorado, reportado, imaginado.” (1922, p. 29). Aquele tipo de consciência geral abstracta e artefactual a que chamamos “opinião pública” tem, assim, que “lidar com factos indirectos, invisíveis e perplexantes, acerca dos quais não há nada de óbvio” (1922, p. 27).

Contribuindo decisivamente para este cenário encontram-se as circunstâncias socio-económicas das sociedades contemporâneas, de acordo com as quais – ao contrário do privilegiado e ocioso cidadão da clássica *polis* ateniense – qualquer tempo que o cidadão contemporâneo médio poderia plausivelmente dedicar ao exame cuidado dos diferentes desafios políticos que se apresentam ao governo da nação tende ser inexoravelmente consumido por obrigações profissionais, familiares e etc., condenando-o a uma ignorância com a qual frequentemente se conforma, mas que nunca perde o seu carácter aviltante.

Como consequência desta limitação tão concreta como inescapável, Lippmann assere que, com a notável excepção de “alguns assuntos dos quais o nosso próprio conhecimento é substancial, não conseguimos distinguir

5. A verdade efectiva (ou real) da coisa.

entre relatos verdadeiros e falsos; optamos, portanto, por distinguir entre repórteres fiáveis e aqueles que não merecem confiança.” (1922, p. 223). Ora, esta última escolha, apesar de aparentemente mais simples do que a primeira, não é, ainda assim, desprovida de dificuldades. No que toca a decidir que repórter reconhecer como fonte fidedigna, deveríamos, em teoria, “escolher para cada assunto aquele cuja perícia [nesse assunto] seja superior. Mas a escolha de um perito, ainda que substancialmente mais fácil do que a escolha relativamente à verdade, é ainda assim demasiado difícil e frequentemente impraticável.” (1922, p. 223).

Em primeiro lugar, porque avaliar o grau de perícia de alguém sobre determinado assunto, bem como a idoneidade dos seus relatos sobre o mesmo, implica a consideração de uma multiplicidade de factores, desde as suas qualificações formais até a eventuais conflitos de interesse que possam existir, passando por saber se existem condicionamentos externos aos seus relatos e por aí em diante.

Em segundo lugar, porque quanto mais urgente for a resolução da situação social ou política sobre a qual o cidadão é chamado a pronunciar-se, mais inviável se torna essa avaliação criteriosa das vozes qualificadas às quais prestar atenção. Como dirá Lippmann mais tarde, a propósito do valor dos apelos à razão em política, “durante um motim em alto-mar não há tempo para ensinar cada marinheiro a tornar-se um perito na avaliação de peritos” (1922, p. 413); na relação entre piloto e restante tripulação, a última tem dificuldade em confiar na perícia do primeiro porque não sabe o que ele sabe, enquanto que o primeiro não sabe como fazer com que a tripulação compreenda a importância do que ele sabe.

Tratando-se isto de uma constatação obviamente desconfortável – particularmente, quando considerada no seio de um sistema político no qual a vontade geral é o pretense *locus* da soberania – coloca-se, desde logo, a questão de saber como tendemos nós a lidar com tal insuficiência epistémica. A resposta de Lippmann, não sendo, porventura, particularmente reconfortante, é perfeitamente coerente com o pessimismo epistemológico

subjacente às afirmações acima citadas: em termos genéricos, as acções de cada indivíduo não se baseiam “em conhecimento directo e seguro, mas em imagens por si construídas ou a si oferecidas” (1922, p. 25). Na maioria dos casos, elabora Lippmann, “não vemos primeiro e depois definimos; pelo contrário, definimos primeiro e depois vemos”. Ou seja, confrontados com uma realidade externa complexa e volátil, “escolhemos aquilo que a nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a compreender a nossa escolha da forma estereotípica da nossa cultura” (1922, p. 81).

O conceito de estereótipo – cunhado, na sua acepção psicológica, precisamente por Lippmann – entra aqui em jogo para elucidar o tipo de atalhos mentais que tendemos a adoptar para agilizar e simplificar o processamento cognitivo do mundo complexo que nos rodeia, atalhos esses que se tornam mais prevalentes quanto mais complexo esse mundo (e os seus problemas) se revelam⁶. Discorrendo sobre o real impacto dos estereótipos na forma como nos relacionamos com o mundo, diz-nos Lippmann que [a]s mais subtis e penetrantes de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Somos informados sobre o mundo antes de o ver. Imaginamos a maioria das coisas antes de as experimentar. E esses preconceitos, a não ser que a educação nos tenha dotado de uma consciência aguçada, governam profundamente todo o processo de percepção (1922, pp. 89-90).

Ora, se essa dependência de estereótipos é decisiva para os processos perceptivos e cognitivos gerais do indivíduo social, faz sentido o seja também no tocante ao caso particular da deliberação política. “Sempre que os hábitos políticos sejam semelhantes numa nação”, afirma Lippmann, “os primeiros lugares onde procurar uma explicação para esse facto são

6. Jacques Ellul, na sua notável obra *Propagandes* (2008), publicada originalmente em 1962, avança uma explicação para a susceptibilidade do “homem moderno” aos diferentes tipos de propaganda a que se encontra exposto, seguindo linhas semelhantes e, quiçá, complementares às adoptadas aqui por Lippmann. Segundo Ellul, existe no homem moderno não apenas uma susceptibilidade, mas uma verdadeira necessidade relativamente à propaganda, motivada por um sentimento de impotência perante a torrente de acontecimentos e desenvolvimentos que o mundo moderno faz com que, quotidianamente, se abatam sobre ele. Perante a complexidade do mundo que o rodeia, e a sua própria impotência em a compreender genuinamente, o homem moderno acolhe as explicações simplistas e redutoras da propaganda como uma espécie de bálsamo salvífico para uma angústia psicológica que é, em última análise, motivada pela sua insuficiência epistémica.

a creche, a escola, a igreja” (1922, p. 93) – ou seja, precisamente os lugares onde os estereótipos são fomentados e perpetuados, tanto de forma explícita como implícita. Assim, quando transcendemos o plano individual em direção ao plano social e comunitário, os estereótipos constituem, num certo sentido, simultaneamente estandartes e baluartes de uma determinada forma de ver, pensar e sentir o mundo; encontrando-se “fortemente carregados com os sentimentos que a eles estão associados”, são uma espécie de “fortaleza da nossa tradição” (1922, p. 96), permitindo-nos – para além de aliviar as ansiedades epistémicas já referidas – operar uma distinção clara entre aqueles que se situam dentro das muralhas dessa fortaleza, e aqueles que se situam fora.

Ora, se nos dias que correm as redes sociais e as plataformas audiovisuais online se substituíram, em termos de capacidade de influência social, ao tipo de contextos sociais citados por Lippmann (convenhamos que poucos jovens serão hoje tão influenciados pela escola e pela igreja como são pelos diferentes dispositivos electrónicos aos quais estão permanentemente ligados), é inteiramente plausível que as primeiras se tenham substituído aos segundos também enquanto *locus* de formação e reforço dos estereótipos predominantes. A este nível, a própria prevalência de fenómenos como os chamados *memes* na forma de comunicação entre os indivíduos online – particularmente, aqueles de uma faixa etária mais jovem – denota uma interacção fundamentalmente construída na base de ideias e imagens pré-concebidas, cuja utilização/compreensão permite determinar instantaneamente se se está na presença de alguém que pertence – ou não – ao “grupo” em causa.

Neste sentido, as redes e plataformas do género que temos estado a discutir, bem como os seus respectivos algoritmos e as câmaras de eco que acabam por fomentar, vêm notoriamente aprofundar o tipo de dinâmicas *in-group/out-group* que foram já sobejamente reconhecidas tanto por psicólogos (na teoria da identidade social, avançada por Turner & Tajfel durante os anos 70 e 80 do século XX, por exemplo), como por filósofos (entre os quais Carl Schmitt e a importância da distinção amigo-inimigo

na sua obra fornecerão talvez o exemplo mais evidente). A fortaleza da *nossa tradição* de que fala Lippmann é absolutamente evidente no caso das câmaras de eco, dotadas que são de fronteiras claramente definidas por um conjunto específico de ideias, convicções, crenças e estereótipos, cuja defesa convicta permite identificar imediatamente um dado indivíduo como pertencente ao nosso grupo (*in-group*), ao passo que qualquer tentativa de contestação ou refutação dos mesmos permite reconhecer – de forma igualmente imediata – o “inimigo” proveniente do exterior (*out-group*), instintivamente merecedor do nosso cepticismo, repúdio e animosidade.

3. Considerações finais

À luz de tudo o que temos vindo a discutir nas secções precedentes, parece-nos ter ficado estabelecido de forma assaz evidente que a forma de funcionamento das redes sociais e das plataformas audiovisuais online, assente em algoritmos que são, em larga medida, destinados a fomentar e manter o envolvimento dos utilizadores com as plataformas em causa, acarreta consigo evidentes perigos e desafios de índole socio-política (não considerando aqui sequer perigos de outra espécie – ao nível do desenvolvimento psicológico das crianças e dos jovens, por exemplo – que, apesar de igualmente sérios, não haveria oportunidade de desenvolver no contexto da presente reflexão). De forma a não concluir a nossa exploração deste tema de forma absolutamente aporética, contudo, cabe-nos aqui discorrer brevemente sobre que tipo de medidas – pessoais e políticas – poderiam ou deveriam ser tomadas para, no mínimo, procurar mitigar as consequências do problema em causa.

A primeira dessas potenciais medidas, que se nos afigura de forma evidente, tem a ver com um aspecto identificado também já por Lippmann – a educação. A este título, convidamos o leitor a fazer uma experiência: aborde-se alguém que se saiba ser um utilizador entusiasta deste tipo de redes/plataformas online e explique-se o conceito de câmara de eco nos seus traços gerais. Com grande probabilidade, chegar-se-á à lamentável conclusão que a pessoa em causa nunca ouviu falar de tal conceito, nem nunca considerou a

sua possibilidade – quanto mais as suas potenciais consequências. Ora, esta ignorância generalizada do problema contribui de forma decisiva para adensar a sua perniciosidade; tal como os estereótipos em geral, ou qualquer outro de mecanismo que opere ao nível do nosso subconsciente, quanto mais afastado o fenómeno das câmaras de eco estiver da nossa consideração consciente e deliberada, mais passível ele se torna de influenciar determinantemente a nossa forma de pensar, sentir e agir. Parece-nos, portanto, que deveriam ser encetados esforços no sentido de educar e consciencializar os indivíduos em geral para esta dimensão particular da sua existência online, não apenas por intermédio da sua educação formal – no âmbito da educação para a literacia digital, por hipótese –, mas também ao nível de uma consciencialização que tenha lugar em contextos mais informais e que, como tal, possa ser mais abrangente no seu alcance.

O segundo aspecto que nos parece merecer consideração está relacionado com a possibilidade de responsabilizar as empresas proprietárias das plataformas pelo potencial efeito pernicioso que as mesmas podem ter a este nível. Esse processo de responsabilização teria, necessariamente, que comportar a redacção e implementação de regulação destinada a estabelecer balizas claras para o funcionamento legítimo dos algoritmos que regem as plataformas, estabelecendo um sistema de incentivos e penalizações económicos que pudesse plausivelmente ser aplicado – e fiscalizado – na prática. Uma medida deste género irá, no entanto, esbarrar invariavelmente contra um sem-número de dificuldades e “impossibilidades”: a existência de vontade política nesse sentido a um nível tendencialmente global, a inércia imposta pela força económica (e, por conseguinte, política) das empresas tecnológicas do sector, a complexidade de desenhar – e implementar – regulação verdadeiramente eficaz, para além da própria resistência de interesses instalados que, directa ou indirectamente, beneficiam da existência das câmaras de eco e das dinâmicas socio-políticas que estas fomentam.

Assim, se a possibilidade de responsabilização política parece neste momento remota, restar-nos-á a possibilidade de responsabilização individual. Partindo de uma tomada de consciência da existência deste tipo de

câmaras de eco e dos seus potenciais efeitos danosos para a nossa vida social e política, caberá também a cada um de nós tomar as medidas necessárias para nos imunizarmos contra esses efeitos. Aqui, os espíritos mais radicais poderão determinar que a única medida verdadeiramente necessária é, simultaneamente, a mais drástica: a auto-exclusão deliberada de qualquer tipo de rede social ou plataforma online da índole daquelas que temos considerado. Apesar de se afigurar como uma solução válida para o problema – particularmente, para aqueles cuja presença nessas redes ou plataformas é já irrisória – poderá, em rigor, não ser tão eficaz como parece à primeira vista. Afinal de contas, as redes sociais e as câmaras de eco, como referimos mais acima, não existem apenas no contexto online, nem as suas dinâmicas potencialmente perniciosas são um exclusivo da era da internet. Note-se, a este respeito, que Lippmann escrevia nos anos 20 do século passado, e ainda assim os seus diagnósticos e prescrições parecem tão válidas hoje como eram então.

Na verdade, se no nosso quotidiano convivemos exclusivamente com pessoas cujas ideias, convicções e posicionamentos ideológicos são, de forma genérica, idênticos aos nossos, isso será manifestamente suficiente para criar uma câmara de eco ao nosso redor, acarretando consigo o mesmo tipo de consequências que reconhecemos às suas congéneres online. E nem o nível de educação ou de capacidade intelectual poderão servir como antídotos credíveis para este envenenamento do espírito – veja-se, a título de ilustração, a lamentável situação de quase fanática univocidade ideológica na qual se encontram tantas instituições académicas por esse mundo fora, pese embora o indiscutível calibre intelectual dos seus membros.

Em vista ao combate às câmaras de eco e seus efeitos nocivos, a mera pretensão de nos removermos do ambiente online é insuficiente; importa, mais do que qualquer outra coisa, reconhecer o problema e encarar a sua dificuldade frontalmente. Ora, este exercício implicará forçosamente que estejamos dispostos a sair daquilo que a maior parte das pessoas considera a sua “zona de conforto”, ou seja, o abraço aconchegador e reconfortante de um grupo de pessoas que possamos assumir, plausivelmente, pensar

e sentir de forma semelhante à nossa em relação a tudo aquilo que são questões socio-políticas substantivas. Pelo contrário, é hoje mais necessário que nunca desenvolver uma capacidade que, enquanto sociedade, temos vindo progressivamente a perder: a capacidade de dialogar com quem discordamos, e até com quem discordamos veementemente – por muito aberrantes e incompreensíveis que as suas ideias e convicções nos possam parecer à partida.

Em última análise, será apenas no desconforto desse diálogo que algum grau de compreensão mútua poderá ser atingida e, mais importante ainda – do ponto de vista epistémico –, que as nossas respectivas ideias podem ser postas à prova. Relativamente a isto, não podemos deixar de sugerir que se aplique a velha – mas não por isso menos válida – lógica de defesa da liberdade de expressão proveniente do liberalismo clássico. Parafraseando a formulação de John Stuart Mill em *On Liberty*, ao recusar considerar perspectivas opostas às nossas incorremos num duplo mal: se essas ideias, crenças e convicções se revelarem legítimas e correctas, estaremos a perder a oportunidade de “trocar o erro pela verdade”; se se revelarem erróneas, contudo, estaremos a abdicar de algo “quase tão valioso”, e que consiste numa maior clareza da veracidade das nossas próprias ideias, motivada pelo seu confronto com o erro (2008, p. 21).

Mesmo sabendo que é algo *démodé* citar Mill num mundo onde todos os lados da discussão política parecem dotados de uma certeza absoluta e finalista de estar na posse não de perspectivas possíveis, mas da *Verdade* (assim mesmo, capitalizada), argumentaríamos talvez seja hora de desenvolver alguma humildade, emergir das nossas respectivas câmaras de eco, e de considerar seriamente quais serão as consequências sociais e políticas de ignorar as suas palavras. Será relativamente fácil – basta olhar em redor.

Referências Bibliográficas

- Ellul, J. (2008). *Propagandes*. Economica.
- Lippmann, W. (1922). *Public Opinion*. Harcourt, Brace and Company, Inc..
- Mill, J. S. (2008). *On liberty and other essays*. Oxford World Classics.
- Pakman, D. (2025). *The echo machine: How right-wing extremism created a post-truth America*. Beacon Press.
- Pariser, E. (2012). *The filter bubble: How the new personalized web is changing what we read and how we think*. Penguin Books.
- Schmitt, C. (2007). *The concept of the political*. University of Chicago Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-48). Brooks/Cole.

RISCO SISTÊMICO E MEDIAÇÃO ALGORÍTMICA: COMO PRESERVAR DELIBERAÇÃO PÚBLICA SOB O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ESFERA PÚBLICA

SYSTEMIC RISK AND ALGORITHMIC MEDIATION:
PRESERVING PUBLIC DELIBERATION AMID
THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN
THE PUBLIC SPHERE

Fernando Rodrigues Peres (UEL)¹
fernando.peres@uel.br

Edina Regina Pugas Panichi (UEL)²
edinapanichi@sercomtel.com.br

Resumo: Este artigo realiza uma avaliação estritamente teórica dos riscos que a mediação algorítmica e a IA generativa introduzem na deliberação pública. Trata-se de riscos sistêmicos, decorrentes de propriedades emergentes de escala, acoplamento e opacidade das infraestruturas digitais, mais do que de eventos discretos. Mapeiam-se riscos ontológicos (indistinção entre voz humana e simulação, reconfigurando autoria e sujeito discursivo), epistêmicos (desancoragem de referências comuns, circuitos de verificação fragilizados e assimetrias de informação), pragmáticos (erosão do contraditório e da reciprocidade, aceleração que impede a sedimentação de juízos, gamificação e empurrões comportamentais), normativos (diluição de responsabilização,

1. Advogado atuante em Direito Digital e Crimes Cibernéticos. Bacharel em Direito; Especialização em Perícia Cibernética, Compliance, Inteligência Artificial, Direito Digital e Docência no Ensino Superior. Mestre em Ciência da Informação. Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina.

2. Graduada em Letras Anglo Portuguesas. Mestre em Letras. Doutora e pós-doutora em Letras. Atualmente é professora colaboradora da Universidade Estadual de Londrina

privatização da hierarquia do visível e tensões entre liberdade de expressão e integridade informacional) e institucionais (bloqueios de dependência de plataforma, concentração de poder computacional, dependências de trajetória e potenciais capturas regulatórias). Considera-se ainda a coordenação inautêntica por agentes automatizados, a tribalização alimentada por arquiteturas de atenção e a opacidade dos critérios de ordenação, recomendação e supressão. Argumenta-se que a esfera pública migra de um ideal de razão comunicativa para um regime de engenharia da visibilidade, exigindo – no plano analítico, não prescritivo – clarificação dos pressupostos de autenticidade, verificabilidade e pluralismo como condições de possibilidade do próprio espaço público

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Governança Digital; Administração Pública.

Abstract: This article offers a strictly theoretical assessment of the risks that algorithmic mediation and generative AI introduce into public deliberation. These are systemic risks arising from emergent properties of scale, coupling, and opacity in digital infrastructures rather than from discrete events. The analysis maps ontological risks (the indistinction between human voice and machine simulation, which reconfigures authorship and the discursive subject), epistemic risks (the unmooring of shared references, weakened verification circuits, and information asymmetries), pragmatic risks (erosion of adversarial rebuttal and reciprocity, temporal acceleration that prevents the sedimentation of judgments, and gamification and behavioral nudges), normative risks (diluted accountability, privatization of the hierarchy of visibility, and tensions between freedom of expression and informational integrity), and institutional risks (platform lock-in, concentration of computational power, path dependencies, and potential regulatory capture). It also considers inauthentic coordination by automated agents, tribalization fueled by attention architectures, and the opacity of ranking, recommendation, and suppression criteria. The article argues that the public sphere shifts from an ideal of communicative reason to a regime of engineered visibility, requiring – analytically, not prescriptively – clarification of authenticity, verifiability, and pluralism| as conditions of possibility of the public sphere.

Keywords: Artificial Intelligence; Digital Governance; Public Administration.

Introdução

A presente investigação examina, em chave estritamente teórica, como a mediação algorítmica, combinada ao uso de sistemas de Inteligência Artificial por órgãos estatais, reconfigura as condições de possibilidade da deliberação na esfera pública. Parte-se do entendimento de que as transformações não se limitam a episódios isolados, mas emergem de propriedades de escala, acoplamento e opacidade que atravessam infraestruturas digitais e rotinas administrativas.

A centralidade de plataformas na organização da visibilidade e na ordenação do que se torna público desloca o debate coletivo de um ideal de razão comunicativa para um regime de engenharia da visibilidade. Nesse ambiente programado, a hierarquia do visível, a cadência dos temas e o alcance das vozes passam a depender de cálculos invisíveis, muitas vezes impermeáveis à crítica pública e ao contraditório informado.

Nesse quadro, a deliberação democrática sofre pressões ontológicas (indistinção entre vozes humanas e simulações), epistêmicas (fragilização de referências comuns e caminhos de verificação) e pragmáticas (aceleração do ritmo, encurtamento de janelas de checagem, empurrões comportamentais que moldam atenção e conduta). Tais pressões incidem sobre direitos e garantias – igualdade, proteção de dados, liberdade de expressão e devido processo – e sobre a própria legitimidade do exercício do poder.

O problema reside em compreender como decisões automatizadas, integradas a políticas e serviços, produzem risco sistêmico quando aplicadas em massa e com baixa contestabilidade. A combinação de dados históricos, modelos opacos e rotinas administrativas digitalizadas pode amplificar vieses, naturalizar assimetrias e instituir, de modo silencioso, barreiras ao exercício de direitos por grupos diversos.

A relevância democrática decorre do fato de que a esfera pública – entendida como espaço de formação de juízos e de circulação de razões – depende de autenticidade das vozes, verificabilidade dos enunciados e pluralismo

efetivo de exposição. Quando esses pilares passam a ser mediados por cálculos opacos, torna-se necessário nomear os riscos que podem erodir as condições de um dissenso produtivo.

Os limites do escopo estão dados pela opção de não prescrever caminhos operacionais, não comparar regimes jurídicos específicos e não avaliar desempenhos técnicos de sistemas particulares. Trata-se de reunir conceitos, tensões e efeitos típicos que ajudam a compreender por que a deliberação pública se encontra, hoje, exposta a assimetrias de cálculo que atravessam o cotidiano das políticas e serviços estatais.

Esfera Pública e Mediação Técnica

A noção moderna de esfera pública consolidou-se como um espaço de formação de juízos e circulação de razões entre cidadãos, distinto do Estado e do mercado, mas capaz de influenciá-los por meio da crítica pública. Na reconstrução histórico-normativa de Jürgen Habermas, a emergência desse espaço está ligada à imprensa, aos salões e às associações letradas, em que publicidade e argumentação se tornaram critérios de legitimidade, ainda que marcados por exclusões sociais e de gênero (Habermas, 1989; 1996). Ao situar a deliberação como ideal regulativo, a teoria habermasiana fornece uma gramática para pensar autenticidade das vozes, reciprocidade argumentativa e veracidade como fundamentos do juízo público.

As plataformas digitais estruturam a circulação pública por meio de arquiteturas técnicas que combinam coleta massiva de dados, classificação, ordenação e recomendação, compondo um circuito contínuo entre observação de comportamento e captura de atenção. Esse arranjo socioeconômico, frequentemente descrito como capitalismo de vigilância, converte traços comportamentais em previsões comercializáveis, com efeitos diretos sobre o que se torna visível e com que intensidade (Zuboff, 2019). Do ponto de vista teórico, a chave interpretativa está na escassez de atenção, não de informação, formulada por Herbert Simon: em ambientes ricos em informação, o que falta é atenção para processá-la (Simon,

1971). As plataformas, portanto, otimizam métricas de engajamento para disputar essa escassez, redesenhando prioridades e acessos no espaço público (Wu, 2016; Napoli, 2019).

Essas práticas exploram exatamente as brechas das arquiteturas de atenção: repetição coordenada, engajamento artificial e exploração de métricas que servem de gatilhos para recomendações. Ao criar pistas falsas de popularidade e relevância, a coordenação inautêntica produz cascatas de visibilidade que influenciam percepção de maioria, custo social do dissenso e disposição para participar (Bradshaw; Howard, 2019). Como consequência, o espaço público passa a ser permeado por interações de fachada que parecem orgânicas, mas respondem a coreografias algorítmicas orientadas por objetivos estratégicos.

Nesse limite, a convergência entre simulação de subjetividade e automação de coordenação gera um campo híbrido em que mensagens com aparência humana são lançadas e amplificadas por sistemas, reconfigurando não apenas conteúdos, mas também sinais sociais – quem fala, quantos endossam, quão rápido repercute. Tais efeitos realimentam os circuitos de atenção das plataformas e podem degradar condições de pluralismo efetivo, reciprocidade argumentativa e verificabilidade, pilares da deliberação pública (Bender Et Al., 2021; Woolley; Howard, 2018).

Do ponto de vista estritamente teórico, a mediação algorítmica da esfera pública deve ser compreendida como co-produção entre escolhas técnicas, estruturas econômicas e dinâmicas sociais. Não se trata apenas de “tecnologia influenciando sociedade”, mas de um acoplamento em que infraestruturas computacionais e práticas comunicativas se ajustam mutuamente, produzindo regularidades, incentivos e assimetrias que redefinem as condições de possibilidade da deliberação (Ananny; Crawford, 2018; Bucher, 2018).

Em síntese, arquiteturas de plataforma organizam circuitos de atenção; modelos generativos introduzem simulação de subjetividade e indistinção de vozes; e automação de coordenação explora as propriedades dessas

arquiteturas para modular visibilidade e percepção de consenso. Juntas, essas camadas compõem o coração da mediação algorítmica contemporânea e explicam, no plano teórico, por que os riscos à deliberação pública são de natureza sistêmica – emergem de propriedades de escala, opacidade e acoplamento, e não de incidentes isolados (Zuboff, 2019; Ferrara, 2017; Bender Et Al., 2021).

Risco Sistêmico

Partimos de uma chave de leitura que entende risco sistêmico não como a soma de incidentes isolados, mas como uma propriedade emergente de sistemas complexos: quando aumentamos a escala, acoplamos componentes e toleramos opacidades, pequenas perturbações podem gerar consequências desproporcionais, porque a própria arquitetura do conjunto permite cascatas (Perrow, 1984; Haldane; May, 2011). Essa moldura desloca o foco do erro pontual para as condições estruturais que tornam certos erros previsivelmente amplificados.

Nessa moldura, a temporalidade comprimida dos ambientes digitais encurta janelas de verificação e favorece decisões reativas. O que se publica primeiro costuma viajar mais longe do que sua correção, produzindo um déficit de reparação já documentado nos estudos sobre desinformação (Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017). Com isso, a volatilidade informacional deixa de ser oscilação neutra: ela reordena agendas e altera custos de participação, ora suprimindo minorias argumentativas por rotação acelerada, ora saturando o debate por travamento algorítmico (McCombs; Shaw, 1972; Napoli, 2019).

Esse cenário se acopla a uma assimetria de cálculo: poucos agentes – plataformas, grandes anunciantes, operações coordenadas – dispõem de capacidades superiores de mensurar, prever e modular a atenção, enquanto o público carece de meios equivalentes de compreensão e resposta (Crawford, 2021; Ananny; Crawford, 2018). O resultado é um desbalançamento estrutural entre quem desenha o ambiente e quem participa

dele, que se manifesta, do ponto de vista do usuário, como imprevisibilidade e impotência.

Quando a hierarquia do visível é privatizada e os critérios de ordenação são opacos, formam-se “públicos de sombra”: audiências que não sabem por que veem o que veem, nem compartilham pistas comuns de relevância. O que conta como assunto público passa a ser produto de regras internas, adaptativas e pouco justificadas, mais do que resultado de seleção editorial ancorada em critérios públicos (Introna; Nissenbaum, 2000; Bucher, 2018). Desse modo, a própria noção de publicidade – condição clássica de legitimidade – perde lastro.

Daí decorre uma reconfiguração dos critérios de legitimidade: em vez de publicidade com justificativa, predomina performance de atenção; em vez de verificabilidade, sinais de popularidade. A tensão com ideais deliberativos (publicidade, reciprocidade, pretensões de validade) torna-se transparente, e a confiança se fragiliza quando decisões com efeitos públicos parecem seguir trilhas invisíveis (Habermas, 1996; Napoli, 2019). A consequência não é apenas ceticismo episódico, mas erosão prolongada da crença na correção possível do processo.

A opacidade técnica, jurídica e organizacional também complica a imputação de responsabilidades. Se dados, pesos e testes são desconhecidos – ou variam continuamente –, como atribuir erro ou discriminação com eficácia? A literatura de explicabilidade e *accountability* mostra que transparência genérica é insuficiente quando a operação é sociotécnica e distribuída: ver por dentro não garante entender o suficiente para contestar com efeito (Burrell, 2016; Ananny; Crawford, 2018).

Nesse terreno, atores automatizados potencializam cascatas artificiais. Bots e propaganda computacional exploram gatilhos de recomendação e sinais sociais ostensivos (curtidas, tendências) para inflar visibilidade, gerando efeitos de manada com aparência de organicidade (Ferrara, 2016; Woolley; Howard, 2018). Não é necessário um grande volume de

contas maliciosas; basta intervir nas bordas certas, nos momentos de maior sensibilidade do sistema, para multiplicar impactos.

Ao mesmo tempo, volatilidade e assimetria de cálculo se reforçam mutuamente: quanto mais volátil o ambiente, maior a vantagem de quem mede e intervém depressa; quanto maior a assimetria, mais provável que intervenções discretas gerem efeitos de larga escala. É nesse entrelaçamento que surgem pontos de falha informacionais, nos quais choques locais precipitam mudanças macroscópicas de crença e agenda (Haldane; May, 2011; Vosoughi; Roy; Aral, 2018).

A noção de acidente normal ajuda a entender por que falhas recorrentes não implicam necessariamente má-fé ou incompetência: em sistemas densos e acoplados, múltiplas pequenas falhas alinhadas bastam para produzir colapsos de visibilidade ou marés de narrativas enganosas (Perrow, 1984). Esse diagnóstico, além de explicar a repetição dos incêndios, reforça que soluções pontuais raramente endereçam o mecanismo gerador.

Por fim, vieses cognitivos previsíveis – preferência por confirmações, custos de processamento para correções, dependência de confiança na fonte – encontram na aceleração das redes um ambiente especialmente fértil, pois o tempo necessário à correção não cabe na janela de atenção disponível (Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017). Em termos normativos, portanto, o problema não são os algoritmos em abstrato, mas a combinação de escala, acoplamento e opacidade em arranjos privados com efeitos públicos (Gillespie, 2018; Pasquale, 2015).

Chamar esse quadro de risco sistêmico é reconhecer que a deliberação depende, hoje, de propriedades infraestruturais fora do alcance dos participantes comuns: o perigo principal não é o erro factual isolado, mas a erosão gradual de autenticidade, verificabilidade e pluralismo. Nesse sentido, a esfera pública mediada por plataformas gigantes, cálculo opaco e incentivos de engajamento reúne precisamente as três propriedades que agravam o risco – escala que amplia e acelera, acoplamento que sincroniza e propaga, e opacidade que impede aprendizado –, configurando

um problema estrutural da arquitetura informacional contemporânea (Perrow, 1984; Haldane; May, 2011; Burrell, 2016).

Tipologia de Riscos à Deliberação Pública

A tipologia dos riscos à deliberação pública pode ser lida em cinco planos que se encadeiam. No plano ontológico, está em jogo quem fala e o que conta como “voz” reconhecível: modelos generativos produzem enunciados verossímeis sem sujeito responsável, embaralhando autoria e autenticidade, enquanto deepfakes e outras sínteses multimodais deslocam o ônus da prova e encarecem a refutação, ampliando o curto-circuito entre enunciado, ator e responsabilidade (Bender et al., 2021; Chesney; Citron, 2019). No plano epistêmico, fragilizam-se verificabilidade e referências comuns: conteúdos emotivos e polarizantes circulam mais rápido que correções, criando assimetria entre viralidade e verdade; a “desordem informacional” corrói rotinas de checagem e correções tardias podem reforçar crenças prévias, ao passo que a personalização fragmenta exposições e reduz o território compartilhado, herança de arquiteturas voltadas a engajamento e não a veracidade (Vosoughi; Roy; Aral, 2018; Wardle; Derakhshan, 2017; Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017; McCombs; Shaw, 1972; Gillespie, 2014; 2018; Napoli, 2019). No plano pragmático, o design de plataforma afeta reciprocidade e ritmo da conversa: a velocidade comprime janelas de escuta e réplica, empurrões de ordem, saliência e fricção modulam atenção e tom, e os circuitos de “engajamento que gera exposição que gera engajamento” empurram dissensos minoritários para fora do horizonte imediato, trocando a pragmática do diálogo pela do clique (Thaler; Sunstein, 2008; Bucher, 2018; Ananny; Crawford, 2018). No plano normativo, a opacidade jurídico-técnica dificulta imputar deveres e faltas: segredo comercial e complexidade técnica produzem “caixas-pretas”, e transparência genérica não assegura contestação efetiva, exigindo inteligibilidade orientada à prestação de contas; a tensão entre liberdade de expressão e integridade informacional se agrava quando a priorização por engajamento enfraquece as condições para razões públicas (Pasquale, 2015; Burrell, 2016; Ananny;

Crawford, 2018; Habermas, 1996; Napoli, 2019). No plano institucional, concentração de dados, talentos e infraestrutura, efeitos de rede e altos custos de mudança conferem poder estrutural sobre hierarquias do visível, geram bloqueios de dependência e favorecem captura regulatória, enquanto intervenções mínimas em nós sensíveis reordenam rapidamente quem é ouvido (Arthur, 1989; Shapiro; Varian, 1998; Stigler, 1971; Gillespie, 2018; Ferrara, 2016; Watts; Strogatz, 1998; Barabási; Albert, 1999). A interação entre planos é cumulativa: simulação ontológica facilita desancoragem epistêmica; aceleração e empurrões pragmáticos dificultam reparo; opacidades travam responsabilização; estruturas de mercado limitam o corrigível. O núcleo deliberativo, assim, desloca-se do conteúdo isolado para a infraestrutura do encontro – o que as pessoas podem ver, quando e em que condições –, de modo que a ameaça central é arquitetural, não apenas de conteúdo (Gillespie, 2014; Bucher, 2018).

Direitos e Garantias em Tensão

A tensão entre direitos e garantias na esfera pública mediada por algoritmos começa pela igualdade: sistemas treinados com dados históricos tendem a reproduzir assimetrias pré-existentes e, ao operarem em larga escala, amplificam discriminações sutis em exclusões massivas. Nesse quadro, a literatura demonstra que decisões algorítmicas podem gerar impacto desigual mesmo sem intenção discriminatória explícita, seja pelo uso de variáveis correlatas, seja por padrões invisíveis ao escrutínio público (Barocas; Selbst, 2016). Em contexto estatal, portanto, o problema migra do plano moral para o constitucional, pois a igualdade não é apenas um valor abstrato, mas uma exigência jurídica de tratamento não arbitrário.

Por consequência, a proteção de dados conecta-se diretamente a esse diagnóstico. A coleta onipresente, a inferência preditiva e o reuso de informações em ecossistemas interoperáveis tornam porosos os limites do consentimento e enfraquecem expectativas razoáveis de privacidade (Cohen, 2019; Zuboff, 2019). De igual modo, quando órgãos públicos acoplam suas bases a serviços digitais e plataformas, a fronteira entre necessidade administrativa

e monitoramento difuso se torna turva, ampliando a assimetria informacional: o Estado sabe muito sobre o cidadão, enquanto o cidadão sabe pouco sobre o que o Estado (e seus fornecedores) faz com seus dados.

Ademais, o devido processo sofre em três frentes interligadas: compreensão, contestação e correção. Em primeiro lugar, a explicabilidade das decisões é limitada por opacidades técnicas, contratuais e organizacionais (Burrell, 2016). Em seguida, sem conhecer os fundamentos materiais da decisão, o cidadão não consegue exercer contraditório substancial. Por fim, a correção de erros torna-se tardia e custosa quando a automação produz efeitos “em bloco”. Nesse sentido, as propostas de algoritmos responsáveis convergem ao exigir trilhas auditáveis, justificativas compreensíveis e possibilidade real de revisão (Kroll et al., 2017; Citron; Pasquale, 2014).

Por outro lado, no coração do debate reside a fricção entre liberdade de expressão e integridade informacional. A liberdade de expressão sustenta a formação social da vontade política ao proteger processos de comunicação pública (Habermas, 1996; Balkin, 2018). No entanto, a integridade informacional – condições mínimas de verificabilidade e não manipulação da circulação – é pré-requisito para que a própria liberdade consiga produzir razões públicas; sem integridade, a liberdade degrada-se em ruído inercial, pouco apto a gerar entendimento.

Nesse ponto, a tensão emerge em dois planos distintos e complementares. No plano estrutural, arranjos de priorização por engajamento concedem vantagem a conteúdos sensacionalistas e moralmente polarizantes, desalinhando interesse público e métricas de performance (Napoli, 2019; Gillespie, 2018). No plano procedimental, medidas voltadas à integridade (rotulagem, fricções, *downranking*) podem ser percebidas como restrições à expressão quando carecem de justificação, proporcionalidade e auditabilidade. Assim, a questão teórica não se resume a “censura versus liberdade”, mas a como preservar as condições de possibilidade do uso público da razão em ecossistemas mediados por cálculo.

De modo correlato, a presença de conteúdos sintéticos persuasivos – inclusive *deepfakes* – agrava o dilema. Quando sinais de autenticidade são mimetizados com alta fidelidade, o custo de verificação cresce e o ônus da prova desloca-se para quem desmente, com potencial de dano reputacional e efeitos eleitorais irreversíveis (Chesney; Citron, 2019). Disso decorre que liberdade de expressão e integridade informacional podem entrar em colisão direta: permitir circulação irrestrita protege emissões; preservar a integridade requer freios que, se mal desenhados, atingem fala legítima.

Em síntese, há um risco de efeito cumulativo: pequenas perdas distribuídas – vieses discretos, decisões pouco explicadas, dados reutilizados sem clareza, manipulações de visibilidade – somam-se e corroem gradualmente a confiança, capital invisível da deliberação democrática. Diante da percepção de regras opacas e meios escassos de correção, cidadãos retraem participação e naturalizam assimetrias que deveriam ser excepcionais. Desse modo, instala-se um círculo vicioso entre desconfiança e opacidade que enfraquece a proteção de direitos e, no limite, a própria legitimidade do poder público.

Reconfiguração do ideal deliberativo

A passagem do ideal deliberativo ancorado na razão comunicativa para um ambiente regido pela engenharia da visibilidade implica mudança estrutural na gramática do público. Em Habermas, a legitimidade democrática depende de pretensões de validade – inteligibilidade, veracidade, sinceridade e correção – sob condições de reciprocidade e publicidade (Habermas, 1996). Nas plataformas digitais, porém, a ordem do visível é calculada por sistemas de classificação, priorização e recomendação; “quem aparece” e “quando aparece” passam a resultar de métricas orientadas à retenção de atenção, e não à qualidade do dissenso (Gillespie, 2014; Napoli, 2019).

O problema, portanto, não é opor “conteúdo bom” a “conteúdo ruim”, mas reconhecer um deslocamento infraestrutural: a relevância é coproduzida por design, incentivos comerciais e modelos preditivos, compondo uma política

do algoritmo que organiza agendas, ritmos e acessos (Introna; Nissenbaum, 2000; Bucher, 2018). A publicidade clássica fragmenta-se em publicidades paralelas sob curadorias personalizadas, nas quais sinais sociais – engajamento, tendência, proximidade – funcionam como “prova pública” sem assegurar verdade, representatividade ou justiça (Gillespie, 2018).

Nesse contexto, emergem assimetrias de cálculo: poucos atores definem parâmetros e testam continuamente o que os demais verão, enquanto o público experimenta um feed idiossincrático. Antes do argumento, importam as condições de encontro – localizar, ouvir e contestar – que estruturam a visibilidade do próprio argumento (Ananny; Crawford, 2018; boyd, 2010; Tufekci, 2017). O ideal deliberativo não desaparece, mas requer reconstrução teórico-normativa sob alta automação: a pretensão de validade passa a ser mediada por cálculos que tendem a privilegiar saliência sobre verificabilidade, excitação afetiva sobre inteligibilidade e pertencimento grupal sobre reciprocidade; além disso, regras e modelos mudam continuamente, reescrevendo o que conta como visível (Burrell, 2016; Gillespie, 2018).

Daí derivam condições mínimas para preservar a deliberação: autenticidade situável, distinguindo vozes humanas de simulações e localizando quem responde pelo que diz (Bender et al., 2021; Floridi; Cowls, 2019); verificabilidade pública, com trilhas de razão e prova inteligíveis para contestação, pois “abrir” não é “tornar compreensível” (Ananny; Crawford, 2018; Kroll et al., 2017; Burrell, 2016); pluralismo efetivo de exposição, capaz de produzir encontros cruzados em vez de bolhas funcionais, já que pequenas variações de feed geram grandes diferenças de crença (Pariser, 2011; Bakshy; Messing; Adamic, 2015; Barberá, 2015); cadência temporal compatível com réplica e contra-argumento, contrariando o prêmio do novo sobre o verdadeiro (McCombs; Shaw, 1972; Vosoughi; Roy; Aral, 2018); contestabilidade com efeito, permitindo questionar decisões de visibilidade e moderação como prática com consequências (Gillespie, 2018; Napoli, 2019); e reversibilidade razoável, já que em sistemas adaptativos erros se propagam rápido e correções chegam tarde (Dewey, 1927).

Em síntese, o foco se desloca da “boa fala” isolada para o ecossistema que torna fala e escuta possíveis. A razão comunicativa permanece como horizonte, mas, sob automação, deve ser pensada com categorias sensíveis à engenharia da visibilidade. Sem tais condições, o espaço público estabiliza reação em lugar de razão, o que reforça a urgência de tratar a infraestrutura do encontro como ponto de partida da deliberação.

Considerações Finais

As análises reunidas indicam que a deliberação pública, em ambientes mediados por cálculo, deixou de depender apenas da qualidade intrínseca dos argumentos para passar a depender, decisivamente, da infraestrutura que determina quem aparece, quando aparece e em quais condições é possível responder. Esse deslocamento – da razão comunicativa para uma engenharia da visibilidade – não elimina o horizonte normativo da deliberação; revela, antes, que sua realização prática é condicionada por propriedades técnico-organizacionais que se tornaram estruturantes.

Nessa chave, a qualificação do fenômeno como risco sistêmico explicita que não estamos diante de incidentes isolados ou de uma oposição simplista entre “conteúdos bons” e “ruins”, mas de efeitos emergentes de escala, acoplamento e opacidade. Quanto mais densas as interconexões, mais apertados os acoplamentos entre métricas, modelos e incentivos, e mais opacos os mecanismos de ordenação e priorização, maior a probabilidade de que choques locais se convertam em reconfigurações amplas da visibilidade e das crenças (Perrow, 1984; Haldane; May, 2011).

A tipologia discutida – riscos ontológicos, epistêmicos, pragmáticos, normativos e institucionais – oferece um mapa para compreender por que autoria e autenticidade se fragilizam sob simulação; por que verificabilidade e referências comuns se corroem sob cadências aceleradas e curadorias personalizadas; por que a reciprocidade argumentativa cede espaço à competição por atenção; por que a responsabilização se enfraquece sob

caixas-pretas; e por que concentração e bloqueios de dependência prefiguram o que é, de antemão, corrigível.

Sob esse enquadramento, a confiança democrática surge menos como crença subjetiva e mais como propriedade sistêmica: ela depende de arranjos que tornem previsíveis as regras do jogo público e inteligível a relação entre escolhas técnicas e consequências políticas. Quando participantes não localizam autoria, não reconstróem razões e não influem nas condições de sua própria visibilidade, a confiança se desfaz não por um erro pontual, mas pela experiência prolongada de assimetria intransponível.

O deslocamento teórico sugerido – do binário “verdade/falsidade” para a infraestrutura do encontro – autoriza redefinir a publicidade como condição de legitimidade: não basta “estar em público”; é preciso saber como o público é tecnicamente montado, por quais sinais é mantido e sob quais ritmos é atualizado. Em outras palavras, a deliberação não se encerra na argumentação; ela começa nas condições que tornam a argumentação localizável, audível e contestável.

Desse modo, o ideal deliberativo permanece como bússola, mas requer categorias sensíveis ao cálculo: autenticidade situável (para que autoria e *accountability* não se dissolvam), verificabilidade pública (explicações úteis à contestação), pluralismo efetivo de exposição (encontros cruzados que evitem fechamento informacional), cadência compatível com réplica (tempos mínimos para sedimentação de juízos), contestabilidade com efeito (possibilidade real de incidir sobre critérios de visibilidade) e reversibilidade razoável (capacidade de desfazer erros que escalam rápido).

O fenômeno da polarização e do efeito multiplicador, por sua vez, pode ser lido como acoplamento entre psicologia social e mecânica de plataformas: identidades e afetos alimentam sinais de engajamento, que retroalimentam a exposição, estabilizando fronteiras entre públicos e reescrevendo agendas antes que o contraditório informado opere plenamente. Trata-se de uma patologia típica de sistemas complexos, em que pequenas

alterações de ranking, design ou coordenação inautêntica geram trajetórias coletivas desproporcionais.

Importa frisar que reconhecer o problema como estrutural não implica fatalismo. Ao contrário: ilumina onde residem as condições de possibilidade da deliberação e por que certas patologias – volatilidade informacional, cascatas artificiais, indistinção de vozes – tendem a reaparecer apesar de remendos pontuais. Na linguagem dos sistemas, estamos diante de propriedades do regime de operação, não de anomalias esporádicas.

Por coerência com o escopo estritamente teórico assumido, evitou-se formular prescrições operacionais. O objetivo foi consolidar um vocabulário analítico capaz de orientar leituras e comparações – inclusive entre experiências nacionais – sem confundir diagnóstico conceitual com desenho institucional. Essa distinção ajuda a clarificar o que está em jogo quando cálculo e atenção mediam o espaço comum.

Em síntese, a crise contemporânea da deliberação é menos uma crise de argumentos e mais uma crise da infraestrutura do encontro entre argumentos. Enquanto o comum for arquitetado por sistemas que maximizam reação em detrimento de verificabilidade, personalizam exposição em detrimento de referências partilháveis e pacificam decisões com impacto público, a razão comunicativa permanecerá tensionada. Tornar explícitas essas condições não encerra o problema; delimita, com rigor, o terreno sobre o qual quaisquer soluções futuras precisarão caminhar.

Referências Bibliográficas

- Ananny, M., & Crawford, K. (2018). Seeing without knowing: Limitations of the transparency ideal and its application to algorithmic accountability. *New Media & Society*, 20(3), 973–989. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1461444816676645>
- Arthur, W. B. (1989). Competing technologies, increasing returns, and lock-in by historical events. *Economic Journal*, 99(394), 116–131. Recuperado de <https://doi.org/10.2307/2234208>
- Bail, C. A., Brown, T. W., Wimmer, A., et al. (2018). Exposure to opposing views on social media can increase political polarization. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 115(37), 9216–9221. Recuperado de <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1804840115>
- Bakshy, E., Messing, S., & Adamic, L. A. (2015). Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook. *Science*, 348(6239), 1130–1132. Recuperado de <https://doi.org/10.1126/science.aaa1160>
- Balkin, J. M. (2018). Free speech is a triangle. *Columbia Law Review*, 118(7), 2011–2056. Recuperado de <https://columbialawreview.org/content/free-speech-is-a-triangle/>
- Barabási, A. L., & Albert, R. (1999). Emergence of scaling in random networks. *Science*, 286(5439), 509–512. Recuperado de <https://doi.org/10.1126/science.286.5439.509>
- Barberá, P. (2015). How social media reduces mass political polarization: Evidence from Germany, Spain, and the U.S. *Proceedings of the 2015 APSA*. Recuperado de https://pablobarbera.com/static/barbera_polarization_APSA.pdf
- Barocas, S., & Selbst, A. D. (2016). Big data's disparate impact. *California Law Review*, 104(3), 671–732. Recuperado de <https://www.californialawreview.org/print/big-datas-disparate-impact/>
- Bender, E. M., Gebru, T., McMillan-Major, A., & Shmitchell, S. (2021). On the dangers of stochastic parrots: Can language models be too big? In *Proceedings of FAccT '21* (pp. 610–623). ACM. Recuperado de <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3442188.3445922>

- Boyd, d. (2010). Social network sites as networked publics: Affordances, dynamics, and implications. In Z. Papacharissi (Ed.), *A networked self: Identity, community, and culture on social network sites*. Routledge.
- Burrell, J. (2016). How the machine “thinks”: Understanding opacity in machine learning. *Big Data & Society*, 3(1), 1–12. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/2053951715622512>
- Bucher, T. (2018). *If... then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Chesney, R., & Citron, D. (2019). Deep fakes: A looming challenge for privacy, democracy, and national security. *California Law Review*, 107, 1753–1820. Recuperado de <https://www.californialawreview.org/print/deep-fakes/>
- Citron, D., & Pasquale, F. (2014). The scored society: Due process for automated predictions. *Washington Law Review*, 89, 1–33. Recuperado de <https://digitalcommons.law.uw.edu/wlr/vol89/iss1/1/>
- Cohen, J. E. (2019). *Between truth and power: The legal constructions of informational capitalism*. Oxford University Press.
- Crawford, K. (2021). *Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence*. Yale University Press.
- Dewey, J. (1927). *The public and its problems*. Ohio University Press.
- Ferrara, E. (2016). The rise of social bots. *Communications of the ACM*, 59(7), 96–104. Recuperado de <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2818717>
- Gillespie, T. (2014). The relevance of algorithms. In T. Gillespie, P. J. Boczkowski, & K. A. Foot (Eds.), *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society* (pp. 167–194). MIT Press.
- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. Yale University Press.
- Haldane, A. G., & May, R. M. (2011). Systemic risk in banking ecosystems. *Nature*, 469, 351–355. Recuperado de <https://doi.org/10.1038/nature09659>

- Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere*. MIT Press.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. MIT Press.
- Introna, L. D., & Nissenbaum, H. (2000). Shaping the web: Why the politics of search engines matters. *The Information Society*, 16(3), 169–185. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/01972240050133634>
- Kroll, J. A., Barocas, S., Felten, E. W., et al. (2017). Accountable algorithms. *University of Pennsylvania Law Review*, 165(3), 633–705. Recuperado de <https://scholar.princeton.edu/sites/default/files/felten/files/701.pdf>
- Lewandowsky, S., Ecker, U. K. H., & Cook, J. (2017). Beyond misinformation: Understanding and coping with the “post-truth” era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 6(4), 353–369. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2017.07.008>
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176–187. Recuperado de <https://doi.org/10.1086/267990>
- Napoli, P. M. (2019). *Social media and the public interest: Media regulation in the disinformation age*. Columbia University Press.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin Press.
- Pasquale, F. (2015). *The black box society: The secret algorithms that control money and information*. Harvard University Press.
- Perrow, C. (1984). *Normal accidents: Living with high-risk technologies*. Basic Books.
- Simon, H. A. (1971). Designing organizations for an information-rich world. In M. Greenberger (Ed.), *Computers, communications, and the public interest*. Johns Hopkins University Press.
- Shapiro, C., & Varian, H. R. (1998). *Information rules*. Harvard Business School Press.
- Stigler, G. J. (1971). The theory of economic regulation. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 2(1), 3–21. Recuperado de <https://doi.org/10.2307/3003160>

- Thaler, R. H., & Sunstein, C. R. (2008). *Nudge*. Yale University Press.
- Tufekci, Z. (2017). *Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest*. Yale University Press.
- Vosoughi, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). The spread of true and false news online. *Science*, 359, 1146–1151. Recuperado de <https://doi.org/10.1126/science.aap9559>
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework*. Council of Europe. Recuperado de <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework.html>
- Watts, D. J., & Strogatz, S. H. (1998). Collective dynamics of “small-world” networks. *Nature*, 393, 440–442. Recuperado de <https://doi.org/10.1038/30918>
- Wu, T. (2016). *The attention merchants: The epic scramble to get inside our heads*. Knopf.
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism*. PublicAffairs.
- Bradshaw, S., & Howard, P. N. (2019). *The global disinformation order: 2019 global inventory of organised social media manipulation*. Oxford Internet Institute. Recuperado de <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:1ba87bde-6a8d-4a7a-8c2f-4e3fb2d3d9fa>
- Woolley, S. C., & Howard, P. N. (Eds.). (2018). *Computational propaganda: Political parties, politicians, and political manipulation on social media*. Oxford University Press.
- Floridi, L., & Cowsls, J. (2019). A unified framework of five principles for AI in society. *Harvard Data Science Review*, 1(1). Recuperado de <https://hdrs.mitpress.mit.edu/pub/lz7e9364>

ALGO-RÍTMICO: A FORMA COMO O FACEBOOK FORMATAS AS RELAÇÕES SOCIAIS COM PERFIS DE IA

ALGO-RHYTHMIC: THE WAY FACEBOOK SHAPES SOCIAL MEDIA RELATIONS WITH AI PROFILES

Herlander Elias

Abstract: This paper examines how algorithmic design within Facebook organizes relational dynamics in the digital public sphere, considering the current platform wars, foregrounding the subtle yet powerful influence of artificial intelligence in structuring human interaction. Rather than conceiving algorithms as neutral tools, we analyze them as cultural agents that impose rhythm, hierarchy, and visibility upon social media exchanges. The central argument is that Facebook's algorithmic logics do not merely distribute information but actively construct social relations by privileging certain profiles, emotions, and patterns of connectivity. For instance, some dating profiles are fake, likely under suspicion of being made with AI to keep users on loneliness loop of doomscrolling and focused on meeting someone real, but they never get answers. Platforms managed by machines running our lives. If they are free, we are the product.

Keywords: algorithms; Facebook; public sphere; AI profiling; digital culture

Resumo: Este artigo examina como o design algorítmico do Facebook organiza dinâmicas relacionais na esfera pública digital, considerando as atuais guerras entre plataformas e destacando a influência sutil, porém poderosa, da inteligência artificial na estruturação da interação humana.

Em vez de conceber os algoritmos como ferramentas neutras, analisamo-los como agentes culturais que impõem ritmo, hierarquia e visibilidade às trocas nas redes sociais. O argumento central é que as lógicas algorítmicas do Facebook não se limitam a distribuir informação, mas constroem ativamente relações sociais ao privilegiar determinados perfis, emoções e padrões de conectividade. Por exemplo, alguns perfis de encontros são falsos, provavelmente suspeitos de terem sido criados por IA para manter os utilizadores num ciclo de solidão e *doomscrolling*, concentrados na ideia de conhecer alguém real – embora nunca obtenham respostas. Plataformas geridas por máquinas passam a dirigir as nossas vidas. Se são gratuitas, nós somos o produto.

Palavras-chave: algoritmos; Facebook; esfera pública; perfis de IA; cultura digital

1. Introduction

Through critical analysis, our thought highlights how AI-generated profiling and recommendation systems foster the illusion of intimacy and community while simultaneously driving polarization and surveillance capitalism. These processes reconfigure the public sphere into fragmented echo chambers, where algorithmically curated identities interact in ways that blur the line between authentic expression and machinic orchestration. The “algorhythmic” metaphor underscores how algorithmic systems choreograph interaction, turning everyday communication into a programmed dance where agency is negotiated between human users and non-human code.

In our way of thinking, this study draws on discourse analysis of platform design, policy reports, and recent critical thinking in digital media studies. It proposes a reframing of Facebook as both an infrastructure of sociality and an actor that co-produces subjectivity in the digital age. By foregrounding the performative dimension of algorithmic profiling, the paper contributes to debates on democracy, public discourse, and the future of AI-driven media environments. The contemporary public sphere is increasingly mediated by algorithmic architectures. Platforms such as Facebook not only provide arenas for communication but actively shape

the relational fabric of society. This paper argues that Facebook's algorithms operate less as neutral mediators and more as "algo-rhythmic choreographers" that structure how individuals interact, perceive, and construct meaning.

The term "algo-rhythmic" highlights the temporal and performative dimension of these processes: algorithms establish rhythms of visibility, attention, and affect, dictating which voices are amplified and which are silenced. The stakes extend beyond individual user experience, touching upon democratic deliberation, identity construction, and the commodification of social relations.

2. Algorithms as Cultural Agents

Early visions of algorithms framed them as technical instruments. However, critical scholarship increasingly positions them as cultural actors with agency in shaping symbolic environments. Facebook's algorithmic system, through newsfeed curation, recommendation engines, and targeted advertising, embeds ideological and economic logics into everyday communication. By privileging posts that maximize engagement, the platform incentivizes emotionally charged, polarizing, or sensational content. This process produces what José van Dijck terms a "platform society," in which sociality itself becomes a function of computational design. Algorithms are not passive; they prescribe rhythms of social interaction that reinforce particular values – immediacy, visibility, and virality. Meta group thrives on this tricotomy.

3. AI Profiling and the Illusion of Intimacy

A core mechanism of Facebook's infrastructure lies in AI-driven profiling. Each user is constructed not as a singular identity but as a dynamic data double – a composite of behavioral traces, preferences, and predictive scores. In other words, like we did in the live conference, we are just data. These profiles are continuously recalibrated to feed recommendation

engines, which simulate intimacy by suggesting “friends,” groups, or content aligned with past behaviors; this creates what Shoshana Zuboff calls “surveillance capitalism”: users believe they are engaging in spontaneous interactions, but their sociality is orchestrated to maximize extraction of attention and data value. The illusion of intimacy masks the fact that much of the relational choreography is machinically prefigured. The core idea is to promote data training for AI, we are the product under illusion of socializing.

4. Fragmented Public Spheres and Echo Chambers

The algorithmic logics of personalization reconfigure the public sphere into fragmented echo chambers. Users encounter curated streams of information that reinforce pre-existing beliefs, limiting exposure to dissenting perspectives. This is the idea of the “filter bubble”. While Jürgen Habermas envisioned the public sphere as a site of rational-critical debate, the algorithmic public sphere is shaped by affective feedback loops, misinformation, and polarization. The rhythm of engagement – likes, shares, comments – becomes a metric that defines legitimacy. Consequently, public discourse is increasingly governed not by argumentation but by algorithmically calibrated visibility. So we have code running numbers, and numbers running words, and words running emotions.

5. Algo-Rhythms as Choreography of Social Relations

The metaphor of “algo-rhythm” captures the performative nature of these dynamics. Just as dance is structured by rhythm and movement, social relations on Facebook are choreographed by algorithmic beats: notifications, trending topics, and viral content cycles. Human agency is not erased but negotiated within this environment. Users adapt their behavior – curating posts, timing shares, optimizing self-presentation – in response to anticipated algorithmic rhythms. In this sense, Facebook functions both as stage and choreographer, producing a hybrid form of sociality where human

expression and machinic logic intertwine. The problem is that some of us are unaware of this architecture.

6. Conclusion

Facebook's algorithms reshape the public sphere by imposing algo-rhythms that govern visibility, intimacy, and discourse. And all of a sudden a social media is turning is into just data for its AI. Far from being invisible back-end processes, algorithms act as cultural forces that co-produce subjectivities, foster polarization, and monetize attention. So in the end the invisible architecture almost changes reality. Recognizing the algo-rhythmic nature of social media is essential to critically interrogate its democratic implications. Users are not entirely free, just unaware of their surveilled state and their labeled format and data profile. If the public sphere is to retain its role as a space of deliberation and plurality, scholars and policymakers must address how algorithmic infrastructures dictate the rhythms of social life. But is social life inside a social network real life?

Bibliographic References

- Dijk, J. van, Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Oxford University Press.
- Habermas, J. (1989). *The Structural Transformation of the Public Sphere*. MIT Press.
- Gillespie, T. (2014). "The Relevance of Algorithms." In T. Gillespie, P. Boczkowski, & K. Foot (Eds.), *Media Technologies: Essays on Communication, Materiality, and Society* (pp. 167–194). MIT Press.
- Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism*. PublicAffairs.

DISCURSO DE ÓDIO NA ESFERA DIGITAL: ALGORITMOS DISCRIMINATÓRIOS, PROPULSORES DE PROCESSOS DE GERAÇÃO DE CONFLITOS NA OPINIÃO PÚBLICA

HATE SPEECH IN THE DIGITAL SPHERE:
DISCRIMINATORY ALGORITHMS AS DRIVERS
OF CONFLICT-GENERATION PROCESSES
IN PUBLIC OPINION

Juliana Moroni

Inês Amaral

Resumo: Este trabalho resulta num ensaio teórico-epistemológico sobre a relação entre discurso de ódio e algoritmos discriminatórios na esfera digital, entendendo-os como propulsores de processos de geração de conflitos na opinião pública. Tais processos, concebidos em termos batesonianos como cismogênese (Bateson, 2002; 2006), configuram-se como formas de divisão social que, quando orientadas para fins espúrios, como a discriminação de género, assumem carácter hetero-organizado, influenciando negativamente a opinião pública e deteriorando relações fundamentais à democracia. A partir da distinção entre processos auto e hetero-organizados (Debrun, 1996), discutimos as implicações epistemológicas da atuação persuasiva de algoritmos discriminatórios na produção de cismogêneses hetero-organizadas. Examinamos ainda o papel das mídias digitais, informativas e de entretenimento, na disseminação e perpetuação de preconceitos mediada por tais algoritmos. Concluimos que algoritmos discriminatórios promovem a manutenção de dinâmicas cismogênicas que afetam a opinião pública, alimentam a formação de novos algoritmos enviesados e aprofundam rupturas sociais, sendo agravadas pela ausência de debates amplos sobre discriminação algorítmica nos meios de comunicação.

Palavras-chave: Algoritmos discriminatórios; Opinião Pública; Discurso de ódio; Auto-organização; Cismogênese.

Abstract: This paper presents a theoretical–epistemological essay on the relationship between hate speech and discriminatory algorithms in the digital sphere, understanding them as drivers of conflict-generating processes within public opinion. Such processes, conceived in Batesonian terms as schismogenesis (Bateson, 2002; 2006), constitute forms of social division that, when directed toward spurious aims, such as gender discrimination, take on a hetero-organized character, negatively influencing public opinion and deteriorating relations fundamental to democracy. Based on the distinction between auto-organized and hetero-organized processes (Debrun, 1996), we discuss the epistemological implications of the persuasive influence of discriminatory algorithms in producing hetero-organized schismogenesis. We also examine the role of digital media, both informational and entertainment-oriented, in disseminating and perpetuating prejudices mediated by such algorithms. We conclude that discriminatory algorithms sustain schismogenesis dynamics that shape public opinion, feed the development of new biased algorithms, and deepen social ruptures - effects exacerbated by the lack of broad public debate on algorithmic discrimination across media environments.

Keywords: Discriminatory algorithms; Public opinion; Hate speech; Self-organization; Schismogenesis.

Introdução

Trabalho com dezenas de milhares de adolescentes todos os anos. Outro dia, um menino, que provavelmente está com 12 anos, levantou a mão e me questionou sobre as mulheres que mentem a respeito de casos de estupro e arruinam a vida de homens. Segundo ele, casos como esse acontecem todos os dias.

Perguntei onde ele tinha ouvido essa informação. E a resposta foi o Tik Tok. (Bates, entrevista à BBC News Brasil, 2025).

O avanço da inteligência artificial (IA) gera simultaneamente benefícios, como a previsão de desastres naturais, o aprimoramento de diagnósticos e o desenvolvimento de vacinas, e efeitos perniciosos que se naturalizam nas relações sociais. Entre estes, destacam-se a coleta opaca de dados para fins publicitários e a amplificação de discursos de ódio nas redes, incluindo misoginia, intolerância religiosa, aporofobia, etarismo, capacitismo, classismo, racismo, gordofobia e xenofobia. Neste trabalho, analisamos especificamente o discurso de ódio de gênero, intensificado por algoritmos discriminatórios e evidenciado em casos como o episódio recente na Polónia, em que jovens autodenominados “Szon Patrol” perseguem e expõem mulheres nas redes sociais por considerarem inadequadas as suas roupas, gerando violência presencial e *online* (Foricher, 2025).

A partir de uma abordagem interdisciplinar, examinamos essa problemática com base nos conceitos de cismogênese¹ (Bateson, 2002, 2006) e de auto-organização e hetero-organização (Debrun, 1996). Argumentamos que processos cismogênicos, enquanto indicadores de divisão social, podem ser compreendidos pela teoria da auto-organização, mas tornam-se particularmente perigosos quando hetero-organizados, isto é, quando conflitos são estimulados deliberadamente, visando fins espúrios. Defendemos que algoritmos discriminatórios de gênero funcionam como dispositivos que produzem e sustentam formas de cismogênese hetero-organizada, influenciando a opinião pública e rigidificando estruturas interpretativas que perpetuam discriminações.

Por fim, questionamos o papel das mídias informativas e de entretenimento na perpetuação ou mitigação desses processos, considerando que os conteúdos que produzem alimentam o treinamento de algoritmos. A ausência de debate público sobre discriminação algorítmica contribui para a manutenção da cismogênese hetero-organizada e para o controlo

1. O conceito de cismogênese é oriundo dos trabalhos de Gregory Bateson, “Man, “Culture Contact and Schismogenesis”, em 1935, bem como da sua obra *Naven*, publicada pela primeira vez em 1936. Cismogênese advém do termo grego σχίσμα *skhisma* e do termo γένεσις *genesis*, traduzido para a língua inglesa como *schism* (cisma, divisão) e como *generation* ou *creation* (geração e criação). Na língua portuguesa pode ser expressa como “criação da divisão.” (Scholarly Community Encyclopedia, 2022).

da opinião pública. Defendemos a urgência de regular plataformas digitais e desenvolver ferramentas algorítmicas capazes de identificar e contrariar padrões discriminatórios, fomentando dinâmicas sociais que reduzam o discurso de ódio e promovam maior equilíbrio nos sistemas sociais.

1. Auto-organização, hetero-organização e Cismogênese

A compreensão da relação entre algoritmos discriminatórios, discurso de ódio e opinião pública exige o entendimento prévio da noção de cismogênese, formulada por Gregory Bateson (2002, 2006), bem como sua articulação com os conceitos de auto-organização e hetero-organização desenvolvidos por Michel Debrun (1996). Para Bateson (2006, p. 218), a cismogênese é um processo de diferenciação no interior do *status quo*, entendido como um equilíbrio dinâmico no qual mudanças ocorrem continuamente. Tais mudanças resultam da interação cumulativa entre indivíduos, produzindo diferenças que podem ampliar contrastes ou neutralizá-los (Bateson, 2006, p. 219). As relações entre indivíduos e grupos modificam-se progressivamente por meio de dois tipos de cismogênese: complementar e simétrica. A cismogênese complementar caracteriza relações assimétricas marcadas por imposição, domínio e submissão, como na violência doméstica ou na exposição abusiva de mulheres em redes digitais, como no caso da pornografia de vingança. Já a cismogênese simétrica expressa disputas e rivalidades entre grupos, como tensões geopolíticas (EUA-China) ou embates entre *Big Techs* e Estados nacionais sobre regulação e soberania digital (Bateson, 2006, p. 219).

Bateson destaca que a cismogênese não é um processo irreversível: ela pode ser controlada por processos inversos que neutralizam a hostilidade, transformando-a em cooperação (2006, p. 230–235). Exemplos disso incluem movimentos feministas do sufrágio ao *#MeToo* e ao *AntiHSM*, ou trajetórias individuais como a de Fatou Ndiaye, que converteu experiências de violência *online* em ação política contra o racismo e a misoginia. Bateson também afirma que nenhuma relação humana é puramente complementar ou puramente simétrica; ambas coexistem e se influenciam (2006, p. 232).

Essa ambivalência permite compreender por que processos cismogênicos são necessários para a vitalidade de sistemas sociais, evitando sua cristalização e declínio.

A Teoria da Auto-organização (TAO) de Debrun (1996) proporciona um enquadramento adicional para interpretar dinâmicas cismogênicas. Para Debrun e Gonzalez (1998), a auto-organização emerge de encontros espontâneos entre elementos realmente distintos, sem supervisão central e sem pré-ajustes. No seu ponto de partida, esses sistemas carecem de memória e de conexões anteriores, permitindo que novas formas se constituam a partir de adaptações imediatas (aqui e agora). Na auto-organização primária, inexistem estruturas prévias; na auto-organização secundária, há um sistema sedimentado que possibilita maior complexidade e emergência de subjetividades, ainda sem hierarquias absolutas, mas com possíveis “hierarquias acavaladas” (Debrun, 1996, p. 10; p. 36). Exemplos de auto-organização incluem a mobilização espontânea de mulheres para interromper uma situação de violência ou o fluxo de trânsito ajustado sem sinalização ampla. Já a hetero-organização caracteriza sistemas centralizados, pré-determinados e dirigidos - como universidades ou regulamentações estatais.

A partir dessa articulação teórica, é possível compreender que a cismogênese pode assumir formas auto-organizadas ou hetero-organizadas. A primeira rompe padrões e produz renovação social; a segunda, quando negativa, implica controle centralizado, manipulação de fluxos informacionais e formação de condutas previsíveis. Isso é particularmente relevante no contexto digital: plataformas tecnológicas operam sistemas hetero-organizados que moldam interações, opiniões e afetos através de algoritmos discriminatórios. Pesquisas, como o estudo realizado pela Faculdade Baiana de Direito, Jusbrasil e PNUD (2010–2022), revelam que 58,54% do preconceito racial nas redes recai sobre mulheres negras, evidenciando a intersecção entre gênero e raça como alvo recorrente de processos de cismogênese complementar e hetero-organizada.

A cismogênese hetero-organizada manifesta-se de modo explícito no discurso de ódio, direcionado a grupos específicos e amplificado por sistemas algorítmicos que reforçam padrões informacionais segregadores - como no caso da “Szon Patrol”, que combina violência presencial e exposição digital como forma de controle e vigilância sobre corpos femininos. Esses processos podem rigidificar a opinião pública, naturalizando desigualdades e fomentando hostilidade. Entretanto, processos inversos também podem emergir: algoritmos detectores de discriminação, ações políticas coletivas e mobilizações sociais podem romper padrões tóxicos e gerar recomposição sistêmica. Neste sentido, a compreensão conjunta de Bateson e Debrun permite reconhecer que, embora algoritmos discriminatórios intensifiquem cismogêneses negativas, também podem ser desenvolvidas tecnologias e práticas sociais capazes de contrariar tais dinâmicas, promovendo relações mais equitativas nos sistemas sociais contemporâneos.

2. Discurso de ódio e algoritmos discriminatórios: ingerência de conflitos na formação da opinião pública

Se você se candidatar a uma vaga de emprego, por exemplo. Sabemos que 40% das empresas do Reino Unido usam algum tipo de IA no processo de recrutamento. E algumas dessas ferramentas são comprovadamente discriminatórias contra mulheres... (Bates, entrevista à BBC News Brasil, 2025).

Não existe definição universalmente consensual de **discurso de ódio** em direito internacional, mas há convergências entre organizações como as Nações Unidas em torno de alguns identificadores. De forma geral, trata-se de qualquer tipo de comunicação discriminatória – escrita, verbal ou gestual – dirigida a indivíduos ou grupos sub-representados e associada a violência de gênero, racismo, etarismo, discriminação por identidade e orientação sexual, origem social, religião, etnia, nacionalidade etc. (UN, s.d.; UN, 2023, p. 8). Santos, Amaral e Basílio Simões (2020, p. 5685) sublinham que o discurso de ódio ocorre *offline* e *online*, sendo este último expressão e extensão das desigualdades que já existem nas

relações presenciais. Manifesta-se através de vídeos, textos, imagens, memes, músicas, cartuns e *posts* em plataformas como *Facebook*, *Instagram*, *X*, *TikTok*, *YouTube* e *WhatsApp*. Com base na tipologia de discurso de ódio *online* proposta por Banaji e Bhat (2022), podemos distinguir conteúdos racistas, sexistas e misóginos, xenófobos, LGBTfóbicos, classistas, gordofóbicos, etaristas, capacitistas, antidemocráticos, entre outros; agressores que vão de grupos organizados pró-governos autoritários a *stalkers* individuais e usuários mal-intencionados; e vítimas como mulheres, população negra, população LGBTQIAPN+, imigrantes e refugiados, ativistas, jornalistas, profissionais de saúde, artistas e defensores de direitos humanos.

Shakuntala Banaji Ramnath Bhat (2022) propõem uma tipologia do discurso de ódio *online*, classificada de acordo com o conteúdo, o agressor e a vítima na qual será perpetrada a violência. Inspiradas nesta tipologia (p.21-24), elaboramos o seguinte quadro

Tipos de conteúdo de ódio

Racista, sexista e misógino, xenofóbico, homofóbico, lesbofóbico, bifóbico e transfóbico, classista, gordofóbico e outros tipos de *body shaming*, etarista, capacitista, antidemocráticos e contra a justiça.

Tipos de agressores

Grupos que operam (*online* e *offline*) a serviço de governos autoritários, grupos que não têm ligações governamentais, mas operam (*online* e *offline*) em nome de governos ou operam mesmo sem ter diretamente ligações governamentais, indivíduos que não pertencem a nenhum tipo de organização governamental, indivíduos oportunistas que alteram sua perspectiva política e se submetem a governos autoritários em busca de benefícios próprios, *stalkers* que geralmente direcionam discurso de ódio por desejos pessoais ou ideológicos e usuários mal-intencionados ou inexperientes que acessam as redes sociais para disseminar ódio e agressividade.

Vítimas

Mulheres, vítimas de discurso de ódio referente a sua etnia, raça, religião, sexualidade, perspectiva política, classe social, PcD, origem e nacionalidade, corpo e aparência de modo geral, etc; homens, geralmente vítimas de discurso de ódio referente a sua sexualidade, PcD, classe social, origem e nacionalidade, religião, população LGBTQIAPN+, imigrantes e refugiados, ativistas, políticos, jornalistas, advogados, juízes, líderes comunitários e demais indivíduos ou grupos, defensores dos direitos humanos, geralmente anticapitalistas e que lutam por justiça social.; profissionais da saúde que defendem uso de vacinas e outros tipos de medicamentos; artistas e escritores que se posicionam a favor de alguma causa democrática, decolonial e pela paz e qualquer pessoa que se posicione contra preconceitos e discriminação.

A partir do quadro acima, compreendemos que grupos subrepresentados politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente são vítimas e principais alvos do discurso, fundamentado em preconceitos que geram discriminações. Subrepresentados em detrimento do padrão dominante estabelecido pelo homem branco, heteronormativo e, geralmente, religioso. Malê e Alma Preta (2023), com base em investigação do *Datal_labe*, mostram que 81% das pessoas negras LGBTQIAP+ relataram ataques de discurso de ódio nas eleições brasileiras de 2022, sobretudo em ambiente virtual. A Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, 2023), analisando mais de 1500 publicações em X, Reddit, Telegram e YouTube na Bulgária, Alemanha, Suécia e Itália, indica que mulheres, bem como pessoas de origem cigana, judaica e africana, aparecem recorrentemente como alvo de narrativas hostis. A pesquisa da *Coding Rights* e do *InternetLab* para a Relatora Especial da ONU sobre violência contra a mulher (2017) identifica como métodos recorrentes de violência *online*: comentários misóginos, racistas e transfóbicos, uso de *bots* e perfis falsos, *hashtags* para perseguição direcionada, *flaming*, *gaslighting* e coerção para que mulheres abandonem plataformas. As Nações Unidas (s.d.) destacam ainda práticas como *sextorção*, *doxxing*, *cyberbullying*, *cyberstalking*, *grooming* e o uso de tecnologias para localizar sobreviventes de abusos e infligir novas violências, como evidenciado pelo caso investigado pelo *Profissão Repórter* (2025) de um grupo no *Discord* que ameaçava divulgar dados de jovens mulheres.

O discurso de ódio *online* é intensificado por algoritmos discriminatórios, que tanto alimentam como são alimentados por interações violentas, reforçando estereótipos. Moroni, Amaral, Broens e Gonzalez (2025, *in press*) dialogam com O’Neil (2016) e Noble (2018) ao salientar que algoritmos não são neutros: são formulados para cumprir metas definidas por programadores, cujos valores e visões de mundo se inscrevem nos modelos. O’Neil (2016) mostra que, ainda que algoritmos possam ter usos benéficos (por exemplo, na saúde), o enviesamento estrutural tende a afetar mais duramente populações vulnerabilizadas. Noble (2018) evidencia como estruturas de poder e ideologias de extrema-direita dentro das próprias *Big Techs* (incluindo gestores e engenheiros) facilitam a produção de “algoritmos de opressão”, tornando implausível qualquer pretensão de neutralidade:

[...] some of the very people who are developing search algorithms and architecture are willing to promote sexist and racist attitudes openly at work and beyond, while we are supposed to believe that these same employees are developing “neutral” or “objective” decision-making tools. (Noble, 2018, p. 2).

Um campo privilegiado desta dinâmica são os sistemas de recomendação (SR). Chen et al. (2021) explicam que SRs personalizam informações em comércio eletrônico (*Alibaba, Temu, Amazon*), redes sociais (*Instagram, Weibo, WhatsApp, WeChat*) e plataformas de vídeo (*YouTube, TikTok*), gerando simultaneamente conveniência para usuários e lucros para provedores.

Esses sistemas operam num *feedback loop* no qual dados de usuários treinam o modelo, que por sua vez devolve recomendações que reforçam e atualizam preferências, num processo de “evolução dinâmica mútua” (Chen et al., 2021, p. 4). Nesse ciclo surgem diversos vieses: de seleção, exposição, conformidade, posição, bem como viés indutivo e, sobretudo, os vieses de popularidade e de injustiça. O viés da popularidade promove itens já sob alta interação, marginalizando conteúdos menos populares — como livros de autoria feminina, por exemplo. O viés da injustiça faz com que o sistema discrimine certos indivíduos ou grupos em favor de outros, reproduzindo discriminação pré-existente: vagas de emprego direcionadas

principalmente a homens, padrões de associação racista, ou baixa visibilidade de grupos já estigmatizados.

Smolyakov (2025) argumenta que tais sistemas exploram vulnerabilidades cognitivas, como o viés de confirmação, aprisionando usuários em bolhas ideológicas nas quais conteúdos que despertam indignação, raiva e medo geram mais engajamento. Pesquisa da Global Witness (2025) mostra que, antes das eleições federais alemãs, *TikTok* e *X* recomendaram massivamente conteúdos de extrema-direita ligados ao AfD (78% e 64% das amostras analisadas, respectivamente), muito acima da intenção de voto real do partido (<20%). A “manosfera” – redes de comunidades masculinistas que promovem misoginia e ódio à população LGBTQIAPN+ – constitui exemplo paradigmático de cismogênese hetero-organizada alimentada algorítmicamente. Dados da Safernet, citados por Santos e Schurig (2025), revelam que *TikTok* e *X* lideraram índices de discriminação de gênero em 2021 e 2022, enquanto *Instagram* e *Facebook* também figuram entre as principais plataformas de disseminação de conteúdo misógeno. Audi (2025) observa que conteúdos antes confinados à *deep web* migram hoje para a superfície da internet sob a forma de humor, autoajuda ou “conteúdo motivacional”. Segundo Zancanelli (2024) e estudo da Universidade de Dublin (2024), vídeos misóginos, antifeministas, de extrema-direita e conspiracionistas passam a ser recomendados entre 2 e 26 minutos de uso contínuo de *TikTok* e *YouTube*. Sabbatini (2025) sublinha que o modelo de negócios das plataformas privilegia engajamento e lucro, não a proteção de usuários.

Esse ambiente alimenta ataques misóginos e teorias conspiratórias, como os que visam Brigitte Macron, acusada falsamente de ser uma mulher trans (Lemos, 2025), ataque que atinge simultaneamente mulheres e pessoas trans. As formas de violência de gênero *online* descritas pela ONU (s.d.) – *sextorsão*, *doxxing*, *cyberbullying*, *grooming* etc. – mostram como a esfera digital amplia e agrava violências *offline*, como no caso reportado pelo Profissão Repórter (2025) sobre chantagens e incitação à automutilação em grupos no *Discord*. Esses processos configuram cismogênese hetero-

-organizada, orientada por algoritmos discriminatórios que produzem conflitos e assimetrias de poder na esfera digital.

A opinião pública, nesse contexto, é simultaneamente alvo e produto dessa ingerência algorítmica. Glynn, Herbst, Lindeman, O’Keefe e Shapiro (2016) mostram que não há consenso epistemológico sobre o conceito de opinião pública, enraizado em tradições filosóficas distintas e em diferentes contextos socioculturais. No século XIX, autores como Bentham viam a opinião pública como mecanismo de equilíbrio social; Tocqueville refletiu sobre seu papel em sociedades desiguais; Marx e Engels, embora não empregassem o termo, analisaram a hegemonia ideológica da classe dominante sobre a classe trabalhadora. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, da imprensa à televisão, conglomerados midiáticos passaram a influenciar fortemente a formação da opinião pública: Tarde (2005) concebe o jornal como favorecedor de participação política, enquanto Jamieson (1988) compreende a televisão como uma tendência à dramatização simplificadora. No contexto atual, as plataformas digitais disputam, com vantagem, essa influência.

Segundo Glynn et al. (2016, p. 13–21), há cinco diferentes categorias que caracterizam o conceito de opinião pública: (1) soma de opiniões individuais; (2) expressão de crenças majoritariamente dominantes; (3) expressão de grupos de interesse como grandes corporações e partidos políticos; (4) reflexo da influência da elite e da mídia de cada sociedade; ou (5) ficção, isto é, a opinião pública é uma construção sem conexão com a realidade. A opinião pública se constitui na esfera pública, inclusive no ecossistema digital, de forma momentânea, volátil, contextualmente dependente e influenciável por múltiplos fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e midiáticos. Por esfera pública entende-se “(...) we mean first of all a realm of our social life in which something approaching to public opinion can be formed. Access is guaranteed to all citizens.” (Habermas, 1974, p. 49). Uma parte da esfera pública emerge a partir das conversas entre indivíduos que se reúnem para formar um corpo público. Os indivíduos têm atitudes de um corpo público quando irrestritamente podem se reunir e expressar suas opiniões públicas.

A esfera pública é a intermediária entre a sociedade e o Estado, no qual as pessoas se organizam como detentoras da opinião pública. (Habermas, 1974, p. 49). Dahlgren (2005, p. 148) descreve a esfera pública como constelação de espaços comunicativos que permitem circulação de informação, debate e formação da opinião política, na qual a mídia – e mais recentemente as mídias interativas – desempenham papel central.

Com a digitalização, a esfera pública torna-se multipública, articulando diferentes arenas de comunicação (Dahlgren, 2005; Staaab; Thiel, 2022). Habermas (2006) alerta para o risco de degradação da confiança política (“*videomalaise*”), através da comunicação digital de massa, via redes sociais, afugentando e degenerando democracias (Lee, 2005). A esfera digital, comandada por plataformas comerciais, não apenas reproduz como intensifica desigualdades de poder discursivo, segmentando públicos em bolhas e facilitando a ingerência de atores que pretendem direcionar a opinião pública. Assim, algoritmos discriminatórios podem ser compreendidos como dispositivos de cismogênese hetero-organizada complementar, nos quais *Big Techs* e grupos políticos exploram vieses cognitivos e emocionais para aprofundar dicotomias e naturalizar discursos de ódio, como sugerem os casos do algoritmo policial de avaliação de risco de feminicídio na Espanha (Santariano; Toll Pifarré, 2024) e da permissividade do Instagram diante de ataques misóginos e ameaças contra Kamala Harris, Alexandria Ocasio-Cortez e outras mulheres políticas (CCDH, 2024).

Finalmente, Penãrredonda et al. (2025) mostram que empresas como *Meta*, *Google*, *Amazon* e *Microsoft* exercem forte *lobby* sobre governos latino-americanos para travar regulações sobre dados e responsabilização algorítmica, como reconhece a própria *Alphabet* em relatório à SEC (2024). Tal ingerência reforça processos cismogênicos complementares, nos quais a auto-organização social é substituída por ajustes pré-determinados orientados por interesses econômicos. A opinião pública passa, assim, a expressar sobretudo a voz de grupos dominantes, enquanto algoritmos discriminatórios monetizam o conflito, degradam a democracia e mantêm o poder de uma ordem social patriarcal, branca, heterossexual e conser-

vadora. Em síntese, discurso de ódio e algoritmos discriminatórios convergem para produzir e gerir conflitos na esfera digital, com impactos profundos na formação e deformação da opinião pública contemporânea.

Considerações finais: breve reflexão sobre o vácuo midiático na abordagem da problemática acerca dos algoritmos discriminatórios e da opinião pública

A partir de uma perspectiva filosófico-interdisciplinar, neste trabalho refletimos sobre a relação entre discurso de ódio e algoritmos discriminatórios enquanto propulsores de conflitos na opinião pública. Primeiro, procurámos articular o conceito de cismogênese em Bateson (2006) com o de auto-organização em Debrun (1996), mostrando como dessa relação decorrem a cismogênese auto-organizada, a cismogênese hetero-organizada e a cismogênese inversa. Sob a luz da Teoria da Auto-Organização (TAO), os processos cismogênicos são entendidos como necessários à dinâmica de sistemas sociais complexos, pois impedem a cristalização de estruturas e possibilitam a quebra de padrões. Contudo, tornam-se prejudiciais quando assumem formas tendenciosas e dirigidas a fins espúrios, produzindo discriminações e danos a indivíduos, grupos sociais, instituições e sistemas democráticos.

Num segundo momento, dirigimos o foco crítico para a interseção entre cismogênese hetero-organizada, algoritmos discriminatórios e discurso de ódio, argumentando que a opinião pública, na esfera pública, é influenciada por processos de cismogênese hetero-organizada complementar instigados por algoritmos enviesados na esfera digital. Consideramos que as *Big Techs* exercem ingerência sobre a opinião pública ao permitirem que o discurso de ódio se propague nas plataformas, alimentando e sendo alimentado por subjetividades e preconceitos inscritos no desenho algorítmico. A “mão invisível” destas empresas, tal como sublinhado por Penãrredonda et al. (2025), atua tanto na ausência ou fragilidade de políticas de moderação e combate ao discurso de ódio quanto na influência política exercida para travar projetos de regulamentação, produzindo silenciamentos e apagamentos

epistêmicos pela limitação da diversidade informacional. Esta relação também se manifesta no vínculo entre *Big Techs* e meios jornalísticos: segundo Anton Nilsson et al. (2025), ferramentas como o “Google Destaques” são usadas para firmar acordos que dependem, econômica e financeiramente, da visibilidade conferida pela plataforma. Em paralelo, conflitos em torno do uso de conteúdo jornalístico para treino de modelos de IA, como os processos movidos pelo *The New York Times* (2023) e pela Folha de S. Paulo (2025) contra a *OpenAI*, evidenciam as assimetrias de poder entre empresas de tecnologia e meios de comunicação. Questionamos, assim, por que razão veículos jornalísticos não abordam de forma mais sistemática os algoritmos discriminatórios, seus alcances e perniciosidades, e em que medida essa dependência estrutural contribui para a manutenção de processos de cismogênese hetero-organizada ancorados em tecnologias opacas.

Finalmente, interrogamos se algoritmos identificadores de discriminação poderiam favorecer processos de cismogênese inversa, neutralizando padrões geradores de conflitos e contribuindo para o (re)equilíbrio de sistemas sociais. Sugerimos um conjunto de possibilidades: responsabilização das *Big Techs*, regulamentação efetiva das redes sociais, aplicação rigorosa de leis contra conteúdos de ódio, inclusão de disciplinas sobre algoritmos e IA em escolas e universidades, formas de governança conjunta da IA envolvendo países do Norte e do Sul globais, maior transparência no uso de dados e enfrentamento do colonialismo digital, tal como problematizado por Disakala Ventura e Inês Amaral (2025). Estes autores sublinham a necessidade de literacia algorítmica e de participação de diversos grupos sociais no desenho de sistemas de IA, de modo a contrariar a lógica de extração de dados (“commodities digitais”) e o epistemicídio produzido pelo controle concentrado do conhecimento. Acreditamos que tais medidas podem favorecer a emergência de cismogênese inversa, inutilizando padrões de ação ancorados em discurso de ódio, minando discriminações e violências contra grupos subalternizados e redirecionando a opinião pública para interações baseadas em respeito, cooperação e fortalecimento democrático.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo fomento à pesquisa.

Referências Bibliográficas²

- Abrams, D. (2010). *Processes of prejudice: Theory, evidence and intervention*. Equality and Human Rights Commission. <https://www.equalityhumanrights.com/sites/default/files/research-report-56-processes-of-prejudice-theory-evidence-and-intervention.pdf>
- Antunes, E., Simões, R. B., Amaral, I., & Flores, A. M. M. (2024). Género e auto-rastreio: A utilização de smartphones por jovens em idade adulta em Portugal. *ex æquo*, 49, 141–160. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.10>
- Audi, A. (2025, April 2). ‘Adolescência’, incels, redpills: A produção de odiadores de mulheres na internet. *Pública*. <https://apublica.org/2025/04/adolescencia-incels-redpills-a-producao-de-odiadores-de-mulheres-na-internet/>
- Banaji, S., & Bhat, R. (2022). *Social media and hate*. Routledge. <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/102954/9781000553475.pdf>
- Basílio de Simões, R., Amaral, I., Santos, S., & Alcantara, J. (2022). Violência *online* contra as mulheres: Relatos a partir da experiência da pandemia da COVID-19. *Comunicação e Sociedade*, 42, 179–203. [https://doi.org/10.17231/comsoc.42\(2022\).3981](https://doi.org/10.17231/comsoc.42(2022).3981)
- Bates, L. (2025, June 20). “Pela primeira vez na História, machismo é maior entre mais jovens”, diz pesquisadora. *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c7vr69pr2j3o>
- Bateson, G. (2002). *Steps to an ecology of mind*. University of Chicago Press. https://monoskop.org/images/6/65/Bateson_Gregory_Steps_to_an_Ecology_of_Mind_1987.pdf
- Bateson, G. (2006). *Naven* (M. Lopes, Trad., 2nd ed.). Editora da Universidade de São Paulo.

2. Uso de IA para estruturar as referências no modelo APA.

- Brasil, C. A. (2021, December 4). Assédio é principal violência a meninas e mulheres em ambiente virtual. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-12/assedio-e-principal-violencia-meninas-e-mulheres-em-ambiente-virtual>
- Center for Countering Digital Hate (CCDH). (2024). *Abusing women in politics*. https://counterhate.com/wp-content/uploads/2024/08/Abusing-Women-In-Politics_CCDH_Int.pdf
- Chen, J., Dong, H., Wang, X., Feng, F., Mang, W., & He, X. (2023). Bias and debias in recommender system: A survey and future directions. *ACM Transactions on Information Systems*, 41(3), Article 67. <https://doi.org/10.1145/3564284>
- Coding Rights & InternetLab. (2017). *Violências contra mulher na internet: Diagnóstico, soluções e desafios*. https://internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Relatorio_ViolenciaGenero_ONU.pdf
- Dahlgren, P. (2005). The internet, publicspheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22, 147–162. <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/10584600590933160>
- Debrun, M. (1996). A ideia de auto-organização. In M. Debrun, M. E. Q. Gonzalez, & O. Pessoa Jr. (Orgs.), *Auto-organização* (pp. 3–23). UNICAMP. <https://www.cle.unicamp.br/ebooks/index.php/publicacoes/catalog/book/33>
- Debrun, M. (1996). Auto-organização e Ciências Cognitivas. In M. E. Q. Gonzalez et al. (Orgs.), *Encontro com as Ciências Cognitivas* (Vol. 1, pp. 29–38). Faculdade de Filosofia e Ciência.
- Duarte, F. (2023, February 8). Fatou Ndiaye, a influencer que luta contra abuso *online* após sofrer racismo em escola de elite no Rio. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx79v9jzw9wo>
- Glynn, C. J., Herbst, S., Lindeman, M., O’Keefe, G. J., & Shapiro, R. Y. (2016). *Public opinion* (3rd ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429493256>

- Gonzalez, M. E. Q. (1998). Auto-organização e perspectivismo: Algum acréscimo à Ciência Cognitiva? In M. E. Q. Gonzalez & M. C. Broens (Orgs.), *Encontro com as Ciências Cognitivas* (pp. 3–14). Unesp–Marília–Publicações.
- Habermas, J., Lennox, S., & Lennox, F. (1974). The public sphere: An encyclopedia article (1964). *New German Critique*, 3, 49–55.
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society. *Communication Theory*, 16, 411–426. <https://www.mit.edu/~shaslang/mprg/HabermasPCMS.pdf>
- Habermas, J. (1991). *The structural transformation of the public sphere*. MIT Press. https://courses.ischool.berkeley.edu/i218/s15/Habermas_STBPS_I.Intro.pdf
- European Institute for Gender Equality (EIGE). (2017). *Violência cibernética contra as mulheres e as raparigas*. https://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/ti_pubpdf_mh0417543ptn_pdfweb_20171026164004.pdf
- Foricher, A. (2025, September 30). En Pologne, l'inquiétante tendance de la « Szon Patrol ». *Le Parisien*.
- FRA – EU Agency for Fundamental Rights. (2023). *Online hate: We need to improve content moderation to effectively tackle hate speech*. <https://fra.europa.eu/en/news/2023/online-hate-we-need-improve-content-moderation-effectively-tackle-hate-speech>
- Ismanov, A., Kupueva, N., Stanaliev, G., Toktogulova, M., & Turdubaeva, E. (2023). *From hate speech to non-violent communication*. United Nations. https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-10/from_hate_speech_to_non-violent_communication_en_web.pdf
- Jamieson, K. H. (1988). *Eloquence in an electronic age*. Oxford University Press.
- Kerrigan, P., & Barry, M. (2024). Automating vulnerability. In *Routledge Handbook of Sexuality, Gender, Health and Rights*. Routledge.
- Larson, F., Mattu, S., Kirchner, L., & Angwin, J. (2016). What algorithmic injustice looks like in real life. *ProPublica*. <https://www.propublica.org/article/what-algorithmic-injustice-looks-like-in-real-life>

- Lemos, N. (2025, July 29). Por que Brigitti Macron incomoda tanto? *DWBrasil*. <https://www.dw.com/pt-br/coluna-por-que-brigitte-macron-incomoda-tanto/a-73445738>
- Mac Cord, I., & Souza, J. (2024, December 2). Preconceito com viés de gênero: Racismo e machismo escancarados nas redes. *Correio Braziliense*. <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/12/7001420-preconceito-com-vies-de-genero-racismo-e-machismo-escancarados-nas-redes.html>
- Moroni, J., Amaral, I., Broens, M. C., & Gonzalez, M. E. Q. (2025). A controvérsia epistemológica da objetividade algorítmica: Vieses discriminatórios desnudam a pretensa imparcialidade. *Escritos de Filosofia: Linguagem e Cognição VII*. (No prelo).
- Nações Unidas. (2025). Como a violência de gênero facilitada pela tecnologia afeta as mulheres. <https://unric.org/pt/como-a-violencia-de-genero-facilitada-pela-tecnologia-afeta-as-mulheres/>
- Nilsson, A., et al. (2025, September 16). “Alugando o inimigo”: Como o Google pagou milhões à imprensa para evitar a regulação. *Pública*. <https://apublica.org/2025/09/alugando-o-inimigo-como-o-google-pagou-milhoes-a-imprensa-para-evitar-a-regulacao/>
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression*. NYU Press.
- O’Neil, C. (2016). *Weapons of math destruction*. Crown Publishers.
- Peñarredonda, J. L., et al. (2025, September 9). Como a “mão invisível” das *Big Techs* pressiona governos na América Latina. *Pública*.
- Profissão Repórter. (2025, May 21). “Gravava elas se mutilando peladas”. *G1*.
- Profissão Repórter. (2025, May 22). “Já me fizeram pingar vela quente no corpo”. *G1*.
- Rainie, L., & Husser, J. (2024). New survey finds most Americans expect AI abuses will affect 2024 election. Elon University.
- RFI. (2024, August 23). Mulheres negras na França lançam hashtag para lutar contra *cyberbullying*. *RFI*.
- Santana, E., & Preta, A. (2023, March 24). 81% das pessoas negras LGBTQIAP+ foram vítimas de discurso de ódio nas eleições. *Terra*.

- Santamariano, A., & Pifarré, R. T. (2024, July 18). Un algoritmo le dijo a la policía que ella estaba a salvo. *The New York Times*.
- Santos, S., Amaral, I., & Basílio Simões, R. (2020). Hate speech in social media. In *INTED2020 Proceedings* (pp. ...). <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/88934/1/HATE%20SPEECH%20IN%20SOCIAL%20MEDIA.pdf>
- Santos, F., & Schurig, S. (2025, April 5). Como o *TikTok* alimenta a misoginia entre adolescentes brasileiros. *UOL*.
- Sen, S., Dasgupta, D., & Gupta, K. D. (2020). An empirical study on algorithmic bias. *AIML 2020*.
- Silva, T. (2023). Mapeamento de danos e discriminação algorítmica. *Desvelar*.
- Silva, T. (2022). *Racismo algorítmico*. Edições Sesc.
- Simões, R. B., Amaral, I., & Puente, S. N. (2023). Introdução – Discurso de ódio misógino. *ex æquo*, 48, 9–14. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.02>
- Smith, A. (2018). Public attitudes toward computer algorithms. *Pew Research Center*.
- Smolyakov, A. (2025, June 19). The hate algorithm: How social media fuels radicalization. *The Insider*.
- Staab, P., & Thiel, T. (2022). Social media and the digital structural transformation of the public sphere. *Theory, Culture & Society*, 39(4), 129–143.
- Sun, W., Nasraoui, O., & Shafto, P. (2020). Evolution and impact of bias in human and machine learning algorithm interaction. *PLOS One*.
- Tarde, G. (2005). *A opinião e as massas*. Martins Fontes.
- Turner Lee, N. (2018). Detecting racial bias in algorithms. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*, 16(3), 252–260. <https://doi.org/10.1108/JICES-06-2018-0056>
- UNESCO. (2024). “Your opinion doesn’t matter, anyway”: Exposing technology-facilitated gender-based violence in an era of generative AI.
- United Nations. (n.d.). Understanding hate speech. <https://www.un.org/en/hate-speech/understanding-hate-speech>

- Ventura, D., & Amaral, I. (2025). Racismo algorítmico e colonialismo digital. *Comunicando*, 14(1). <https://doi.org/10.58050/comunicando.v14i1.418>
- Vicsek, L., Vancsó, A., Zajko, M., & Takcs, J. (2024). Exploring LGBTQ+ bias in generative AI answers across different contexts. <https://arxiv.org/pdf/2407.03473>
- Vlasceanu, M., & Amodio, D. M. (2022). Propagation of societal gender inequality by internet search algorithms. *PNAS*, 119(29). <https://doi.org/10.1073/pnas.2204529119>
- Wachter-Boettcher, S. (2018). *Technically wrong: Sexist apps, biased algorithms, and other threats of toxic tech*. Norton.
- Zancanelli, M. (2024, July 8). Como os algoritmos têm ajudado a radicalizar meninos da Geração Z. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/07/08/algoritmos-radicalizacao-meninos-geracao-z.htm?cmpid=copiaecola>

O POVO PURO NA ERA DOS ALGORITMOS: POPULISMO, MÉDIA E IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

THE PURE PEOPLE IN THE AGE OF ALGORITHMS: POPULISM, MEDIA, AND IMMIGRATION IN PORTUGAL

Lourenço Silva Ferreira¹

Resumo: Este capítulo analisa a convergência estrutural entre populismo, lógica mediática e racionalidade algorítmica enquanto força de reconfiguração profunda da esfera pública contemporânea. Partindo do caso português, observa-se como o crescimento do Chega se articula com dinâmicas comunicacionais que privilegiam simplificação, dramatização e antagonismo moral. A centralidade da imigração na estratégia discursiva do partido evidencia a forma como temas altamente polarizadores se tornam desproporcionalmente salientes na agenda pública. O episódio dos cartazes presidenciais de 2026 ilustra exemplarmente o fenómeno de reverse agenda-setting, em que a viralidade digital antecede e condiciona a cobertura jornalística. Examina-se ainda o impacto desta ecologia híbrida na deliberação democrática, destacando-se a erosão da racionalidade comunicativa, a intensificação de identidades antagonistas, a fragilização do jornalismo e a colonização semântica do espaço público. Argumenta-se que a substituição gradual da lógica democrática pela lógica algorítmica coloca em causa os fundamentos normativos da democracia contemporânea. O capítulo conclui propondo caminhos de investigação e mecanismos institucionais para reconstruir infraestruturas comunicacionais compatíveis com um horizonte democrático plural e inclusivo.

1. Mestrando no Curso de Comunicação Social – Novos Média do Instituto Politécnico de Coimbra. Email: <a2024113818@esec.pt>

Palavras-chave: populismo; lógica mediática; esfera pública; algoritmos; imigração.

Abstract: This chapter examines the structural convergence between populism, media logic and algorithmic rationality as a transformative force reshaping the contemporary public sphere. Focusing on the Portuguese case, it shows how the rise of Chega aligns with communicational dynamics that privilege simplification, dramatization and moral antagonism. The centrality of immigration in the party's discursive strategy demonstrates how highly polarizing themes become disproportionately salient in the public agenda. The episode of the 2026 presidential campaign posters offers a paradigmatic example of reverse agenda-setting, in which digital virality precedes and conditions journalistic coverage. The chapter further analyses the impact of this hybrid ecology on democratic deliberation, highlighting the erosion of communicative rationality, the intensification of antagonistic identities, the weakening of journalism, and the semantic colonization of the public sphere. It argues that the gradual replacement of democratic logic by algorithmic logic undermines the normative foundations of contemporary democracy. The chapter concludes by proposing avenues for future research and institutional mechanisms capable of reconstructing communicational infrastructures compatible with a plural and inclusive democratic horizon.

Keywords: populism; media logic; public sphere; algorithms; immigration.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, a ascensão global de movimentos populistas, a crescente centralidade das redes sociais na circulação de informação e a reconfiguração das rotinas jornalísticas através da lógica algorítmica convergiram para um cenário em que a disputa pela visibilidade se torna tão importante quanto a disputa por propostas políticas.

Populismo e média estabelecem uma relação de congruência estrutural: ambos operam segundo princípios que privilegiam conteúdos dramáticos, emocionalmente contagiantes e polarizadores. O populismo fornece o tipo

de matéria-prima simbólica que os média, pressionados pela economia da atenção, tendem a amplificar; ao cederem, os média contribuem para a construção pública de crises, de identidades antagonistas e de percepções de ameaça.

A emergência de um cenário comunicacional híbrido, onde coexistem média tradicionais e redes sociais, gerou dinâmicas que alteram profundamente o modo como se define a agenda pública. Entre elas destaca-se o fenômeno do *reverse agenda-setting*: as redes sociais determinam os temas que, mais tarde, os média tradicionais acabam por cobrir. A viralidade digital, alimentada por conteúdos que favorecem indignação, polémica e conflito, impõe-se como força estruturante que condiciona e, muitas vezes, precede a cobertura jornalística.

Portugal não constitui exceção a esta tendência. O crescimento do Chega e a centralidade da imigração na sua estratégia discursiva oferecem um terreno privilegiado para observar a simbiose entre populismo, média e redes sociais. A polémica desencadeada pelos cartazes presidenciais de André Ventura em 2025, amplificada inicialmente nas redes sociais e, apenas posteriormente, noticiada pelos principais jornais, é um exemplo paradigmático da forma como a agenda pública pode ser moldada a partir do espaço digital.

Através de uma abordagem analítico-conceitual, este capítulo pretende analisar de forma integrada: (1) a congruência estrutural que aproxima o populismo da lógica mediática; (2) o modo como o caso português exemplifica esta convergência, com destaque para a centralidade discursiva da imigração no projeto do Chega e na esfera pública digital; e (3) o papel decisivo das plataformas digitais na inversão dos fluxos tradicionais de definição da agenda. Procura-se, desta forma, compreender as implicações da nova ecologia comunicacional para o funcionamento da esfera pública e para a saúde democrática, questionando os limites da deliberação racional num ambiente dominado pela lógica algorítmica da visibilidade.

Argumenta-se que a convergência entre populismo, lógica mediática e redes sociais reconfigura profundamente a esfera pública portuguesa ao deslocar o centro gravitacional da política da deliberação para a visibilidade emocional.

1. Populismo e lógica mediática: uma convergência estrutural

A relação entre populismo e média tem sido amplamente conceptualizada como marcada por afinidades estruturais e por uma interdependência duradoura (Moffitt, 2016; Waisbord, 2018). Não se trata de um encontro accidental nem de uma relação que surge apenas em momentos de crise. Pelo contrário: corresponde a um acoplamento comunicacional ancorado nas lógicas internas de funcionamento de ambas as esferas. Neste cenário, o populismo não prospera apesar das lógicas mediáticas, mas através delas – e, em larga medida, por causa delas (Wirz et al., 2018). Por seu turno, os média não se limitam a cobrir o populismo, já que dependem dele, frequentemente, enquanto fonte de conteúdos dramatizáveis, polarizadores e emocionalmente ressonantes. A fragmentação das audiências, a competição por atenção, a convergência tecnológica e a erosão progressiva das fronteiras entre entretenimento e política produziram condições altamente favoráveis a performances políticas intensas e orientadas para o espetáculo (Mazzoleni, 2008).

Neste âmbito, a mediatização da política preenche uma circunstância central. As lógicas mediáticas passaram progressivamente a estruturar o próprio funcionamento das instituições políticas. Campanhas eleitorais, debates públicos, discursos parlamentares e até decisões governativas evoluíram da leve influência concecional, ainda no século transato, para uma execução plenamente engendrada com base na sua provável receção mediática (Strömbäck, 2008). A forma adquire primazia sobre a substância, e o processo conduz a uma gramática que se organiza em torno de três princípios fundamentais: simplificação, personalização e dramatização – precisamente três dos elementos constitutivos mais preponderantes

do estilo populista. O populismo não “invade” um sistema comunicacional neutro; manifesta-se como o seu produto mais lógico (Kramer, 2017).

A simplificação populista – ancorada na oposição entre “povo” e “elite”, entendidos como categorias morais antes de serem categorias sociológicas – fornece aos média narrativas imediatamente reconhecíveis e de fácil conversão em notícias. Num ecossistema em que o tempo de atenção é limitado e a necessidade de inteligibilidade imediata é elevada, estas narrativas binárias funcionam como dispositivos cognitivos eficientes. A personalização populista, centrada na figura de líderes carismáticos que condensam afetos, ressentimentos e identidades coletivas, encaixa, por sua vez, na tendência estrutural dos média para reduzir processos complexos a personagens. Os média amplificam esta função ao converterem o líder populista – frequentemente “fino” em termos programáticos – na personagem central de um drama político contínuo. Neste processo, a escassez programática é compensada pela densidade afetiva que o líder mobiliza (Mudde, 2007; Taggart, 2000).

Neste ambiente, as emoções são absolutamente preponderantes (Papa-charissi, 2015). A esfera pública digital é estruturada por “públicos emocionais”: coletividades que se organizam em torno de afetos partilhados, mais do que de argumentos deliberativos. A circulação acelerada de conteúdos indignados, ressentidos ou moralmente polarizados confere ao populismo uma vantagem comparativa (Rosa, 2013). E os média tradicionais, pressionados pela lógica da concorrência e pelas métricas de performance digital – cliques, partilhas, comentários, tempo de permanência – tendem a amplificar conteúdos emocionalmente intensos (Wirz et al., 2017).

É, contudo, na dramatização que encontramos a dimensão mais saliente desta simbiose. O populismo, como estilo performativo, depende da produção constante de crise, indignação e urgência; os média, por sua vez, operam segundo critérios de noticiabilidade que privilegiam conflito, negatividade, novidade e excecionalidade (Galtung & Ruge, 1965). Deste modo, tanto o populismo como o jornalismo contemporâneo partilham uma orientação

dramatúrgica que organiza o mundo social como um palco de confrontos morais e de ameaças iminentes. Mesmo quando os média adotam um tom crítico em relação aos atores populistas, a sua cobertura – centrada em escândalos, transgressões e declarações chocantes – reforça o mesmo mecanismo dramatúrgico que sustenta o estilo populista.

Daqui decorre a cobertura repetida – mesmo quando crítica ou adversarial –, que conduz ao fenómeno da normalização semântica (Waisbord, 2018). Quando, motivados pela competição pelas audiências, os média amplificam temas populistas – imigração, criminalidade, corrupção – acabam por adotar, ainda que inadvertidamente, o enquadramento problemático sugerido pelos próprios atores populistas. A crítica mantém-se, mas o foco desloca-se: discute-se como lidar com a “ameaça”, e não quem a construiu. Temas outrora marginais tornam-se centrais; enquadramentos outrora contestados tornam-se de senso comum.

Este alinhamento opera dentro de uma ecologia comunicacional transformada pela ascensão dos média híbridos (Chadwick, 2013). A fronteira entre jornalismo, redes sociais e comunicação política tornou-se porosa: os agentes constroem audiências privadas nas plataformas digitais, contornando o *gatekeeping* jornalístico e estabelecendo canais diretos de influência emocional. Para não perderem relevância, os média tradicionais passam a observar atentamente o que viraliza nas redes e, cada vez mais frequentemente, a incorporar esses conteúdos na sua cobertura. Os média deixam, assim, de ter o monopólio da agenda pública, e tornam-se apenas um nó entre muitos outros (Meyer, 2002).

2. O Caso Português: populismo, imigração e ecologia mediática híbrida

O caso português constitui um laboratório privilegiado para compreender a simbiose contemporânea entre populismo, média e plataformas digitais. Durante décadas, ao arrepio de sentimentos populistas e anti-sistema que careciam de um líder representativo e agregador, Portugal exibiu uma relativa resistência ao surgimento de forças populistas de direita radical

(Salgado, 2019). O crescimento do Chega, de deputado único em 2019 para líder da oposição em 2025, veio alterar profundamente este padrão e introduziu no sistema político uma nova gramática: securitização identitária, moralização da vida pública e um *ethos* transgressivo adaptado ao ambiente mediático e algorítmico (Zúquete, 2020).

Importa, no entanto, distinguir populismo enquanto estilo comunicacional de populismo de direita radical enquanto família ideológica específica – no caso português, é sobretudo esta segunda variante que ganha expressão, ainda que assente em mecanismos populistas mais amplos.

É possível identificar quatro pilares centrais na retórica discursiva do Chega: anti-sistema, moralismo, transgressão e imigração (Marchi, 2023). A dimensão anti-sistema manifesta-se na denúncia constante das “elites corruptas”, apresentadas como distantes, coniventes e moralmente decadentes. Esta retórica, semelhante à encontrada noutras democracias ocidentais, traduz ressentimentos sociais difusos em indignação moral dirigida e converte perceções de ineficácia institucional em capital político (Canovan, 1999). O moralismo, segundo pilar, opera através da construção simbólica do povo “honesto” e “trabalhador”, contraposto a elites “degeneradas” e minorias alegadamente “privilegiadas”. A retórica moralizante opera não apenas enquanto simplificadora da realidade social, mas também mediante a exclusão discursiva de determinados grupos e o reforço de fronteiras identitárias (Wodak, 2015).

É, contudo, nos terceiro e quarto pilares – transgressão e imigração – que a singularidade do caso português se torna mais visível. A transgressão, entendida como a rutura deliberada das normas de decoro político, de etiqueta ou de prudência política, é utilizada como estratégia performativa destinada a produzir choque, atrair atenção e gerar cobertura mediática. Emana deste cenário a “performance populista da crise”, na qual a provocação e o escândalo são recursos políticos (Moffitt, 2016). Em Portugal, esta transgressão assume frequentemente a forma de declarações provocatórias, insultos explícitos ou acusações moralmente infla-

madras, que forçam os média a reagir e amplificam a centralidade do discurso populista na esfera pública (Zúquete, 2020). Trata-se de uma tática comunicacional que opera por disrupção: o populista torna-se notícia não pelo conteúdo programático, mas pelo potencial de escândalo que mobiliza.

Neste sentido, a imigração ocupa a posição de eixo estruturante no discurso do Chega. É neste tema que encontramos a mais fiel expressão da colonização semântica do espaço público português, ainda que o país tenha sido historicamente marcado pela emigração e pelo multiculturalismo atlântico (Marchi, 2023). Através de enquadramentos securitários e culturalistas, a imigração é representada como ameaça à identidade nacional, à segurança pública e à coesão social. A estratégia discursiva do Chega assenta na seleção contínua de casos de elevada carga emocional – incidentes violentos, conflitos comunitários, situações de marginalidade – e na sua apresentação não como eventos isolados, mas como sintomas estruturais de um alegado “modelo multicultural falhado”. Esta técnica narrativa intensifica perceções de risco e alimenta sentimentos de desconfiança, mesmo quando as estatísticas não sustentam tais interpretações.

Dados oriundos de relatórios do LabCom confirmam que os conteúdos relacionados com imigração obtêm sistematicamente os maiores níveis de envolvimento social nas plataformas digitais do Chega (Canavilhas, J. & Di Fátima, B., 2024). Em termos práticos, publicações que mencionam imigração – mesmo quando se limitam a frases curtas, vídeos de baixa qualidade ou casos isolados de criminalidade – figuram sistematicamente entre os conteúdos mais partilhados e comentados nas páginas do partido.

Esta predominância explica-se sobretudo pelo modo como estes temas acionam indignação e mobilizam respostas afetivas imediatas que os algoritmos amplificam. A economia emocional das redes sociais – marcada pela prevalência de indignação, medo e choque – funciona como acelerador de visibilidade para este tipo de conteúdo. Mas a centralidade da imigração no discurso populista português não é apenas política: é também algorítmica (Gillespie, 2018). Os temas que mais

mobilizam afetos e polarização são precisamente aqueles que os algoritmos das plataformas mais amplificam, criando um ciclo de reforço entre estratégia partidária, dinâmica emocional do público e lógica técnica de visibilidade (Bucher, 2018).

A articulação entre os quatro pilares discursivos do Chega torna-se particularmente evidente em momentos de forte exposição mediática, entre os quais se destaca o recente episódio dos cartazes presidenciais de André Ventura para as eleições de 2026. Com slogans como “Isto não é o Bangladesh” e “Os ciganos têm de cumprir a lei”, é condensada visualmente a gramática populista do Chega: oposições dicotómicas, racialização implícita, moralização punitiva e transgressão deliberada (Prior, 2022). A estética escolhida – agressiva, contrastada, visualmente chocante, com a bandeira de Portugal em ponto grande – não visa persuadir racionalmente, mas provocar reações afetivas imediatas. O objetivo é ativar tanto a identificação dos apoiantes como a indignação dos opositores, sabendo que ambos os tipos de reação alimentam a circulação algorítmica (Marwick & Lewis, 2017).

Na sequência temporal dos acontecimentos encontramos uma das mais reveladoras notas da nova arquitetura da esfera pública. No dia 26 de outubro, às 8h51, os cartazes foram publicados na rede social X por um utilizador comum. Desde então, rapidamente geraram dezenas de milhares de interações – *memes*, comentários, vídeos de reação e denúncias, num total de aproximadamente 40 mil visualizações. Quando os média tradicionais começaram finalmente a cobrir o caso, apenas no dia 27 de outubro, entre as 18h25 e as 19h07, ao invés de definirem o enquadramento, reagiam ao que lhes havia sido previamente imposto pelas redes. Os significados dominantes instaurados em termos tipicamente populistas – a polémica racial, a acusação de xenofobia, a defesa identitária por parte dos apoiantes – já haviam sido cristalizados na esfera pública, pelo que a agenda se produziu primeiro nas plataformas e, só depois, nos média tradicionais (Chadwick, 2013).

A cobertura mediática subsequente, ainda que tenha sido crítica, contribuiu involuntariamente para ampliar a visibilidade do episódio. A natureza transgressiva dos cartazes torna praticamente impossível para os média ignorá-los, e é precisamente esta inevitabilidade que os torna eficazes enquanto instrumentos populistas (Waisbord, 2018). Os média, ao noticiá-los, reforçam a imagem de Ventura como figura disruptiva e “anti-sistema”, enquanto o próprio partido capitaliza politicamente a controvérsia, apresentando-se como alvo de perseguição mediática. Este duplo movimento – de transgressão estratégica e de indignação calculada – constitui hoje um dos mecanismos centrais da política populista.

Através destes episódios, torna-se evidente que o populismo, em Portugal, não opera apenas como discurso político, mas como força de reconfiguração da esfera pública: altera agendas, redefine conflitos e coloniza a linguagem política através de mecanismos que articulam emoção, visibilidade e antagonismo (Marchi, 2023). Nas horas que se seguiram à primeira menção mediática, multiplicaram-se peças, debates televisivos e segmentos de comentário dedicados ao episódio, evidenciando a capacidade destes conteúdos para se infiltrarem de imediato nas rotinas jornalísticas e para condicionarem a hierarquia noticiosa.

Numa democracia onde os média tradicionais já não detêm o monopólio da atenção, o populismo do Chega utiliza o ambiente híbrido para impor temas, moldar perceções e criar uma atmosfera permanente de tensão moral. O caso português ilustra, assim, a arquitetura estrutural de remodelação democrática; mesmo sistemas políticos historicamente moderados se tornam vulneráveis à lógica populista quando esta encontra condições tecnológicas, mediáticas e emocionais para prosperar (Arditi, 2004; Livingstone, 2009; Fuchs, 2017).

3. Consequências Democráticas da Nova Ecologia Comunicacional

3.1. A erosão da deliberação racional

A convergência entre populismo, lógica mediática e visibilidade algorítmica não se limita a alterar os canais através dos quais circula a informação política; produz mutações profundas na própria arquitetura da esfera pública e nas condições de possibilidade da democracia (Splichal, 2022). O que está em causa excede largamente a intensificação do ruído ou da polarização: trata-se de uma transformação estrutural dos critérios que definem o que é relevante, do modo como se constitui o “nós” político e da forma como se distribui a autoridade simbólica entre cidadãos, mídia e instituições (Kramer, 2017). A esfera pública deixa de ser apenas o palco onde se desenrolam conflitos políticos e passa a ser, ela própria, um objeto de disputa, apropriada por lógicas de visibilidade que foram desenhadas para maximizar atenção, dados e rentabilidade – e não para servir fins democráticos.

Uma primeira consequência é a erosão da deliberação racional enquanto ideal regulador da vida pública. O ideal habermasiano aborda uma esfera pública democrática que assenta na possibilidade dos cidadãos se envolverem em processos de argumentação orientados para o entendimento, em que o peso das razões – não dos recursos ou da visibilidade – determina a força dos argumentos (Habermas, 2006). Ainda que a esfera pública nunca tenha sido totalmente inclusiva (Fraser, 1990) e a fragmentação contemporânea tenha intensificado desigualdades arquitetónicas já latentes, a ecologia comunicacional híbrida veio agudizar a irregularidade normativa da comunicação. A informação deixou de ser avaliada prioritariamente pela sua validade, relevância ou consistência e passou a ser filtrada por métricas de performance – cliques, partilhas, comentários, tempo de visualização. Emergiu a racionalidade algorítmica: um regime em que “valer a pena” é “valer atenção”, demonstrativo de como a lógica preditiva das plataformas converte comportamentos em dados transacionáveis e práticas comunicacionais em propósitos extracomunicativos (Zuboff, 2019).

Esta racionalidade algorítmica distingue-se tanto da racionalidade de comunicativa, orientada para o entendimento (Habermas, 1981), como da racionalidade instrumental, centrada na eficácia de meios para fins (Adorno & Horkheimer, 1944/2002). Opera segundo critérios automáticos de previsão comportamental e de maximização de retenção. Avalia conteúdos não pela sua validade, mas pela sua capacidade de gerar resposta emocional mensurável. Neste contexto, a política tende a assumir uma forma performativa orientada para maximizar visibilidade e reações mensuráveis. A lógica populista, com ênfase na dramatização, na denúncia moral e na construção de crises, encaixa perfeitamente neste regime, ao passo que discursos tecnicamente sofisticados, ambivalentes ou prudentes se tornam estruturalmente desvantajosos.

Do ponto de vista normativo, a substituição da racionalidade comunicativa por critérios de visibilidade representa uma degradação do ideal deliberativo (Wahl-Jorgensen, 2019). Esta deslocação tem implicações subtis, mas profundas: não significa que desapareçam debates racionais ou análises rigorosas, mas que estes passam a competir em desvantagem num ambiente em que a visibilidade é distribuída em função da capacidade para desencadear afetos fortes.

A deliberação perde centralidade e torna-se um nicho, frequentemente confinado a circuitos especializados, académicos ou tecnocráticos. Em contraste, a esfera pública alargada organiza-se cada vez mais em torno de clivagens morais e antagonismos espetacularizados. O resultado é uma espécie de “dupla esfera pública”: uma, restrita e onde ainda se procuram razões; outra, massificada e onde prevalecem sobretudo afetos e alinhamentos identitários. É nesta última que o populismo se torna particularmente eficaz (Han, 2022).

3.2. A reorganização identitária e a passagem de agonismo a antagonismo

Uma segunda consequência é a prevalência da política identitária, não apenas como conteúdo, mas como forma dominante de estruturação do

conflito. A lógica algorítmica promove a homofilia: os utilizadores são expostos de forma reiterada a conteúdos que confirmam e reforçam as suas predisposições anteriores, seja através de mecanismos de recomendação, seja pela ação seletiva dos próprios utilizadores (Pariser, 2011; Sunstein, 2018). Emanam, desta lógica, grupos de pertença afetiva que se constituem em torno de narrativas partilhadas, inimigos comuns e estilos emocionais específicos; a exposição seletiva gera enclaves informacionais que amplificam convicções pré-existentes e favorecem clivagens morais cada vez menos permeáveis ao contraditório (Papacharissi, 2015). Deste modo, a identidade política deixa de ser primordialmente um posicionamento em relação a propostas e torna-se, cada vez mais, uma identificação com um “nós” moralmente definido (Mudde & Kaltwasser, 2017).

Num plano avaliativo, este processo implica uma regressão da lógica democrática pluralista para formas de antagonismo que ameaçam o reconhecimento mútuo. Importa clarificar que, enquanto o agonismo democrático admite o conflito entre adversários legítimos (Mouffe, 2013), o populismo tende a transformar este agonismo em antagonismo – e a converter adversários em inimigos morais. Neste quadro, o debate público deixa de ser concebido como um confronto argumentativo entre posições revisáveis e passa a ser vivido como um embate entre pertenças incomensuráveis. A lógica agonística da democracia pluralista – em que adversários reconhecem a legitimidade recíproca, mesmo na discordância – é substituída por uma lógica antagonística, em que o outro é construído como ameaça existencial ao “povo verdadeiro” ou à “comunidade autêntica” (Laclau, 2005).

Ao premiarem conteúdos que intensificam sentimentos de pertença e antagonismo, menorizando discursividades que introduzem nuance, ambivalência ou reconhecimento da complexidade, os algoritmos contribuem para cristalizar esta estrutura (Wahl-Jorgensen, 2019). Neste ambiente, o populismo floresce: a sua gramática moralizada – povo vs. elite, nós vs. eles, inocentes vs. corruptos – coincide com a forma como muitos cidadãos

passam a organizar a percepção da realidade política as identidades coletivas são continuamente performadas e reiteradas através das plataformas (Boyd, 2014).

3.3. A desinstitucionalização do jornalismo e do contraditório

Se a identidade política se reorganiza em torno de afetos e pertencças, também as instituições mediadoras enfrentam pressões estruturais que reduzem a sua capacidade de estabilizar o debate público. Uma terceira consequência é, portanto, a desinstitucionalização do contraditório e a fragilização do jornalismo enquanto mediador epistémico (van Dijck, 2013). Em conceções clássicas de esfera pública, os média desempenham uma função de filtragem, de verificação e de contextualização e operam como instâncias de mediação entre a complexidade do mundo social e a atenção limitada dos cidadãos (Couldry & Mejías, 2019). Na ecologia algorítmica, esta função é corroída por duas vias complementares. Por um lado, a aceleração informacional – impulsionada pela competição com redes sociais e plataformas – empurra as redações para regimes de produção em tempo real, em que a prioridade passa frequentemente pela rapidez, e não pela profundidade (Rosa, 2013). Por outro lado, a lógica de dependência em relação ao tráfego digital induz os média a alinhar, parcial ou totalmente, com temas e formatos que já provaram “funcionar” nas redes: polémicas rápidas, conflitos personalizados, frases chocantes, simplificações morais (Mazzoleni, 2008).

Quando os média se tornam reativos e seguem tendências virais, em vez de as escrutinarem criticamente, erosionam-se as barreiras que antes impediam a entrada massiva de discursos extremistas, conspirativos ou abertamente discriminatórios na esfera pública legitimada. O contraditório, em vez de ser uma estrutura estável do jornalismo – assente na confrontação sistemática de posições e na exigência de justificação –, passa a ser episódico e, em muitos casos, meramente performativo: inclui-se “o outro lado” para cumprir um ritual de equilíbrio, mas sem tempo

nem condições para verdadeiro aprofundamento e refutação (Waisbord, 2018).

O excesso de controvérsia, distribuída em ciclos rápidos, tende a banalizar o choque, esvaziando o potencial crítico do jornalismo e deixando sem resposta qualificada muitos dos discursos populistas que circulam com maior intensidade (Han, 2022).

3.4. A colonização semântica do espaço público

Uma quarta consequência, intimamente relacionada com as anteriores, é a colonização semântica do espaço público por parte das categorias populistas. Por colonização semântica referimo-nos ao processo pelo qual categorias, metáforas e problemas formulados originalmente por atores populistas passam a funcionar como quadros interpretativos dominantes na esfera pública, mesmo quando adotados de forma crítica pelos média (Wodak, 2015).

Os enquadramentos populistas – centrados em ideias como ameaça, decadência, corrupção generalizada, insegurança, “invasão” cultural – tornam-se gradualmente lentes predominantes através das quais um leque crescente de problemas é interpretado. Para a estabilização de enquadramentos dominantes contribuem ativamente os algoritmos, que funcionam como atores que moldam os contornos do que se torna visível e pensável (Bucher, 2018). O mecanismo é cumulativo: quanto mais frequentemente a imigração é associada a insegurança, mais natural se torna pensar a questão migratória sob o enquadramento securitário da ameaça; quanto mais a corrupção é descrita como universal e sistémica, mais plausível se torna a ideia de que “todos são iguais” e de que as instituições são irremediavelmente degeneradas. Este processo não depende da adesão explícita à ideologia populista – basta a repetição intensiva de determinados enquadramentos para que se instalem como “senso comum” (Waisbord, 2018).

Mesmo quando os média procuram criticar discursos populistas, podem fazê-lo a partir das suas categorias, aceitando como ponto de partida a problemática tal como foi inicialmente formulada pelos atores populistas: “a imigração é um problema de segurança?”, “os ciganos cumprem ou não cumprem a lei?”, “os políticos são todos corruptos?”. Ao aceitar estas premissas, o debate desloca-se para dentro da gramática populista. A esfera pública torna-se, então, um espaço onde se negocia a interpretação de um mundo já previamente moldado pela linguagem populista, ao invés de um lugar onde múltiplas gramáticas e formas de problematização podem disputar legitimidade (Moffitt, 2016).

3.5. A substituição da lógica democrática pela lógica algorítmica

A consequência mais radical: substituição gradual da lógica democrática pela lógica algorítmica como princípio organizador da esfera pública. A lógica democrática assenta, pelo menos idealmente, na igualdade simbólica entre participantes e no reconhecimento da legitimidade do outro. Pressupõe ainda a possibilidade de revisão das posições à luz de melhores argumentos e a primazia do interesse público sobre interesses particulares (Couldry & Mejías, 2019). A lógica algorítmica, por sua vez, é estruturalmente indiferente a valores democráticos: organiza a circulação de mensagens não pela contribuição para o bem comum, mas pela capacidade de reter atenção e de extrair dados. Não importa se determinado conteúdo promove ódio, desinformação ou exclusão; importa se gera cliques, reações e tempo de permanência (Zuboff, 2019).

Esta substituição não se dá por decreto, mas por acumulação de práticas e reconfiguração gradual de expectativas. Os cidadãos habitam-se a pensar a política em formatos de *tweet*, *story* ou vídeo curto; líderes estruturam as suas mensagens para maximizar impacto imediato, em vez de consistência a longo prazo; média medem o sucesso das peças pela sua performance em métricas de tráfego; partidos desenham estratégias centradas em momentos de viralidade, e não em processos de convencimento prolongado. A esfera pública torna-se, assim, um espaço governado por métricas opa-

cas definidas por empresas privadas transnacionais, cuja racionalidade é essencialmente económica (Chadwick, 2013). Os algoritmos – e não as práticas deliberativas – passam a ser os arquitetos invisíveis do que aparece, do que desaparece e do que permanece em circulação (Gillespie, 2018).

As tendências descritas não representam fenómenos isolados, mas expressões convergentes de uma mesma reconfiguração estrutural da esfera pública, que importa sintetizar para compreender o seu alcance democrático. A questão central não é apenas como conter o populismo, mas como reconstruir infraestruturas comunicacionais compatíveis com um ideal mínimo de pluralismo, responsabilidade e deliberação democrática (Habermas, 2006).

Neste cenário, o populismo é um beneficiário particularmente competente de uma infraestrutura comunicacional que já funciona, de raiz, segundo princípios alheios à lógica democrática. As consequências democráticas desta convergência não se esgotam, por isso, na “ameaça populista”: remetem para uma questão mais ampla e mais difícil, que atravessa todo o campo das ciências sociais contemporâneas – como reconstruir uma esfera pública minimamente orientada pela razão, pela justiça e pela pluralidade num ambiente técnico e económico desenhado para premiar precisamente o contrário (Mouffe, 2013).

Conclusão

Este capítulo mostrou que a convergência entre populismo, lógica mediática e racionalidade algorítmica não constitui um acidente histórico, mas uma transformação estrutural que redesenha as condições de possibilidade da esfera pública contemporânea. O exame do caso português – particularmente através da centralidade discursiva da imigração e da dinâmica de *reverse agenda-setting* – revelou como os alinhamentos entre emoção, visibilidade e antagonismo se tornam mecanismos de produção de sentido político e vetores de reconfiguração das fronteiras do debate democrático.

As implicações desta ecologia comunicacional híbrida excedem, porém, a ascensão de um partido ou de um estilo político: remetem para um desafio mais profundo, que atravessa as democracias contemporâneas como um todo. A substituição gradual da lógica democrática pela lógica algorítmica coloca em causa ideais de deliberação, pluralismo e reconhecimento mútuo. Recupera-se, assim, a intuição de Dewey (1927) de que a democracia depende de formas de comunicação capazes de sustentar inteligência coletiva – um ideal hoje tensionado pela racionalidade algorítmica. Resta saber se, num ambiente regido por métricas opacas e orientado para maximizar atenção e antagonismo, será possível reinventar uma esfera pública compatível com um horizonte democrático minimamente robusto.

Neste quadro, torna-se indispensável aprofundar três frentes futuras de investigação e intervenção. Em primeiro lugar, importa compreender com maior precisão como os algoritmos configuram a circulação de afetos políticos e como diferentes grupos populacionais são expostos a conteúdos polarizadores. Em segundo lugar, permanece em aberto o desafio teórico de mapear novas formas de autoridade simbólica e de mediação num ecossistema em que jornalistas, plataformas e cidadãos disputam visibilidade em condições assimétricas. Por fim, exige-se uma reflexão institucional alargada sobre os mecanismos capazes de reconstruir infraestruturas democráticas de comunicação – desde políticas de transparência algorítmica e regulação das plataformas até programas de literacia mediática que capacitem os cidadãos para reconhecer enquadramentos manipuladores.

Estes caminhos não resolvem a tensão estrutural entre democracia e racionalidade algorítmica, mas podem ajudar a imaginar formas de convivência pública mais justas, mais plurais e menos vulneráveis à colonização emocional do espaço público. A vitalidade da democracia dependerá, em larga medida, da nossa capacidade de reinventar o comum num ambiente mediado por algoritmos.

Referências Bibliográficas

- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1944/2002). *Dialectic of Enlightenment*. Stanford University Press.
- Arditi, B. (2004). Populism as a spectre of democracy: A response to Canovan. *Political Studies*, 52(1), 135–143.
- Boyd, D. (2014). *It's complicated: The social lives of networked teens*. Yale University Press.
- Bucher, T. (2018). *If... Then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Canavilhas, J., & Di Fátima, B. (2024). *Relatórios LabCom [relatório de investigação]*. LabCom.
- Canovan, M. (1999). Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political Studies*, 47(1), 2–16.
- Chadwick, A. (2013). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press.
- Couldry, N., & Mejías, U. (2019). *The costs of connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.
- Dewey, J. (1927). *The public and its problems*. Holt.
- Wirz, D. S., Wettstein, M., Schulz, A., Müller, P., Schemer, C., Ernst, N., Esser, F., & Wirth, W. (2018). The effects of right-wing populist communication on emotions and cognitions toward immigrants. *The International Journal of Press/Politics*, 23(4), 496–516.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56–80.
- Fuchs, C. (2017). *Social media: A critical introduction (2nd ed.)*. Sage.
- Galtung, J., & Ruge, M. (1965). The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64–90.
- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. Yale University Press.

- Habermas, J. (1981). *The theory of communicative action* (Vols. 1–2). Beacon Press.
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still have an epistemic dimension? *Communication Theory*, 16(4), 411–426.
- Han, B.-C. (2022). *Infocracia. Relógio d'Água*.
- Kramer, M. (2017). Populism in the age of mediatization. *Communications*, 42(3), 253–278.
- Laclau, E. (2005). *On populist reason*. Verso.
- Livingstone, S. (2009). On the mediation of everything. *Journal of Communication*, 59(1), 1–18.
- Marchi, R. (2023). *The New Populist Radical Right in Portugal: The Chega Party 1*. Routledge.
- Marwick, A., & Lewis, R. (2017). Media manipulation and disinformation online. *Data & Society*.
- Mazzoleni, G. (2008). Populism and the media. In *Twenty-first century populism: The spectre of Western European democracy* (pp. 49-64). Palgrave Macmillan UK.
- Meyer, T. (2002). *Media democracy: How the media colonize politics*. Polity.
- Moffitt, B. (2016). *The global rise of populism*. Stanford University Press.
- Mouffe, C. (2013). *Agonistics: Thinking the world politically*. Verso.
- Mudde, C. (2007). *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge University Press.
- Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Papacharissi, Z. (2015). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford University Press.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble*. Penguin.
- Prior, H. (2022). *Mediacracia: Comunicação e Política na era da Mediatização*. Media XXI.
- Rosa, H. (2013). *Social Acceleration A New Theory of Modernity* Columbia University Press.

- Salgado, S. (2019). Where's populism? The decline of populism in Portugal. *South European Society and Politics*, 24(4), 1–23.
- Splichal, S. (2022). The public sphere in the twilight zone of publicness. *Sage Journals*.
- Sunstein, C. (2018). *#Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press.
- Taggart, P. (2000). *Populism*. Open University Press.
- van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.
- Wahl-Jorgensen, K. (2019). *Emotions, media and politics*. Polity Press.
- Waisbord, S. (2018). Populism as media and communication phenomenon. *Routledge Handbook of Global Populism*
- Wodak, R. (2015). *The politics of fear*. Sage.

DATA LITERACY E DARK DATA: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO NA CRISE CLIMÁTICA A PARTIR DO CICLO DE VIDA DOS DADOS

DATA LITERACY AND DARK DATA: REFLECTIONS ON THE IMPACT ON THE CLIMATE CRISIS FROM THE DATA LIFE CYCLE PERSPECTIVE

Marcelo Goberto de Azevedo

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Marcelo Fernandes de Oliveira

Resumo: O crescimento exponencial da produção e do armazenamento de dados digitais tem gerado avanços importantes, porém também desafios significativos no que diz respeito à sustentabilidade da informação. Este artigo examina como a falta de Data Literacy na gestão do Ciclo de Vida dos Dados contribui para o acúmulo de Dark Data e para os efeitos ambientais resultantes desse fenômeno. A pesquisa é qualitativa e bibliográfica, baseada na análise de publicações acadêmicas e técnico-científicas, com foco em três eixos: Data Literacy, Ciclo de Vida dos Dados e Dark Data, articulados à sustentabilidade digital. Uma análise crítica mostra que a ausência de habilidades interpretativas e de políticas de descarte apropriadas contribui para a retenção desnecessária de dados inativos, aumentando o consumo de energia e o impacto ambiental das infraestruturas digitais. Ao combinar os campos da Ciência da Informação e da sustentabilidade, o artigo sugere reflexões teóricas importantes para reconsiderar a governança dos dados a partir de uma perspectiva ecológica. É possível concluir que a Data Literacy, combinada com práticas de gestão da informação, é essencial para reduzir os efeitos ambientais da era digital.

Palavras-chave: Data Literacy; Dark Data; Ciclo de Vida dos Dados; Sustentabilidade Digital

Abstract: The exponential growth of digital data production and storage has led to important advancements, but also to significant challenges concerning information sustainability. This article examines how the lack of Data Literacy in managing the Data Life Cycle contributes to the accumulation of Dark Data and to the environmental effects resulting from this phenomenon. The research is qualitative and bibliographic, based on the analysis of academic and technical-scientific publications, with a focus on three axes: Data Literacy, Data Life Cycle, and Dark Data, articulated with digital sustainability. A critical analysis shows that the absence of interpretative skills and appropriate disposal policies contributes to the unnecessary retention of inactive data, increasing energy consumption and the environmental impact of digital infrastructures. By combining the fields of Information Science and sustainability, the article suggests important theoretical reflections for rethinking data governance from an ecological perspective. It concludes that Data Literacy, combined with responsible information management practices, is essential to reducing the environmental effects of the digital age.

Keywords: Data Literacy; Dark Data; Data Life Cycle; Digital Sustainability.

Introdução

O crescimento exponencial da produção e do armazenamento de dados tem impulsionado avanços notáveis nas áreas tecnológica, econômica e social. Contudo, esse crescimento também trouxe desafios complexos em relação à gestão eficiente da informação e à manutenção das infraestruturas digitais.

Um dos fenômenos mais preocupantes nesse contexto é o Dark Data: informações que são coletadas, processadas e armazenadas, porém raramente ou nunca utilizadas. Embora não sejam visíveis no dia a dia das empresas, esses dados representam um desperdício de informação e recursos ambientais, pois consomem energia para sua preservação sem gerar valor ou retorno social. Acredita-se que a manutenção constante desses dados em servidores contribua diretamente para o crescimento do consumo energético mundial e das emissões de gases de efeito estufa, intensificando a crise climática.

Ainda que a mensuração exata dos custos financeiros associados ao Dark Data seja um desafio, alguns estudos de mercado oferecem estimativas sobre o impacto econômico desse fenômeno. O relatório da Splunk (2019) aponta que até 55% dos dados armazenados pelas organizações permanecem inativos, representando gastos significativos com energia, manutenção de servidores e infraestrutura. Esse indicador reforça que o acúmulo de dados inativos não acarreta apenas custos ambientais, mas também onera diretamente os orçamentos corporativos, tornando urgente a adoção de políticas de descarte e curadoria informacional mais eficientes.

Nesse contexto, a promoção de Data Literacy, a capacidade crítica e técnica de compreender, interpretar e utilizar dados, se torna um elemento fundamental para reduzir os efeitos da retenção excessiva de informações. A falta dessas habilidades afeta todas as fases do ciclo informacional, levando a práticas de acúmulo descontrolado, baixa reutilização e falta de políticas de descarte consciente.

O Ciclo de Vida dos Dados, ao organizar a gestão da informação em etapas como coleta, armazenamento, recuperação e descarte, proporciona uma fundamentação teórica sólida para examinar essas lacunas e sugerir intervenções sustentáveis. A combinação dos fundamentos da Ciência da Informação com as metas da sustentabilidade digital possibilita uma análise interdisciplinar da questão, que ainda é pouco investigada.

Com base nesse cenário, este artigo tem como objetivo geral analisar como a ausência de Data Literacy na gestão do Ciclo de Vida dos Dados contribui para o acúmulo de Dark Data e para os impactos ambientais associados. Para isso, adotam-se como objetivos específicos: (i) discutir os conceitos de Data Literacy, Dark Data e Ciclo de Vida dos Dados, identificando suas inter-relações; e (ii) investigar os efeitos climáticos decorrentes do acúmulo de dados inativos, com base em práticas de gestão da informação.

A metodologia caracteriza-se como pesquisa exploratória de natureza qualitativa, mediante realização de pesquisa bibliográfica conforme definido por Gil (2010), com foco na análise de artigos científicos, livros, dissertações

e documentos técnico-científicos publicados entre 2015 e 2024. As fontes foram selecionadas a partir de bases reconhecidas como BRAPCI, SciELO e CAPES, com textos em português, inglês e espanhol. A análise foi conduzida a partir de três eixos temáticos interconectados: Data Literacy, Ciclo de Vida dos Dados e Dark Data, além da articulação com a temática do impacto ambiental das infraestruturas digitais. Foram aplicadas leituras exploratória, seletiva e interpretativa com o propósito de mapear conceitos-chave, identificar lacunas teóricas e fundamentar uma análise crítica interdisciplinar sobre o tema.

Dessa maneira, este artigo busca contribuir para o desenvolvimento de uma reflexão teórico-crítica sobre a conexão entre gestão informacional, educação em dados e sustentabilidade ambiental, fornecendo suporte para práticas mais responsáveis e alinhadas aos desafios globais de combate à crise climática. Além dos desafios informacionais, o acúmulo de dados digitais também impõe impactos ambientais crescentes, uma vez que o consumo energético associado ao armazenamento e processamento contribui para as emissões de gases de efeito estufa. Nesse sentido, esta pesquisa se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima (Organização das Nações Unidas, 2015). E, portanto, visa compreender e aprimorar a gestão e a organização dos dados, incluindo o tratamento de Big Data e Dark Data, em uma perspectiva estratégica para a redução das emissões de carbono informacional.

Para orientar o leitor quanto à estrutura deste estudo, este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a reflexão, abordando as inter-relações entre Ciência da Informação, Data Literacy, Big Data e Dark Data, destacando seus pontos de convergência no contexto da sustentabilidade digital. A seção 3 descreve os procedimentos metodológicos adotados, evidenciando as etapas de seleção, análise e interpretação do material utilizado na pesquisa. Na seção 4, desenvolve-se a discussão e análise crítica dos dados e referenciais teóricos, buscando compreender como

a ausência de Data Literacy impacta o Ciclo de Vida dos Dados e contribui para o aumento do Dark Data. A seção 5 sintetiza os resultados obtidos e suas implicações em relação ao problema e aos objetivos propostos. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as conclusões e apontamentos para futuras pesquisas, consolidando as contribuições teóricas e práticas do estudo.

Fundamentos Teóricos da Relação entre CI, Data Literacy, Big Data e Dark Data

A base teórica deste artigo é sustentada pelos princípios interdisciplinares da Ciência da Informação. Conforme Borko (1968), esse campo investiga as propriedades e o comportamento da informação, bem como os processos de sua produção, disseminação e uso, o que reforça sua natureza integradora. Nesse contexto, a Data Literacy emerge como uma habilidade fundamental que transcende o aspecto técnico, englobando dimensões éticas, sociais e ambientais. Essa competência habilita as pessoas a interpretar e questionar a utilização de dados em uma sociedade cada vez mais dominada por informações automatizadas, como destacam Frank et al. (2020) ao enfatizar que o letramento em dados é essencial para a participação significativa em uma sociedade orientada por dados. Suportando essa competência, o modelo do Ciclo de Vida dos Dados, conforme proposto por Sant'Ana (2016), proporciona uma estrutura para compreender as etapas de coleta, armazenamento, recuperação e descarte, enfatizando a relevância de práticas responsáveis em cada uma delas.

Essa estratégia se torna particularmente importante em face do crescimento exponencial do Big Data, marcado pelos desafios de volume, velocidade e diversidade. Dentro desse vasto universo de informações, o Dark Data representa uma parcela significativa, tanto em quantidade quanto em complexidade analítica. De acordo com o levantamento da Splunk (2019), cerca de 60% dos líderes de TI participantes do relatório The State of Dark Data os dados corporativos não são compreendidos e nem conhecidos, o que revela a dimensão real desse fenômeno e seu impacto crescente nas

infraestruturas digitais. Esses números conferem magnitude ao problema e reforçam que o Dark Data não é apenas uma questão técnica de gestão, mas também um problema ambiental e econômico frequentemente negligenciado no contexto atual, demandando uma análise crítica no campo da gestão da informação.

Ciência da Informação

A Ciência da Informação (CI), enquanto campo interdisciplinar, dedica-se ao estudo dos processos de produção, organização, disseminação, uso e preservação da informação. Borko (1968) entendia a CI como o campo que investiga as propriedades e o comportamento da informação, além dos processos de sua produção, disseminação e uso. Em contextos atuais marcados pela crescente digitalização e pela produção em massa de dados, seu papel se torna ainda mais fundamental para a avaliação crítica dos fluxos de informação e dos impactos decorrentes de sua má gestão. Buckland (1991), um dos principais teóricos da área, propõe uma distinção fundamental entre as diversas formas de entender a informação: como processo, como conhecimento e como objeto. Essa última categoria, a informação como coisa, é particularmente útil para refletir sobre os dados que, apesar de estarem fisicamente presentes em sistemas de armazenamento, podem nem ser utilizados ou nem acessados. Segundo Buckland (1991, p. 351), “(...) informações são consideradas como coisas, sempre que forem tratadas como objetos tangíveis que podem ser coletados, armazenados e organizados”.

Data Literacy

No campo da CI, Data Literacy surge como uma habilidade importante, pois ler e interpretar dados vai além da competência técnica, ela é uma habilidade crítica e cidadã que envolve entender os dados em seus contextos éticos, sociais e ambientais.

Além de ser reconhecida como uma habilidade técnica, a Data Literacy é compreendida como um componente essencial da cidadania digital na contemporaneidade, envolvendo capacidades críticas para interpretar e questionar a produção e o uso dos dados em diferentes contextos. Como ressaltam Frank et al. (2020), "Data Literacy é essencial para capacitar os indivíduos a se engajarem de forma significativa em uma sociedade estruturada por dados", enfatizando que a Data Literacy é fundamental para a participação ativa em uma sociedade cada vez mais dominada por informações automatizadas e infraestruturas invisíveis.

Ciclo de Vida dos Dados

A importância crescente dos dados na sociedade da informação requer estratégias organizadas e interdisciplinares para orientar sua gestão de maneira sistemática e sustentável. Nesse contexto, a CI tem se concentrado em desenvolver modelos conceituais que considerem tanto os fluxos técnicos de manipulação de dados quanto os elementos sociais, éticos e organizacionais que os influenciam.

Um desses modelos é o Ciclo de Vida dos Dados (CVD), conforme sugerido por Sant'Ana (2016). Este modelo serve como uma estrutura para entender as fases que os dados percorrem, desde a coleta até o descarte, bem como os fatores transversais que influenciam todo o processo.

Diferentemente de outras abordagens, em que os dados eram considerados elementos secundários subordinados às funcionalidades dos sistemas, Sant'Ana (2016) sugere uma mudança em posicionar os dados como o núcleo da análise e da ação. Essa centralidade implica em reconhecer que os dados têm uma existência própria e que sua gestão requer habilidades diversas, provenientes tanto da CI quanto da Ciência da Computação, especialmente em cenários como o Big Data, marcado pelo grande volume, variedade e velocidade.

O modelo de CVD proposto por Sant'Ana (2016) estrutura a gestão de dados em quatro etapas fundamentais: coleta, armazenamento, recuperação

e descarte. Cada uma dessas etapas requer decisões e ações específicas que devem levar em conta o contexto, o propósito dos dados e as exigências legais e éticas. Entender e aplicar o CVD sob a perspectiva da CI fornece uma base robusta para iniciativas que visam assegurar a qualidade, sustentabilidade e responsabilidade na gestão de dados.

Definição Big Data

O conceito de Big Data emergiu do crescimento exponencial dos dados gerados através da Web 2.0, dispositivos móveis e a Internet das Coisas, conforme afirma Cavique (2014). O termo está ligado à sigla 3V – volume, velocidade e variedade – que define os desafios que as empresas enfrentam ao lidar com dados em grande escala e seu processamento.

Nesse novo contexto, o Big Data engloba tanto dados estruturados quanto não estruturados. O Dark Data, por sua vez, representa uma camada significativa desse universo informacional, não apenas em termos de volume, mas também de complexidade e de potencial valor agregado para as organizações. De acordo com o relatório *The State of Dark Data* da Splunk (2019), cerca de 39% dos líderes de TI apontam o grande volume de dados corporativos inativos ou não utilizados como o principal desafio em sua gestão. Ainda assim, parte desses dados pode conter valor estratégico, pois, quando devidamente analisados, têm o potencial de revelar padrões ocultos, oportunidades de inovação e subsídios valiosos para a tomada de decisão.

Definição e Características do Dark Data

O conceito de Dark Data é fundamental para aprofundar a reflexão sobre a gestão responsável da informação e compreender os efeitos menos evidentes, porém significativos, da era digital. De acordo com Schembera e Durán (2020), o Dark Data refere-se aos dados que são coletados, processados e armazenados pelas organizações,

mas que raramente ou nunca são reutilizados, acessados ou analisados para tomada de decisões ou criação de valor. Esses dados permanecem

invisíveis, estando armazenados em servidores, bancos de dados ou outros sistemas. Schembera e Durán (2020) complementam que esses dados se tornam “escuros” por estarem ocultos ou inacessíveis para usuários e administradores, mantendo-se sem valor agregado. Essa invisibilidade possui dimensões técnicas, organizacionais e políticas, pois oculta os custos operacionais associados à sua manutenção e gerenciamento.

Esse fenômeno evidencia uma desconexão entre a geração massiva de dados e sua real utilização, principalmente pela ausência de políticas de curadoria e práticas informacionais críticas. Além disso, o Dark Data transcende o âmbito meramente técnico e informa questões ambientais, éticas e informacionais. O armazenamento constante desses dados inativos contribui significativamente para o consumo de energia dos data centers, frequentemente negligenciado nas análises tradicionais de sustentabilidade (Lucivero, 2020).

Metaforicamente, o Dark Data pode ser compreendido como caixas empilhadas em um porão, uma imagem que ilustra o desperdício informacional causado pela falta de gestão adequada. Essa analogia, elaborada pelo autor, evidencia como a ausência de políticas de descarte, a carência de metadados e a cultura de armazenamento irrestrito resultam em acúmulos de dados sem valor prático ou estratégico.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de acordo com a definição de Gil (2010), sendo desenvolvida a partir da análise de materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos técnico-científicos. Essa metodologia possibilita a criação de uma base teórica robusta, por meio da escolha e análise crítica de conceitos, autores e modelos que são significativos para os temas principais deste artigo. A pesquisa bibliográfica foi guiada por três eixos temáticos interconectados: Data Literacy, Impacto Ambiental, Ciclo de Vida dos Dados e Dark Data. A seleção dos materiais foi realizada de maneira deliberada e estratégica,

dando prioridade a publicações que abordam a conexão entre dados digitais, gestão dos dados e meio ambiente, através dos termos “Big Data”, “Dark Data”, “Data Literacy”, “Ciclo de Vida dos Dados”, “Sustentabilidade Digital”, conforme Quadro 1.

Quadro 1

Fonte de Informação / Estratégia de Busca	BRAPCI	SciELO	CAPEL	TOTAL
“Big Data” OR “Dark Data” AND “Data Literacy”	9	4	80	93
“Big Data” OR “Dark Data” AND “Ciclo de Vida dos Dados”	3	1	7	11
“Big Data” AND “Sustentabilidade Digital”	0	0	1	1
“Dark Data” AND “Carbon Emission”	0	0	1	1
“Dark Data” AND “Environmental Impact”	0	3	0	3
“Big Data” AND “Environmental Impact” AND “Governance”	0	0	17	17
Total	12	8	106	126

Fonte: elaborado pelos autores

As fontes foram escolhidas a partir das bases de dados BRAPCI, SciELO e CAPEL, considerando o período de 2015 a 2024, a fim de garantir que fossem atuais e pertinentes. Para expandir o alcance do artigo e incluir diferentes pontos de vista regionais, teóricos e culturais, foram adicionados textos em português, inglês e espanhol. Como critério de exclusão, foram desconsiderados materiais duplicados, não revisados por pares ou que tratassem os temas de forma meramente técnica, sem relação com questões ambientais ou de gestão da informação.

A leitura exploratória dos resumos dos 126 documentos recuperados constituiu a primeira fase de triagem, assegurando que estivessem em conformidade com o objetivo geral e os específicos do artigo. A análise do material selecionado foi conduzida posteriormente, empregando leitura exploratória, seletiva e interpretativa. O propósito foi traçar um mapa dos conceitos e definições centrais, identificar as relações entre os eixos temáticos, resumir as contribuições teóricas mais relevantes e, por último, apontar as lacunas na literatura que justificam a articulação teórica proposta deste artigo.

Quadro 2

Título do Artigo	Autor(es)	Ano de Publicação
Big Data, Big Waste? A Reflection on the Environmental Sustainability of Big Data Initiatives	Federica Lucivero	2020
Sustentabilidade tecnológica: inovações em sustentabilidade a partir de inteligências artificiais	Giane Magrini Pigatto e Fabiane Magrini Pigatto	2024
Ciclo de Vida dos Dados: uma perspectiva da Ciência da Informação	Ricardo César Gonçalves Sant'Ana	2016
From dark data to insight: The role of knowledge management in promoting digital decarbonisation	Hanlie Smuts e Alta van der Merwe	2024
Keeping a lower profile: how firms can reduce their digital carbon footprints	Thomas W. Jackson e Ian Richard Hodgkinson	2023
Dark Data in Real-World Evidence: Challenges, Implications, and the Imperative of Data Literacy in Medical Research	Hun-Sung Kim	2024
Alfabetización en datos: prácticas y escenarios formativos	Yolanda Martín-González e Ana Iglesias Rodríguez	2023
Competência Crítica em Informação e Ética em Big Data	Aneli Beloni e Arthur Coelho Bezerra	2019

Título do Artigo	Autor(es)	Ano de Publicação
Atuação dos Profissionais da Informação no Ciclo de Vidas dos Dados – DATAONE: Um estudo comparado	Renata Lemos dos Anjos e Guilherme Ataíde Dias	2019

Fonte: elaborado pelos autores

Com base nas estratégias de busca definidas na metodologia, foram selecionadas e analisadas publicações científicas relacionadas aos eixos temáticos da pesquisa, conforme indicado no Quadro 1.

O processo de seleção resultou em 9 artigos conforme Quadro 2, que compõem a base teórica deste artigo, a seleção foi realizada por meio de uma triagem criteriosa, com foco na leitura e análise dos resumos (abstracts) dos resultados recuperados nas bases BRAPCI, Scielo e CAPES.

Consideraram-se inicialmente publicações que tratavam direta ou indiretamente dos eixos centrais do artigo: Dark Data, Impacto Ambiental, Data Literacy e Ciclo de Vida dos Dados. Para cada resumo avaliado, levou-se em conta a incorporação de conceitos fundamentais, a coerência com a proposta do artigo e a habilidade do texto de oferecer contribuições teóricas, visto que esses aspectos são importantes para o objetivo da pesquisa. Embora nem todos os textos abordam diretamente o conceito de Dark Data, muitos discutem dados não estruturados no contexto de Big Data. Isso assegura que os textos escolhidos sejam relevantes e aplicáveis.

Discussão e Análise Crítica

A análise dos materiais selecionados investigou como a falta de Data Literacy durante o Ciclo de Vida dos Dados contribui para o aumento de Dark Data e, por consequência, para a intensificação dos efeitos ambientais relacionados. O armazenamento indiscriminado de dados não utilizados indica uma desconexão entre a geração e o uso consciente dos dados, o que dificulta a implementação de práticas sustentáveis no ambiente digital.

A seguir, nas três subseções abaixo, são apresentados os resultados mais relevantes e as considerações teóricas que surgiram da pesquisa.

Ausência de Interpretação dos Dados

A falta de habilidades interpretativas e críticas em relação aos dados, que é o núcleo da Data Literacy, contribui significativamente para o acúmulo de dados e sua subsequente invisibilização no ambiente organizacional. Apesar de os artigos analisados não empregarem diretamente o termo Data Literacy, eles fornecem evidências sólidas sobre as lacunas na utilização e compreensão dos dados ao longo de seu ciclo de vida.

Anjos e Dias (2019, p. 96–97), ao analisarem o papel dos profissionais da informação nas fases do modelo DataONE, constatam uma significativa desproporção entre a geração e a avaliação dos dados. De acordo com os autores, isso se deve à “(...) fragmentação de competências ao longo do ciclo de vida” e à “(...) ausência de integração entre quem gera e quem interpreta os dados”. Essa falha prejudica o valor informativo dos dados e contribui para sua obsolescência antecipada.

Smuts e Van Der Merwe (2023) estabelecem uma conexão direta entre o aumento do Dark Data e a ausência de práticas de gestão do conhecimento, ressaltando que, sem mecanismos adequados de interpretação e reutilização sistemática, os dados tendem a permanecer como ativos inertes, contribuindo para o aumento do consumo energético destinado ao seu armazenamento. Essa situação, que poderia ser atenuada por meio do desenvolvimento de habilidades de leitura crítica e organização de dados, evidencia um duplo desperdício — tanto de informação quanto de recursos ambientais.

Ambos os textos concordam ao afirmar que a falta de processos interpretativos estruturados, seja por falta de habilidades, cultura organizacional ou políticas institucionais, contribui para o surgimento e persistência do Dark Data. A ausência de Data Literacy, mesmo quando não é identificada

por esse nome, se manifesta como uma falha oculta que afeta tanto a eficácia da informação quanto a sustentabilidade da infraestrutura tecnológica.

Fase de Descarte do Ciclo Vida dos Dados

A fase de descarte no CVD representa um ponto crítico, ainda subestimado, na gestão da informação em contextos digitais. A falta de procedimentos claros para o encerramento adequado do ciclo, seja por ausência de critérios, políticas institucionais ou por uma cultura de acúmulo, contribui significativamente para a preservação de dados supérfluos, aumentando a quantidade de Dark Data.

Sant’Ana (2016), ao propor um modelo conceitual do CVD, aponta o descarte como uma das quatro fases essenciais. No entanto, na prática, essa fase é muitas vezes ignorada em relação às fases iniciais, como coleta e armazenamento, podendo levar a um acúmulo artificial que compromete a qualidade da informação e a sustentabilidade do sistema.

Complementando essa visão, Martín-González e Iglesias-Rodríguez (2023) observam que o excesso de dados não curados pode comprometer decisões estratégicas e obscurecer informações relevantes, um efeito colateral direto da falha no descarte.

Os textos mostram que a falta de operacionalização da fase de descarte compromete a gestão da informação como um todo, contribuindo para o aumento descontrolado de dados inativos e prejudicando a eficiência e a curadoria. A falta de critérios definidos para o descarte fortalece a percepção de que o ciclo está incompleto, agindo mais como um acúmulo constante do que como um processo de renovação intencional.

Impacto Ambientais do Armazenamento Acumulativo

O armazenamento acumulativo de Dark Data tem sido reconhecido por autores como Lucivero (2020), Schembera e Durán (2020) e Smuts e Van Der Merwe (2023) como uma das parcelas que contribuem para a crise ambiental

digital contemporânea, uma vez que demanda consumo energético constante e amplia a pegada de carbono das infraestruturas informacionais. Apesar de ser um fenômeno frequentemente ignorado nas discussões sobre inovação tecnológica, os efeitos desse acúmulo silencioso são significativos, tanto do ponto de vista informacional quanto ambiental.

A metáfora da “nuvem”, geralmente ligada à leveza e imaterialidade, contrasta fortemente com a realidade física das infraestruturas de armazenamento que sustentam a era digital: milhares de servidores, data centers, cabos, sistemas de refrigeração e estruturas redundantes, todos funcionando de forma contínua e consumindo uma quantidade significativa de energia elétrica. Conforme relatório Data Storage Industry Statistics publicado em 2025 pela ZIPDO, o custo médio de armazenamento de 1 GB é aproximadamente R\$ 1,50 reais por ano.

Lucivero (2020) discute a falsa sensação de intangibilidade associada ao Big Data ao abordar o mito da imaterialidade digital. A autora introduz o conceito de resíduos digitais, argumentando que, à medida que as organizações armazenam grandes volumes de dados inativos sem critérios claros de retenção ou descarte, acabam também acumulando um passivo ambiental. Essa perspectiva evidencia que o discurso da inovação tecnológica

tende a negligenciar os impactos físicos e ambientais decorrentes da coleta e manutenção massiva de dados, revelando a desconexão entre o imaginário digital e sua materialidade poluente e energeticamente onerosa.

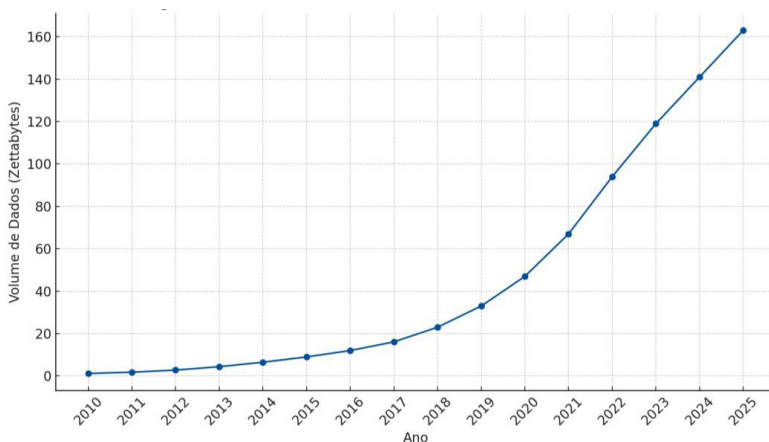
A falta de políticas públicas e de governança da informação contribui para a normalização desse acúmulo, deslocando o custo para o meio ambiente e para as gerações futuras. Smuts e Van Der Merwe (2023) aprofundam a reflexão ao relacionar diretamente o Dark Data à ampliação do impacto ambiental devido ao uso de matrizes energéticas que liberam gases de efeito estufa, como o carbono. Os autores afirmam que o problema não se limita apenas à quantidade de dados armazenados, mas à falta de mecanismos organizacionais para curadoria, reutilização e descarte consciente. Eles alertam que “(..) dados inativos permanecem como ativos passivos,

consumindo energia sem gerar valor informacional” (Smuts e Van Der Merwe, 2023, p.11). Essa situação afeta a sustentabilidade das infraestruturas digitais e, ao mesmo tempo, intensifica a lógica de acúmulo sem propósito, que é uma herança direta da cultura do Big Data.

Embora os artigos analisados não apresentem dados numéricos específicos sobre o impacto do Dark Data no consumo energético, pesquisas internacionais indicam que os data centers respondem por cerca de 1% a 2% do consumo global de energia elétrica e das emissões de carbono (IEA, 2024). De acordo com estimativas da Splunk (2019), até 55% dos dados guardados em ambientes empresariais permanecem inativos ou não utilizados. Esses dados indicam que o desperdício de energia proveniente do armazenamento desnecessário é considerável e pode ser diretamente relacionado à falta de políticas de governança da informação eficientes.

A problemática se torna ainda mais crítica ao se levar em conta o aumento acelerado da geração de dados em todo o mundo. Segundo o relatório Data Age 2025, elaborado por IDC (2017), projeta-se que o volume global de dados aumente de 16,1 zettabytes (ZB) em 2016 para 163 ZB até 2025. Isso representa um crescimento superior a dez vezes em menos de uma década, conforme ilustrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Crescimento Anual da Esfera Global de Dados (2010–2025)



Fonte: Data Age 2025

Essa tendência impõe a pressão sobre as infraestruturas digitais de armazenamento, especialmente quando se trata de manter grandes volumes de dados inativos, o que eleva o consumo de energia e agrava os problemas ambientais associados à sustentabilidade digital. Smuts e Van Der Merwe (2023) indicam que as empresas estão inseridas em um ecossistema digital em contínua expansão, onde a coleta de dados é realizada de maneira automatizada, muitas vezes sem critérios definidos de necessidade ou relevância. Esse aumento exponencial agrava os problemas associados ao armazenamento descontrolado, tornando mais relevantes as estratégias de curadoria, descarte e responsabilidade socioambiental.

Jackson e Hodgkinson (2023) ampliam essa perspectiva ao abordarem a responsabilidade das organizações em relação à descarbonização digital. Para eles, ações como a desativação de servidores inativos, diminuição da duplicidade de dados, descarte de dados sem valor e acompanhamento do consumo de energia ligado ao armazenamento devem fazer parte da estratégia empresarial. Embora não abordem especificamente o Dark Data, os autores apresentam um diagnóstico semelhante: a cultura de retenção sem limites, combinada com a ausência de indicadores ambientais claros no setor de TI, agrava a crise de sustentabilidade digital.

Portanto, os impactos ambientais do armazenamento acumulativo não decorrem apenas da infraestrutura física, mas também da inércia institucional e da falta de pensamento crítico sobre o CVD. A desmaterialização simbólica dos dados, reforçada por termos como “nuvem”, dificulta a percepção dos seus custos ecológicos reais.

Resultados Alcançados

Os resultados alcançados por este artigo foram, pelo menos, quatro.

O primeiro deles é deixar evidente uma relação direta entre a ausência de Data Literacy e o agravamento dos impactos informacionais e ambientais decorrentes do Dark Data.

O segundo resultado indica que a ausência de interpretação dos dados revela que a falta de habilidades críticas e de leitura informacional ao longo do Ciclo de Vida dos Dados impede a reutilização e o aproveitamento do potencial analítico dos dados, convertendo-os em ativos inertes e energeticamente custosos.

O terceiro resultado é relativo à fase de descarte. Observou-se que a carência de políticas de encerramento do ciclo e de práticas institucionais de curadoria favorece o acúmulo indiscriminado de informações, transformando os repositórios digitais em ambientes de retenção contínua.

Por fim, o quarto resultado encontrado, voltado aos impactos ambientais do armazenamento acumulativo, confirmou que a manutenção de dados inativos amplia o consumo energético e a emissão de carbono das infraestruturas digitais, configurando uma crise ambiental frequentemente invisibilizada pelo discurso da inovação.

Dessa forma, pode-se afirmar que os resultados alcançados reforçam o problema central da pesquisa, a falta de integração entre alfabetização em dados, gestão informacional e sustentabilidade, demonstrando que o fortalecimento das competências em Data Literacy ao longo do ciclo de vida dos dados é fundamental para reduzir o desperdício informacional e mitigar os efeitos ambientais do ecossistema digital.

Conclusão

A análise realizada ao longo deste artigo demonstrou que a ausência de Data Literacy é um fator crucial para a má gestão do Ciclo de Vida dos Dados, contribuindo significativamente para o acúmulo de Dark Data e seus impactos ambientais. A ausência de habilidades essenciais para a interpretação, uso e descarte adequado de dados se mostra como um dos principais obstáculos nas práticas de informação atuais. Essa falha cognitiva e organizacional leva à criação e armazenamento de grandes quantidades de dados inativos, que geralmente não são considerados nos processos de tomada de decisão, mas que têm um alto custo energético e ambiental.

Notou-se que a fase de descarte no modelo do Ciclo de Vida dos Dados é usualmente ignorada, o que intensifica o problema do armazenamento acumulativo e contribui para a manutenção de dados sem finalidade ou valor informacional. Ademais, o aumento exponencial do volume de dados em todo o mundo, conforme evidenciado por projeções internacionais, impõe novas pressões sobre as infraestruturas digitais, tornando a implementação de práticas sustentáveis na governança da informação ainda mais urgente. Kim (2024) enfatiza essa questão ao apontar que o crescimento do tráfego digital, aliado ao aumento da quantidade de dispositivos conectados e à maior demanda por serviços baseados em dados, está resultando em um aumento significativo no consumo de energia global. O autor destaca que, sem a implementação de políticas de contenção e eficiência informacional, a digitalização pode se transformar em um dos vetores invisíveis mais significativos no agravamento da crise climática, particularmente em países com regulamentação ambiental mais fraca em suas infraestruturas de dados.

Dessa forma, este artigo reforça que promover o Data Literacy e incorporar critérios ecológicos na gestão de dados vão além de serem meras medidas técnicas; constituem ações estratégicas diante da emergência climática global. A sustentabilidade digital depende, em grande parte, da capacidade de interpretar criticamente os dados ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a criação ao descarte, rompendo com a lógica do acúmulo irrestrito e indiscriminado de Dark Data.

Nesse sentido, ao relacionar os resultados desta pesquisa à Agenda 2030, destaca-se que o Data Literacy pode exercer um papel decisivo na promoção de práticas informacionais sustentáveis, em consonância com o ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima (Organização das Nações Unidas, 2015). A crescente produção e armazenamento de dados digitais, especialmente no contexto do Big Data e em sua parte no Dark Data, geram impactos ambientais significativos decorrentes do consumo energético e das emissões associadas às infraestruturas tecnológicas. Assim, iniciativas voltadas à curadoria eficiente, ao descarte responsável e à racionalização do Ciclo de

Vida dos Dados configuram-se como medidas concretas de mitigação desses impactos. A integração entre a gestão da informação e a sustentabilidade ambiental revela-se, portanto, essencial para o desenvolvimento de uma ciência mais ética, consciente e comprometida com o futuro do planeta.

Em resumo, o problema central investigado, a relação entre a ausência de Data Literacy e a intensificação dos impactos ambientais decorrentes do Dark Data foi confirmado pelas análises realizadas. O objetivo de compreender de que forma a falta de competências críticas e interpretativas ao longo do Ciclo de Vida dos Dados contribui para o aumento do desperdício informacional e energético foi plenamente alcançado. Constatou-se que a ausência de Data Literacy se configura como um elo crítico entre a gestão informacional e a sustentabilidade ambiental, tornando evidente que práticas de letramento em dados, curadoria e descarte consciente são indispensáveis para mitigar a pegada ecológica do ambiente digital.

Diante das conclusões, este estudo indica a necessidade de o aprofundamento empírico dessas relações, com a mensuração do impacto energético específico do Dark Data e a análise comparativa entre setores produtivos e instituições públicas. Além disso, pesquisas podem explorar a integração entre políticas de governança da informação e estratégias de sustentabilidade ambiental, avaliando o papel das infraestruturas verdes de dados e da economia circular digital. Investigações interdisciplinares que combinem Ciência da Informação, Ciência da Computação e Estudos Ambientais poderão oferecer novos modelos de gestão baseados em eficiência, transparência e responsabilidade socioambiental, contribuindo para consolidar uma agenda de Data Literacy voltada à sustentabilidade e à redução das desigualdades informacionais no contexto da crise climática. Portanto, consolidar práticas de Data Literacy e gestão informacional deve ser visto não apenas como um desafio técnico, mas como uma responsabilidade coletiva diante da crise climática digital.

Referências Bibliográficas

- Anjos, R. L.; Dias, G. A. Atuação dos profissionais da informação no Ciclo de Vida dos Dados – DataONE: um estudo comparado. *Informação & Informação*, Londrina, v. 24, n. 1, p. 80–101, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31085>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- Beloni, A.; Bezerra, A. Competência Crítica em Informação e Ética em Big Data. ENANCIB, Brasil, oct. 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/985/748>. Acesso em: 21 Oct. 2025.
- Borko, H. Information science: what is it? *American Documentation*, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.
- Buckland, M. K. Information as Thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351–360, 1991.
- Cavique, L. Big data e data science. *Boletim da APDIO*, p. 11-14, 2014.
- Frank, M., Walker, S., Attard, J., & Tygel, A. (2020). *Data Literacy: A Critical Skill for the 21st Century*. Open Data Charter.
- Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IDC - International Data Corporation. *Data Age 2025: The Evolution of Live Data from Edge to Core to Cloud*. Patrocinado por Seagate, mar. 2017. Disponível em: <https://www.seagate.com/files/www-content/our-story/trends/files/Seagate-WP-DataAge2025-March-2017.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025
- International Energy Agency - IEA. *Energy and AI*. Paris: IEA, 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/energy-and-ai/executive-summary>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- Jackson, K.; Hodgkinson, I. Keeping a lower profile: How firms can reduce their digital carbon footprints. *Journal of Business Strategy*, v. 45, n. 2, p. 129–137, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JBS-03-2022-0048>. Acesso em: 5 jul. 2025.

- Kim, H. Dark Data in Real-World Evidence: Challenges, Implications, and the Imperative of Data Literacy in Medical Research. *Journal of Korean Medical Science*, v. 39, n. 9, p. e92, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3346/jkms.2024.39.e92>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- Lucivero, F. Big Data, Big Waste? A Reflection on the Environmental Sustainability of Big Data Initiatives. *Science and Engineering Ethics*, v. 26, p. 1009–1030, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11948-019-00171-7>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- Martín-González, Y.; Iglesias-Rodríguez, A. Alfabetización en datos: prácticas y escenarios formativos. *Revista EDICIC*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 1–15, 2023. DOI: 10.62758/re.v3i3.202. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/202>. Acesso em: 21 oct. 2025.
- Organização das Nações Unidas - ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/13>
- Pigatto, G. M.; Pigatto, F. M. Sustentabilidade tecnológica: inovações em sustentabilidade a partir de inteligências artificiais. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 21, n. 13, p. e12271, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n13-293. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/12271>. Acesso em: 21 out. 2025.
- Sant’Ana, R. C. G. Ciclo de vida dos dados: uma perspectiva a partir da ciência da informação. *Informação & Informação*, v. 21, n. 2, p. 116–142, dez. 2016. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/34194>. Acesso em: 06 jun. 2025.
- Schembera, B., Durán, J.M. Dark Data as the New Challenge for Big Data Science and the Introduction of the Scientific Data Officer. *Philos. Technol.* 33, 93–115 (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13347-019-00346-x>

- Smuts, H.; Van der Merwe, A. From dark data to insight: The role of knowledge management in promoting digital decarbonisation. *South African Journal of Information Management*, v. 27, n. 1, p. 1–13, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4102/sajim.v27i1.1967>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- Splunk Inc. *The State of Dark Data*. San Francisco: Splunk, 2019. Disponível em: https://www.splunk.com/en_us/form/the-state-of-dark-data.html. Acesso em: 5 jul. 2025.
- Zipdo. *Data Storage Industry Statistics – 2025*. 2025. Disponível em: <https://zipdo.co/data-storage-industry-statistics/>. Acesso em: 20 out. 2025.

NÃO É O ALGORITMO, ÉS TU: DESCONSTRUINDO O MITO DO CONTROLO ALGORÍTMICO DA ESFERA PÚBLICA

IT'S NOT THE ALGORITHM, IT'S YOU: UNPACKING THE MYTH OF ALGORITHMIC CONTROL OF PUBLIC SPHERE

Ricardo Morais¹

Resumo: Neste capítulo desafia-se a narrativa simplista que tende a culpar os algoritmos pela polarização, desinformação e erosão do discurso crítico. Esta tendência, que tem dominado grande parte do debate público, e que frequentemente utiliza os algoritmos como “bode expiatório”, como refere o cientista social Dan Williams, desconsidera a verdadeira natureza de um problema bem mais complexo. Neste contexto, o presente capítulo, que assume um carácter ensaístico e reflexivo, explora a necessidade de uma compreensão mais ampla sobre a influência algorítmica. A adoção desta perspectiva crítica tem como objetivo recontextualizar o papel dos algoritmos e, ao mesmo tempo, reconhecer que as raízes da crise que afeta o espaço público transcendem a esfera tecnológica, uma vez que decorrem de fragilidades estruturais do ponto de vista histórico, cultural e educacional. O crescimento da desinformação e da intolerância, por exemplo, não pode ser imputado exclusivamente aos algoritmos, uma vez que é, em grande medida, um reflexo das escolhas coletivas dos utilizadores que decidem amplificar determinadas narrativas. Esta abordagem pretende assim

1. Professor Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Investigador Integrado do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), onde integra o grupo Informação, Comunicação e Cultura Digital. Membro Colaborador do LabCom/UBI. Email: <rjmorais@letras.up.pt>.

ênfatizar a responsabilidade pessoal e o pensamento crítico como elementos cruciais para restabelecer uma esfera pública saudável, livre das limitações do determinismo algorítmico.

Palavras-chave: algoritmos; responsabilidade; comportamento humano; literacia; esfera pública

Abstract: This chapter challenges the overly simplistic narrative that blames algorithms for polarization, disinformation, and the decline of critical thinking. As social scientist Dan Williams notes, this tendency to use algorithms as a “scapegoat” obscures the more complex nature of the problem. Adopting an essayistic and reflective approach, this chapter advocates for a broader understanding of algorithmic influence. By recontextualizing the role of algorithms, we recognize that the roots of the current crisis in the public sphere extend beyond technology, stemming from historical, cultural, and educational shortcomings. The rise of disinformation and intolerance cannot be solely attributed to algorithms, rather, it reflects the collective choices of users who amplify particular narratives. This perspective emphasizes the importance of personal responsibility and critical thinking as essential components for revitalizing a healthy public sphere, one that moves beyond the constraints of algorithmic determinism.

Keywords: algorithms; responsibility; human behavior; literacy; public sphere

Introdução

A primeira parte do título deste capítulo, “Não é o algoritmo, és tu”, não é apenas uma provocação, mas a chave conceptual para se refletir sobre a influência e responsabilização dos algoritmos por grande parte dos males de uma sociedade contemporânea que vive, cada vez mais, do e no digital. Esta expressão, tão característica dos momentos de rutura interpessoal, funciona na verdade como um mecanismo de defesa: a atribuição de responsabilidade ao outro. Ao assumir o ónus do término de uma relação, com um aparente assumir de culpa, o emissor frequentemente procura transferir essa culpa sem alienar o outro, numa complexa negociação

entre o desejo de fechar um ciclo e o medo de ser o vilão da história. É precisamente nesta zona cinzenta da responsabilidade disfarçada que o presente capítulo se insere, uma vez que procura analisar como esta fórmula, aparentemente simples, reflete a recusa generalizada em assumir as consequências diretas das nossas decisões no âmbito da relação com os algoritmos.

O impacto dos algoritmos digitais na sociedade tem sido um tema central de debate nos últimos anos (Yanik & Engin, 2025; García-Orosa et al., 2023; Vicente, 2023; Burrell & Fourcade, 2021; Broussard et al., 2019; Olhede & Wolfe, 2018). No entanto, o discurso em torno desta questão reduz-se, frequentemente, a uma narrativa simplista que atribui a estes sistemas a culpa pela polarização, desinformação e pela consequente erosão do discurso crítico (Ingram, 2025; Latuheru & Cangara, 2024; Metzler & Garcia, 2023; König, 2022). Esta tendência de culpabilização é abordada pelo cientista social Dan Williams (2025) que a apelida de “bode expiatório algorítmico” (*algorithmic scapegoating*). Ainda que a análise de Williams se concentre na realidade norte americana, a verdade é que se pode estender esta abordagem, que procura superar uma visão redutora sobre a influência dos algoritmos, para outros contextos e realidades, oferecendo uma compreensão mais abrangente sobre o seu verdadeiro papel e poder na esfera pública. É precisamente neste contexto que surge o presente capítulo, que adota uma abordagem ensaística, e que longe de se propor a oferecer respostas definitivas ou soluções para a questão da responsabilidade algorítmica, visa sobretudo promover a reflexão crítica e manter viva a pergunta sobre quem realmente decide quando falamos do poder algorítmico. O presente capítulo é por isso mais uma tentativa de pensar o problema, do que de o resolver.

Neste contexto, e embora seja inegável que os algoritmos têm um papel na amplificação de determinados conteúdos, vê-los como os únicos culpados pela disfunção social é um erro analítico (Metzler & Garcia, 2023; Ananny, M., 2023; Saurwein & Spencer-Smith, 2021; Beer, 2017). Como salienta Williams (2025), as raízes da crise atual são mais profundas e não podem simplesmente ser atribuídas à tecnologia. O surgimento e a

disseminação de desinformação, bem como a intolerância que domina uma grande parte das plataformas, não são meramente um produto da tecnologia algorítmica, como alguns pretendem fazer querer, mas são antes o resultado de uma complexa intersecção de fatores históricos, culturais e educacionais (Williams, 2025; Metzler & García, 2023). Mas são também, e sobretudo, o reflexo das escolhas que fazemos enquanto seres humanos. É por isso que o principal objetivo deste capítulo passa por reorientar o debate em torno da autonomia intelectual, do pensamento crítico e da responsabilidade pessoal, como forma de repensar a culpa dos algoritmos e construir uma esfera pública consciente do seu papel.

Em termos de estrutura o presente capítulo está organizado em torno de quatro eixos analíticos, que se encontram interligados. No primeiro ponto procede-se à contextualização da temática, através de uma descrição do poder crescente dos algoritmos e da sua presença em diferentes campos, com destaque para o impacto na mediação da informação pública. No ponto seguinte aborda-se a narrativa que considera os algoritmos como o “bode expiatório”, destacando-se a forma como estes sistemas se tornaram a desculpa recorrente, e conveniente, para muitos dos problemas e falhas sociais. No terceiro ponto aprofunda-se a análise sobre a responsabilização dos algoritmos, demonstrando que as verdadeiras causas das disfunções sociais, como a polarização e a desinformação, por exemplo, precedem e excedem a lógica puramente algorítmica. No quarto e último ponto, antes das considerações finais, explora-se o comportamento humano, considerando quer a sua ação, quer a sua inação, com o intuito de demonstrar que a arquitetura algorítmica só é verdadeiramente eficaz porque explora as fragilidades estruturais e as convicções inerentes ao comportamento humano.

A centralidade algorítmica e a sua influência crescente na esfera pública

No âmbito da reflexão que este capítulo procura promover, importa começar por perceber o que são afinal os algoritmos. Tal como acontece com o conceito de Inteligência Artificial, e muitos dos conceitos que lhe estão associados (por exemplo, Machine Learning e Deep Learning) (Khan, 2024;

Borchardt et al., 2024; Broussard et al., 2019), a verdade é que o discurso sobre os algoritmos sofre frequentemente de uma notável falta de rigor terminológico (Beffara, 2024; Yu, 2021; Kohli et al., 2018). O termo “algoritmo” tem sido progressivamente banalizado e, muitas vezes, usado como um saco conceptual vazio (Yu, 2021) ou, como veremos no próximo ponto, um “bode expiatório” conveniente (Williams, 2025). Esta imprecisão na definição dos conceitos é problemática, porque a falta de clareza conceptual pode acabar por afetar, em muitos casos, a profundidade da crítica em relação à influência algorítmica.

Um algoritmo pode ser definido como uma sequência estruturada de instruções destinada a concretizar uma tarefa específica (Erciyas, 2021). Os algoritmos processam, normalmente, uma ou mais entradas, aplicando-lhes sistematicamente uma série predefinida de passos, que culminam na produção de uma ou mais saídas ou resultados (Ruiz & Fusco, 2024; Erciyas, 2021). Embora sejam um elemento basilar da programação de computadores, sendo essenciais para uma vasta gama de operações, desde a execução de cálculos complexos até à recuperação de informação em bases de dados, o conceito não está restrito ao universo digital (NIH, 2025). Neste sentido, os algoritmos podem ser concebidos e aplicados em contextos não computacionais, sendo executados tanto de forma manual por indivíduos, quanto automaticamente por máquinas. É ainda importante realçar que, para a sua utilização, não é exigido aos utilizadores o conhecimento do seu funcionamento (NIH, 2025).

A verdade é que na atualidade o alcance dos algoritmos se estende muito para além da programação de computadores, tendo alcançado uma omnipresença em inúmeros aspetos da vida moderna (Vicente, 2023). Na sua essência, desde simples receitas culinárias até equações matemáticas, todos operam sob uma lógica algorítmica. No entanto, é efetivamente no universo digital que a sua atuação se torna mais crítica, desde logo porque no digital os algoritmos estão na base de quase todas as operações: guiam as pesquisas online, a circulação de emails, e constituem a essência de todas as aplicações móveis e videojogos (Rainie & Anderson, 2017). São ainda

cruciais na gestão da experiência do utilizador, uma vez que alimentam sistemas de recomendação (filmes, livros, encontros), e estão também por detrás de grande parte dos conteúdos, através de filtros, consumidos nos sites de redes sociais. A sua influência estende-se a operações invisíveis como transações financeiras e à capacidade de reconhecimento de voz e imagem (Rainie & Anderson, 2017).

É precisamente esta omnipresença em praticamente todas as esferas da vida, que reforçam a necessidade urgente de questionar a verdadeira natureza e o alcance da influência algorítmica. Quando um sistema se torna tão essencial para o funcionamento da sociedade, ele deixa de ser uma mera ferramenta para se transformar numa estrutura de poder e mediação (Boyd, 2023). No entanto, o seu funcionamento, eficácia e até os seus envios, são invariavelmente o produto de decisões humanas: decisões ao nível do design, da programação, da monetização e, em última instância, do uso (Metzler & Garcia, 2023; Beer, 2017). Se a tecnologia é, efetivamente, ubíqua, a relação que se estabelece com ela permanece individual e social. É, portanto, a partir desta centralidade tecnológica, e não apesar dela, que se deve reorientar o questionamento da influência para a responsabilidade, analisando como é que as ações, bem como as inações, alimentam e validam o próprio sistema a que se atribuem todas as culpas. Neste contexto, existem algumas questões que se podem colocar nesta tentativa de olhar para a interação entre humanos e máquinas, a começar por: Como é que os indivíduos percebem a influência algorítmica na sua vida e, de forma particular, no uso que fazem dos sites de redes sociais? De que forma é que os comportamentos dos utilizadores, as suas ações, inações, e os contextos sociais mitigam ou amplificam os efeitos dos algoritmos no discurso público? Que papéis desempenham a ação individual, a intenção e os fatores socio-culturais na forma como são moldadas as interações entre os utilizadores e os algoritmos? Estas são apenas algumas das questões que se podem colocar quando se procura transcender o mito do controlo algorítmico e construir um debate mais rigoroso centrado na autonomia e na literacia dos cidadãos.

O “bode expiatório algorítmico”: quando os algoritmos são os únicos culpados

A pesar de a influência dos algoritmos ser inegável, a verdade é que a sua centralidade e omnipresença tem sido usada, frequentemente, como um mecanismo retórico de simplificação e desresponsabilização na esfera pública (Williams, 2025). Ao culpar o sistema invisível, o debate evita a análise das falhas estruturais e comportamentais dos atores humanos. O algoritmo transforma-se, assim, naquilo a que o cientista social Dan Williams (2025) chama de “bode expiatório algorítmico” (“algorithmic scapegoating”). Neste segundo ponto explora-se precisamente essa análise do Professor Assistente de Filosofia na University of Sussex e Membro Associado do Leverhulme Centre for the Future of Intelligence (CFI) da University of Cambridge, que embora se concentre na realidade dos EUA, pode igualmente ter reflexos noutros contextos, como por exemplo, o português.

Williams (2025) começa por explicar que a atual “crise epistémica americana”, marcada pela disseminação de mentiras políticas, desinformação, teorias da conspiração, intensa polarização nas fontes de informação e um colapso da confiança em instituições cruciais (como a ciência, o jornalismo e as universidades), é frequentemente atribuída às plataformas de redes sociais. Na sua forma mais extrema, esta narrativa representa as plataformas como “bolas de demolição tecnológicas” (“*technological wrecking balls*”), e as grandes responsáveis pela “fragmentação da realidade partilhada e amplificação dos conteúdos sensacionalistas, criando um “*wild west*” informacional dominado por falsidades virais e câmaras de eco” (Williams, 2025)². O cientista social realça também que “a arquitetura das plataformas demonstra ser naturalmente contrária ao discurso racional” e que os algoritmos que promovem a recomendação de conteúdos “priorizam sistematicamente o envolvimento do utilizador em detrimento

2. “In the most extreme form of this narrative, such platforms are depicted as technological wrecking balls responsible for shattering the norms and institutions that kept citizens tethered to a shared reality, creating an informational Wild West dominated by viral falsehoods, bias-confirming echo chambers, and know-nothing punditry” (Williams, 2025).

da precisão factual” (Williams, 2025)³. Esta lógica de funcionamento tem como consequência a amplificação desproporcional de conteúdos sensacionalistas, polarizadores ou que simplesmente confirmam crenças preexistentes. Williams (2025) acrescenta ainda que a eliminação dos tradicionais guardiões da informação (os *gatekeepers*) permitiu que indivíduos (*influencers*) sem qualquer credibilidade, conhecimento ou consciência ética alcançassem audiências massivas, enchendo a esfera pública com conteúdos não verificados (Williams, 2025).

Ainda que sempre a partir de um olhar sobre a realidade norte-americana, o Professor da *University of Sussex* argumenta de seguida, através de vários exemplos, que “há razões convincentes para sermos céticos em relação ao facto de as redes sociais serem a principal causa dos desafios epistémicos da sociedade”. De acordo com Williams (2025), “a narrativa da “bola de demolição” exagera a novidade destes desafios e sobrestima a responsabilidade, nomeadamente, das redes sociais”. Este foco nas plataformas, acrescenta, “negligencia problemas políticos e institucionais mais profundos que na verdade são refletidos nas redes sociais, mas não criados por elas”⁴. Embora as plataformas não sejam inofensivas, podendo acelerar tendências, amplificar determinadas vozes e facilitar a radicalização, para Williams (2025) existem outros fatores que estão na base da crise atual e que vão muito mais fundo em termos de responsabilização, do que aqueles que, de forma simplista, se limitam a culpar os algoritmos.

A análise de Williams (2025), sobre a realidade dos EUA, realça ainda que a visão de que os algoritmos são os principais culpados pela crise de desinformação e polarização na esfera pública é contrariada por vários estudos científicos (Altay, 2025; Budak et al., 2024; Altay & Acerbi, 2023). De acordo com várias das investigações realizadas as intervenções diretas nos

3. “Moreover, the fundamental architecture of social media platforms seems hostile to rational discourse. Algorithms that recommend content prioritize engagement over accuracy” (Williams, 2025).

4. “But there are compelling reasons to be skeptical that social media is a leading cause of America’s epistemic challenges. The “wrecking ball” narrative exaggerates the novelty of these challenges, overstates social media’s responsibility for them, and overlooks deeper political and institutional problems that are reflected on social media, not created by it” (Williams, 2025).

algoritmos das plataformas (como alterar os feeds ou reduzir as “câmaras de eco”) têm um impacto reduzido ou mesmo nulo nas atitudes políticas dos utilizadores e nos níveis de polarização. Estes resultados reforçam a tese central de Williams (2025) sobre a origem do problema, que não reside primariamente na arquitetura do código, mas sim nas escolhas e comportamentos dos próprios indivíduos. Neste contexto, o cientista social salienta também que, embora os indivíduos possam atualizar as suas crenças em resposta a argumentos persuasivos provenientes de fontes credíveis, estes efeitos são, de um modo geral, limitados e efémeros. Por outro lado, quando se trata de atitudes políticas e visões do mundo fundamentais, o comportamento humano revela-se muito mais inflexível do que a narrativa sobre a influência das redes sociais sugere (Williams, 2025; Coppock, 2022; Nyhan, 2021). Para além dessa influência limitada, Williams (2025) também lembra que os indivíduos exercem um controlo considerável sobre a informação que encontram e consomem, num fenómeno que está longe de ser novo, e já foi amplamente estudado. Como referem Hyman e Sheatsley (1947), “pressupor uma correspondência perfeita entre a natureza e a quantidade do material apresentado numa campanha informativa e a sua absorção por parte do público, é uma perspetiva ingénua”, na medida em que “a natureza real e o grau de exposição do público ao material informativo são, em grande parte, determinados por certas características psicológicas da própria audiência”⁵ (p. 413). Essas características são, de acordo com os autores, a iliteracia crónica, o interesse em obter informação, a exposição seletiva provocada pelas atitudes já existentes, a interpretação seletiva e a memorização seletiva. Focando-nos em apenas um desses fatores, a “exposição seletiva”, percebe-se que este conceito fundamental da teoria da comunicação e da psicologia aponta para uma tendência de os indivíduos escolherem ativamente expor-se a informações que estão em consonância ou que confirmam as suas crenças, valores e atitudes preexistentes, ao mesmo tempo que evitam ou ignoram

5. “To assume a perfect correspondence between the nature and amount of material presented in an information campaign and its absorption by the public, is to take a naive view, for the very nature and degree of public exposure to the material is determined to a large extent by certain psychological characteristics of the people themselves” (Hyman & Sheatsley, 1947, p. 413)

informações que as contradizem (ou que lhes causam desconforto cognitivo). Como realça Klapper (1960, 1963), as pessoas demonstram uma forte tendência para a exposição seletiva, escolhendo consumir apenas a informação que já está alinhada com as suas crenças e interesses preexistentes. Além disso, mesmo quando são expostas a conteúdos divergentes, tendem a esquecê-los rapidamente ou, pior, a interpretá-los erroneamente para os fazerem encaixar nas suas convicções (perceção seletiva). Consequentemente, em vez de modificar os pontos de vista do público, a comunicação de massa tem como efeito predominante e mais provável o reforço das opiniões e atitudes já existentes. Esta ideia de Klapper, embora aborde um cenário muito anterior ao ecossistema digital atual, permite compreender que a exposição seletiva é um comportamento humano inato, e não um produto dos algoritmos. O algoritmo, ao personalizar o feed, por exemplo, apenas se limita a automatizar e acelerar este processo de reforço identificado há décadas. Neste contexto, é fácil de perceber que os algoritmos e as redes sociais digitais são acima de tudo um reflexo, e não a origem, das profundas divisões políticas, culturais e educacionais que se manifestam na sociedade.

Regressando à análise de Williams (2025), o autor defende também que são várias as razões que fazem com que a atribuição de culpa ao código acabe por ser conveniente. Por um lado, ao conferir aos problemas sociais (como a polarização extrema, a proliferação de notícias falsas, entre outros) uma origem externa, afastada do controlo individual, porque responsabilidade da máquina, faz com que os utilizadores, as plataformas e os próprios líderes políticos se isentem da responsabilidade pelas suas ações ou inações no ecossistema digital. Por outro lado, a figura do “bode expiatório algorítmico” é alimentada pela própria opacidade dos sistemas, ou seja, a complexidade e o desconhecimento em relação ao funcionamento dos sistemas (Hassija et al., 2024), acaba por facilitar a atribuição de culpa aos algoritmos, o que ao mesmo tempo impede que se apurem outras responsabilidades. É por isso que Williams (2025) considera que parte da narrativa dominante sobre os algoritmos não raras vezes acaba por substituir a análise política e social pela crítica técnica. Esta estratégia, que em última instância

funciona como uma manobra de distração, desvia o foco do comportamento humano, elemento essencial para uma verdadeira reflexão crítica sobre o papel dos algoritmos, e que se explora mais à frente neste capítulo. No entanto, para compreender muitos desses comportamentos, é necessário ir mais fundo e olhar para os fatores históricos, culturais, educacionais e sociais, que ajudam, na maior parte dos casos, a explicar a crise que afeta a esfera pública para lá da simples dimensão tecnológica.

Os algoritmos são um sintoma, não a causa: uma análise às deficiências estruturais da sociedade

A narrativa de que as plataformas e os seus algoritmos são o principal motor das disfunções sociais, tende a ignorar as profundas deficiências estruturais e históricas que apenas são refletidas e amplificadas pelas plataformas digitais (Williams, 2025; Metzler & Garcia, 2023). Como explicam Metzler e Garcia (2023), as investigações realizadas “sugerem que os algoritmos, na sua maioria, reforçam os fatores sociais já existentes”, o que “realça a importância de refletir sobre os algoritmos no contexto social mais amplo que abrange o individualismo, a política populista e as alterações climáticas”⁶ (p. 735).

No caso de Portugal, existem também contextos sociais, educacionais e culturais específicos que precedem largamente a ascensão das plataformas e a omnipresença dos algoritmos digitais. Neste contexto, os algoritmos atuam sobretudo como um espelho que expõe as vulnerabilidades preexistentes na sociedade portuguesa.

A relação dos portugueses com as instituições, e de forma muito particular com a informação, é marcada por um legado histórico específico. A transição relativamente tardia para uma democracia plena (pós-25 de Abril) e os longos períodos de autoritarismo moldaram uma relação, por vezes, ambivalente com o poder e a autoridade. Do ponto de vista histórico, a

6. “Existing evidence suggests that algorithms mostly reinforce existing social drivers, a finding that stresses the importance of reflecting on algorithms in the larger societal context that encompasses individualism, populist politics, and climate change” (Metzler & Garcia, 2023, p. 735).

verdade é que a percepção sobre a ineficácia em certas esferas institucionais e políticas tem-se traduzido numa falta de confiança generalizada no sistema (Teixeira, 2018; Belchior, 2015; Torcal, 2014). Esta desconfiança não foi por isso criada pelos algoritmos, mas as suas raízes históricas contribuíram para que os cidadãos se tornassem mais permeáveis a narrativas alternativas (Elchardus & Spruyt, 2014). Por outro lado, o panorama mediático português, embora plural, tem sido muitas vezes criticado pela sua concentração e ligação estreita com poderes económicos e políticos (Cádima et al., 2025). Esta estrutura enfraquece a credibilidade do jornalismo e afeta a autoridade noticiosa (Martins, 2024), desde logo porque as plataformas digitais se tornam fontes privilegiadas, e muitas vezes únicas, de acesso à informação, com as consequências que daí advêm (Cardoso et al., 2025; Morais & Jerónimo, 2023).

Já no campo da educação, existem também fragilidades estruturais que se agravaram com a necessidade de preparar os indivíduos para navegar no complexo ecossistema digital, e que acabam por constituir importantes vulnerabilidades, nomeadamente em relação à desinformação, que os algoritmos apenas vieram amplificar. Embora a taxa de literacia em Portugal seja elevada (de acordo com os dados do The Media Literacy Index, publicado pelo Open Society Institute Sofia, Portugal ocupa o 12º lugar em 41 países estudados, ficando à frente de países como o Reino Unido, a Áustria, a República Checa, a Espanha e a França), persistem problemas estruturais e lacunas de literacia crítica que são cruciais no contexto atual, marcado pela influência algorítmica e pela desinformação. O sistema educativo e as diferentes iniciativas nesta área concentraram-se, durante vários anos, na vertente instrumental, ou seja, no saber aceder e utilizar as tecnologias, mas negligenciaram ou não conseguiram trabalhar suficientemente a capacidade fundamental de avaliar criticamente a informação (Festas, 2022). Esta lacuna ganha na atualidade uma importância sem precedentes, na medida em que impede, em muitos casos, que o público seja capaz de distinguir entre notícias factuais, opiniões editoriais, propaganda, ou conteúdos patrocinados (Morais & Jerónimo, 2023; Santos & Figueira, 2020; Morais &

Cruz, 2020). Esta dificuldade ou incapacidade, que não surgiu com as redes sociais digitais, mas foi apenas ampliada por elas, deixa os cidadãos particularmente vulneráveis à manipulação e à proliferação dos mais variados formatos de desinformação, como as áudio e deepfakes, que exigem um nível de avaliação crítica muito elevado.

Por outro lado, importa lembrar que os índices de literacia mediática e informacional não são uniformes em toda a população. Tal como acontece noutros países, existe uma correlação entre os níveis de escolaridade e os níveis de literacia (OECD, 2024). Cidadãos com menor formação escolar e faixas etárias mais idosas tendem a ter maior dificuldade em navegar em ambientes digitais complexos como os atuais, e são, por isso, frequentemente mais vulneráveis a esquemas de desinformação (Maciel et al., 2025). As desigualdades socioeconómicas que ainda persistem no país, e em particular no acesso à educação e à tecnologia, são também importantes fatores, que não foram criados pelos algoritmos, mas que fazem com que estes grupos sejam alvos preferenciais da desinformação, desde logo porque ficam muitas vezes dependentes de um único meio para aceder às notícias.

Para além das questões históricas e de literacia, existem ainda os fatores socioculturais que, não sendo novos, são igualmente explorados pelos algoritmos. Embora Portugal seja considerado um país pouco polarizado politicamente (Ricarte, 2025; Silva et al., 2022a), pelo menos quando comparado com outros, como por exemplo os EUA, a verdade é que as divisões sociais e culturais preexistentes são amplificadas pelo ambiente algorítmico. A eficácia dos algoritmos reside precisamente na capacidade de explorar a tendência humana de os indivíduos suspenderem, com frequência, a avaliação crítica, se confrontados com conteúdos que confirmam os seus preconceitos e visões do mundo ou quando apelam a emoções fortes (Kappler, 1963; Hyman & Sheatsley, 1947). É verdade que as plataformas facilitam a formação de câmaras de eco, mas apenas porque dão resposta a esta tendência tribal e grupal dos seres humanos. Por outro lado, ainda dentro dos fatores socioculturais, importa recordar que existe em Portugal uma tradição de consumo de meios de comunicação mais orientados

para o sensacionalismo, ou que apelam com mais frequência para a emoção, que não surgiu com as plataformas digitais, mas que torna o público português também mais recetivo a conteúdos digitais que privilegiam a dimensão emocional no lugar dos factos. O problema da literacia está assim intrinsecamente ligado à natureza do panorama mediático contemporâneo, que sistematicamente prioriza o envolvimento emocional (Al-Rawi, 2020; Wahl-Jorgensen, 2019; Dolan et al., 2019). No entanto, também aqui, o que o algoritmo faz é simplesmente adaptar-se a este apetite cultural pré-existente. E a verdade é que as empresas de media e agora também as plataformas digitais prosperam com as respostas emocionais, o que resulta numa mudança na própria comunicação e forma de fazer jornalismo (Wahl-Jorgensen, 2019). Os conteúdos que evocam fortes reações, como o medo, a raiva ou a intolerância, acabam por ser privilegiados, uma vez que impulsionam o envolvimento e o próprio comportamento dos consumidores (Al-Rawi, 2020; Weeks & Garrett, 2019; Dolan et al., 2019).

Em suma, os algoritmos não criaram a desconfiança nas instituições, não são os responsáveis pelas falhas em termos de literacia mediática, nem os culpados pela tendência humana para o comportamento tribal. Os algoritmos funcionam apenas como um catalisador, na medida em que alimentam, incentivam e aceleram os efeitos de um conjunto de fragilidades estruturais e défices culturais que caracterizam a sociedade portuguesa há muito tempo. Neste contexto, uma verdadeira reflexão crítica sobre a influência dos algoritmos na esfera pública não pode concentrar-se apenas na dimensão tecnológica, sob pena de, no combate ao sintoma, ignorarmos a verdadeira causa da doença. É por isso que o caminho, para se intervir diretamente sobre as verdadeiras causas da disfunção social, passa por investir no reforço da transparência nas instituições, na literacia mediática e informacional (que deve também incluir a literacia algorítmica) e, fundamentalmente, na responsabilização individual.

Inverter o ónus da culpa: o papel do comportamento humano e a responsabilização individual

O reconhecimento de que os algoritmos são um sintoma, e não a causa primária, das disfunções sociais, exige uma inversão fundamental no ónus da culpa. Se as fragilidades estruturais e os vieses cognitivos humanos são a verdadeira “doença”, como se observou no capítulo anterior, é fundamental analisar o comportamento humano e pensar numa responsabilização individual, uma vez que os consumidores há muito que deixaram de ser vítimas passivas, e são hoje participantes ativos no ecossistema digital.

A narrativa de que os algoritmos são os únicos responsáveis pelo estado atual da esfera pública, remete para um entendimento do indivíduo como um recetor passivo e indefeso, ignorando a sua capacidade de escolha e de ação. Neste contexto, importa lembrar que a eficácia do sistema algorítmico depende totalmente do consentimento e do comportamento ativo do utilizador (Silva et al., 2022b). O fenómeno da “exposição seletiva”, já abordado no ponto anterior, não é uma falha do algoritmo, mas resulta de uma escolha humana. É fundamental perceber que os utilizadores são consumidores ativos e que procuram, quase sempre, num ecossistema marcado pela hiperabundância informativa, aquilo que confirma as suas convicções. Neste contexto, os algoritmos são apenas uma espécie de serviço de entrega ultrarrápido, que dá resposta a esta procura humana. Os estudos demonstram que, em relação a determinados assuntos, como atitudes políticas, os indivíduos tendem a ser inflexíveis (Metzler & Garcia, 2023). As intervenções algorítmicas, como demonstram as experiências de campo, acabam por ter um efeito reduzido, uma vez que a resistência à persuasão reside na profundidade das convicções humanas (Metzler & Garcia, 2023). A decisão de acreditar em determinados conteúdos e de partilhar desinformação, por exemplo, é, em última instância, uma decisão humana, muitas vezes motivada pela emoção ou pela lealdade tribal.

Por outro lado, quando se reflete sobre qual o papel do ser humano, importa desde logo começar por refletir sobre quem desenha os sistemas?

Quem está por detrás dos algoritmos? A verdade é que antes de se culparem os algoritmos, não se pode deixar de olhar para os criadores desses algoritmos. É importante lembrar, como imensos exemplos já demonstraram (Willcox, 2025; Weale, 2024; Omowole, 2021), que os algoritmos incorporam os valores, os vieses e as prioridades dos seus criadores (Rosa & Guasque, 2024; Dwork, 2017). Para compreender verdadeiramente a influência algorítmica, é essencial escrutinar os decisores humanos que concebem estes sistemas, bem como os modelos de negócio que incentivam certos resultados (Latuheru & Cangara, 2024).

É por isso que é tão importante falar em responsabilidade e em quem a deve assumir, não esquecendo que isso implica reconhecer que as soluções para as disfunções na esfera pública não podem residir, apenas, na externalização do problema, ou seja, na responsabilização dos algoritmos e das próprias plataformas que, não sendo inocentes, só funcionam com a ação humana. Quando se fala em inverter o ónus da culpa, não é simplesmente porque tenha de existir um culpado, mas porque é fundamental que os indivíduos compreendam que são eles que têm o poder de limitar a influência dos algoritmos através de escolhas mais conscientes e críticas. A regulação das plataformas é necessária e importante, mas é a ação individual que, em última instância, determina a possibilidade de resistir ao apelo das plataformas.

Neste contexto, é fundamental que se perceba a relevância de substituir uma cultura de aceitação por uma cultura de ceticismo, onde cada indivíduo deve exigir transparência, cultivar a reflexão crítica e procurar discursos construtivos. Exigir transparência continua a ser fundamental, é preciso responsabilizar as plataformas digitais pelas decisões e práticas, em várias dimensões, com destaque para a ausência de moderação dos conteúdos (Williams, 2025; Rieder & Hofmann, 2020), e tendo sempre presente que por detrás das plataformas existem ser humanos que devem, e podem, ser chamados a prestar contas. Cultivar a reflexão crítica, por sua vez, implica estimular os indivíduos a refletir criticamente sobre os conteúdos que consomem e partilham, a questionarem as fontes, a examinarem as evidências

e a considerarem as múltiplas perspectivas sobre os assuntos (Frau-Meigs, 2024). É fundamental criar uma cultura de dúvida em relação aos conteúdos que apelam diretamente às crenças pessoais. Os utilizadores devem reconhecer que a natureza dos algoritmos passa pela otimização do envolvimento, e não pela procura do que é verdade. Escolher discursos construtivos passa por seleccionar ativamente o envolvimento que promove a discussão informada em detrimento de narrativas que apenas têm como objetivo dividir e fragmentar a esfera pública (Williams, 2025; Ingram, 2025; Ashkinaze et al., 2024; Frau-Meigs, 2024).

Em última instância, é importante lembrar que os utilizadores têm o poder de se desligar, de parar de seguir determinados conteúdos, de escolher uma dieta informativa que não seja composta por fontes que promovem a divisão, de procurar múltiplas e diferentes perspectivas que contribuam para uma análise ponderada e crítica. Esta escolha individual, multiplicada por milhões de utilizadores, tem o poder de transformar a relação com as plataformas e a própria esfera pública.

Considerações finais

O título escolhido para este capítulo deixava antever, desde cedo, o principal objetivo da reflexão que se procurou promover, focada em demonstrar que tem existido um problema de foco na abordagem da atual crise da esfera pública. Quando grande parte das narrativas entende que os algoritmos são o inimigo a abater, o risco é apenas um: o de se combater o sintoma, uma amplificação promovida pela tecnologia, deixando que a doença, as vulnerabilidades estruturais da sociedade, continue a ganhar terreno. É por isso fundamental que se mude a narrativa, que se deixe de falar em determinismo algorítmico, a crença de que a tecnologia controla o comportamento e molda a sociedade independentemente da vontade humana, e se fale mais de autonomia intelectual, reconhecendo que os indivíduos e as comunidades possuem o poder de fazer escolhas deliberadas sobre o consumo de informação. Para que isto aconteça é necessário que se promova a responsabilidade

coletiva, ou seja, o entendimento de que uma esfera pública saudável exige a participação ativa de cidadãos informados e críticos.

No decorrer da reflexão demonstrou-se como diferentes fragilidades, enraizadas na baixa confiança institucional, em défices de literacia crítica e na predisposição humana para a polarização, são o verdadeiro motor da propagação da desinformação. Os algoritmos atuam apenas como um espelho, capazes de refletir e aumentar, expondo e intensificando fraturas que já existiam no tecido social, económico e educativo. Neste contexto, é importante perceber que o caminho não passa por soluções mágicas, mas por uma abordagem multifacetada, que inverta, em primeiro lugar, o ónus da culpa, percebendo que os algoritmos, e apesar da opacidade que os caracteriza, têm uma origem. Por outro lado, é imperativo que a literacia mediática e informacional evolua, no sentido de uma responsabilidade cívica, capaz de dotar os cidadãos de competências que os levem a duvidar, a questionar e a exercer um julgamento crítico, contrariando, dessa forma, o impulso de consumo emocional e a exposição seletiva. Ao mesmo tempo continua a ser crucial que se invista na transparência institucional e na reconstrução da confiança no jornalismo, porque apenas dessa forma será possível combater a atratividade e viralidade das narrativas alternativas.

Em suma, a verdadeira mudança começa no comportamento humano. Se o objetivo é limitar o poder dos algoritmos, os indivíduos têm de olhar primeiro para os seus hábitos, para as suas influências, para os seus comportamentos. A regulação das plataformas é importante, mas a sustentabilidade do discurso público democrático exige, acima de tudo, um compromisso renovado com a literacia crítica, a responsabilidade pessoal e a promoção de ambientes que valorizem a autonomia intelectual em detrimento da reatividade emocional. Uma esfera pública saudável exige ir além do “bode expiatório algorítmico”. Nunca será demais lembrar que os algoritmos são um reflexo da nossa ação enquanto indivíduos. Nesse sentido, para reverter a erosão da esfera pública e mitigar os efeitos negativos

dos sistemas algorítmicos, é imperativo que a sociedade adote uma abordagem que se centre na capacitação do ser humano, o primeiro e verdadeiro responsável.

Referências Bibliográficas

- Al-Rawi, A. (2020). Networked Emotional News on Social Media. *Journalism Practice*, 14(9), 1125–1141. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1685902>
- Altay, S. (2025). How Effective Are Interventions Against Misinformation? *PsyArXiv*. https://doi.org/10.31234/osf.io/sm3vk_v2
- Altay, S., & Acerbi, A. (2023). People believe misinformation is a threat because they assume others are gullible. *New Media & Society*, 26(11), 6440-6461. <https://doi.org/10.1177/14614448231153379>
- Ananny, M. (2023). Making mistakes. Constructing Algorithmic Errors to Understand Sociotechnical Power. *Osiris*, 38, 223–241. <https://doi.org/10.1086/725146>
- Ashkinaze, J., Gilbert, E., & Budak, C. (2024). The dynamics of (Not) unfollowing misinformation spreaders. *Proceedings of the ACM Web Conference 2022*, 1115–1125. <https://doi.org/10.1145/3589334.3645445>
- Beer, D. (2017). The social power of algorithms. *Information, Communication & Society*, 20(1), 1–13. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1216147>
- Beffara, E. (2024). L'algorithme: pourquoi et comment le définir pour l'enseigner. *arXivLabs, Computer Science, Data Structures and Algorithms*, 2406.04385, <https://doi.org/10.48550/arXiv.2406.04385>
- Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Boyd, D. (2023). The structuring work of algorithms. *Daedalus*, 152(1), 236–240. https://doi.org/10.1162/daed_a_01983
- Broussard, M., Diakopoulos, N., Guzman, A.L., Abebe, R., Dupagne, M., & Chuan, C.H. (2019). Artificial intelligence and journalism. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 96(3), 673-695. <https://doi.org/10.1177/1077699019859901>

- Budak, C., Nyhan, B., Rothschild, D. M., Thorson, E., & Duncan, J. W. (2024). Misunderstanding the harms of online misinformation. *Nature*, 630, 45–53. <https://doi.org/10.1038/s41586-024-07417-w>
- Burrell, J., & Fourcade, M. (2021). The Society of Algorithm-ms. *Annual Review of Sociology*, 47(1), 213–237. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-090820-020800>
- Cádima, F. R., Baptista C., Martins, L. O., Torres da Silva, M. (2025). *Monitoring media pluralism in the European Union: results of the MPM2025. Country report: Portugal*; Monitorização do pluralismo dos media na União Europeia : resultados do MPM2025. Relatório: Portugal, EUI, RSC, Research Project Report, Centre for Media Pluralism and Media Freedom (CMPF), 2025, Country Reports. <https://hdl.handle.net/1814/92904>
- Calero Valdez, A. (2020). Human and Algorithmic Contributions to Misinformation Online – Identifying the Culprit. In: C. Grimme, M. Preuss, F. Takes, & A. Waldherr (Eds.) *Disinformation in Open Online Media. MISDOOM 2019. Lecture Notes in Computer Science*, (pp. 3-15). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-39627-5_1
- Coppock, A. (2022). *Persuasion in Parallel. How Information Changes Minds about Politics*. University of Chicago Press.
- Dogruel, L., Facciorusso, D., & Stark, B. (2022). ‘I’m still the master of the machine.’ Internet users’ awareness of algorithmic decision-making and their perception of its effect on their autonomy. *Information, Communication & Society*, 25(9), 1311–1332. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2020.1863999>
- Dolan, R., Conduit, J., Frethey-Bentham, C., Fahy, J., & Goodman, S. (2019). Social media engagement behavior: A framework for engaging customers through social media content. *European Journal of Marketing*, 53(10), 2213–2243. <https://doi.org/10.1108/EJM-03-2017-0182>

- Dwork, C. (2017). What's Fair? *Proceedings of the 23rd ACM SIGKDD International Conference on Knowledge Discovery and Data Mining (pp.1-2)*. Association for Computing Machinery.
<https://doi.org/10.1145/3097983.3105807>
- Elchardus, M., & Spruyt, B. (2014). Populism, Persistent Republicanism and Declinism: An Empirical Analysis of Populism as a Thin Ideology. *Government and Opposition*, 51(1), 111-133.
<https://doi.org/10.1017/gov.2014.27>
- Erciyas, K. (2021). Algorithms. In: *Discrete Mathematics and Graph Theory. Undergraduate Topics in Computer Science*, pp. 41-61. Springer.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-61115-6_3
- Frau-Meigs, D. (2024). Algorithm Literacy as a Subset of Media and Information Literacy: Competences and Design Considerations. *Digital*, 4(2), 512-528. <https://doi.org/10.3390/digital4020026>
- Festas, M. I. (2022). Educação e literacia: da literacia funcional à literacia crítica. In M. H. Damião (Coord.) *Percursos nas Ciências da Educação. Lutar para a Utopia* (pp. 143-160), Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2328-3>
- García-Orosa, B., Canavilhas, J., & Vázquez-Herrero, J. (2023). Algorithms and communication: A systematized literature review. *Comunicar*, 31(74), 9–21. <https://doi.org/10.3916/C74-2023-01>
- Hassija, V., Chamola, V., Mahapatra, A., Singal, A., Goel, D., Huang, K., Scardapane, S., Spinelli, I., Mahmud, M., & Hussain, A. (2024). Interpreting Black-Box Models: A Review on Explainable Artificial Intelligence. *Cognitive Computation*, 16, 45–74.
<https://doi.org/10.1007/s12559-023-10179-8>
- Hyman, H. H., & Sheatsley, P. B. (1947). Some reasons why information campaigns fail. *Public Opinion Quarterly*, 11, 412–423.
<https://doi.org/10.1086/265867>

- Ingram, M. (2025, July 31). *Social media didn't start the fire, it just fans the flames*. *The Torment Nexus*. <https://torment-nexus.mathewingram.com/social-media-didnt-start-the-fire-it-just-fans-the-flames/>
- Jungherr, A., & Schroeder, R. (2021). Disinformation and the Structural Transformations of the Public Arena: Addressing the Actual Challenges to Democracy. *Social Media + Society*, 7(1). <https://doi.org/10.1177/2056305121988928>
- Klapper, J. T. (1960). *The Effects of Mass Communications*. Free Press.
- Klapper, J. T. (1963). The social effects of mass communication. In W. Schramm (Ed.), *The science of human communication: New directions and new findings in communication research* (pp. 65–76. Basic Books.
- Kohli, N., Barreto, R., & Kroll, J. A. (2018, February). Translation tutorial: a shared lexicon for research and practice in human-centered software systems. In *1st Conference on Fairness, Accountability, and Transparency*. New York, NY, USA. https://facctconference.org/static/tutorials/fatconf18_lexicon_tutorial.pdf
- König, P. D. (2022). Two tales about the power of algorithms in online environments: on the need for transdisciplinary dialogue in the study of algorithms and digital capitalism. *Media, Culture & Society*, 44(7), 1372-1382. <https://doi.org/10.1177/01634437221111893>
- Latuheru, R. D., & Cangara, H. (2024). The role of social media algorithms in shaping and conflict resolution. *Journal of Digital Media Communication*, 03(1), 19-27. <https://doi.org/10.35760/dimedcom.2024.v3i1.11681>
- Lessenski, M. (2023). *The Media Literacy Index 2023. Report*. Open Society Institute. <https://osis.bg/wp-content/uploads/2023/06/MLI-report-in-English-22.06.pdf>
- Maciel, A. D., Balonas, S., Moreno, A., & Toscano, C. (2025). A Literacia Midiática e o Combate à Desinformação: iniciativas no Brasil e em Portugal. *Revista Eco-Pós*, 28(1), 181–208. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i1.28458>

- Martins, P. (2024). Quando as redes sociais digitais são fontes jornalísticas – uma abordagem a códigos deontológicos. *Comunicação e Sociedade*, 45, e024001. [https://doi.org/10.17231/comsoc.45\(2024\).4748](https://doi.org/10.17231/comsoc.45(2024).4748)
- Metzler, H., & Garcia, D. (2023). Social Drivers and Algorithmic Mechanisms on Digital Media. *Perspectives on Psychological Science*, 19(5), 735-748. <https://doi.org/10.1177/17456916231185057>
- Morais, N. S., & Cardoso, M. (2020). Desinformação e fake news. *Mediapolis – Revista de Comunicação Jornalismo e Espaço Público*, 11, 27–40. https://doi.org/10.14195/2183-6019_11_2
- National Library of Medicine (2025). *Algorithm* Network of the National Library of Medicine. <https://www.nlm.gov/guides/data-glossary/algorithm>
- Nyhan B. (2021). Why the backfire effect does not explain the durability of political misperceptions. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 13, 118(15), e1912440117. <https://doi.org/10.1073/pnas.1912440117>
- OECD (2024), Do adults have the skills they need to thrive in a changing world? Survey of Adult Skills 2023, OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/b263dc5d-en>
- Olhede, S. C., & Wolfe, P. J. (2018). The growing ubiquity of algorithms in society: implications, impacts and innovations. *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, 376 (2128): 20170364. <https://doi.org/10.1098/rsta.2017.0364>
- Omowole, A. (2021, July 19). Research shows AI is often biased. Here's how to make algorithms work for all of us. *Emerging Technologies, World Economic Forum*. <https://www.weforum.org/stories/2021/07/ai-machine-learning-bias-discrimination/>
- Ricarte, J. (2025, May 30). Portugal é um país ao centro. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2025/05/30/opiniao/opiniao/portugal-pais-centro-2134962>
- Rieder, B., & Hofmann, J. (2020). Towards platform observability. *Internet Policy Review*, 9(4). <https://doi.org/10.14763/2020.4.1535>

- Rosa, A. M. da, & Guasque, B. (2024). Inteligência artificial, vieses algorítmicos e racismo: o lado desconhecido da justiça algorítmica. *Opini3n Jur3dica*, 23(50), a49. <https://doi.org/10.22395/ojum.v23n50a49>
- Santos, S., & Figueira, J. (2020). (Des)informa33o em tempos de incerteza: jornalismo, democracia e redes sociais. *Mediapolis – Revista de Comunica33o Jornalismo e Espa33o P3blico*, 11, 5-9. https://doi.org/10.14195/2183-6019_11_0
- Saurwein, F., & Spencer-Smith, C. (2021). Automated Trouble: The Role of Algorithmic Selection in Harms on Social Media Platforms. *Media and Communication*, 9(4), 222-233. <https://doi.org/10.17645/mac.v9i4.4062>
- Silva, P., Costa, E., & Moniz, J. (2022a). A Portuguese Miracle: The Politics of the First Phase of Covid-19 in Portugal. *South European Society and Politics*, 27(4), 521–549. <https://doi.org/10.1080/13608746.2021.1979741>
- Silva, D. E., Chen, C., & Zhu, Y. (2022b). Facets of algorithmic literacy: Information, experience, and individual factors predict attitudes toward algorithmic systems. *New Media & Society*, 26(5), 2992-3017. <https://doi.org/10.1177/14614448221098042>
- Teixeira, C. P. (2018). *Qualidade da democracia em Portugal*. Funda33o Francisco Manuel dos Santos.
- Torcal, M. (2014). The Decline of Political Trust in Spain and Portugal: Economic Performance or Political Responsiveness? *American Behavioral Scientist*, 58(12), 1542-1567. <https://doi.org/10.1177/0002764214534662>
- Vicente, P. N. (2023). *Os Algoritmos e N3s*. Funda33o Francisco Manuel dos Santos.
- Vasconcellos-Silva, P.R., & Castiel, L. D. (2024). C3maras que ecoam 3dio, bolhas que destilam medo: constitui33o do eu e intoler3ncia como ra3zes da desinforma33o. *Ci3ncia & Sa3de Colectiva*, 30(4), 1-10. <https://doi.org/10.1590/1413-81232025304.10492023>
- Wahl-Jorgensen, K. (2020). An Emotional Turn in Journalism Studies? *Digital Journalism*, 8(2), 175–194. <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1697626>

- Willcox, M. (2025). Algorithmic agency and “fighting back” against discriminatory Instagram content moderation: #IWantToSeeNyome. *Frontiers in Communication*, 9:1385869. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2024.1385869>
- Williams, D. (2025, July 31). *Scapegoating the Algorithm. America’s epistemic challenges run deeper than social media.* <https://asteriskmag.com/issues/11/scapegoating-the-algorithm>
- Weale, S. (2024, February 06). Social media algorithms ‘amplifying misogynistic content.’ *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/media/2024/feb/06/social-media-algorithms-amplifying-misogynistic-content>
- Weeks, B. E., & Garrett, K. (2019). Emotional Characteristics of Social Media and Political Misperceptions. In: J. E. Katz & K. K. Mays (Ed.) *Journalism and Truth in an Age of Social Media*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190900250.003.0016>
- Yanık, C., & Engin, M. (2025). A Bibliometric Analysis of Sociological Studies on the Social Impacts of Algorithmic Management. *Manisa Celal Bayar Üniversitesi Sosyal Bilimler Dergisi*, 23(3), 15-36. <https://doi.org/10.18026/cbayarsos.1561879>
- Yu, M. (2021). The Algorithm Concept, 1684–1958. *Critical Inquiry*, 47(3), 592–609. <https://doi.org/10.1086/713556>

PSICOPODER E ESTÉTICA ALGORÍTMICA: A CRISE SENSÍVEL DA ESFERA PÚBLICA

PSYCHOPOWER AND ALGORITHMIC AESTHETICS: THE SENSITIVE CRISIS OF THE PUBLIC SPHERE

Gil Baptista Ferreira¹

Resumo: O presente texto propõe uma crítica à reconfiguração algorítmica da esfera pública, articulando a filosofia estética de John Dewey com a crítica da “positividade” de Byung-Chul Han. Argumenta-se que a desinformação contemporânea é, fundamentalmente, um sintoma de uma colonização estética da experiência comunicativa. Enquanto Dewey defende que uma esfera pública vibrante depende de experiências integradoras – caracterizadas por continuidade, profundidade narrativa e reflexão crítica –, as plataformas digitais operam sob uma lógica de psicopoder (Han) que promove uma estética da performance, da aceleração e da superficialidade emocional. Neste ecossistema, a comunicação é esvaziada da sua negatividade crítica e transformada num fluxo contínuo de estímulos otimizados para o envolvimento (*engagement*) e a extração de valor. O resultado é a substituição de uma *Erfahrung* (experiência densa e partilhável) por uma *Erlebnis* (vivência fragmentada e reativa), minando os fundamentos sensíveis da deliberação democrática. Conclui-se que a crise da esfera pública é, em grande medida, uma crise estética, na qual a forma sensível da informação, moldada pelo algoritmo, se torna um obstáculo à formação de um público crítico, tal como con-

1. Professor Coordenador Principal no Instituto Politécnico de Coimbra. Investigador no Labcom.

ceptualizado por Dewey. Este diagnóstico aponta para a urgência de se considerar a dimensão estética como central para qualquer projeto de regeneração democrática na era digital.

Palavras-chave: estética; esfera pública; algoritmos; psicopoder; democracia.

Abstract: This article offers a critique of the algorithmic reconfiguration of the public sphere, combining John Dewey's aesthetic philosophy with Byung-Chul Han's critique of "positivity." It argues that contemporary disinformation is, fundamentally, a symptom of an aesthetic colonization of communicative experience. While Dewey maintains that a vibrant public sphere depends on integrative experiences - marked by continuity, narrative depth, and critical reflection - digital platforms operate through a logic of psychopower (Han) that fosters an aesthetic of performance, acceleration, and emotional superficiality. Within this ecosystem, communication is stripped of its critical negativity and transformed into a continuous flow of stimuli optimized for engagement and value extraction. The result is the substitution of *Erfahrung* (deep, shareable experience) by *Erlebnis* (fragmented, reactive experience), thereby undermining the sensory foundations of democratic deliberation. The article concludes that the crisis of the public sphere is, to a large extent, an aesthetic one, in which the sensible form of information – shaped by algorithmic mediation – becomes an obstacle to the formation of a critical public, as conceptualized by Dewey. This diagnosis highlights the urgency of placing the aesthetic dimension at the core of any project aimed at democratic regeneration in the digital age.

Keywords: aesthetics; public sphere; algorithms; psychopower; democracy.

1. Introdução

Torna-se cada vez mais claro que as tecnologias digitais reformularam os fundamentos da esfera pública contemporânea. Neste texto, argumentamos que essa reformulação é, antes de tudo, estética: modificou os regimes de sensibilidade através dos quais sentimos, percebemos e compartilhamos o mundo comum. Como sustenta Habermas (2023), a plataformação

da comunicação e a digitalização das interações inauguraram uma nova transformação estrutural da esfera pública, e alteraram profundamente as dinâmicas de formação da opinião e da vontade coletivas.

Hoje, as redes digitais reconfiguram a deliberação pública ao multiplicarem arenas de visibilidade governadas por lógicas algorítmicas. Esta reorganização sensível da comunicação substitui a reflexão pela aceleração, converte a atenção num recurso político e redesenha as condições do aparecer público. A esta mutação chamamos colonização estética da esfera pública: um processo em que os dispositivos técnicos da visibilidade e da performance passam a moldar o sentir e o pensar comuns, transformando a forma estética da comunicação num operador estruturante de poder.

Neste trabalho, esta transformação é interpretada a partir de duas matrizes filosóficas complementares: a estética pragmatista de John Dewey e a crítica do psicopoder formulada por Byung-Chul Han (Dewey, 1934; Han, 2015). Para Dewey, a experiência estética articula emoção, pensamento e ação, e funciona como força integradora da vida democrática. Por seu lado, Han descreve o presente regime estético como economia da positividade e do desempenho, em que o sensível é convertido em mercadoria afetiva.

As plataformas digitais intensificam esta lógica ao unir a economia da atenção (Beller, 2003; Citton, 2014) à estética da positividade (Han, 2015). O algoritmo torna-se mediador estético e político: é ele que regula o ritmo do olhar, que decide o que merece atenção e que transforma emoção em capital (Beller, 2017; Zuboff, 2019). A esfera pública converte-se, assim, num campo de estímulos em que a intensidade adquire primazia sobre a reflexão e o envolvimento afetivo se transforma em valor económico.

Diversos autores anteciparam este fenómeno. Ainda nos anos 1930, Benjamin (1992) identificou na reprodutibilidade técnica uma viragem da experiência partilhada (*Erfahrung*) para vivências fragmentadas (*Erlebnisse*), fundadora de uma modernidade estética caracterizada pela dispersão da percepção. Na mesma época, Adorno e Horkheimer (1998) mostravam como a indústria cultural uniformiza o sentir e esvazia a função crítica

da arte. Dewey (1934), por seu lado, partilhava uma preocupação análoga, ao defender a arte e a comunicação enquanto formas de reconstrução da experiência e, conseqüentemente, da democracia.

Propomos neste texto que, na atualidade, a estetização digital prolonga estas tendências. As plataformas organizam a atenção e a emoção de forma compatível com a extração de dados e com a previsibilidade do comportamento (Couldry & Mejias, 2019; Splichal, 2022). Sugerimos ainda que a desinformação emerge como sintoma dessa estrutura estética: manifesta menos uma falha cognitiva do que uma experiência comunicativa modelada pela aceleração e pela performatividade. O público tende a converter-se em audiência quantificável e o diálogo em circulação acelerada de estímulos.

A nossa proposta é, pois, que a leitura conjunta de Dewey e Han nos ajuda a compreender esta condição contemporânea. Da forma seguinte: Dewey concebe a estética como dimensão essencial da liberdade, fundamento da experiência partilhada que sustenta a democracia; Han interpreta a estética contemporânea como tecnologia de adaptação, em que a positividade e a exposição orientam o comportamento. Ambos reconhecem que o sensível é político e que a vitalidade democrática depende da forma como a experiência é organizada.

Neste contexto, o conceito de *algocracia* (Baldi, 2024) ganha uma particular atualidade. Descreve um regime de poder em que os algoritmos regulam a deliberação e a formação da opinião pública, reconfigurando as mediações que sustentam a vida comum. Esta forma de governo prolonga, sob novas condições, a racionalidade instrumental analisada por Weber (1905/2004), estendendo-a ao domínio do sensível. As plataformas introduzem na política a lógica da otimização e da previsibilidade e, desse modo, convertem o utilizador numa interface continuamente solicitada a interagir. A esfera política tende, assim, a organizar-se segundo princípios técnicos de gestão, conduzindo à progressiva esterilização da experiência pública (Baldi, 2024).

De modo sintético, a hipótese que orienta este artigo sustenta que a crise da esfera pública resulta da sua colonização estética. O regime digital institui

um psicopoder que fragiliza a formação do público deweyano: o público que compreende, sente e age em comum. Como afirma Buck-Morss (1992), a crise da experiência coincide com a crise da sensibilidade política: sem corpo sensível não há imaginação democrática.

O texto desenvolve-se em quatro etapas:

1. apresenta a estética de Dewey como fundamento da experiência democrática;
2. analisa a teoria do psicopoder de Han como crítica da estetização neoliberal;
3. sintetiza a colonização estética da esfera pública digital;
4. propõe uma política do sensível e uma literacia estética como caminhos de regeneração democrática.

Neste trajeto, acompanha-nos uma intuição clara: a de que seguir o diálogo entre Dewey e Han é compreender que a renovação da esfera pública exige restituir à experiência o seu valor de criação partilhada do sentido.

2. Enquadramento teórico: Dewey e a estética da comunicabilidade democrática

Como foi dito acima, consideramos que a filosofia de John Dewey oferece um quadro singular para compreender a relação entre experiência, estética e democracia. Inserido na tradição pragmatista norte-americana, Dewey entende que arte e comunicação não pertencem a esferas distintas, mas a um mesmo princípio formativo da vida comum. A estética não é um ornamento, mas o modo como o ser humano organiza e interpreta a experiência de forma significativa. Por isso, na sua perspectiva, a estética é também uma condição da democracia enquanto forma de vida partilhada.

É em *Art as Experience* (1934) que Dewey desenvolve forma mais decisiva o seu pensamento estético. Nesta obra, a arte é descrita enquanto expressão concentrada da experiência humana quotidiana: como o ponto em que

sensação, pensamento e ação se articulam num todo coerente. A experiência estética é o momento em que a vida se torna plenamente integrada e inteligível. Ao recusar dualismos entre razão e emoção, forma e conteúdo, Dewey atribui à estética uma função cognitiva e ética: é ela que organiza a energia e a emoção em significados partilháveis. Esta organização torna-se o modelo da própria comunicação democrática, entendida como uma forma de criação de sentido comum.

Já numa obra anterior, *The Public and Its Problems* (1927), Dewey havia antecipado esta reflexão no campo político. Propõe o público não como uma entidade pré-existente, mas como o resultado de processos comunicativos que revelam o que é comum. Mais especificamente, define o público como o conjunto das pessoas afetadas pelas consequências indiretas de determinadas ações, quando essas consequências são objeto de deliberação coletiva. A comunicação, assim, cria o público e dá forma ao comum. A sua eficácia depende da qualidade estética – do ritmo, da continuidade e da expressividade que permitem transformar experiências privadas em experiências partilhadas (Dewey, 1934, p. 244). A comunicação democrática, segundo este entendimento, tem natureza estética: é uma arte pública que transforma a percepção em partilha e a emoção em compreensão.

Como explicita Crick (2004), Dewey entende a estética como a forma comunicativa que converte o privado em público, fazendo da arte, da educação e do jornalismo expressões de um mesmo movimento formativo. Cada uma destas práticas contribui para criar condições de sensibilidade e de inteligibilidade que sustentam o viver em comum. A estética, nesta perspectiva, é política porque estabelece continuidade entre a experiência individual e o problema coletivo.

Ora, esta conceção contrasta com algumas das leituras contemporâneas da esfera pública digital, muitas vezes reduzida a rede ou infraestrutura técnica. Slavko Splichal (2022) identifica a origem desta redução na tradução do conceito alemão *Öffentlichkeit* como *public sphere* – a qual teria apagado dimensões essenciais das noções de *publicness* (publicidade normativa)

e de *the public* (o sujeito coletivo). A esfera pública passou a ser tratada como um espaço comunicacional, e não como uma experiência partilhada. Por seu lado, também Habermas (2023), recentemente, acrescenta que a substituição das mediações editoriais por filtros automáticos veio alterar a própria natureza da publicidade: o que é visível passou a depender da lógica algorítmica da amplificação. Nesta ótica, reivindicar a “esfera pública deweyana” hoje significa restituir à comunicação a sua dimensão experiencial e reflexiva, desse modo devolvendo ao comum a profundidade estética que o discurso técnico tende a diluir.

Também Dewey desenvolveu o seu pensamento num contexto de revoluções tecnológicas – rádio, cinema, publicidade – que já antecipavam a mediação atual. Percebeu que a simples multiplicação de meios não assegura o progresso democrático: que a técnica tanto pode dispersar a experiência quanto ampliá-la criativamente. A função estética é, portanto, decisiva para integrar a tecnologia na vida comum. Como o próprio escreveu, “quando a idade das máquinas tiver assim aperfeiçoado o seu maquinismo, ele servirá como meio de vida e não como seu senhor despótico” (Dewey, 1927, p. 204).

O alerta de Dewey mantém plena atualidade. O “senhor despótico” de hoje é o algoritmo, que orienta o que vemos e sentimos. A fragmentação da experiência, associada há 100 anos por Dewey às rotinas, intensificou-se com a aceleração digital e a lógica da performance. A comunicação perdeu a sua função integradora, tendo-se convertido num fluxo de estímulos que automatiza a percepção. Dewey terá antecipado, neste ponto, um diagnóstico feito poucos anos depois por Walter Benjamin (1992) sobre a passagem da *Erfahrung* – experiência partilhável e narrativa – à *Erlebnis* – vivência imediata e fragmentária. E, nesta medida, diz-nos Dewey (1934, p. 242) que a vida perde coesão quando a comunicação se reduz a sinais, em vez de significados partilhados.

É neste quadro que a estética surge como instrumento de recomposição da experiência. É ela que reorganiza a percepção, restaura a continuidade

e fortalece o vínculo entre corpo e inteligência coletiva. Alexander (2013) descreve a estética de Dewey como uma “política da atenção”, que combate a dispersão e devolve coesão à experiência comum. Em tempos de distração permanente, a estética é apresentada como forma de resistência sensível e meio de restabelecer a inteligibilidade da vida pública.

Também o pensamento pedagógico de Dewey suporta esta visão. Em *Democracy and Education* (1916), defendia a educação como processo de vida e não como preparação para o futuro, e que aprender a sentir é condição para a cidadania. A arte educa porque desperta a capacidade de perceber e imaginar (Dewey, 1934, p. 328). Por isso, a deliberação democrática exige não só informação, mas imaginação e empatia. Frega (2019) sintetiza essa ideia quando afirma que “a estética é a gramática invisível da democracia em Dewey – é o modo como os cidadãos aprendem a sentir juntos” (p. 55). Jornalismo, arte e educação tornam-se, assim, práticas convergentes de formação estética e política.

Entendemos que, neste plano, a atualidade de Dewey decorre da sua recusa em separar técnica e sensibilidade. A mediação tecnológica é inevitável, mas a sua função depende da forma estética que assume. Hickman (2001) designa esta postura como “arte instrumental”: o problema não é a máquina, mas a falta de imaginação no seu uso. Transposto para o contexto digital, o desafio estará em compreender a arquitetura algorítmica das plataformas como uma arquitetura política do sensível. As suas formas – *feed*, *like*, recomendação – definem o que pode ser sentido, pensado e comunicado.

A leitura de Dewey fornece, assim, um quadro normativo essencial para pensar a esfera pública contemporânea. Neste quadro, a regeneração democrática depende de uma reconstrução estética da comunicação, em que a verdade das mensagens se alia à qualidade da experiência. Em termos deweyanos, a democracia vive na densidade das suas mediações sensíveis e na capacidade de integrar emoção e razão numa experiência partilhada. É precisamente esta matriz que virá a servir de base à análise de Byung-Chul

Han, para quem a estética, transformada em técnica de desempenho, redefine o modo como o poder opera na era digital.

3. Psicopoder e performatividade: Byung-Chul Han e a estética da positividade

Byung-Chul Han descreve a esfera pública digital a partir de uma gramática estética do poder. Com uma importante renovação da ideia de poder: no lugar da coerção disciplinar, ganha a centralidade um regime de sedução e de desempenho que orienta a percepção e a ação através da visibilidade contínua, do *like* e da mensurabilidade afetiva (Han, 2012; 2015; 2017). Neste quadro, a comunicação pública organiza-se por métricas de atenção: o algoritmo converte gestos, emoções e pausas em dados, estrutura rotinas de exposição e estabiliza modos de reconhecimento social. A economia da atenção fornece a infraestrutura: o olhar passa a produzir valor, num capitalismo computacional que remunera a permanência e a circulação de estímulos (Beller, 2003; 2017; Fuchs, 2014).

A positividade funciona aqui como estética de fluxo: imagens agradáveis, respostas imediatas e ritmos acelerados promovem uma experiência sem intervalos, onde o *scroll* substitui a demora e a contemplação (Han, 2012; 2017). Habermas (2023) interpreta este processo como uma reatualização da colonização do mundo da vida por plataformas orientadas para lucro e vigilância, em que a gestão algorítmica da visibilidade reconfigura a formação da opinião. Em síntese: Benjamin fornece a genealogia sensível – com a reprodutibilidade técnica, a *Erfahrung* cede espaço à *Erlebnis*, isto é, a vivências pontuais com baixa continuidade narrativa (Benjamin, 1992). A este processo, Adorno e Horkheimer (1998) acrescentaram a padronização do sentir e a produção seriada de prazer, uma dinâmica que a cultura digital amplia com personalização interativa.

A performatividade ter-se-á tornado, assim, a forma estética dominante, à medida que narrar-se, medir-se e provar presença através de indicadores públicos converte a expressão em trabalho emocional. Han (2015)

caracteriza este horizonte como uma forma de exploração da liberdade, na qual sujeitos empreendedores de si se auto-mobilizam para manter ciclos de visibilidade. A temporalidade que predomina é pontual e sem duração, em que o *feed* organiza micro-impactos que preservam novidade e intensidade (Han, 2017). Plataformas como o *TikTok* oferecem um dos melhores exemplos de curadoria de afetos: conteúdos com indignação, fascínio ou identificação ganham prioridade de entrega e reforçam permanência, compondo um “pluralismo algorítmico” com diversidade aparente e homogeneização estrutural (Scalvini, 2023). O utilizador ajusta linguagens e gestos ao retorno algorítmico, e assim consolida um *algorithmized self* que age para o sistema e através dele (Bhandari & Bimo, 2022).

Ora, este regime sensível produz anestesia política: o excesso comunicacional dilui a perceptibilidade e enfraquece a crítica (Buck-Morss, 1992; Han, 2012). Berardi (2012) associa a aceleração informacional à erosão da empatia; Stiegler (2010) fala-nos em proletarização da atenção. A transparência integral, enquanto ideal cultural, aproxima-se da lógica de desaparecimento do simbólico descrita por Baudrillard (1981). No plano institucional, as plataformas atuam como novos intermediários universais, definindo as condições de interação social e política (Srnicek, 2017). Exemplos como o YouTube ou o TikTok mostram como estas infraestruturas não apenas hospedam conteúdos, mas também estabelecem critérios algorítmicos de relevância, e desse modo determinam o que é visível e o que permanece oculto. Ao fazê-lo, instituem novas formas de autoridade simbólica e de mediação cultural, e reconfiguram tanto os modos de participação pública como o próprio funcionamento da esfera comunicativa.

Contudo, após diagnosticar a colonização psicopolítica da experiência, Han preserva uma fenda de resistência estética. Essa resistência não se cumpre na aceleração nem na exposição, mas na recuperação da negatividade – a pausa, o silêncio e a distância – como condições da forma e do pensamento. “A beleza requer distância” (Han, 2015) sintetiza esse programa mínimo. A sua proposta delinea uma política do sensível que valoriza práticas de demora, escuta e densidade narrativa, articulando-as com a regulação pública

das infraestruturas, a literacia estética e a revalorização de mediações capazes de restituir continuidade à experiência. Neste horizonte, a crítica de Han torna-se um critério operativo: criar espaços de atenção partilhada, onde a visibilidade deixe de ser fim em si e volte a ser meio para a experiência comum e para a deliberação.

4. A colonização estética da esfera pública: síntese e implicações

A leitura conjunta de John Dewey e Byung-Chul Han oferece-nos um mapa para compreender o regime sensível da comunicação digital. Em ambos, a estética opera como poder: em Dewey, como força formativa da experiência capaz de integrar emoção, pensamento e ação; em Han, como dispositivo de positividade e de desempenho que converte a liberdade em exposição e a comunicação em mercadoria afetiva (Dewey, 1934; Han, 2015). Como vimos, este quadro resume a passagem histórica de uma estética orientada para a emancipação para uma estética organizada por métricas, visibilidade e extração.

Nas plataformas digitais, a experiência é estruturada por **estímulos breves, curadoria contínua** e pela **valorização performativa**. O *feed* distribui a atenção, define o ritmo da perceção e calibra a intensidade do que aparece, e assim configura o sentir coletivo segundo **métricas de envolvimento**. Splichal (2022) descreve esta dinâmica como **“extração da opinião”**: cada expressão é convertida em dado e a comunicação é transformada em **capital de atenção**. O algoritmo *Para Ti*, do TikTok, exemplifica esta **curadoria de afetos**: conteúdos que provocam respostas emocionais intensas prolongam a permanência e ampliam a partilha, dando origem a um **“pluralismo algorítmico”** que combina diversidade aparente e **homogeneização estrutural** (Scalvini, 2023). Nestas condições, a esfera pública assume a forma de um **mercado emocional**, com o **“eu algoritimizado”** no centro do desempenho comunicativo (Bhandari & Bimo, 2022). A **mercantilização da atenção e do afeto** converte-se em **infraestrutura económica e estética** (Fuchs, 2014; Beller, 2017), num processo em que os algoritmos operam como **dispositivos culturais de legitimação**, e instituem novas formas de autoridade (Beer,

2016). No plano político, esta arquitetura sensível dá corpo ao **psicopoder**: a mediação algorítmica incentiva a autoexposição, recompensa a performance e **estabiliza rotinas de reconhecimento** (Han, 2014).

Ora, este diagnóstico prolonga um conjunto importante de linhas clássicas da crítica cultural. Vimos acima que Benjamin (1992) identificou, com a reprodutibilidade técnica, a passagem de *Erfahrung* para *Erlebnis*, a que correspondem perda de continuidade narrativa e dispersão da percepção; Adorno e Horkheimer (1998) analisaram a padronização do sentir e a substituição da reflexão por distração; Buck-Morss (1992) mostrou como a saturação de estímulos é uma fonte de anestesia para a sensibilidade. Por sua vez, num ecossistema digital, a promessa de entretenimento permanente encontra um motor técnico personalizado e interativo: a atenção transforma-se em fator de produção, em que “olhar é trabalhar” (Beller, 2003, 2017). A consequência visível é um espaço público regido por consumo afetivo, em que conteúdos de forte carga emocional beneficiam de prioridade de circulação. Kornbluh (2023) descreve este estilo como um imediatismo que privilegia a absorção e a identificação, em que reagir rapidamente substitui compreender: como no *scrolling* contínuo das redes, onde a atenção salta de estímulo em estímulo. Como contraste, propõe-nos uma “estética da demora” que se aproxima do ethos deweyano, que valoriza o tempo, a atenção e a relação: o equivalente, no presente digital, a ouvir um podcast longo, a ler um ensaio até ao fim ou a participar num debate online sustentado. Ao mesmo tempo, a mediação algorítmica redefine as condições de participação e visibilidade, e atua como o novo intermediário das relações sociais e políticas (Srnicek, 2017).

Mas a colonização estética manifesta-se também na linguagem e na própria subjetividade. Nas plataformas digitais, surge aquilo a que vários autores chamam *algorithmic self*: uma forma de identidade moldada pelos algoritmos, em que as pessoas passam a comunicar e a agir para agradar ao *feed* e maximizar visibilidade. Em vez de expressar-se de modo espontâneo, o utilizador ajusta gestos e discursos para obter reconhecimento – escreve para gerar envolvimento, escolhe palavras que “performam bem”

e adapta o tom ao público imaginado (Bhandari & Bimo, 2022). O chamado pluralismo algorítmico dá a aparência de diversidade, mas não produz verdadeira alteridade: transforma diferenças em variáveis estatísticas e exige que estejamos conscientes de como os nossos próprios signos – palavras, imagens, gestos – são convertidos em dados e reproduzidos segundo as lógicas dos algoritmos (Scalvini, 2023). Obreja (2024) observa que, nas plataformas digitais, a legitimação dos conteúdos depende frequentemente do modo como estes são enquadrados em narrativas socialmente reconhecidas – morais, políticas ou educativas. Este ponto remete para a ideia de que os algoritmos privilegiam conteúdos que se alinham com códigos culturais amplamente partilhados: categorias morais como “proteção”, “cuidado”, “justiça”; narrativas políticas já estabilizadas; ou discursos educativos que prometem utilidade e aprendizagem. Estes enquadramentos funcionam como atalhos de credibilidade, pois ativam expectativas que o público e o algoritmo reconhecem como relevantes.

Contudo, esta necessidade de enquadramento tem um efeito ambivalente. Por um lado, confere sentido público aos conteúdos; por outro, limita a autonomia dos sujeitos, porque a sua visibilidade não resulta de liberdade expressiva, mas da conformidade com critérios técnicos (os algoritmos) e critérios institucionais (normas dominantes do espaço público). Assim, a expressão individual passa a depender de padrões prévios que moldam o que pode circular e o que é amplificado. O quadro que daí resulta é simultaneamente estético e institucional. É estético porque define o que pode aparecer, ser visto e ser reconhecido; e é institucional porque essa definição é produzida por sistemas de classificação e filtragem que operam segundo uma lógica de previsibilidade. Esta racionalidade transforma a comunicação em mera visibilidade – num desempenho otimizado para ganhar lugar no *feed* – e converte a alteridade em redundância administrável, isto é, em diferenças que só são aceitáveis enquanto forem previsíveis, categorizáveis e operacionalizáveis pelos algoritmos.

Mas este cenário não é apenas limitador; de igual modo, conterà em si possibilidades que importa considerar. Vários estudos sobre mobilização

digital mostram que hashtags como #BlackLivesMatter ou #MeToo, assim como movimentos como o *Fridays for Future*, conseguem coordenar ações de grande escala através de estruturas comunicativas marcadas pela simplicidade, pela rapidez e por uma forte expressividade visual (Schaaf & Quiring, 2023). Esta energia pública é intensa e extensiva, ainda que frequentemente episódica. A participação ganha uma dimensão estética e passa a operar dentro do mesmo circuito de valorização algorítmica que a torna visível (Han, 2015). Ao mesmo tempo, os vínculos criados são frágeis: dependem de métricas, alterações de interface e da constante saturação informacional, fatores que dificultam a criação de continuidades deliberativas e de compromissos duradouros (Obreja, 2024).

A regeneração democrática pede, assim, uma política do sensível. Três frentes articulam-se para lhe dar resposta: (i) literacia estética para cultivar atenção, percepção e juízo sobre ritmo, visualidade e afeto; (ii) formas mediáticas orientadas para densidade narrativa, reflexividade e escuta – uma “teoria crítica da comunicação” que reúna economia política e estética (Fuchs, 2016); e (iii) enquadramentos institucionais que promovam publicidade reflexiva e diversidade de mediações, reequilibrando a arquitetura algorítmica com critérios de transparência, responsabilidade e qualidade de experiência (Habermas, 2022; Splichal, 2022). Neste horizonte, a matriz de Dewey surge como princípio integrador – a experiência como arte pública –, ao mesmo tempo que Han preserva uma exigência de negatividade – pausa, distância, silêncio – que evite fusões narcísicas e que acelere a dimensão crítica. Deste modo, reaprender a ver e a sentir em comum passa por uma estética da atenção que recupere tempo e forma, e que devolva ao espaço público a espessura sensível que sustenta a democracia.

5. Conclusão: a estética como condição da regeneração democrática

Este texto propõe, assim, que a crise contemporânea da esfera pública é, em última análise, uma crise estética. Mais do que o efeito da desinformação ou da erosão da confiança nas instituições mediáticas, o que está em causa é uma reconfiguração profunda da experiência sensível que sustenta

o ato de comunicar. Muita da literatura contemporânea, evocada nestas páginas, descreve como as plataformas digitais transformaram a maneira como se sente, se pensa e se participa no comum, e instauraram uma economia do sentir em que cada ato ou emoção se converte em dado e em valor. A estética, que para John Dewey era o princípio integrador da experiência e o fundamento da vida democrática, é agora um instrumento de fragmentação e de controlo. A sensibilidade coletiva terá sido, assim, colonizada por dispositivos técnicos que traduzem a atenção em capital, a expressão em mercadoria e a visibilidade em poder.

É esta colonização estética da experiência que dá origem a um regime de psicopoder que mina as condições de formação de um público reflexivo. O ideal de uma esfera pública deweyana – fundada na continuidade entre sentir, pensar e agir – cedeu lugar a um espaço dominado pela aceleração e pela performance. Habermas (2023) descreve esta mudança no quadro mais vasto das “esferas públicas sem fronteiras”: fluxos comunicativos globais que ultrapassam as soberanias nacionais, mas desprovidos de enquadramento deliberativo comum. A comunicação tornou-se planetária, mas a deliberação permanece local; a visibilidade é global, mas o entendimento é fragmentado. O resultado é uma constelação de públicos intermitentes, conectados pela técnica, separados pela experiência.

Perante esta condição, a regeneração democrática requer uma reconstrução estética da comunicação. Se a colonização do sensível é o problema, a resposta passa pela sua reconfiguração crítica: recuperar o sentido de forma, de ritmo e de presença que Dewey atribui à experiência estética, e reintroduzir a negatividade de que fala Byung-Chul Han – o silêncio, a pausa, a resistência à aceleração – enquanto condições de liberdade e de reflexão. A verdade é que “a beleza requer distância” (Han, 2015, p. 29), e a democracia também. O espaço público não se constrói na fusão emocional, mas na convivência das diferenças; o ritmo lento da deliberação, o tempo da escuta e a densidade narrativa são as formas políticas desta estética da convivência que se opõe à estética da performatividade.

A literacia estética emerge, assim, como instrumento central de cidadania. Mais do que para ensinar a distinguir o verdadeiro do falso, servirá para formar cidadãos capazes de sentir criticamente, de reconhecer os modos como o sensível é moldado por dispositivos técnicos e culturais, e de resistir à automatização das percepções. Implica atenção ao ritmo, à visualidade e à estrutura afetiva da comunicação, e exige uma pedagogia da lentidão e da escuta que devolva possibilidades de experiência num ambiente saturado de estímulos. Como lembra Buck-Morss (1989), a política começa no corpo: é no sensível que se manifesta a anestesia moderna, e é aí que deve começar a sua cura. Recuperar o sentir é recuperar o comum.

A resistência contemporânea é, neste sentido, uma resistência estética. Significa recuperar o poder de organizar a experiência fora da lógica algorítmica da performance. A estética é, pois, um gesto político: a criação de formas que reintroduzam o tempo, a profundidade e a alteridade na comunicação. Neste contexto, a crítica de Han à positividade coincide com a exigência de Dewey por uma experiência com significado. Ambos indicam que a saída para a crise estética está não no abandono da tecnologia, mas na sua reapropriação estética. Como antecipava Dewey (1927), “a máquina serve como meio de vida quando é infundida de arte” (p. 204). Logo, a democratização da técnica ocorrerá quando a estética do algoritmo for substituída por uma estética da comunicação partilhada – leia-se, uma forma sensível capaz de gerar continuidade e compreensão mútua.

Também por isso a negatividade se torna um valor político: o direito ao silêncio, à opacidade e à lentidão. Ora, estes valores não implicam qualquer recusa da modernidade: implicam sim o seu aprofundamento. A esfera pública deweyana depende precisamente desta tensão entre expressão e contenção, entre o visível e o invisível. Reintroduzir o negativo no coração do digital é restituir ao espaço público a sua capacidade de sentir e de pensar. A regeneração democrática passa, assim, por uma ação tripartida: educativa, institucional e cultural. Educativa, porque requer formação estética dos cidadãos como parte da literacia mediática e democrática. Institucional, porque exige políticas públicas que promovam o pluralismo sensível

— e apoiem formas de jornalismo interpretativo, a arte pública e a diversidade estética das plataformas. É cultural, porque implica reinventar as formas de comunicação que restabeleçam o vínculo entre forma e sentido.

Dewey e Han, lidos em conjunto, oferecem o esboço de uma ecologia estética da democracia. Dewey fornece o princípio integrador: a experiência como arte de viver em comum. Han oferece o princípio crítico: a negatividade que impede a fusão narcísica e a aceleração. Regenerar a esfera pública é unir estes dois impulsos: formar e resistir, integrar e diferenciar, comunicar e pausar. Como sintetiza Kornbluh (2023), “a estética é o campo onde o capitalismo e a crítica se confrontam, porque é ali que se decide o que pode ser sentido” (p. 195). A democracia só subsiste enquanto houver formas capazes de traduzir o sofrimento e a esperança em formas de experiência partilhada.

A estética algorítmica, ao transformar o sensível em dado, ameaça precisamente esta tradução. Como já foi assinalado, cremos que o seu combate não se faz apenas por leis ou *fact-checking*, mas pela criação de novas formas de sentir juntos. A esfera pública deweyana, revisitada cem anos depois, representa menos uma nostalgia do debate racional do que uma aposta na reconstrução sensorial do comum. Como escreve Dewey (1934), “a arte celebra os momentos em que o passado enriquece o presente e o futuro se abre como possibilidade partilhada” (p. 357). Contra a colonização dataficação da esfera pública, urge reivindicar, com Splichal (2022), uma publicidade reflexiva - uma publicidade que una visibilidade e acesso técnico à reflexividade crítica, à mediação e à legitimidade democrática. Reivindicar esta publicidade reflexiva é reivindicar uma política do sensível que devolva à esfera pública a sua função primordial: criar um mundo comum através da experiência partilhada.

Por fim, cremos que o desafio do nosso tempo consistirá, assim, em inverter a lógica do psicopoder: substituir uma estética da extração e da performance por uma estética da formação – uma ecologia comunicativa que valorize o tempo lento da deliberação, a escuta ativa, a negatividade produtiva e a continuidade da experiência. Deste modo, a comunicação digital pode

tornar-se uma arte pública capaz de devolver à experiência o seu valor de encontro. Contra a anestesia do psicopoder, a política do sensível poderá afirmar o poder de criar mundos. É neste gesto preciso que a estética deixa de ser obstáculo e volta a ser promessa.

Referências Bibliográficas

- Adorno, T. W. (2002). *Essays on Music* (R. D. Leppert, Ed.; S. H. Gillespie, Trad.). University of California Press.
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1998). *Dialéctica do Iluminismo: Fragmentos Filosóficos* (E. Payá, Trad.; 4.^a ed.). Editorial Trotta. (Original de 1947)
- Alexander, T. (2013). *The Human Eros: Eco-ontology and the Aesthetics of Existence*. Fordham University Press.
- Baldi, V. (2024). *Otimizados e desencontrados: Ética e crítica da inconsciência artificial*. Húmus.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et Simulation*. Galilée.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Polity Press.
- Beer, D. (2016). The social power of algorithms. *Information, Communication & Society*, 20(1), 1 – 13. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1216147>
- Beller, J. (2003). *The Cinematic Mode of Production: Attention Economy and the Society of the Spectacle*. Dartmouth College Press.
- Beller, J. (2017). *The Message is Murder: Substrates of Computational Capital*. Pluto Press.
- Benjamin, W. (1992). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Relógio d'Água. (Obra original publicada em 1936)
- Berardi, F. (2012). *The Uprising: On Poetry and Finance*. Semiotext(e).
- Bhandari, S., & Bimo, C. A. (2022). Why's everyone on TikTok now? The algorithmized self and the future of self-making on social media. *Social Media + Society*, 8(2), 1 – 11. <https://doi.org/10.1177/20563051221086241>
- Buck-Morss, S. (1989). *The dialectics of seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*. MIT Press.

- Buck-Morss, S. (1992). Aesthetics and anaesthetics: Walter Benjamin's artwork essay reconsidered. *October*, 62, 3 – 41.
- Citton, Y. (2014). *The Ecology of Attention*. Polity Press.
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). *The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism*. Stanford University Press.
- Crick, N. (2004). John Dewey's aesthetics of communication. *Southern Communication Journal*, 69(4), 303 – 319. <https://doi.org/10.1080/10417940409373294>
- Davenport, T.H., & Beck, J.C. (2002). *The Attention Economy: Understanding the New Currency of Business*. Harvard Business School Press.
- Dewey, J. (1916). *Democracy and Education*. Macmillan.
- Dewey, J. (1927). *The Public and Its Problems*. Swallow Press.
- Dewey, J. (1934). *Art as Experience*. Minton, Balch & Company.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. Gallimard.
- Frega, R. (2019). *A Pragmatist Philosophy of Democracy: Communities of Inquiry*. Routledge.
- Fuchs, C. (2014). Social media and the public sphere. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 12(1), 57 – 101. <https://doi.org/10.31269/triplec.v12i1.552>
- Fuchs, C. (2016). *Critical Theory of Communication: New Readings of Lukács, Adorno, Marcuse, Honneth and Habermas in the Age of the Internet*. University of Westminster Press.
- Habermas, J. (2023). *A New Structural Transformation of the Public Sphere and Deliberative Politics* (C. Cronin, Trad.). Polity Press. (Original de 2022)
- Han, B.-C. (2012). *A Sociedade da Transparência* (M. S. Pereira, Trad.). Relógio d'Água.
- Han, B.-C. (2014). *A Agonia do Eros* (M. S. Pereira, Trad.). Relógio d'Água.
- Han, B.-C. (2015). *Psicopolítica: Neoliberalismo e as Novas Técnicas de Poder* (M. S. Pereira, Trad.). Relógio d'Água.
- Han, B.-C. (2017). *No Enxame: Perspectivas do Digital* (M. S. Pereira, Trad.). Relógio d'Água.

- Hickman, L. (2001). *Philosophical Tools for Technological Culture: Putting Pragmatism to Work*. Indiana University Press.
- Kornbluh, A. (2023). *Immediacy, or, the Style of Too Late Capitalism*. Verso.
- Obreja, D. M. (2024). When stories turn institutional: How TikTok users legitimate the algorithmic sensemaking. *Social Media + Society*, 10(1), 1 – 11. <https://doi.org/10.1177/20563051231224114>
- Scalvini, M. (2023). Making sense of responsibility: A semio-ethic perspective on TikTok’s algorithmic pluralism. *Social Media + Society*, 9(2), 1 – 14. <https://doi.org/10.1177/20563051231180625>
- Shapiro, C., & Varian, H. R. (1999). *Information Rules: A Strategic Guide to the Network Economy*. Harvard Business School Press.
- Splichal, S. (2022). *Datafication of Public Opinion and the Public Sphere: How Extraction Replaced Expression of Opinion*. Anthem Press.
- Srnicek, N. (2017). *Platform Capitalism*. Polity Press.
- Stiegler, B. (2010). *Taking Care of Youth and the Generations*. Stanford University Press.
- Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. Profile Books.

PARTE 3

A ESFERA PÚBLICA DIGITAL

COMUNICAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: AUTONOMIA NAS RELAÇÕES COM A ESFERA PÚBLICA

COMMUNICATION, ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND PEOPLE WITH DISABILITIES: AUTONOMY IN RELATIONS WITH THE PUBLIC SPHERE

Thaiane Firmino da Silva¹

Resumo: Marcada pela crescente digitalização, a hodiernidade requer aplicações de tecnologia que estimulem a inclusão das pessoas com deficiência. Com a finalidade de tecer panorama acerca dessa temática no âmbito da esfera pública brasileira, o objetivo deste artigo foi realizar mapeamento concernente às publicações científicas que tratam sobre os impactos da Inteligência Artificial na autonomia comunicacional desse público no exercício da cidadania digital. Dessarte, o recorte da investigação considerou o período entre os anos de 2000 e 2025 e trabalhos disponíveis

1. Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialização em Turismo Sustentável pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE); Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Linguagens, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Ciências da Natureza, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Matemática, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); Curso Técnico em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Aperfeiçoamento em Educação e Tecnologia pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC); Aperfeiçoamento em Bem estar no Contexto Escolar pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC). Email: <thaianefirmino@gmail.com>.

no banco de dados de código aberto *Lens* – plataforma que agrega dados de fontes primárias como *Orcid*, *Crossref*, *PubMed*, *Microsoft Academic*, *OpenAlex*, entre outros. Desse modo, a pesquisa – que possui caráter teórico e exploratório, além de viés quali-quantitativo – recorreu às prerrogativas da pesquisa bibliométrica e do método analítico-interpretativo. Os resultados evidenciaram carência de estudos sobre o assunto, bem como ausência de produções que tratam acerca das implicações da Inteligência Artificial na comunicação de pessoas com deficiência em suas relações com o Estado. Também revelaram que no debate acadêmico nacional as abordagens relacionadas ao tema se concentram em questões de acessibilidade técnica e infraestrutura digital, em detrimento de pontuar desafios relacionados à privacidade, tratamento e segurança dos dados.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Autonomia comunicacional; Cidadania digital; Pessoas com deficiência; Esfera pública brasileira.

Abstract: Marked by increasing digitalization, the present day requires technological applications that promote the inclusion of people with disabilities. In order to provide an overview of this topic within the Brazilian public sphere, this article aimed to map scientific publications that address the impacts of Artificial Intelligence on the communicational autonomy of this population in the exercise of digital citizenship. Therefore, the research considered the period between 2000 and 2025 and works available in the open-source database *Lens* – a platform that aggregates data from primary sources such as *Orcid*, *Crossref*, *PubMed*, *Microsoft Academic*, *OpenAlex*, among others. Thus, the research – which has a theoretical and exploratory character, as well as a qualitative-quantitative approach – used the prerogatives of bibliometric research and the analytical-interpretative method. The results revealed a lack of studies on the subject, as well as an absence of publications addressing the implications of Artificial Intelligence on the communication of people with disabilities in their relations with the State. They also revealed that in the national academic debate, approaches related to the topic focus on issues of technical accessibility and digital infrastructure, to the detriment of highlighting challenges related to privacy, data processing, and security.

Keywords: Artificial intelligence; Communicational autonomy; Digital citizenship; People with disabilities; Brazilian public sphere.

Introdução

O avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) alterou a forma como indivíduos e instituições se relacionam. Isso, devido ao fato de que as aplicações tecnológicas passaram a permear o cotidiano da sociedade e a digitalização penetrou nas mais diversas esferas: economia, educação, saúde, lazer, segurança, dentre outros (Ruh, 2025). Todavia, para que a dinâmica humana esteja amplamente referenciada nesse escopo é salutar que as interações digitais não se limitem à eficiência técnica, mas também congreguem prerrogativas éticas.

Nesse sentido, o uso dessas tecnologias precisa ser orientado pela transparência e respeito aos direitos fundamentais. Isso porque, enquanto produtos e vetores das relações humanas, esses mecanismos devem servir à promoção da dignidade, inclusão e equidade. Assim, a cidadania digital emerge como dimensão essencial nesse processo, na medida em que propõe uma participação consciente e ética na esfera pública. Essa percepção assume primazia quando considerada a necessidade do fortalecimento de canais dialógicos que garantam a integração das pessoas com deficiência nesse cenário (Gouveia & Sobrinho, 2024).

Desse modo, a incorporação de tecnologias acessíveis e práticas comunicativas que reduzam as disparidades (físicas, intelectuais, cognitivas, dentre outras) apresentadas por esses indivíduos se torna salutar para a reorganização da comunicação no espaço público digital. Isso porque, no âmbito das relações entre cidadão e Estado, existe uma diversidade que precisa ser respeitada e a adoção de soluções tecnológicas adequadas tende a contribuir para tornar os processos mais claros, eficientes e abrangentes.

Por um lado, a consolidação da inclusão nesse universo requer infraestrutura tecnológica e capacitação. Disso decorre a imprescindibilidade de que as ferramentas sejam desenvolvidas com base na acessibilidade para que os cidadãos possam participar de modo autônomo e informado do debate público. Nesse âmbito, é importante, por exemplo, que a arquitetura dos sistemas assegure que qualquer pessoa possa interagir com os meios digitais em condições de equidade, independentemente de suas características.

Entretanto, os elementos de acessibilidade que devem compor esses circuitos precisam ser considerados desde a concepção dos projetos para evitar adaptações tardias e ineficientes (Lazar et al., 2015). Sendo assim, torna-se fundamental que sejam incorporados nesses instrumentos os princípios de *design* inclusivo (De Oliveira Júnior, 2023) e as diretrizes de acessibilidade para conteúdos digitais (Tavares, 2020). Essa junção assegura que os meios virtuais atendam de forma equânime às necessidades dos usuários, medida que fortalece a efetividade e a abrangência das práticas comunicacionais.

Dessarte, assim como as clássicas sete dimensões da acessibilidade, a saber: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e natural, a acessibilidade digital favorece pessoas com e sem deficiência (Sasaki, 2019). Isso porque, entre outras coisas, o mecanismo viabiliza melhores experiências para o utilizador, contribui para o desempenho dos sistemas e avulta o alcance de produtos e serviços em uma sociedade onde as conexões, majoritariamente, se efetivam através de plataformas computacionais, portais de transparência e serviços eletrônicos.

Logo, investidas em usabilidade são uma vantagem estratégica que torna interfaces e conteúdos compreensíveis, navegáveis e adaptáveis. Ademais, cooperam para a propagação e efetivação da cidadania digital, já que possibilitam correspondências com as especificidades (físicas, motoras, intelectuais, cognitivas, dentre outras) das pessoas com deficiência

– o que torna os serviços mais eficazes. Nessa perspectiva, aliás, se constitui como um critério de legitimidade das interações mediadas digitalmente, já que tende a influenciar a forma como o cidadão acessa, interpreta e participa dos processos de comunicação.

Por outro lado, contudo, torna-se imperioso corresponder a demanda ética inerente ao contexto da sociedade *on-line*. Desse modo, lidar com desafios que envolvem a privacidade, o uso e o tratamento dos dados deve ser uma constante preocupação governamental, já que a circulação de informações pessoais altera as formas de convivência e mediação na esfera pública digital. Nesse sentido, tanto as garantias legais quanto às práticas sociais voltadas ao uso responsável e seguro das tecnologias precisam estar pautadas em torno da cidadania digital (Gouveia & Sobrinho, 2025).

Esse entendimento ganha proeminência quando considerados os artifícios advindos da utilização da Inteligência Artificial (IA). Isso porque, ao mesmo tempo em que sua inserção nas dinâmicas públicas estimula uma comunicação mais responsiva, personalizada e adaptada às diferentes necessidades humanas, também requer uma reflexão sobre os limites éticos do uso de dados sensíveis. Há necessidade, portanto, de equilibrar a eficiência tecnológica, a simplificação de processos e o alargamento da capacidade de interação entre os cidadãos e os ambientes digitais do Estado com os princípios de equidade, transparência e respeito aos direitos fundamentais.

Dessa maneira, o uso da IA em sistemas públicos acessíveis precisa ocorrer de maneira criteriosa, com vistas a assegurar que a automação não exclua, mas aperfeiçoe a participação social e, ao mesmo tempo, preserve os dados e as informações dos cidadãos. Simultaneamente, a utilização desse tipo de inteligência deve considerar fatores como transparência e ética para que o usuário tenha ciência das prerrogativas inerentes ao funcionamento dos sistemas que compreendem os produtos e serviços disponíveis no escopo da gestão pública *on-line*, principalmente porque no caso das pessoas com

deficiência algumas permissões são imperativas para que os recursos inteligentes funcionem a contento (El-Sayed et al., 2024).

Diante do exposto, e levando em conta as nuances que envolvem o cenário, cabe a seguinte indagação: Quais são os impactos exercidos pela Inteligência Artificial na autonomia comunicacional das pessoas com deficiência no exercício da cidadania digital? Para respondê-la, esta pesquisa, que possui caráter teórico e exploratório (Gil & Vergara, 2015), adotou abordagem quali-quantitativa (Creswell, 2009) e recorreu aos métodos de análise bibliométrica (Van Eck & Waltman, 2014) e analítico-interpretativo (Gadamer, 1999). O recorte da investigação considerou o período entre os anos de 2000 e 2025 e recorreu a trabalhos disponíveis no banco de dados de código aberto *Lens* – plataforma que agrega dados de fontes primárias como *Orcid*, *Crossref*, *PubMed*, *Microsoft Academic*, *OpenAlex*, entre outros.

Fundamentação teórica

Marcada pela digitalização, a hodiernidade exige aplicações tecnológicas que estimulem a inclusão e reforcem o exercício da cidadania em ambientes *on-line*. Não obstante, a convergência entre tecnologia e responsabilidade social constitui o caminho para uma esfera pública acessível, autônoma e participativa, fundamentada em inovação, eficiência técnica e ética. Desse modo, o investimento em acessibilidade digital não deve ser percebido apenas como uma exigência normativa, mas como um elemento que amplia a eficiência e a reputação institucional (Lazar et al., 2015).

Para refletir melhor sobre isso basta considerar os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2023, quando pela primeira vez – através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – foi revelado que o número de pessoas com deficiência no Brasil, na faixa etária a partir de 2 anos, é estimado em 18,6 milhões, o que corresponde a 8,9% da população. É um percentual, portanto, que expõe a necessidade de investidas que fomentem a saudabilidade nas relações entre esses indivíduos e o Estado.

À vista disso, quando consideradas as peculiaridades inerentes ao contexto desse público – ou seja, de pessoas “cuja perda ou anormalidade em alguma das funções fisiológica, anatômica ou intelectual gere limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades” (Mamus, 2017, p. 243) –, é salutar mencionar a Inteligência Artificial enquanto elemento catalisador de possibilidades. Isso porque esse tipo de inteligência, para além de questões relacionadas ao acesso, tende a contribuir com a cidadania digital também através de mecanismos ligados à efetividade da comunicação inclusiva.

Nesses moldes, por sinal, a IA apresenta potencial para minimizar insuficiências e, paralelamente, propor alternativas que ampliam as possibilidades comunicativas das pessoas com deficiência (Lazar et al., 2015). Aplicações que contam com tecnologias de aprendizagem de máquina, algoritmos de processamento de imagem e assistentes virtuais, por exemplo, possibilitam o desenvolvimento de recursos como leitores de tela e de documentos físicos, reconhecedores de objetos com descrição por voz, interfaces cérebro-computador, controle por comando ocular ou facial, exoesqueletos inteligentes, sistemas de transcrição em tempo real, sistemas preditivos, entre outros.

Especificamente quando considerado o cenário da cidadania digital, ferramentas como sintetizadores de voz, ampliadores de tela e sistemas táteis de *feedback* assumem destaque em razão de viabilizarem o acesso autônomo a conteúdos e plataformas. Quando combinados com algoritmos inteligentes, esses mecanismos contribuem com a criação de ambientes de interação mais fluidos, o que reduz as barreiras comunicacionais, uma vez que oferecem respostas personalizadas, tradução de conteúdos em tempo real e adaptação de interfaces às necessidades específicas do usuário (Gouveia & Sobrinho, 2024).

Entretanto, a despeito da possibilidade da Inteligência Artificial ser empregada como uma ferramenta de equidade, haja vista sua potencialidade para viabilizar maior independência e, conseqüentemente, ampliar

a presença das pessoas com deficiência nos espaços informacionais digitais, alguns desafios permeiam o quadro. Isso porque muitos sistemas de IA são treinados com dados limitados, o que pode gerar respostas inadequadas. Além disso, insuficiências relacionadas à transparência dos algoritmos dificultam a identificação de erros, o que pode prejudicar o acesso a serviços públicos digitais e restringir direitos, posto que decisões automatizadas não consideram as particularidades das deficiências.

Outrossim, entraves éticos, tais como a proteção de dados sensíveis e a necessidade de garantir que a autonomia do usuário com limitações visuais, auditivas, motoras ou cognitivas não seja comprometida por sistemas tecnológicos que determinam ações sem sua intervenção (Lazar & Stein, 2017), também são pontos a serem considerados no âmbito da relação *on-line* entre cidadão e Estado. Ademais, é importante destacar que a formação digital das pessoas com deficiência é mais um ponto que coopera com essa discussão, uma vez que, mesmo as ferramentas sendo acessíveis, muitos usuários encontram dificuldades em compreender como funcionam.

Por esse motivo, a promoção de capacitação contínua por parte de governos e instituições é imprescindível para possibilitar que esses indivíduos utilizem os recursos de IA de maneira autônoma e consciente (Cesaroni et al., 2024). Esse tipo de formação, inclusive, precisa abranger noções de privacidade, segurança da informação e direito digital, com a finalidade de garantir que pessoas com deficiência saibam identificar riscos, configurar preferências de proteção e exercer controle sobre seu próprio fluxo de dados. Além disso, é necessário a oferta de suporte técnico acessível e canais de atendimento inclusivos para que dúvidas e dificuldades sejam prontamente solucionadas.

Nessa seara, a elaboração de políticas públicas que assegurem a implementação desses mecanismos nos serviços digitais governamentais se mostra indispensável. Isso porque, para que a cidadania digital possa ser exercida sem barreiras é necessário que os sistemas utilizados pelo Estado adotem

padrões rigorosos de acessibilidade, interoperabilidade e usabilidade, com vistas a possibilitar que pessoas com diferentes tipos de deficiência possam navegar, solicitar serviços, acompanhar processos e exercer direitos sem depender de terceiros (Lazar et al., 2015).

Disto emana a importância de que, além do *design* inclusivo (De Oliveira Júnior, 2023) e das diretrizes de acessibilidade para conteúdos digitais (Tavares, 2020), esses sistemas sejam desenvolvidos sob orientação das experiências e demandas das pessoas com deficiência, posto que a partir disso torna-se possível a identificação prévia de barreiras invisíveis aos desenvolvedores dessas ferramentas (Wobbrock et al., 2018). Isso significa que a participação ativa desse público nos processos de concepção e teste assegura que as soluções tecnológicas adotadas na esfera pública reflitam as necessidades reais dos usuários.

Esse envolvimento também fortalece a legitimidade das políticas públicas e estimula a criação de tecnologias mais intuitivas, personalizáveis e sensíveis às diversas deficiências (Wobbrock et al., 2018). Nesse ínterim, é salutar mencionar que estratégias como a consulta contínua, os pilotos acessíveis e os ajustes iterativos baseados no *feedback* de pessoas com diferentes tipos de deficiência tendem a aumentar a eficácia dos serviços digitais disponibilizados pelo poder público e, por conseguinte, promover a equidade e favorecer a cidadania.

Metodologia

Para a execução desta investigação, de natureza quali-quantitativa (Creswell, 2009) e caráter exploratório (Gil & Vergara, 2015), a análise bibliométrica (Van Eck & Waltman, 2010) e o método analítico-interpretativo (Gadamer, 1999) se mostraram basilares. O recorte, que considerou o período entre os anos de 2000 e 2025, compreendeu trabalhos disponíveis no banco de dados de código aberto *Lens* – plataforma que agrega dados de fontes primárias como *Orcid*, *Crossref*, *PubMed*, *Microsoft Academic*, *OpenAlex*, entre outros.

As etapas do estudo, por sua vez, foram delineadas da seguinte forma: (1) realização de levantamento relativo às publicações científicas que tratam sobre cidadania digital a partir de aspectos como acessibilidade e autonomia; (2) verificação de quantas delas levam em conta os impactos da Inteligência Artificial na autonomia comunicacional das pessoas com deficiência no exercício da cidadania digital; (3) apuração de quais dessas produções consideram os desafios relacionados ao emprego da Inteligência Artificial nesse cenário, especialmente aqueles relacionados à privacidade, ao tratamento e a segurança dos dados, considerando que o funcionamento adequado desses recursos para pessoas com deficiência requer autorizações específicas para acesso e uso.

Com esse propósito, preliminarmente, a coleta de dados teve como foco a verificação de títulos, resumos, palavras-chave e área temática de trabalhos acadêmicos publicados em língua portuguesa. A extração das informações levou em conta estudos científicos que apresentaram, concomitantemente, os seguintes termos: “cidadania digital”, “acessibilidade” e “autonomia”. Feito isso, obteve-se o retorno de cinco publicações, as quais foram consolidadas como pertencentes ao efetivo *corpus* de pesquisa. Então, seguiu-se à análise.

Resultados e discussões

O mapeamento relativo às publicações científicas disponíveis no banco de dados de código aberto *Lens*, no escopo de recorte temporal que considerou o período de 2000 a 2025, resultou na identificação de cinco produções brasileiras que, ainda que heterogêneas em seus campos disciplinares (educação, arquitetura, saúde pública e direito), mencionam o exercício da cidadania por parte de pessoas com deficiência em uma sociedade crescentemente digitalizada. Entretanto, os resultados revelaram maior concentração de publicações sobre o assunto na década de 2010.

Em meio a aceleração das tecnologias nos mais variados setores, esse fato aponta uma lacuna de produção acadêmica recente e sugere que

o debate sobre cidadania digital inclusiva nos trabalhos brasileiros se apresenta aquém do ritmo de expansão e sofisticação dos recursos tecnológicos, principalmente porque a incorporação dessas ferramentas nos serviços públicos digitais, nas políticas públicas, nos sistemas de educação e nos serviços de saúde no país vem ocorrendo desde os anos 2000 (Monteiro, 2020).

Além disso, de acordo com o levantamento, não há publicação nacional disponível na plataforma *Lens* que relacione deficiência e impactos comunicacionais da Inteligência Artificial na relação entre cidadãos e Estado. Logo, tal cenário evidencia a necessidade de investigações que articulem esses elementos, uma vez que a emergência da IA como pauta pública e científica – especialmente a partir de 2022, momento caracterizado pela disseminação da IA generativa – remete às implicações sociais e éticas.

Dito isso, ao dirigir o olhar para a primeira publicação pertencente ao *corpus*, a saber, “Reavaliação das condições de acessibilidade nas edificações públicas de Bandeirantes, Barra Bonita, Guaraciaba, Paraíso e São Miguel do Oeste, Santa Catarina” (Ribeiro et al., 2013), é possível identificar que há explícita preocupação com a autonomia das pessoas com deficiência. Contudo, o foco da pesquisa – que se situa no eixo arquitetônico e urbano – está na acessibilidade física. Desse modo, o estudo não apresenta considerações referentes ao uso de tecnologias, nem mesmo aquelas que são específicas para dirimir barreiras de infraestrutura, tais como as assistivas.

A publicação, que reconhece a importância das soluções ambientais acessíveis, não toca em pontos que permeiam aplicações tecnológicas como elementos constitutivos desse contexto. Centrada na melhoria das condições arquitetônicas dos espaços públicos, a investigação trata sobre a remoção de barreiras tradicionais para efetivação da promoção da independência e participação social das pessoas com deficiência. Observa-se, portanto, a ausência de uma abordagem integrada que considere o papel das TDICs como componentes funcionais do planejamento e da gestão da acessibilidade.

Já no escopo da pesquisa “Tecnologia da Informação em Saúde: Cartão SUS Digital como dispositivo de promoção da saúde” (Dall’Alba et al., 2016), situada no eixo de políticas públicas e saúde digital, é notório que – apesar de evidente aproximação com a temática central deste artigo –, ao discutir a digitalização dos dados e o uso de tecnologias informacionais, o trabalho não apresenta discussões concernentes às vulnerabilidades inerentes à incorporação de aparato tecnológico às dinâmicas públicas. Além disso, não pontua questões relativas ao uso e proteção dos dados pessoais e sensíveis, tampouco explora os riscos associados à coleta e ao cruzamento massivo desses.

Talvez, isso ocorra em razão da pesquisa ser datada de 2016, ou seja, quatro anos antes da consolidação da IA generativa e dois anos anteriores à promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a qual estabelece normas para a proteção e tratamento de dados pessoais em território nacional, bem como o anteparo de direitos fundamentais, particularmente a privacidade, a honra e a intimidade. Ainda assim, a ausência de problematização e o excesso de otimismo em relação ao uso das tecnologias remetem à uma limitação quanto à percepção dos desafios inerentes às aplicações computacionais.

Ademais, a pesquisa intitulada “A autonomia de aprendizagem em EAD a favor do desenvolvimento social” (Silva & Oliveira, 2013), publicada no ano de 2018, aborda a educação a distância como instrumento de inclusão e autonomia para pessoas com deficiência. Todavia, ao destacarem o papel das tecnologias da informação na promoção da cidadania, os autores restringem-se a uma visão instrumental com foco na superação de barreiras físicas e pedagógicas. Desse modo, não há no texto uma análise acerca de mecanismos adjacentes à promoção do desenvolvimento social sob a perspectiva da cidadania em um contexto tecnológico.

No que tange à legislação nacional, o trabalho – que se situa no eixo educacional e tecnológico – destaca normas que garantem direitos a esse público, mas não o faz considerando o pleno exercício da cidadania. Ao abordar

a questão da segurança dos dados, por exemplo, não há menção direta à proteção das informações pessoais, o que é um aspecto basilar. Nesse ínterim, é salutar ponderar que, no Brasil, essas discussões são originárias da década de 1990, tendo sido intensificadas no início dos anos 2000 por meio de debates sobre os direitos ligados à privacidade em meio à expansão da *internet* (Monteiro, 2020).

Também situada no eixo educacional e tecnológico, a quarta pesquisa a compor o *corpus* desta investigação evidencia que as tecnologias digitais facilitam a comunicação e o relacionamento de estudantes com deficiência, mas se limita a tratar sobre recursos digitais convencionais, tais como *softwares*, plataformas de ensino a distância e leitores de tela. Intitulada “O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) na avaliação da aprendizagem de alunos Cegos nas Escolas Especiais em Fortaleza-CE” (Juvêncio, 2019), a produção científica não faz alusão a conceitos e técnicas relativas à Inteligência Artificial.

Entrementes, vale ressaltar que, no ano de sua divulgação, as aplicações de IA – apesar de estarem emergindo na educação inclusiva – já estavam presentes em práticas cujo cerne está na potencialização da acessibilidade e da personalização do ensino, como é o caso dos *softwares* de reconhecimento de comandos de voz e dos leitores de tela avançados. Ou seja, na época do estudo esse tipo de inteligência estava presente no campo da pesquisa e desenvolvimento e, embora não estivesse amplamente disponível para o público em geral, já se encontrava em operação em algumas das ferramentas utilizadas no escopo da educação especial.

No artigo “Os direitos e a proteção das pessoas com deficiência à luz da Lei nº 13.146/2015 e os avanços e desafios na efetivação do Estatuto da Pessoa com Deficiência” (de Araújo & Leite, 2025), por sua vez, há ênfase no acesso à tecnologia assistiva, autonomia e acessibilidade. Todavia, apesar de publicado em 2025, o trabalho não apresenta uma perspectiva multidisciplinar que perpassa por questões tecnocientíficas contemporâneas, tais como as relacionadas a utilização da Inteligência Artificial. Também não aborda

a privacidade ou a proteção e segurança dos dados. O foco da produção científica, que está atrelada ao eixo jurídico e de direitos humanos, está na acessibilidade e na cidadania sob prismas tradicionais.

Assim, mesmo ao abordar uma das principais leis brasileiras relacionadas às pessoas com deficiência, o estudo não incorpora atualizações relativas ao cenário. Logo, apesar de tratar-se de uma publicação recente, o trabalho reforça o predomínio de abordagens infraestruturais no âmbito das discussões disponíveis no banco de dados *Lens* sobre o tema. Isso revela que, conquanto o exercício da cidadania digital por parte de pessoas com deficiência se configure como objeto emergente de pesquisas com viés intersetorial, os estudos acadêmicos do país carecem de discussões que evoquem a mediação da IA nas relações comunicacionais entre cidadão e Estado.

Esse vácuo expõe que o campo ainda se encontra em uma fase pré-algorítmica, a qual centra esforços de investigação em pontos como infraestrutura e acessibilidade técnica, em detrimento de análises que priorizem implicações éticas, políticas e cognitivas oriundas da utilização de tecnologias autônomas. Ao perscrutar o *corpus*, também foi possível identificar que os desafios concernentes à aplicação da Inteligência Artificial, sobretudo no que concerne à privacidade, proteção e segurança dos dados pessoais de pessoas com deficiência – cujo acesso a serviços públicos digitais, frequentemente, demanda compartilhamento de informações sensíveis (Goggín et al., 2024) –, não são debatidos.

Isso fica claro quando observado que nenhuma das pesquisas faz alusão à governança algorítmica², mesmo quando o objeto envolve plataformas estatais de coleta e gerenciamento de dados, como é o caso do Cartão SUS Digital. Na mesma produção, inclusive, apesar de haver menção à integração de bancos de dados nacionais e a utilização do Cadastro de Pessoas

2. Conjunto de princípios, normas, processos e instituições destinados a promover o uso ético, transparente e responsável dos algoritmos, em especial daqueles aplicados em sistemas de Inteligência Artificial. Seu objetivo central é assegurar que tais sistemas permaneçam sob supervisão humana, minimizando vieses e garantindo que as decisões automatizadas sejam justas, seguras e alinhadas ao interesse público (Kalpokas, 2019).

Físicas (CPF) como chave de acesso unificada, não há referência relativa às implicações dessa incorporação sob a ótica da privacidade e da segurança digital. Tampouco foram feitas discussões acerca da necessidade de consentimento informado específico para o tratamento automatizado de dados de saúde, consoante exigido pela Lei nº 13.709/2018.

Nesse sentido, quando considerada a operacionalização da cidadania digital no Brasil, principalmente no que se refere ao contexto das pessoas com deficiência, a ausência de investigações sobre esses aspectos pode ser interpretada como um significativo hiato acadêmico. Isso porque, sobretudo quando estão em pauta questões que envolvem a promoção de acessibilidade digital e a salvaguarda dos direitos informacionais, torna-se indispensável a presença de abordagens que integrem fundamentos técnicos e normativos voltados à efetividade das políticas de inclusão no ambiente digital.

De outro modo, a prática torna-se permeada por dúvidas quanto à construção da confiança institucional e, também, acerca de garantias relativas à segurança da informação – inclusive, no que tange à rastreabilidade das ações administrativas. Tais incertezas não apenas tocam na credibilidade dos sistemas públicos *on-line*, mas afetam a consolidação da cidadania digital, uma vez que têm o potencial de limitar a participação efetiva do cidadão e gerar objeção à legitimidade das interações mediadas por plataformas governamentais que operam com IA (Goggin et al., 2024).

Portanto, considerando o disposto no *corpus* examinado, cabe destacar que a governança algorítmica e a ética da automação pública, elementos indispensáveis para a efetivação da segurança das transações ocorridas no escopo da cidadania digital inclusiva (Kalpokas, 2019), ainda não assumiram papel central nas discussões acadêmicas no Brasil. Tal percepção se torna evidente, também, quando verificado que pesquisas que integram Inteligência Artificial, comunicação cidadã e deficiência não apareceram nos resultados concernentes à extração dos dados estudados neste artigo.

Isso denota atraso epistemológico, já que os estudos permanecem ancorados em paradigmas pré-digitais de inclusão, onde a tecnologia é abordada como um meio para superação de barreiras, sendo desconsideradas as possibilidades de que esta possa gerar respostas inadequadas. Do ponto de vista teórico, esse vácuo limita avanços na compreensão da relação comunicacional estabelecida entre a população e o Estado através da cidadania digital, especialmente quando considerada a mediação por sistemas de IA no contexto das pessoas com deficiência.

Adicionalmente, a escassez de investigações que tratam sobre essa interação restringe a compreensão de como a governança algorítmica pode reforçar ou comprometer a efetivação de direitos digitais e a participação cidadã em ambientes entremeados por tecnologia, os quais assinalam novos parâmetros de inclusão, transparência e responsabilização.

Considerações

Diante do exposto, cabe pontuar que o exame do *corpus* demonstrou que, embora existam estudos voltados à acessibilidade e à autonomia das pessoas com deficiência no âmbito da esfera pública brasileira, as produções ainda não incorporaram discussões contemporâneas sobre o uso da Inteligência Artificial no exercício da cidadania digital. Isso revela um campo científico em transição que ainda não assimilou com intensidade as metodologias e referenciais teóricos necessários à investigação do circuito algorítmico que emerge nesse contexto.

Ainda tendo em vista o levantamento realizado, que considerou o período de 2000 a 2025, também é possível perceber que a produção acadêmica nacional não aponta para a privacidade e a segurança informacional no âmago da comunicação estabelecida entre os cidadãos com deficiência e o Estado. Isso demonstra que a necessária reflexão sobre governança algorítmica, ponto fundamental para o exercício pleno da cidadania digital, ainda não assumiu centralidade nas pesquisas, sendo predominantes discussões que se concentram na acessibilidade técnica.

Tal fato demonstra descompasso entre o avanço tecnológico da Inteligência Artificial no cenário nacional e o acompanhamento teórico-crítico por parte da academia, uma vez que o Estado já implementou plataformas de atendimento automatizado, reconhecimento facial e triagem algorítmica, por exemplo. Assim, a manutenção do debate acadêmico alicerçado a um paradigma pré-IA desconsidera as mediações inteligentes já em vigência na relação comunicacional entre o cidadão e as instituições públicas no país.

Ao mesmo tempo que isso indica uma defasagem epistemológica entre a prática tecnológica em ascensão e a produção científica brasileira no escopo da cidadania digital, expõe a necessidade de atualização desses estudos com vistas a inserção de questões relativas às dimensões algorítmicas e automatizadas da comunicação pública, bem como de aspectos éticos do uso e tratamento de dados sensíveis em plataformas digitais e, ainda, dos impactos sociotécnicos da IA enquanto ferramenta de mediação comunicacional entre as pessoas com deficiência e o Estado.

Por fim, é oportuno registrar que, tendo em vista o cenário estudado, o desenvolvimento de pesquisas com abordagens multidisciplinares – cujo foco esteja na ética dos algoritmos e no direito à proteção dos dados sensíveis – se mostra inadiável para o contexto da esfera pública, mormente quando considerado o exercício da cidadania digital por parte de pessoas com deficiência. Além disso, há indispensabilidade de que esses estudos sejam orientados pelas experiências e demandas específicas desse público no que tange ao uso de tecnologias inteligentes em sua interação com o Estado.

Referências Bibliográficas

- Brasil. (2018). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União.
- Cesaroni, V., Galletti, M., Pasqua, E., & Nardi, D. (2024). Towards Trustworthy AI in Inclusive Education: A Co-Creation Approach Rooted in Ecological Frameworks. In *Ital-IA 2024: 4th National Conference on Artificial Intelligence, organized by CINI*.
- Creswell, J. W. (2009). *Research designs*. Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches.
- Dall'Alba, R., et al.. (2016). Tecnologia da informação em saúde: cartão SUS digital como dispositivo de promoção da saúde. In *12º Congresso Internacional da Rede Unida*.
- De Araújo, T. P., & Leite, M. A. R. (2025). Os direitos e a proteção das pessoas com deficiência à luz da Lei nº 13.146/2015 e os avanços e desafios na efetivação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(5), 7825-7838.
- De souza, K. C., Dawson, G. S., & Chenok, D. (2020). Designing, developing, and deploying artificial intelligence systems: Lessons from and for the public sector. *Business Horizons*, 63(2), 205-213.
- De Oliveira Júnior, W., & Berzoini, T. (2023). Design inclusivo. *ILO*, 3(1).
- El-Sayed, S., Akbulut, C., McCroskery, A., Keeling, G., Kenton, Z., Jalan, Z., Marchal, N., Manzini, A., Shevlane, T., Vallor, S., Susser, D., Franklin, M., Bridgers, S., Law, H., Rahtz, M., Shanahan, M., Tessler, M. H., Douillard, A., Everitt, T., & Brown, S. (2024). A mechanism-based approach to mitigating harms from persuasive generative AI. *arXiv preprint arXiv:2404.15058*.
- Gadamer, H. G. V. (1999). método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. *Tradução de Flávio Paulo Meurer*, 3.
- Gil, A. C., & Vergara, S. C. (2015). Tipo de pesquisa. *Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul*, 31.

- Goggin, G., Hawkins, W., & Schokman, A. (2024). Disability & Digital Citizenship: Australian Consumers & Citizens with Disability Navigating Digital Society.
- Gouveia, L. G., & Sobrinho, H. C. L. (2024). Acessibilidade e Cidadania Digital: O papel da IA na ampliação do acesso à Justiça, considerando as implicações para a cidadania digital. *Revista Publicum*, 10(1), 308-331.
- Juvêncio, V. L. P. (2019) *O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) na avaliação da aprendizagem de alunos Cegos nas Escolas Especiais em Fortaleza-CE 2019*. 239f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE).
- Kalpokas, I. (2019). *Algorithmic governance: Politics and law in the post-human era*. Cham: Springer International Publishing.
- Lazar, J., Goldstein, D. F., & Taylor, A. (2015). *Ensuring digital accessibility through process and policy*. Morgan kaufmann.
- Lazar, J., & Stein, M. A. (Eds.). (2017). *Disability, human rights, and information technology*. University of Pennsylvania Press.
- Mamus, P. T. (2017). Dicionário terminológico da inclusão das pessoas com deficiência.
- Monteiro, L. F. (2020). Desafios para a transformação digital no setor público brasileiro. *Revista do TCU*, (145), 4-8.
- Ribeiro, A. J. P., Grithi, J. F., Ludwig, D. C., Vieira, M. F. P., & Zuppa, M. A. (2013). Reavaliação das condições de acessibilidade nas edificações públicas de Bandeirantes, Barra Bonita, Guaraciaba, Paraíso e São Miguel do Oeste, Santa Catarina. *Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)*.
- Ruh, D. M. (2025). Patient perspectives on digital health. In *Digital health* (pp. 481-501). Academic Press.

- Sasaki, R. K. (2019). As sete dimensões da acessibilidade. São Paulo: *Lavratus Prodeo*.
- Silva, D. C. de O., & Oliveira, N. de. (2018). *A autonomia de aprendizagem em EAD a favor do desenvolvimento social*. Anais CIET: Horizonte, 4(1).
- Tavares, C. S. M., et al. (2020). Possibilidades da tecnologia touchscreen para desenvolvimento motor e inclusão digital de pessoas com paralisia cerebral. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos*, 83, 176 – 187.
- Van Eck, N. J., & Waltman, L. (2014). Visualizing bibliometric networks. In *Measuring scholarly impact: Methods and practice* (pp. 285-320). Cham: Springer International Publishing.
- Wobbrock, J. O., Gajos, K. Z., Kane, S. K., & Vanderheiden, G. C. (2018). Ability-based design. *Communications of the ACM*, 61(6), 62-71.

O PENSAMENTO COMO FERRAMENTA DA AÇÃO E O LUGAR DA EMOÇÃO NA COMUNICAÇÃO DIGITAL

Pedro Pinto de Oliveira¹

Jessica Bastos²

Resumo: O presente texto, de base pragmatista, explora a conexão entre tecnologia do pensamento, emoção e ação criativa com o objetivo de refletir sobre a comunicação política no contexto contemporâneo do espaço público digital. Para tanto, nosso percurso situa as noções de inteligência como tecnologia do pensamento; a emoção como parte existencial da construção de significados e a ação criativa a partir da corrente filosófica do pragmatismo clássico de John Dewey e George Mead em diálogo com a filosofia de Hans Joas e Georges Didi Huberman. O objetivo é tomar estes conceitos operadores para a análise de situações problemáticas complexas no contexto contemporâneo da sociedade mediatizada: a) o poder mercantil e ideológico das Big Techs; b) o instrumento de controle e persuasão dos algoritmos e c) as estratégias comunicativas da extrema direita na internet. Nossa pergunta condutora de análise parte da conexão entre fatos e suas consequências: como a democracia comunicada pode mobilizar os indivíduos no

1. Doutor em Comunicação pela UFMG. Coordenador do Grupo de Pesquisa Multimundos/UFMT, professor dos Programas de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) e Comunicação e Poder (PPGCOM), ambos da UFMG.

2. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) da UFMG, na linha de pesquisa de Comunicação e Mediações Culturais

contexto digital de viés totalitário? Nossa proposta é a prática normativa e criativa da comunicabilidade, noção formulada por Gil Baptista Ferreira e Pedro Pinto de Oliveira a partir de apontamentos *deweyanos*.

Palavras-chave: Comunicação e Política; Emoção; Ação; Comunicabilidade

Abstract: This text, grounded in pragmatism, explores the connection between technology of thought, emotion, and creative action to reflect upon political communication in the contemporary context of the digital public sphere. To this end, our analysis situates the notions of intelligence as technology of thought; emotion as an existential component of meaning-making; and creative action within the philosophical current of classical pragmatism as articulated by John Dewey and George Herbert Mead, in dialogue with the philosophy of Hans Joas and Georges Didi-Huberman. The objective is to employ these concepts as operative tools for analyzing complex problematic situations within the contemporary context of mediated society: a) the commercial and ideological power of Big Tech; b) the control and persuasive instrumentality of algorithms; and c) the communicative strategies of the far-right on the internet. Our guiding analytical question stems from the connection between facts and their consequences: how can communicated democracy mobilize individuals within a digital context marked by totalitarian biases? Our proposal is the normative and creative practice of communicability, a notion formulated by Gil Baptista Ferreira and Pedro Pinto de Oliveira drawing from Deweyan insights.

Keywords: Communication and Politics; Emotion; Action; Communicability

O contexto da situação problemática

A escalada do poder mercantil e ideológico das Big Techs é um fato político no contexto contemporâneo da sociedade mediatizada. O controle das plataformas é uma verdadeira operação de guerra da comunicação global. O governo autoritário de viés totalitário dos Estados Unidos e empresas de tecnologias formam uma aliança de controle do fluxo da informação e de propaganda política; pautam temas; estimulam o consumo e a crença na verdade única de que as coisas são como são, e são inevitáveis. A ideia

de mundo é a ideia do repúdio à diversidade, formulando a crença de que a separação entre pobres e ricos é inevitável, é “natural”, é aceitável e moralmente “dignificante”.

É evidente, mas nem por isso pode deixar de ser destacado: o controle econômico e político dos meios de comunicação é uma das mais graves distorções da comunicação livre, condição essencial de uma democracia comunicada. É, historicamente, um problema desde que os meios de comunicação assumiram uma centralidade nas interações sociais, com a televisão, o jornal e o rádio, e que hoje, com o controle total das Big Techs, as grandes empresas operadoras da comunicação digital em redes, tornou-se uma grave situação problemática complexa para a sociedade democrática.

Conforme destacam Ferreira & Oliveira (2025), a partir das interfaces da comunicação - linguagem, sociedade e tecnologia - apontamos que a falta de sistema cooperativo, controlado pelo interesse público, leva as Big Techs a exercer um papel de duplo domínio: o controle sobre a opinião pública, em nível ideológico, e a romantização dos interesses do lucro. Uma observação feita por Dewey no início do século 20 e que ainda hoje tem a força de uma ideia presente:

A lo largo de los años, Dewey llegó a la conclusión de que “la política es la sombra que las grandes empresas proyectan sobre la sociedad”. Para él, las reformas tienen un impacto limitado, ya que la “atenuación de la sombra” no altera la esencia del problema. Esta esencia radica en que la propias instituciones del poder privado condicionan la democracia y la libertad. Dewey subrayó que el poder actual se concentra en el control de los medios de producción, intercambio, publicidad, transporte y comunicación, elementos que son gestionados con fines privados, como el beneficio económico derivado del control privado de la banca y la industria, reforzado por la influencia de la prensa y otros medios de comunicación (Chomsky & Waterstone *apud* Ferreira & Oliveira, 2025, p. 10)

As grandes empresas de tecnologia, baseadas na América, conhecidas por Big Techs, controlam o mercado e o espaço da comunicação digital na internet, impondo seus valores na forma como vivemos. Suas plataformas são o espaço público do contemporâneo, submetido à lógica comercial das empresas e às vontades políticas e ideológicas do poder do governo norte-americano. No âmbito da tecnologia, as plataformas usam um instrumento de inteligência artificial com as operações algorítmicas. A manipulação do sistema tecnológico operado pelos algoritmos funciona com uma ferramenta do pensamento, pelo modo da persuasão, decidindo o que pode ou não ser visto e compartilhado. Em desdobramento, opera um capitalismo de vigilância, trabalhando compilação e exploração de dados pessoais com o objetivo de prever e modificar comportamentos dos indivíduos com fins lucrativos e ideológicos.

As operações de controle pelo algoritmo reprogramaram a política no espaço público digital. As Big Techs, e influenciadores que atuam a partir da lógica do lucro e da reverberação de conteúdos polêmicos e de embates ideológicos, redesenharam a arquitetura do debate público. Mesmo que esse espaço público comporte possibilidades de contraponto, de descentralização de vozes antes marginalizadas, é muito maior a possibilidade de potencialização a celebração do consumo e do avanço da desinformação ideológica que estimulam preconceitos e antagonismos assimétricos: entre aqueles que formulam e pautam os conteúdos e aqueles que, ainda, são meros seguidores e compartilhadores de mensagens de ódio e desprezo dos indivíduos mais vulneráveis, pobres/migrantes/negros/mulheres.

A política feita pela extrema direita, por exemplo, é apoiada nesta lógica das operações algorítmicas. Sua estratégia comunicativa consiste em repudiar o outro; inflamar paixões, cristalizar crenças, reverberar gestos e falas preconceituosas e estimular atitudes anti-humanísticas. Estas ações de propaganda ideológica extremista seguem a lógica da repetição e orquestração. Passam a fazer crescer ainda mais a grande bolha, chamada

de “fachosfera”³, adicionando mais e mais seguidores mesmo à revelia. O indivíduo que vê esses conteúdos uma vez, passa a recebê-los sempre, tornando a comunicação fascista cotidiana e presente.

Um exemplo desta dominação das plataformas é o jornalismo. Veículos de mídia jornalística hoje estão sujeitos à tensão desta lógica comercial imposta pelas plataformas. Para sobreviver economicamente, precisam adaptar seu conteúdo aos critérios dos algoritmos das redes sociais, perdendo autonomia editorial, conforme destaca Paes de Barros (2025), sobre o modelo de negócios dessas plataformas baseado na economia da atenção, estabelecendo poder econômico ao monopolizar a atenção do público e vendê-la para anunciantes. O autor situa o contexto brasileiros e prescreve uma ação urgente para democratizar o espaço público digital:

É possível concluir que, para participar com êxito dos debates públicos, hoje, com mais de 90% da população brasileira nas redes sociais, é imperioso conhecer o seu funcionamento, até para cobrar do Congresso Nacional que caminhe no sentido de que todos possam ter acesso à livre informação, zelando pela veracidade delas. (Paes de Barros, 2025, p.4)

Um fato recente que agregamos à nossa análise que demonstra, na contra-mão de interesses democráticos, a escalada da concentração do poder global no campo da tecnologia da informação e da comunicação. A estreita relação de interesse comercial e político entre o governo do presidente Donald Trump e as empresas de tecnologia, assim como as Big Techs. A relação é traduzida em atos de gestão mais preocupados em proteger os interesses corporativos do que com questões de interesse público e que afetam a democracia. O presidente norte-americano assinou no dia 11 de dezembro de 2025 uma ordem executiva que busca suspender quaisquer leis que limitem a Inteligência Artificial e impedir que os estados regulem essa tecnologia emergente. A ordem também cria uma força-tarefa federal que terá a “responsabilidade exclusiva” de contestar as leis estaduais sobre IA.

3. Termo cunhado por Salomé Saqué (2024) para definir o conjunto de canais digitais orientados por ideologias da extrema direita.

Conforme noticiou o jornal *The Guardian*, a ordem executiva “garantindo uma estrutura política nacional para a inteligência artificial” representa uma vitória para o Vale do Silício e para as empresas de IA que têm feito lobby contra a regulamentação de sua tecnologia, argumentando que uma miscelânea de leis estaduais sobrecarregaria o setor com burocracia desnecessária. As empresas de IA e o governo Trump, contudo, não apresentaram nenhuma proposta abrangente para regulamentar os danos sociais, ambientais e políticos da IA mantendo apenas a regulamentação federal, que é branda em comparação com a legislação aprovada ou considerada por alguns estados.

O presidente Trump, destaca o jornal britânico *The Guardian*, ignorou em grande parte as preocupações de grupos de direitos humanos e pesquisadores sobre os custos ambientais da IA, o alarme sobre a possibilidade de uma bolha financeira devastar a economia ou o potencial da IA para prejudicar a saúde mental ou disseminar desinformação, uma das disfunções que ameaçam a democracia.

Comunicabilidade: ação normativa e estratégia de comunicação política

Os debates contemporâneos sobre governança algorítmica frequentemente interpretam a algocracia como um problema de opacidade e legitimidade processual. Os desafios impostos pelos sistemas algorítmicos surgem principalmente das maneiras como as infraestruturas digitais reorganizam as condições comunicativas por meio das quais a vida democrática se torna possível.

Ferreira e Oliveira (2025) situam a comunicabilidade como uma estrutura normativa para avaliar como os ambientes sociotécnicos distribuem inteligibilidade, participação e reconhecimento. Integrando os conceitos de códigos técnicos e instrumentalização secundária, argumentam que as infraestruturas digitais operam como arquiteturas normativas que moldam a emergência de públicos e a formação de significados compartilhados.

A comunicabilidade surge como uma prática de ação política, de levar ao limite as tensões dos conflitos, que não são saudáveis para a democracia comunicada, em busca de consensos possíveis. Uma contribuição filosófica para as discussões sobre a legitimidade democrática: a legitimidade é entendida como decorrente de infraestruturas comunicativas que sustentam a investigação compartilhada, a reciprocidade e o cuidado democrático, deslocando assim o debate para além das preocupações processuais em direção às condições sociotécnicas que configuram a vida pública.

Al desarrollar el concepto de operador, podemos observar que la comunicabilidade ofrece una perspectiva para analizar tanto los medios como los fines de comunicación en curso. Este proceso analítico busca entender la complejidad de la comunicación, teniendo en cuenta todos sus elementos y instancias, que están constantemente interrelacionados e influenciando-se mutuamente. Un estudio sobre como los esfuerzos comunicativos son movilizados por los interlocutores, como el contexto comunicativo activa o silencia conexiones culturales, sociales, políticas y económicas y cuál es la naturaleza de la comunicación en sus diversas formas – como cooperación, dominación y organización – sería un ejemplo de análisis profundo de este proceso. (Ferreira & Oliveira, 2025, p. 12)

Esta perspectiva situa a discussão no âmbito da sociedade mediatizada e da democracia em crise. A noção de pensamento como instrumento de ação da comunicabilidade é transacional, processual, que incorpora habilidades produtivas e tecnológicas, com o filósofo John Dewey (1970). O pensamento não é mera representação, nem simples utilidade, mas um exercício de problematização. Dewey vê o pensamento reflexivo como revisão das consequências de nossas crenças e como reorganização dos modos de agir. O filósofo prefere o termo inteligência (*knowing*) ao termo conhecimento (*knowledge*), por ser mais representativo do caráter da atividade reflexiva do pensamento como ferramenta de ação na solução de problemas.

Dewey entende que uma vez resuelta la situación problemática, se há generado una forma para resolver situaciones que bien puede ser utilizada en el futuro. Disponer de este procedimiento con su carga de relaciones y funciones simbólicas como una reserva para futuras ocasiones es la clave para transmitir y conservar este recurso. La relación entre experiencia y tecnología articuladas por la noción instrumental del conocimiento impide desarraigarla de la situación concreta, de las condiciones circunstanciales en la que éste se produce. (Torres, 2012, p. 61-62).

O pensamento, portanto, é um instrumento de ação inteligente para o enfrentamento de uma situação problemática de crise de valores que tende à desintegração da identidade. Crise que pode ser superada mediante ações criativas. Aproximando o pensamento pragmatista de Dewey e Mead, o filósofo Hans Joas ressalta que a ação não é mera repetição e fixação de uma moral conservadora. A ação é uma operação criativa voltada para o futuro e para uma moral em transformação. Portanto, no conceito de ação formulado por Hans Joas (2002), a criatividade comunicativa representa a emergência constante e imprescindível do novo.

Por tal razón, la ética de Mead no pretende dictar reglas de comportamiento moral, sino trata de explicar la situación en que se plantea a la necesidad de “descubrimientos Morales (moral discoveries). Expectativas e impulsos deben reestructurarse para hacer posible la reitegración de la identidad y el diseño de una estrategia moral adecuada a la situación. Si esto se logra, la identidad ascende a um nivel superior, puesto que há incorporado a su comportamiento la consideración de intereses más amplios. (Joas, 2002, p, 122).

A teoria de ação de Mead, assim como a compreensão da ação no pensamento da filosofia pragmatista clássica em geral, centra na criatividade da ação. Suas ideias das especificidades da comunicação são a elaboração de um aspecto desta criatividade. A questão da racionalidade, segundo Joas, é um segundo passo, concretamente quando as soluções criativas aos

problemas de ação se convertem em matéria de discursos sobre a justificação. A perspectiva histórica de Mead não se centra em um processo contínuo de racionalização, mas na emergência constante e imprescindível do novo.

Outro aspecto que incorporamos à reflexão é a função da emoção no pensamento em ação. A ideia de emoção do filósofo Georges Didi-Huberman (2016) estabelece uma conexão entre movimentos, comoções e transformações daqueles que estão comovidos por algo e/ou alguém. A emoção pode transformar o sujeito e o contexto, na condição que se transformem elas próprias em pensamentos e em ações. Na nossa reflexão, o que está em causa é a instrumentalidade da emoção na operação dos algoritmos usada no espaço público digital para controle e persuasão, combinação de poder estratégico.

As emoções não são boas ou más, o que podemos avaliar em termos práticos são os bons ou maus usos de todas as emoções. A existência de maus usos da emoção é, como constatamos no contexto da comunicação digital, um problema concreto. Incorporando o pensamento do filósofo, podemos dizer que a forma e o propósito da instrumentalização das emoções são questões política, cultural e social.

As emoções, como são moções, movimentos, comoções, são também transformações daqueles ou daquelas que estão comovidos. Transformar-se é passar de um estado a outro: está então bem reforçada a nossa ideia de que a emoção não pode se definir como um estado de pura e simples passividade, É mesmo através das emoções que podemos, eventualmente, transformar o nosso mundo, na condição, é certo, de que elas se transformem elas próprias em pensamentos e ações. (Didi-Huberman, 2016, p. 39)

Nossas reflexões estão em acordo com a proposta do evento, na apreensão e compreensão da comunicação em processo, a ideia de ação criativa e do uso da emoção como chaves do desafio de fortalecer a democracia comunicada no contexto contemporâneo de controle exercido pelas Big Techs.

Nossa proposta de fortalecimento e enfrentamento do fascismo e da lógica capitalista é da comunicabilidade como estratégia de ação de novas possibilidades de interação e integração.

A partir do reconhecimento de que as emoções podem ser mobilizadas tanto para fortalecer quanto para ameaçar o espaço público digital, torna-se fundamental investigar mecanismos capazes de promover formas de engajamento que favoreçam o diálogo, a pluralidade e o respeito mútuo. Assim, a busca por alternativas comunicativas exige não apenas o enfrentamento das estratégias de ódio, mas também a valorização de práticas discursivas que estimulem o reconhecimento do outro e a construção coletiva de significados compartilhados, como também nas próprias práticas de ativismo que passam pelas formas de comunicação, recuperando sua força de conteúdo liberador e transformador. Superar nossa dificuldade em propor uma crítica integral do passado e do presente e, por consequência, uma “crítica imaginativa”.

Originar um momento tático no pensamento político implica que consigamos distinguir o nosso ser do nosso recurso às formas instituídas, para que com isso se encarem outras possibilidades de existir. Essa tarefa pode exigir que se construa um outro imaginário da luta e das nossas formas de nos pormos em movimento. É o campo da experiência, o próprio significado de palavras como <<agir>>, <<radical>>, <<protesto>>, <<bom>> que devem ser reajustados. (Lagasnerie, 2020, p.11)

Últimos apontamentos

Alguns desafios postos, “medidas regulatórias e políticas públicas; transparência algorítmica e plataformas tecnológicas públicas e cooperativas” são da ordem de ação de governos nacionais e da mobilização dos segmentos sociais organizados, que em óbvio precisam estar engajados nesta posição de enfrentamento à ideia de inevitabilidade. As coisas não são como são. As disfunções são evitáveis: a transformação é condição real. O controle

das Big Techs e do governo autoritário hoje na América, bases destas corporações, pode ter uma alternativa, uma reflexão que não se reduz a um otimismo ingênuo, mas uma condição tecnológica e política da possível realização, pela força do humanismo, de uma democracia comunicada. Resistência e confronto, como aponta Salomé Saqué:

J'ai conscience que ce type de discours expose 'a un procès en idéalisme et en naïveté. À mesyeux, la résistance passe par la capacité à ignorer ces critiques. L'histoire le prouve: les grands bouleversements sont nés dans la tête des rêveurs. Les droits civiques, l'égalité des sexes? Des utopies devenues réalités. Alors on continue de rever avec combativité, et on rêve grand. Être créatif, ce n'est pas fuir la réalité, c'est la transformer à coups d'idées et d'actions. La joie n'est pas une faiblesse, c'est un acte de résistance. Rire de leurs idées rances, c'est déjà les désarmer un peu. On ne demande pas la permission d'imaginer un monde sans extrême droite, on le construit. Maintenant. Pendant qu'ils ressassent le passé, on invente l'avenir (Saqué, 2024, p. 108-109).⁴

Destacamos a importância de estabelecer, pela comunicabilidade, as conexões entre comunicação, emoção e democracia. As emoções vistas-pensamento em ação, ferramentas poderosas para fortalecer a coesão e engajamento, a articulação do contraponto à comunicação radical e excludente da extrema direita.

La democracia creativa es una tarea que tenemos por delante, en la que tendremos que reconstruir la experiencia, en que la comunicación libre, el debate público, la persuasión racional y la acción de compartir se integren em nuestras prácticas cotidianas. El principio fundamental de la democracia disse que los fines de la libertad y la individualidade de todos

4. Tenho consciência de que esse tipo de discurso está sujeito a críticas de idealismo e ingenuidade. Aos meus olhos, a resistência passa pela capacidade de ignorar essas críticas. A história prova isso: grandes transformações nasceram na mente dos sonhadores. Os direitos civis, a igualdade de gênero? Utopias que se tornaram realidade. Então, continuamos a sonhar com combatividade, e sonhamos grande. Ser criativo não é fugir da realidade, é transformá-la com ideias e ações. A alegria não é uma fraqueza, é um ato de resistência. Rir de suas ideias ultrapassadas já é desarmá-los um pouco. Não pedimos permissão para imaginar um mundo sem extrema-direita, nós o construímos. Agora. Enquanto eles remoem o passado, nós inventamos o futuro. – tradução nossa.

solo pueden alcanzarse a través de los medios que corresponden a estos fines, es decir, que la democracia creativa tiene la tarea de proporcionar e implementar el verdadero significado de la inteligencia em relación con la acción, el sentimiento y la opinión públicos. (Ferreira & Oliveira, 2025, p. 16)

A imaginação criativa conforma o pensamento como ferramenta de ação para (re)pensar a (re)construir práticas discursivas que estimulem o diálogo, a pluralidade, o respeito mútuo e a construção coletiva de sentidos, em oposição ao ódio e à desumanização do “outro”. A comunicabilidade articula o pensamento na ação política e estabelece uma estrutura normativa inerente à democracia comunicada.

Referências Bibliográficas

- Dewey, J. (2010). *Arte como experiência* (Coleção Todas as Artes). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Dewey, J. (1970). *Liberalismo, Liberdade e Cultura*. Editora Nacional e Editora USP, São Paulo.
- Didi-Huberman, G. (2016). *Que emoção! Que emoção?!*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Ferreira, G. & Oliveira, P. P. (2025). Dewey, Comunicación y democracia. Repensando las estrategias comunicativas y los nuevos conflictos sociales. *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, XVII-1. Recuperado de <https://journals.openedition.org/ejpap/5061#quotation>
- Joas, H. (2002). *Creatividad, acción y valores*. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapala, Mexico.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC.
- Lagasnerie, G. (2020). *Sair da nossa impotência política*. Lisboa, BCF Editores.
- Oliveira, P. P. & Bastos, J. (no prelo). *Do veneno social ao viral: Erika Hilton versus Nikolas Ferreira*. Revista Compólitica.
- Paes de Barros, A. (2025). *A influência dos algoritmos na atuação dos gatekeepers*. Inédito
- Robins-Early, N. & Kerr, D. (2025, 12 de dezembro). *Trump signs executive order aimed at preventing states from regulating AI*. The Guardian. <https://www.theguardian.com/us-news/2025/dec/11/trump-executive-order-artificial-intelligence>
- Saqué, S. (2024) *Résister*. Éditions Payot
- Torres, H. G. (2012). *Variedades de la experiencia en John Dewey*. Editorial Académica Española, Alemania.

LOST MEDIA NO EQUADOR: UMA ANÁLISE NETNOGRÁFICA DAS COMUNIDADES DE WEBRAIDERS E PROSUMIDORES NO ECOSISTEMA DIGITAL

LOST MEDIA IN ECUADOR: A NETNOGRAPHIC
ANALYSIS OF WEBRAIDER AND PROSUMER
COMMUNITIES IN THE DIGITAL ECOSYSTEM

Luis Cuellar López¹

Jorge Cruz-Silva²

Resumo: Este artigo analisa as comunidades equatorianas dedicadas ao fenômeno do lost media a partir de uma abordagem netnográfica e multissituada. O estudo centra-se em três nós principais de preservação digital: a comunidade Wiki Lost Media em espanhol, a página do Facebook La Memoria de Ecuador e canais equatorianos do YouTube especializados em arquivos audiovisuais perdidos. Por meio de técnicas de análise de redes sociais, web scraping, mineração de metadados e análise de conteúdo digital, identificam-se padrões de interação, tipologias narrativas e dinâmicas colaborativas entre webraiders e prosumidores. Os resultados evidenciam uma alta interconexão entre os participantes, a predominância de formatos audiovisuais documentais e interpretativos e um discurso majoritariamente neutro do ponto de vista da análise de sentimento. Conclui-se que o lost media no Equador não apenas cumpre uma função

1. Estudante do Mestrado em Educação, com ênfase em Docência e Pesquisa em Educação Superior, da Universidade Estatal de Milagro (UNEMI). Email: <lcuellarl@unemi.edu.ec>.

2. Professor/Pesquisador do Observatório de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Equador. Email: <jacruz@puce.edu.ec>.

de preservação de fragmentos audiovisuais, mas também ressignifica o incompleto como memória cultural, prática colaborativa e forma de resistência frente ao esquecimento institucional.

Palavras-chave: *lost media*; comunidades digitais; prosumidores; memória cultural; netnografia.

Introdução

No Equador, o surgimento de comunidades digitais dedicadas à localização, preservação e ressignificação desses materiais configurou um ecossistema cultural específico, habitado por atores não institucionais como webraiders, prosumidores e coletivos digitais que operam à margem dos sistemas formais de custódia arquivística. Essas comunidades não apenas desafiam as lógicas tradicionais do arquivo, como também reconfiguram as noções de legitimidade, visibilidade e pertencimento cultural na era da conectividade. Apesar de sua crescente atividade em plataformas como Wiki Lost Media em espanhol, YouTube e Facebook, há uma limitada sistematização acadêmica sobre suas dinâmicas internas, seus padrões de interação e seu impacto cultural no contexto equatoriano.

Este artigo parte da hipótese de que os indicadores de desempenho digital (*Key Performance Indicators*, KPI) e os *insights* gerados por essas comunidades permitem medir o crescimento, a exposição e, de maneira mais complexa, o impacto cultural dos arquivos audiovisuais perdidos. Nesse marco, formula-se a seguinte pergunta de pesquisa: as métricas de atividade e os processos colaborativos das comunidades *lost media* podem articular um esquema referencial para o resgate, a proteção e a ressignificação de conteúdos audiovisuais excluídos?

A partir de uma abordagem netnográfica e multissituada, este estudo busca identificar padrões de interação, tipologias de conteúdo e dinâmicas colaborativas em comunidades *lost media* equatorianas, propondo uma leitura crítica, decolonial e afetiva da memória tecnológica contemporânea.

Estado da arte

O arquivo perdido como objeto antropológico

O arquivo, tradicionalmente concebido como repositório de memória e dispositivo de legitimidade institucional, entra em crise quando se desvincula de seus custodiante formais. Nessa fratura emerge o que Díaz (2024) denomina “arquivo sem custódia”: uma forma dissidente de arquivo que conserva certos traços estruturais – classificação parcial, valor histórico – mas subverte seu fundamento institucional. Esse tipo de arquivo carece de legitimidade oficial, circula de forma informal e costuma apresentar-se de maneira fragmentária ou degradada.

A partir de uma perspectiva antropológica, essa ambivalência mostra-se epistemologicamente produtiva. O arquivo perdido revela exclusões históricas e tensões entre memória e poder, entre o lembrado e o suprimido. Nessa linha, Monroy (2024) propõe compreender o arquivo como ruína, na qual o fragmentário não representa uma carência, mas uma potência simbólica e afetiva. No contexto do *lost media* equatoriano, os restos audiovisuais são ressignificados coletivamente por meio de narrativas que reinscrevem o ausente no espaço público digital.

Periferias digitais e limiares liminares

As comunidades *lost media* habitam o que Belk (2023) descreve como periferias digitais: espaços liminares entre visibilidade e invisibilidade, nos quais se redefinem as formas de pertencimento cultural. Essas comunidades operam como tribos cibernáuticas (Delgado, 2019), não ancoradas em territórios físicos, mas em fluxos de sentido, afetos compartilhados e práticas colaborativas que transitam entre plataformas.

Nesse sentido, o *lost media* não ocupa um “fora” do sistema midiático, mas situa-se em seus limiares, funcionando como uma forma de dissidência simbólica frente aos regimes institucionais de memória e arquivo.

Escavação de mídias e reapropriação decolonial

A arqueologia das mídias, desenvolvida por Parikka (2023), propõe um deslocamento da cronologia linear para a escavação de camadas tecnológicas e culturais invisibilizadas. As práticas de *web scraping*, mineração de metadados e etiquetagem folcsonômica utilizadas pelas comunidades *lost media* constituem formas híbridas de escavação técnica e simbólica.

No Equador, essas práticas adquirem uma dimensão decolonial ao re-significar arquivos marginais como totens de memória afetiva compartilhada, desafiando a centralidade de arquivos institucionais deteriorados ou inacessíveis (Martínez-Larrarte & Moreno-Parra, 2022).

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem pós-positivista–interpretativa, orientada à compreensão das dinâmicas sociotécnicas, culturais e simbólicas que estruturam as comunidades digitais dedicadas ao *lost media* no Equador. Nessa perspectiva, o fenômeno analisado não é concebido como um objeto estático, mas como um processo relacional, situado e mediado por práticas colaborativas, tecnologias digitais e marcos culturais compartilhados.

O desenho metodológico é de caráter não experimental, uma vez que não há manipulação de variáveis, mas observação do fenômeno em seu contexto natural de desenvolvimento. Emprega-se uma abordagem netnográfica e multissituada, que permite o acompanhamento simultâneo de comunidades distribuídas em distintas plataformas digitais, reconhecendo a fragmentação e a mobilidade próprias do ecossistema midiático contemporâneo.

O nível da pesquisa é descritivo-correlacional e exploratório, pois busca, por um lado, caracterizar padrões de interação, produção e circulação de conteúdos e, por outro, identificar relações entre variáveis como frequência de publicação, tipologia de conteúdo, conectividade e níveis de interação.

O procedimento metodológico combina técnicas quantitativas e qualitativas. As primeiras permitem medir a estrutura das redes, a atividade dos usuários e as métricas de interação, enquanto as segundas possibilitam uma leitura interpretativa do conteúdo, do discurso e dos sentidos atribuídos aos arquivos perdidos pelas comunidades analisadas.

População e amostra

A população do estudo é composta pelas principais comunidades digitais equatorianas dedicadas à busca, preservação e ressignificação do *lost media* em plataformas de acesso aberto. O período de análise compreende dezesseis meses, de janeiro de 2024 a maio de 2025, permitindo observar tanto padrões sustentados de atividade quanto variações temporais na produção e circulação de conteúdos.

A amostra é não probabilística, intencional e por conveniência, selecionada com base em critérios de relevância, visibilidade e coesão comunitária. Incluem-se as comunidades que apresentam maior densidade de participação, papéis claramente identificáveis e rastreabilidade de dados públicos. Especificamente, a amostra é composta por três nós principais: a comunidade Wiki Lost Media em espanhol, que atua como repositório colaborativo e espaço de documentação; a página do Facebook *La Memoria de Ecuador*, voltada à difusão comemorativa e visual do arquivo; e um conjunto de canais equatorianos do YouTube especializados na produção de conteúdos audiovisuais sobre arquivos perdidos.

Essas comunidades representam diferentes modos de interação com o *lost media*: a documentação técnica e colaborativa, a memória visual comemorativa e a ressignificação narrativa por meio do audiovisual.

Técnicas de coleta e análise de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de uma combinação de técnicas complementares. Em primeiro lugar, aplicou-se observação netnográfica dirigida, que permitiu o acompanhamento sistemático das dinâmicas de

participação, publicação e colaboração em cada comunidade, considerando tanto os conteúdos produzidos quanto as interações entre os usuários.

Em segundo lugar, utilizou-se web scraping do HTML público por meio do software ParseHub, com o objetivo de identificar novas inserções de dados, atualizações de conteúdo e formatos de lost media registrados na Wiki Lost Media em espanhol. Essa técnica possibilitou a construção de uma base de dados longitudinal sobre a evolução do repositório.

Além disso, realizou-se uma análise de redes sociais (*Social Network Analysis*) utilizando o software Gephi. Aplicou-se o algoritmo de Louvain para a detecção de comunidades, permitindo identificar padrões de conectividade, densidade do grafo, grau médio e relações nó-aresta entre usuários e conteúdos.

A análise de conteúdo digital foi aplicada às publicações do YouTube e do Facebook, classificando formatos, tipologias narrativas e frequências de produção. Por fim, desenvolveu-se uma análise de sentimento e análise linguística por meio de dicionários semânticos e matrizes de codificação, a fim de identificar a orientação discursiva predominante e o léxico associado à documentação do *lost media*.

Resultados

Os resultados do estudo evidenciam uma alta conectividade na comunidade Wiki Lost Media em espanhol, com 92,3% de interconexão entre nós e arestas, indicando um ecossistema colaborativo altamente coeso. Predominam os formatos associados a transmissões televisivas, o que sugere a centralidade desse tipo de material na memória audiovisual equatoriana.

No caso do YouTube, observa-se uma clara preferência por formatos que envolvem investigação e elaboração narrativa, particularmente o vídeo documental e o vídeo interpretativo. Essa tendência indica que os criadores priorizam a ressignificação do arquivo em detrimento da simples

recuperação do material. No Facebook, por sua vez, predomina o conteúdo visual comemorativo, especialmente *fotopost* associados a efemérides e memória histórica.

A análise de sentimento revela um discurso majoritariamente neutro, vinculado a práticas descritivas, técnicas e documentais, com menor presença de expressões emocionais explícitas.

Discussão

Os resultados obtidos permitem problematizar criticamente diversas suposições habituais em torno da preservação digital, da visibilidade em plataformas e do impacto cultural dos conteúdos audiovisuais. Em primeiro lugar, a pesquisa demonstra que a relação entre volume e produção, frequência de publicação e níveis de interação não é linear nem diretamente proporcional. Tanto no YouTube quanto no Facebook, observaram-se picos de atividade que não se traduziram automaticamente em maiores níveis de *engagement*, o que questiona abordagens quantitativas que equiparam visibilidade a impacto.

Esse achado é particularmente relevante no contexto do *lost media*, no qual a lógica da escassez, da fragmentariedade e da espera constitui parte essencial da experiência cultural. Diferentemente de outros ecossistemas digitais orientados ao consumo massivo e à viralidade, as comunidades *lost media* operam sob temporalidades distintas, marcadas pela intermitência das descobertas e por uma ética da paciência arquivística. Nesse sentido, o impacto cultural não se manifesta necessariamente em métricas imediatas, mas em processos acumulativos de ressignificação e memória compartilhada.

A partir da perspectiva do “arquivo sem custódia” (Díaz, 2024), os resultados reforçam a ideia de que a legitimidade do arquivo não deriva de sua institucionalização, mas de sua circulação afetiva e validação comunitária. A alta interconexão observada na Wiki Lost Media – com 92,3% de relações nó-aresta – sugere a existência de uma estrutura colaborativa sólida,

na qual o conhecimento é produzido de forma distribuída e acumulativa. Essa conectividade não apenas facilita a preservação técnica dos fragmentos, mas também possibilita processos de negociação simbólica sobre seu valor histórico e cultural.

Além disso, a predominância do vídeo documental e interpretativo no YouTube permite aprofundar a tese de Monroy (2024) sobre a centralidade dos “restos espectrais”. Os criadores equatorianos não se limitam a publicar material recuperado, mas elaboram narrativas que contextualizam, interpretam e ressignificam os fragmentos audiovisuais. Essa prática desloca a ênfase da completude do arquivo para seu potencial narrativo, confirmando que o *lost media* funciona menos como objeto e mais como dispositivo cultural.

No caso do Facebook, a centralidade do conteúdo visual comemorativo revela uma lógica distinta de interação com o arquivo. A preeminência de *fotoposts* associados a efemérides e memória histórica sugere uma função ritual e afetiva do arquivo digital, na qual a repetição e a rememoração desempenham papel fundamental na construção da identidade coletiva. Essa dimensão ritual conecta-se às noções antropológicas de memória como prática social, mais do que como acumulação de dados.

A análise de sentimento, que aponta o predomínio do discurso neutro, também requer uma leitura crítica. Longe de ser interpretada como ausência de emoção ou envolvimento, essa neutralidade discursiva pode ser compreendida como uma estratégia de legitimação técnica e documental. O uso de um léxico descritivo e classificatório reforça a credibilidade do arquivo e facilita sua circulação dentro e fora da comunidade, especialmente em repositórios colaborativos como a Wiki Lost Media. A emocionalidade, nesse contexto, não desaparece, mas se desloca para as narrativas audiovisuais e para as interações implícitas entre os membros.

A partir da arqueologia das mídias (Parikka, 2023), as práticas observadas podem ser interpretadas como formas de escavação cultural que desafiam a linearidade histórica e os regimes oficiais de memória. O uso de ferramen-

tas como *web scraping*, mineração de metadados e etiquetagem folcsonômica não responde apenas a necessidades técnicas, mas configura uma epistemologia alternativa do arquivo, baseada em camadas, restos e reescrituras constantes. No contexto equatoriano, essas práticas adquirem uma dimensão decolonial ao resgatar materiais marginais ou periféricos excluídos dos relatos midiáticos dominantes.

Por fim, os resultados convidam a repensar as estratégias de preservação e difusão do patrimônio audiovisual. A dissociação entre visibilidade e ressonância cultural sugere que as políticas de memória não podem basear-se exclusivamente em métricas de alcance, devendo considerar os processos narrativos, afetivos e comunitários que sustentam a vida do arquivo. Nesse sentido, as comunidades *lost media* analisadas não apenas preservam fragmentos do passado, mas produzem ativamente formas alternativas de história midiática, nas quais o incompleto, o marginal e o residual tornam-se recursos epistemológicos e políticos.

Conclusões

As comunidades *lost media* no Equador configuram um ecossistema cultural emergente que questiona e redefine profundamente as noções tradicionais de arquivo, memória e legitimidade no ambiente digital. Os resultados desta pesquisa evidenciam que essas comunidades não atuam apenas como repositórios informais de fragmentos audiovisuais perdidos, mas como espaços ativos de produção simbólica, nos quais o arquivo se transforma em processo, prática e experiência coletiva. Nesse sentido, o *lost media* deixa de ser um resíduo do passado para converter-se em um dispositivo dinâmico de construção da memória cultural.

Distantes de reproduzir os modelos hierárquicos e custodiais próprios da arquivística institucional, as comunidades analisadas funcionam como nós de resistência simbólica frente ao esquecimento, à obsolescência tecnológica e à exclusão patrimonial. Por meio de práticas colaborativas de busca, documentação, classificação e narrativização, *webraiders* e prosumidores

ressignificam o incompleto e o fragmentário como elementos centrais de sua ação cultural. Essa ressignificação não apenas preserva conteúdos audiovisuais, mas também produz novas formas de sentido, afeto e identidade coletiva no espaço digital.

Além disso, o estudo demonstra que a relevância cultural do *lost media* não depende da quantidade de conteúdos recuperados nem de seu nível de visibilidade nas plataformas, mas dos processos narrativos e comunitários que acompanham sua circulação. A experimentação narrativa observada, especialmente em formatos documentais e interpretativos, evidencia que essas comunidades não se limitam a arquivar, mas reinterpretam o passado midiático a partir do presente, estabelecendo pontes entre memória, tecnologia e cultura contemporânea.

Reconhecer o valor dessas práticas implica integrá-las a um debate mais amplo sobre a democratização da memória digital e o papel ativo dos prosumidores na preservação cultural. As comunidades *lost media* analisadas demonstram que a memória já não é domínio exclusivo das instituições, mas um campo em disputa no qual atores não oficiais podem intervir, classificar e legitimar narrativas marginais ou periféricas. Nesse contexto, o *lost media* posiciona-se como uma forma alternativa de historiografia midiática, baseada em restos, vestígios e fragmentos.

Por fim, este trabalho destaca a necessidade de repensar as políticas de preservação audiovisual e os estudos sobre memória digital a partir de abordagens mais inclusivas, colaborativas e situadas. Integrar as práticas das comunidades *lost media* à reflexão acadêmica e cultural não apenas amplia o campo de estudo da comunicação e da antropologia das mídias, como também contribui para dar visibilidade a narrativas excluídas e fortalecer uma compreensão mais plural e democrática da história midiática contemporânea.

Referências Bibliográficas

- Belk, R. (2023). The digital frontier as a liminal space. *Journal of Consumer Psychology*. Wiley Periodicals LLC.
- Delgado, M. (2019). *Marc Augé: sueño y potencia de la antropología*. Universidad de Granada.
- Díaz, A. (2024). *Los [otros] archivos*. Veredes, arquitectura y divulgación, Universidad de Alicante.
- Martínez-Larrarte, E., & Moreno-Parra, I. A. (2022). Digitalización de los procesos documentales y su gestión efectiva. *INVESTICGA: Revista de Investigación en Gestión Administrativa y Ciencias de la Información*.
- Monroy, R. (2024). *Archivos del desecho, retóricas del cuerpo: narrativa, imagen y política de la memoria*.
- Parikka, J. (2023). *What is media archaeology?* Polity Press.

O CIDADÃO NA ESFERA PÚBLICA DIGITAL: DESAFIOS DA ECONOMIA DA ATENÇÃO E A PROPOSTA DE MÍDIA A SERVIÇO DO PÚBLICO DE CHRISTIAN FUCHS

THE CITIZEN IN THE DIGITAL PUBLIC SPHERE:
CHALLENGES OF THE ATTENTION ECONOMY
AND CHRISTIAN FUCHS' PROPOSAL FOR
PUBLIC SERVICE MEDIA

Minéia Gomes Oliveira¹

Resumo: A comunicação moderna se move para a Economia da Atenção, transformando a esfera pública em um ambiente manipulado pela comercialização e publicidade algorítmica, conforme criticado por autores como Fuchs e Zuboff, que apontam a colonização da comunicação e a vigilância unilateral que transforma dados em mercadorias. Apesar desse cenário, a fluidez digital permite o empoderamento de cidadãos através da produção de conteúdo alternativo e plural, que, para ser democrático e autônomo, requer o livre agir sugerido por Fuchs (em diálogo com Cicilia Peruzzo). A solução para financiar essa comunicação sem ceder a poderes econômicos passa pela reforma dos processos midiáticos e pela implementação de orçamentos participativos e impostos direcionados, com curadoria popular, visando resgatar a comunicação de sua condição de produto e promover relações mais equitativas.

Palavras-chave: Economia da Atenção, Esfera Pública e Autonomia

1. Mestranda do PPGCOM-UFG linha de pesquisa Comunicação e Cidadania. Especialista em História Cultural e Design/marketing Digital. Graduada em Jornalismo e Radialismo na UFG. Técnica em Censografia no ETF Basileu França. @mineiagomes@discente.ufg.br - Orcid 0009-0008-8723-5182

Abstract: Modern communication is shifting toward the Attention Economy, transforming the public sphere into an environment manipulated by commercialization and algorithmic advertising, as criticized by authors like Fuchs and Zuboff, who point to the colonization of communication and the unilateral surveillance that turns data into commodities. Despite this scenario, digital fluidity allows for citizen empowerment through the production of alternative and plural content, which, to be democratic and autonomous, requires the free action suggested by Fuchs (in dialogue with Cicilia Peruzzo). The solution for financing this communication without yielding to economic powers involves reforming media processes and implementing participatory budgets and earmarked taxes, curated by the people, aiming to rescue communication from its product status and promote more equitable relations.

Key Words: Attention Economy, Public Sphere, and Autonomy

Introdução

“Alguma coisa está fora da ordem... fora da ordem mundial”. Mal sabia Caetano Veloso que a canção dos anos 90 seria extremamente atual quando pensamos a comunicação na sociedade contemporânea. Se observarmos a construção dessa comunicação a partir do século XX, presenciaremos o flerte do fascismo com as novas tecnologias de informação, o uso da comunicação como ferramenta de controle social e estatal, e um mundo em rede onde dados se tornam *commodities*.

Neste artigo, propomos uma análise bibliográfica, utilizando a hermenêutica em um processo espiral, para refletir sobre o cidadão na esfera pública digital. Abordamos os desafios da economia da atenção para a comunicação e demonstramos como, aliando a teoria de Christian Fuchs e Cicilia Peruzzo, podemos alcançar um novo horizonte de comunicação e uma verdadeira cidadania digital. Ressaltamos, ainda, a visão de pesquisadores da América Latina que, num pensamento descolonizante, buscam a inserção dos povos latino-americanos nessa esfera digital que, lamentavelmente, reproduz as desigualdades da esfera não virtual.

Metodologia

Optamos como metodologia a análise bibliográfica através da Hermenêutica. Esta análise transforma a literatura em processo de compreensão em espiral. Há aí um movimento constante do pesquisador entre a parte (o texto individual) e o todo (o campo de pesquisa). Como não somos desprovidos de conhecimento, há uma leitura feita de prejuízos e a conscientização das possibilidades que o texto oferece em diálogo com esses prejuízos e formas de ir além do texto.

Referencial Teórico

1. Sociedade Contemporânea e Comunicação

Pensar a comunicação na sociedade contemporânea exige uma análise da história social que a moldou. Partindo de uma crítica fundamental, o filósofo Enrique Dussel (1993) argumenta que a noção ocidental de modernidade é uma ilusão do Romantismo Alemão, estabelecendo uma história mundial eurocêntrica. Segundo essa visão, não haveria uma história global antes de 1492, ano que marca o início da primeira grande etapa da modernidade com o Mercantilismo Mundial. Impulsionado pela expansão marítima, essa fase permitiu a livre circulação de bens e dinheiro e consolidou o poder da Sociedade Burguesa, tendo a Espanha como principal expoente. Em todo esse processo, a comunicação sempre foi um fator decisivo, capitaneando a velocidade e como a sociedade se conecta, desde os mensageiros a cavalo até a imprensa de Gutenberg.

A segunda etapa dessa evolução é marcada pela Revolução Industrial, que sela a ascensão da Inglaterra e a concretização do capitalismo. Neste período, a burguesia se fortalece como a principal mantenedora do poder, e a tecnologia passa a ser uma ferramenta central para a dominação (Foucault, 1987). O pensamento ocidental é resumido à Europa, onde a ciência e a razão são utilizadas para aparelhar o Estado e sustentar as desigualdades. Embora as colônias buscassem sua independência política, elas continuaram, na maioria, a reproduzir os discursos

hegemônicos dos colonizadores, evidenciando como a comunicação, mediante serviços postais, telégrafos, rádio e, posteriormente, a captura da imagem no cinema e no vídeo, serviu à manutenção e à difusão desse modelo de poder. (Williams, 1974)

Na terceira e atual etapa, a Era da Informação conecta o mundo em uma “aldeia global”, estruturando a sociedade em rede (Castels, 1996) e globalizando a economia. A polarização social e política migra para o ciberespaço, e emerge o preocupante Capitalismo de Vigilância (Zuboff, 2020), que opera pela captação opaca de dados e sua manipulação. Neste cenário, a comunicação atinge seu ápice em velocidade e abrangência com a internet, transformando a sociedade em um espetáculo constante (Debord, 1967) onde tudo se torna midiático, pop e ciber. A rápida evolução das mídias, dos cabos submarinos e telefônicos até a era digital, demonstra a centralidade da comunicação na moldagem das relações de poder e na criação de novas formas de desigualdade.

Em suma, a história da comunicação na sociedade contemporânea é inseparável da história do capitalismo e de suas estruturas de poder. O desenvolvimento tecnológico, embora prometa a conexão global e a livre circulação de informações, tem suas raízes fincadas no modelo eurocêntrico da modernidade. Da expansão mercantil à economia digital e ao capitalismo de vigilância, o meio e a velocidade da comunicação mudaram drasticamente, mas o desafio central permanece: garantir que as ferramentas de conexão não continuem a reproduzir os discursos hegemônicos e as profundas desigualdades sociais que as fases anteriores da modernidade estabeleceram

2. Colonização da comunicação: Poder, economia e Hegemonia

A partir da imprensa de Gutenberg, a comunicação assume um novo rumo na sociedade. Com o tempo, ela se torna atrelada ao consumo, transformando-se em produto. Logo, as esferas de poder entendem que o domínio da comunicação e da educação são pontos-chave para a manutenção do *status quo* e uma forma de reorganizar o espaço social em favor do capital.

Com o Iluminismo, essas fontes de comunicação passaram a utilizar o discurso da razão para fundamentar “cientificamente” ou “racionalmente” a hegemonia de alguns segmentos sociais sobre outros. Por muito tempo, fora o homem branco, rico e educado, ninguém mais tinha espaço para comunicar e ser comunicado. A ideologia dessa dominação, segundo a tese de Karl Marx, era a mantenedora da hegemonia. O contrato social de Rousseau dava a civilidade à sociedade em troca de sua liberdade.

A Revolução Industrial atingiu também a comunicação. A impressão de livros e jornais se torna maior. Diariamente, a informação circulava sob a ótica de quem a dominava. Claro, havia resistências. A classe operária passa a fomentar sua comunicação sindical. Pasquins abrem espaço, dando voz a segmentos marginais.

Nesse contexto, a economia se vê intimamente ligada à comunicação, onde, como produto, precisa vender não só informação, mas ideias – às vezes sutis, outras escancaradas. Quanto mais a tecnologia se expandia, maior era a colonização da comunicação. Ideias liberais, machismo, fascismo e racismo estavam muito presentes na comunicação circulante, a ponto de, na terceira década do século XX, convencer toda uma nação de que uma raça era superior às outras e que um grupo étnico deveria ser exterminado.

Saltando para o século XXI, vemos a maior possibilidade de democratização da informação ser transformada em reduto da expansão hegemônica. O espaço público na internet, com inúmeras possibilidades, acabou por ser colonizado por um pequeno grupo. Para Funchs (2016), a construção do espaço público na web se dá através da dimensão econômica, onde ela é dominada por plataformas capitalistas e onde o valor de uso é a isca para o usuário. Na política, cria-se uma espécie de governança que é, em grande parte, controlada pelas grandes corporações que agem como gatekeepers. O espaço que deveria ser o local de tomada de decisões coletivas (democracia) acaba sendo mediado e muitas vezes manipulado por algoritmos que privilegiam o lucro. Por fim, a dimensão cultural se torna matéria-prima da economia e, ao mesmo tempo, campo de batalha política.

Criam-se significados sociais e morais contestados e disseminados via uma infraestrutura que não dá espaço às vozes que estão à margem. Nesse momento, são geradas as polarizações, as câmaras de eco e a propagação da desinformação. A economia de plataformas se estabelece como meio, a política tenta regular o meio e usá-lo em prol do poder, e a cultura é o conteúdo e objeto de extração desses valores. Isso reflete a tensão entre um espaço de potencial emancipação política e democrática, mas fundamentalmente colonizado pelo capital.

2.1. Vozes da America Latina

Segundo Quijano (2000), na América Latina, essa interconexão toma outros contornos de acordo com sua especificidade de área colonizada. Quijano ressalta a dependência econômica, por sermos uma região majoritariamente consumidora de tecnologia, e a desigualdade de acesso refletida pela própria desigualdade social, fortemente presente nas sociedades latino-americanas e ampliada na *web*. A Colonialidade do Poder obedece aqui à própria estrutura histórica em que se estabeleceram as hierarquias eurocêntricas, onde povos originários, afrodescendentes, mulheres e a população LGBTQIA+ continuam a lutar por visibilidade em plataformas com narrativas hegemônicas.

Aníbal Quijano fala ainda que o poder colonizante não está só na economia, mas também se baseia em estruturas de poder que reproduzem a hierarquia racial/cultural estabelecida pelo colonialismo. A cidadania digital exige descolonizar o saber e o poder das plataformas. Nesse mesmo viés, Enrique Dussel (2014) oferece a base ética da libertação. A tecnologia e a *web* precisam ser submetidas a uma razão instrumental estratégica que sirva aos oprimidos e à própria vida. Busca-se uma transmodernidade que supere a lógica eurocêntrica moderna, especialmente dentro do ambiente digital.

2.2. A economia da atenção

Como a economia da atenção age nesse contexto? A resposta é simples: ela age como motor central que intensifica e complexifica a interconexão entre o tripé economia, política e cultura na construção do espaço público digital, especialmente no contexto latino-americano. É através dela que a lógica de extração de valores atua na *web*, trazendo implicações profundas na cidadania digital. Ela opera no pressuposto de que o recurso mais escasso na era da informação é a atenção humana.

Na esfera econômica, a atenção se torna o principal insumo de produção e a moeda de troca das plataformas digitais. Essas são pensadas para maximizar o tempo de tela, gerando o engajamento do usuário. Essa atenção capturada se transforma em dados que, por sua vez, são vendidos às empresas que buscam publicidade direcionada, o cerne do que Shoshana Zuboff (2019) denominou como capitalismo de vigilância.

Na esfera cultural, a atenção distorce a criação de significados e valores. A busca incessante por *likes* e *cliques* substitui o valor da reflexão. O conteúdo deve ser raso, rápido e gerar reações fortes. Um ambiente que favorece, de fato, a desinformação e a proliferação de *Fake News* e *Deepfakes*. O resultado dessa ação é a criação de uma cultura de engajamento superficial em detrimento do debate público de qualidade.

Na esfera política, a economia da atenção sabota as tomadas de decisões coletivas e democráticas. Os algoritmos criam bolhas de filtro e câmaras de eco que mostram ao usuário aquilo que eles querem ver, uma concórdia “emburrecida” ou “zumbi”, onde se perde a atenção e o senso crítico. Essa polarização criada pelos algoritmos dificulta o encontro e o diálogo entre diferentes perspectivas, que são essenciais ao debate público. É um espaço onde a disseminação rápida e massiva de propagandas, discursos de ódio, racismos, etc., são eficazes e auxiliam na manipulação do debate político, se não até em sua completa alienação.

3. Proposta de uma comunicação autônoma por Funchs e seu diálogo com Cicillia Peruzzo

O principal conceito de Jürgen Habermas é a Esfera Pública Burguesa, que ele descreve como um espaço onde os cidadãos privados (historicamente brancos, homens, ricos e educados) se reúnem para debater e criticar a autoridade. Para Christian Funchs (2016), um crítico de raiz marxista e materialista, ao submeter essa esfera pública ao âmbito digital, percebe-se que o grande problema reside na economia. Para ele, a realidade comunicacional está capturada pela economia da atenção e pela extração de dados.

Funchs argumenta que o problema não é *apenas* econômico, mas que não é possível alcançar a “ação comunicativa ideal” enquanto as plataformas pertencerem a grandes corporações capitalistas, pois a busca pelo lucro sempre dominará a busca pelo entendimento.

Funchs propõe a criação de cooperativas de plataforma e mídias alternativas, percebendo que a fórmula habermasiana não é suficiente. A autonomia que ele defende exige a democratização da propriedade e do controle sobre a infraestrutura digital. Daí surge a questão: Se a esfera pública, percebida como propriedade do grupo de poder, pode ser recuperada pelo “povo”? E como isso pode se dar no meio digital?

3.1. A Recuperação da Esfera Pública: Luta e Agência

Pensando na teoria crítica e na comunicação alternativa, sim, a recuperação é possível (Funchs, 2016; Peruzzo, 1998). Ao alinhar Funchs e Peruzzo, a recuperação se dá mediante um processo de luta, que depende da ação e organização de grupos historicamente marginalizados. A esfera pública, idealizada por Habermas como um espaço de debate racional e livre, é, na realidade, dominada por interesses econômicos e políticos, e essa dominação se transfere para o meio digital. No entanto, a possibilidade de recuperação ganha contornos específicos na visão de Funchs e Peruzzo, que veem o digital como um campo de batalha e uma ferramenta essencial para a tomada de volta.

A recuperação, nesse contexto, implica:

1. Descentralização e horizontalização da produção de conteúdo.
2. Apropriação das ferramentas de comunicação pelos setores populares.
3. Estabelecimento de uma contra-esfera pública ou a criação de espaços públicos que fortaleçam esses discursos.

Fuchs foca na organização anticapitalista e na construção de alternativas digitais. O meio digital, para ele, é um elemento-chave para a construção da unidade na diversidade necessária à luta. A meta final é a construção de um Comum Digital (*NetCommons*), com a ideia de recuperar a esfera pública superando a lógica capitalista.

3.2. O Diálogo: Da Infraestrutura (Fuchs) à Ação Cidadã (Peruzzo)

Fuchs se alia ao pensamento de Cicilia Peruzzo ao reconhecer que a recuperação da esfera pública deve ser acompanhada por um processo de emancipação na base. Peruzzo aborda a recuperação focando no papel da Comunicação Popular e Comunitária como direito à cidadania e um processo de emancipação que se estende ao digital.

Para ela, essa esfera pública só é recuperada quando o “povo” exerce o seu direito à comunicação comunitária. Isso implica não só o acesso aos meios, mas também a participação ativa na produção de conteúdos e na gestão dos meios, hoje dominados pela opacidade algorítmica.

A essência dessa recuperação, para Peruzzo (1998), é a ação dos grupos populares letrados digitalmente. O foco está em gerir essa dinâmica de mobilização e organização social, fortalecendo identidades e dando coesão aos discursos das minorias. O meio digital, então, atua como extensão do discurso do oprimido e promotor da conscientização cidadã na construção de espaços contra-hegemônicos. O “povo”, de fato, teria agência sobre a construção da comunicação.

Conclusão

A partir da análise das ideias de Christian Funchs e Círcia Peruzzo, consolidamos a união de suas propostas como o caminho para a recuperação da esfera pública digital pela sociedade.

A cidadania digital seria, assim, obtida através das lutas dos movimentos sociais em busca de uma plataforma autônoma e de uma internet comum (*NetCommons*). Dessa forma, o direito à comunicação e a mobilização social por meio de uma educação para a cidadania se fortaleceria.

A recuperação da esfera pública exige a simultaneidade desses dois movimentos: a mudança na infraestrutura (Funchs) e a agência da base social (Peruzzo).

É importante salientar que essa recuperação não busca excluir os grupos de poder da participação no debate político, mas sim excluí-los do controle hegemônico do meio. Ao criar uma esfera pública digital verdadeiramente participativa, o objetivo é garantir que todas as vozes possam ser ouvidas e que as decisões políticas sejam, de fato, participativas e comunitárias.

Referências Bibliográficas

- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (R. Guarany, Trad.; 6. ed.). Paz e Terra.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo* (E. S. Abreu, Trad.). Contraponto.
- Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas* (pp. 25–34). CLACSO. Recuperado de http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624093-038/5_Dussel.pdf
- Dussel, E. (2014). *Filosofías del Sur y Descolonización* (Obras Selectas Tomo 29). Docencia.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (R. Ramallete, Trad.; 42. ed.). Vozes.

- Fuchs, C. (2015). Mídias Sociais e a Esfera Pública. *Revista FAMECOS*, 22(1), 7-23. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/20993>
- Habermas, J. (2014). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (D. L. Werle, Trad.). Editora Unesp.
- Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política* (Vol. 1; R. Enderle, Trad.). Boitempo.
- Peruzzo, C. M. K. (2004). *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania* (3. ed.). Vozes. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/352415070>
COMUNICACAO_NOS_MOVIMENTOS_POPULARES
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, 6(2), 342-386. Recuperado de <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/228>
- Rousseau, J.-J. (2018). *Do contrato social* (E. Bini, Trad.). Edipro.
- Williams, R. (2016). *Televisão: tecnologia e forma cultural* (M. Serelle & M. F. I. Viggiano, Trads.). Boitempo; Editora PUC Minas.
- Zuboff, S. (2019). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder* (G. Schlesinger, Trad.). Intrínseca.

PARA SILENCIAR OS VIGILANTES: DISCURSO DE ÓDIO COMO ARMA DE CENSURA DO JORNALISMO

TO SILENCE THE WATCHDOGS: HATE SPEECH AS A WEAPON OF CENSORSHIP AGAINST JOURNALISM

João Lima¹

Branco Di Fátima²

Resumo: Este capítulo analisa a transformação da violência contra jornalistas, argumentando que esta evoluiu de um fenómeno predominantemente físico, associado a regimes autoritários e coberturas de guerra, para um ataque psicológico e simbólico sistemático, perpetrado através do discurso de ódio no ambiente digital. A reconfiguração da esfera pública pelas redes sociais, embora aumentando a interatividade (Mateus, 2015), expôs os profissionais a novos perpetradores, incluindo o “cidadão comum” (Ramos & Corrêa, 2022). O estudo define as modalidades desta violência digital, destacando os ataques baseados em identidade, como género e raça (Costa, 2021; Waisbord, 2020), e a descredibilização dos media, frequentemente amplificada por atores políticos. A principal consequência deste fenómeno é o medo, estresse e ansiedade (Di Fátima & Souza-Mugnaini, 2024) que induz à autocensura (Waisbord, 2020). Conclui-se que esta violência online transcende o ataque

1. Mestrando em Jornalismo na Universidade da Beira Interior (UBI). Email: joalima.henrique2003@gmail.com

2. Doutorado em Ciências da Comunicação pelo Iscte, docente na Universidade da Beira Interior (UBI) e Investigador Integrado do LabCom UBI. Email: brancodifatima@labcom.ubi.pt

individual, constituindo uma ameaça direta ao direito à informação e à qualidade da democracia, ao silenciar vozes e criar um vácuo informacional (Rios & Bronosky, 2020).

Palavras-chave: Discurso de ódio, jornalismo, autocensura, mob censorship

Abstract: This chapter analyzes the transformation of violence against journalists, arguing that it has evolved from a predominantly physical phenomenon, associated with authoritarian regimes and war coverage, to a systematic psychological and symbolic attack, perpetrated through hate speech in the digital environment. The reconfiguration of the public sphere by social media, while increasing interactivity (Mateus, 2015), exposed professionals to new perpetrators, including the “common citizen” (Ramos & Corrêa, 2022). The study defines the modalities of this digital violence, highlighting identity-based attacks, such as those related to gender and race (Costa, 2021; Waisbord, 2020), and the delegitimization of the media, frequently amplified by political actors. The main consequences of this phenomenon are the fear, stress, and anxiety (Di Fátima & Souza-Mugnaini, 2024) experienced by journalists, which induce self-censorship (Waisbord, 2020). It is concluded that this online violence transcends the individual attack, constituting a direct threat to the right to information and the quality of democracy by silencing voices and creating an informational vacuum (Rios & Bronosky, 2020).

Keywords: Online violence; Hate speech; Journalism; Selfcensorship

Introdução

A reconfiguração da esfera pública pelo processo de digitalização gerou uma transformação multifacetada no campo jornalístico. Se, por um lado, as plataformas de redes sociais prometeram uma era de transparência e maior proximidade entre os jornalistas e as suas audiências (Mateus, 2015), por outro, inauguraram um cenário de excesso de informação onde o jornalista perdeu o monopólio da missão de informar. Esta nova arquitetura comunicacional, marcada pela interatividade constante, expôs os profissionais a um nível de violência e ódio digital sem precedentes. A violência contra jornalistas não é um fenômeno novo, historicamente,

essa violência esteve associada a regimes autoritários, ao crime organizado e aos perigos físicos da cobertura de guerra (Silva, 2024; Cano Busquets, 2016). No entanto, a violência que define o século XXI é cada vez mais psicológica, simbólica e digital. Os ataques já não visam apenas impedir fisicamente a produção de notícias, mas sim minar a capacidade [do jornalista] de informar a sociedade (Di Fátima & Souza-Mugnaini, 2024) através do assédio sistemático, da desinformação e da intimidação online. Esta nova modalidade de agressão é ubíqua, facilmente anónima e amplificada por atores políticos que instrumentalizam o ódio contra a imprensa (Waisbord, 2020). O seu crescimento nos últimos anos é inegável, em termos de dados, o relatório da ECRI (2025) sobre Portugal, a partir de relatos de organizações da sociedade civil, afirma que o país registou um aumento acentuado de discurso de ódio, que é trivializado sob o pretexto da liberdade de expressão.

Este capítulo analisa a configuração desta nova forma de violência, procurando compreender como o ambiente digital alterou a natureza dos ataques aos jornalistas no contexto do discurso de ódio, principalmente, as consequências que esse fenómeno causa nos profissionais e como isso pode afetar o público, minando a função democrática da liberdade de imprensa (Silveirinha et al., 2022).

1. A violência contra jornalistas

Apesar de presente nos estudos da comunicação há décadas, a violência contra jornalistas é um tema relativamente pouco estudado na tradição investigativa dessa área (Cano Busquets, 2016). Segundo Silva (2024), as pesquisas tinham foco nas conflituosas relações entre os media e os líderes políticos, e os perigos mais drásticos do jornalismo de guerra e coberturas em países autoritários.

Agora, o tema se torna cada vez mais importante devido ao aumento no número de casos de ataques contra jornalistas no mundo todo, mas com um contexto diferente, mais digitalizado: “o começo do século XXI revela uma tendência que mostra como os jornalistas têm se tornado, cada vez

mais, alvo de manifestações de violência de diversos tipos por fazerem bem o seu trabalho” (Cano Busquets, 2016, p. 9)³.

A violência contra os jornalistas, de modo geral, pode ser entendida por: assassinatos, agressões físicas e verbais, intimidação e ameaças, censura e vandalismo às propriedades dos media (Cano Busquets, 2016; Silva, 2024). Enquanto a violência física é mais relatada e mais evidente, devido à simplicidade do registo estatístico, Silva (2024, p. 21) afirma que comportamentos como “assédio moral e sexual, ataques verbais, psicológicos, intimidações, censura, hostilidade em coberturas a campo ou pelas plataformas digitais” também representam riscos aos profissionais.

Rios (2019) assinala que, como cidadão, o jornalista pode ser alvo de violência como qualquer outro: “Pode ser atropelado, agredido gratuitamente, assaltado e até mesmo assassinado sem que nenhuma das situações tenha relação com sua atividade profissional” (Rios, 2019, p. 4). Segundo a autora, o que define um ato violento específico contra o jornalista é quando este é diretamente relacionado à sua atuação profissional.

A autora propõe caracterizar a violência contra os jornalistas numa divisão entre violência física e violência simbólica. A violência física indica “atos praticados contra uma ou mais pessoas e que podem resultar em danos físicos de ordem pessoal e/ou material” (Rios, 2019, p. 10), enquanto a violência simbólica remete a constrangimentos de ordem pessoal, individual/coletiva, institucional, profissional ou cultural. A violência pode ser de ordem pessoal, quando não está relacionada à atividade jornalística, mas sim a questões completamente individuais. Já a ordem individual/coletiva, refere ao ataque contra o jornalista ou um grupo deles diretamente em sua função profissional. Quando a ação agride os princípios da atividade, como a liberdade de imprensa e o direito à informação, é classificada como de ordem institucional. A violência é de ordem profissional quando visa especificamente dificultar ou impedir o jornalista de executar sua tarefa, por ser um profissional da área. Por fim, a violência pode ser de ordem cultural quando

3. Original em espanhol. Tradução livre do autor.

está ligada a conflitos sociais, como misoginia, racismo ou intolerância por orientação sexual.

Ainda na classificação de violência por Rios (2019), ela pode ser classificada como imediata, espontânea ou reativa, quando acontece em resposta a uma ação do jornalista. Por último, em tangente com o tema do artigo, ela pode ser mediada ou não por um dispositivo tecnológico. Neste contexto, surge a nova onda de violência contra jornalistas. Uma mais acessível para quem pratica, com menos consequências para eles e o mesmo efeito para os profissionais.

O digital se torna cada vez mais uma parte da rotina dos jornalistas, mas a especificidade deste ambiente os deixa mais expostos à violência online (Silva, 2024). Segundo a autora, os ataques ainda são comuns mesmo em estados democráticos “desenvolvidos” pois o “jornalismo constitui uma profissão pública, e os jornalistas estão mais acessíveis – especialmente nas redes sociais” (Silva, 2024, p. 27).

O campo da comunicação mudou, hoje, a internet é parte indissociável dela (Costa & Carvalho, 2021) e o jornalismo, a par com as mudanças tecnológicas em toda a sua existência, acompanha as “transformações sociais e sempre é afetado por elas, tendo que se reinventar, buscando caminhos de se manter importante para o contexto social.” (Costa & Carvalho, 2021, p. 13). O processo jornalístico mediado pelo digital traz uma transformação inédita para a profissão, principalmente nas redes sociais, onde surge uma nova relação entre o jornalista e o público, que passa a se tornar uma audiência que é mais interativa, e que traz novos contextos para o jornalista:

Com efeito, as redes sociais que suscitam uma maior proximidade entre o jornalista e a sua audiência (também ela mais participativa e interventiva), constituindo-se como um canal de comunicação permanentemente aberto entre o público e os jornalistas, colocam aos últimos desafios que nos meios de comunicação tradicionais estavam salvaguardados. (Mateus, 2015, p. 55)

Costa & Carvalho (2021) afirmam que os veículos de comunicação são a fonte das principais pautas que repercutem nas redes sociais e que, agora, o processo noticioso não acaba na distribuição, existindo uma nova etapa: o que a audiência faz com o conteúdo. É uma segunda vida, que é continuada “justamente a partir das discussões que se fazem diante daquele conteúdo. Quem fomenta essas discussões é o público.” (Costa & Carvalho, 2021, p. 14). Os leitores tornam-se atores ativos na relação com a informação, redefinem o seu significado:

“Quando a notícia vai para esses espaços ganha uma outra dinâmica. É construída e adaptada constantemente a partir das particularidades e das especificidades dos espaços por onde circula. Ao mesmo tempo, cada parte desta notícia é discutida, distribuída e enriquecida pelas ações participativas dos usuários.” (Souza, 2013, p. 25)

Nesse cenário, enquanto o jornalismo se apropria das redes sociais como um novo espaço de produção digital, ele tem mais visibilidade e alcança públicos maiores e com ideias diferentes (Ramos & Corrêa, 2022), a qualquer hora e qualquer lugar. Mas com a maior visibilidade e, por parte do público, interatividade, vem também uma maior imposição sobre o conteúdo: “os consumidores de informação tornam-se também mais exigentes, atuando de forma ativa, descodificando e questionando o discurso dos jornalistas a cada momento” (Mateus, 2015, p. 15). O questionamento do discurso não é um problema, tendo em conta que todo jornalista ou meio de comunicação é passível de erro ou enviesamento, porém nem sempre a caixa de comentários de uma notícia acompanha críticas construtivas, mas sim ataques ou contestações infundadas: “produtores de conteúdo não jornalístico disputam a narrativa, contestando os fatos produzidos pela mídia tradicional através da disseminação de desinformação, assédios, agressões e violência, tanto contra jornalistas quanto contra os próprios veículos” (Ramos & Corrêa, 2022, p. 38).

O autor Blotta (2016) traz a noção de que essa comunicação mais recíproca, nomeadamente na internet, traz conflitos de forma explosiva entre os

jornalistas e “atores estatais e sociais”, trazendo aquela ideia mais tradicional da violência contra jornalistas, mas também “consumidores e serviços de telefonia móvel e usuários e serviços de comunicação dos mais variados a partir da internet.” (Blotta, 2016, p. 12). Os usuários, o cidadão médio, se torna ator mais ativo do que nunca na violência contra o jornalista, o cidadão civil se torna o sujeito perpetrador (Ramos & Corrêa, 2022, p. 45), segundo a análise dos dados recolhidos pelas autoras, quem propaga a violência digital “é, em sua maioria, o cidadão comum, seguido pelo governo e então pela polícia”. Isso devido as especificidades do ambiente online como a anonimidade e falta de consequência real faz com que as redes sociais tenham “a capacidade de ampliar muitos comportamentos sociais quotidianos, uma parte dos utilizadores utiliza estas plataformas para expressar opiniões insensíveis e odiosas, envergonhar e ameaçar o outro publicamente.” (Costa, 2022, p. 38).

Os jornalistas, dado a sua posição com presença constante na esfera pública se tornam alvos: “Jornalistas como atores sociais (e analistas) atuam em um ambiente vulnerável, onde ataques pessoais, expressões de violência e assédio podem se tornar reais e tangíveis, não apenas no ciberespaço, mas também fisicamente.” (Ramos & Correa, 2022, p. 40).

A violência propagada pelo meio digital, através de assédio, agressões verbais e psicológicas, podem ser todas classificadas como discurso de ódio. Não é um termo novo ou algo relativo apenas aos jornalistas, mas um fenômeno que existe há muito tempo, mas hoje, o seu contexto é quase intrínseco à internet, devido a ampliação das suas características a partir do meio digital (Tsene, 2023).

2. Discurso de ódio na era digital

Não há consenso na definição do que é o discurso de ódio e, além disso, os estudos do termo lidam com a dificuldade na definição subjetiva do que pode ou não ser considerado ofensivo ou odioso (Strossen, 2016). Em termos gerais, o discurso de ódio pode ser descrito como ofensa através de

palavras que têm a intenção de “insultar, intimidar ou assediar” certos indivíduos ou grupos em virtude da sua “raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião” (Brugger, 2007, p. 118) ou seja, grupos historicamente oprimidos. Além disso o autor traz a ideia de uma segunda fase do discurso, o incentivo, onde as palavras são direcionadas a terceiros, na capacidade de “instigar violência, ódio ou discriminação” contra esses grupos (Brugger, 2007).

Para afunilar a definição do que é o discurso de ódio, Sellars (2016) apresenta traços comuns que podem funcionar como um guia para auxiliar os investigadores a desenvolverem uma abordagem mais contextualizada. Esses traços incluem ser direcionado a um grupo ou indivíduo enquanto membro desse grupo, ter conteúdo que expressa ódio, causar dano, ter a intenção de causar dano ou incitar más ações, incitar ações negativas para além do próprio discurso, ser público, ocorrer num contexto que possibilite uma resposta violenta e não ter qualquer propósito redentor. Portanto, a compreensão do fenómeno exige uma análise minuciosa da combinação desses fatores, considerando sempre o contexto específico (onde, como e quando ocorre) e a intenção do locutor. Sellars (2016) propõe que estes traços sirvam como um guia para os investigadores desenvolverem uma abordagem mais crítica e contextualizada, embora enfatize que a presença isolada de um ou dois não é suficiente para o classificar como discurso de ódio.

No que toca às redes sociais, o discurso de ódio manifesta-se de forma verbal e não-verbal, baseando-se em linguagem tóxica que reforça estereótipos, podendo variar em gravidade desde insultos até apelos diretos à exterminação física e ao genocídio (Di Fátima, 2023). Este discurso torna-se mais complexa nas redes sociais, pois agora é possível se propagar em alta velocidade e com uma facilidade que não existia antes. O ódio online cresce cada vez mais porque é de baixo custo, é ubíquo, e está permanentemente acessível a uma audiência enorme e interativa. Estas plataformas oferecem ainda o anonimato aos agressores e a oportunidade de

que estes encontrem outros indivíduos com a mesmas ideias e propensões à violência. (Di Fátima, 2023; Pacheco e Melhuish, 2018).

Quanto ao jornalismo, enquanto antigamente aqueles que queriam ameaçar jornalistas e instituições de comunicação tinham que escrever cartas, fazer marchas ou se confrontar fisicamente com os profissionais, o que Waisbord (2020) assinala como táticas que consumiam tempo. Hoje, os indivíduos que querem assediar os media podem simplesmente usar meios de comunicação online (Waisbord, 2020, p. 1032).

Os jornalistas, apesar de não serem um grupo minoritário, também são alvos de discurso de ódio nas redes sociais, constantemente, principalmente nas caixas de comentários e dos espaços de mensagens privadas das redes sociais (Costa, 2022). Isso pode ser visto quando o jornalismo reflete as demandas dos grupos socialmente excluídos, trazendo a luz problemas estruturais como patriarcado, racismo e homofobia, se tornando alvo de ataques, apenas por fazer seu papel (Waisbord, 2020, p. 1032).

Além disso, as características pessoais de um jornalista também são motivo de ataque. As jornalistas mulheres são especificamente ainda mais vulneráveis aos assédios online, expostas a formas de violência específicas de género, sofrendo agressões verbais, discurso de ódio, intimidação e assédio sexual (Costa, 2022). Waisbord completa dizendo que nem todos os jornalistas têm a mesma suscetibilidade de sofrer ódio online:

Journalists who are more likely targets fit specific categories according their public social identity, their news beats, and the news organizations they work for. First, journalists are more prone to be targeted when they are defined by visible markers of social identity, such as gender, race, ethnicity, sexuality, and religion. (Waisbord, 2020, p. 1032)

Apesar de pôr em perigo a segurança pessoal e familiar destas profissionais, as críticas ao seu trabalho são frequentemente disfarçadas por retóricas misóginas violentas, que recorrem à culpabilização da vítima e à aplicação de estigmas para justificar os ataques (Costa, 2022; Di Fátima

& Souza-Mugnaini, 2024). As jornalistas, apesar de não se sentirem seguras, não reportam ou denunciam as ameaças e agressões às autoridades, visto que a realidade destes ataques demonstra uma ausência de medidas eficazes (Costa, 2022). A ausência de medidas eficazes, juntamente com a falta de confiança dos jornalistas de que algo pode ser feito, resulta num círculo vicioso que só aumenta a liberdade de que propaga o ódio:

Ainda assim, reportam não confiarem nos mecanismos de proteção existentes, desvalorizando estes atos e desistindo de prosseguir com alguma ação efetiva contra os/as responsáveis por estes ataques online. Por sua vez, defendemos, esta desmotivação alimenta um ciclo de desvalorização do problema que, conseqüentemente, contribui tanto para a desresponsabilização por atos de violência online como para a tendência a demonizar impuneamente a classe jornalística. A falta de uma estrutura sólida de resposta a ataques online e de proteção dos/as jornalistas contribui para a manutenção de um espaço livre de limites e sanções (Silveirinha et al, 2022, p. 97)

Esse espaço livre de ódio que circula as redes sociais coloca, por sua vez, em questão a democracia moderna. Como dito anteriormente, a internet e as redes sociais se tornaram, indiscutivelmente, um novo espaço de comunicação importante para a esfera pública. Tendo em conta que a democracia depende da informação plural e objetiva sobre a sociedade e seus fenómenos, e que o jornalismo é essencial para este trabalho, a partir do momento em que os “Quando os profissionais dos meios de comunicação trabalham sob ameaça, a qualidade da informação fica comprometida e pode levar a uma tomada de decisões errada” (Di Fátima & Souza-Mugnaini, 2024, p. 453)⁴

E voltando ao contexto dos motivos que levam ao discurso de ódio, as características do jornalista (género, raça, etnia, sexualidade) não são a única qualidade que torna ele suscetível a ser alvo, mas também o conteúdo do que ele fala. Histórias pertinentes a política, imigração, extremismo político, raça e etnia, direitos humanos e abusos sexuais, geralmente

4. Original em espanhol. Tradução livre do autor.

tornam os seus escritores alvo de intimidação e assédio (Waisbord, 2020). Portanto fica implícito uma tentativa de talvez impedir que os jornalistas falem sobre determinados assuntos, geralmente ligados a pautas da extrema-direita, o que fere a liberdade do jornalista de trazer informação livre para o espaço comunicativo.

As autoras Rios & Bronosky (2020) afirma que a violência contra jornalistas, no está associada a fatores como a interferência do cenário de polarização política e a inclusão de novos atores que se sentem autorizados a atacar jornalistas. Em decorrência desses elementos, o cenário para o exercício da atividade jornalística aponta para uma radicalização dos atos de violência contra os profissionais.

O discurso de ódio contra jornalistas, não vêm somente de baixo para cima no digital, mas figuras políticas ainda são fonte de um discurso que descredibiliza os media e incentiva ataques: “Personagens políticas e ativistas da extrema-direita, em particular, contestam as noções de “verdade” da grande imprensa, fazendo surgir numerosos coletivos a mobilizarem o termo com fins propagandísticos” (Silveirinha et al, 2022, p. 85). Existe uma ideia crescente de *anti-press* que é madeira para o fogo da descredibilização e do ódio:

Globally, right-wing populism has catapulted anti-press sentiments to the political mainstream in recent years. Populism’s understanding of the press as “the enemy of the people” fits populism’s binary view of politics, as the permanent conflict between “the people” and “the elites” (Waisbord, 2020, p. 1036)

Quando a legitimidade dos meios de comunicação passa a ser questionada a cada notícia, em cada caixa de comentário, os grupos de extrema-direita buscam “minar a sua capacidade de informar a sociedade.” (Di Fátima & Souza-Mugnaini, 2024, p. 453). A credibilidade do jornalismo é claramente um alvo, o que representa um perigo enorme para a profissão, pois ela é um pilar fundamental para a legitimidade do trabalho jornalístico em toda a sua história. Berger (2003, p. 309), afirma que a credibilidade é o capital

simbólico do campo jornalístico, que “está constantemente em disputa entre os jornais”. No jornalismo contemporâneo, que coexiste com a internet e redes sociais e, portanto, um ambiente de informação em excesso, desinformação e ataques a jornalistas, o público confiar no jornalismo é necessário para a manutenção da vida social contemporânea (Lisboa, 2012).

Enquanto a perda de credibilidade, extremamente prejudicial para o trabalho jornalístico, é citada como consequência de muitos fenômenos modernos da profissão, como no discurso de ódio contra jornalistas (Peña-Fernandez et al, 2025) ou a produção exacerbada de notícias em pouco tempo, pondo em causa a qualidade do conteúdo, como afirma uma das jornalistas entrevistadas por Gameiro (2024, p. 149) ao dizer que com os novos recursos tecnológicos a “facilidade em transmitir a informação parece ser inimiga do rigor”. Outra jornalista entrevistada por Gameiro (2024, p. 150), transmite a ideia de uma “crise de credibilidade” principalmente por causa da desinformação, onde “os jornalistas já não são levados a sério e o público prefere ver a sua visão do mundo legitimada pelo que se escreve nas redes sociais”.

Contudo, a credibilidade também pode ser fragilizada por fatores subjetivos do próprio interlocutor. Lisboa (2017) destaca que elementos como aparência do jornalista, status social, etnia ou orientação sexual podem interferir na avaliação da credibilidade, mesmo que não tenham relação direta com a veracidade do conteúdo (Lisboa, 2017, p. 57). Esse aspeto evidencia como a credibilidade percebida é atravessada por preconceitos e expectativas sociais prévias, que nem sempre se alinham com os princípios normativos e deontológicos da prática jornalística.

As autoras Lisboa e Benetti (2017) retornam ao ethos jornalístico, um conjunto de valores socialmente aceitos como bases da prática jornalística, como a honestidade, a coerência e a imparcialidade. Ao falhar com o que a audiência **pressupõe** que sejam esses valores, os meios de comunicação minam a confiança do público e, portanto, a credibilidade do jornalismo.

A crise de credibilidade é um fator central na discussão sobre ataques contra jornalistas, pois, segundo Silva (2024) a perda desta é motivo de mais violência, criando um paradoxo onde a os ataques levam a perda de credibilidade e a perda de credibilidade levam a mais ataques:

A violência sofrida pelos jornalistas está ligada à percepção que tanto o público quanto os atores políticos têm sobre o papel da profissão. Isso ocorre porque as ameaças partem não só de líderes políticos, mas também de fontes e de setores da própria audiência. Consequentemente, quando a força e a credibilidade do jornalismo são enfraquecidas ou abaladas, os profissionais tendem a ficar mais expostos à violência. (Silva, 2024. p. 28).

Nesse contexto, as redes sociais se tornam espaços centrais de disputa por credibilidade. Jahng e Littau (2015) demonstram que a interatividade nas redes sociais, especialmente no X (que na época do estudo ainda era o Twitter), é um forte preditor das avaliações de credibilidade feitas pelos leitores. Ao contrário do jornalismo tradicional, em que a comunicação ocorre de forma unidirecional, nas redes sociais o jornalista pode interagir, comentar e responder aos leitores, criando uma camada de relação locutor/interlocutor que pode interferir com a credibilidade dos profissionais. Se a credibilidade é a moeda simbólica do jornalismo, este não pode arriscar perdê-lo de maneira nenhuma.

3. Consequências do Discurso de Ódio para a comunicação

O discurso de ódio tornou-se um grande e central desafio para o jornalismo moderno, não só para os jornalistas e meios de comunicação, mas também para o público. As consequências desse espaço abertamente odioso são, primeiramente de capacidade emocional, psicológica e até física, onde os profissionais, “veem o seu bem-estar afetado, experienciando um aumento do estresse, ansiedade e uma diminuição da satisfação pessoal, o que pode inclusivamente levar ao suicídio” (Di Fátima & Souza-Mugnaini, 2024, p. 469).

Para além disso, os jornalistas se sentem inibidos, limitando tópicos específicos de serem cobertos, a queda na qualidade da oferta noticiosa, mesmo que a atividade não seja completamente impedida, o que acaba por limitar o direito à informação dos cidadãos (Silveirinha et al, 2022; Rios & Bronosky, 2020), ou seja, o jornalista passa por um processo de autocensura: “Os discursos de ódio não afetam apenas a segurança e o bem-estar das mulheres jornalistas, mas também podem induzir à autocensura, prejudicar a sua credibilidade profissional e ameaçar a liberdade de imprensa” (Di Fátima & Souza-Mugnaini, 2024, p. 469). A partir de testemunhos pessoais e outras investigações, Waisbord (2020) comenta que alguns profissionais optam ativamente por não escrever sobre determinadas histórias que podem atrair atenção mais agressiva. Outras consequências incluem a redução da atividade nas redes sociais para proteger a reputação profissional e, em alguns casos, o abandono total do jornalismo devido ao aumento dos ataques. Ao participar do espaço online como profissional de comunicação, o medo se torna um novo normal entre os jornalistas afetados: “o clima de polarização trazido pela extrema-direita tem consequências offline na segurança dos jornalistas. O medo é um mecanismo de autocensura perigosíssimo em democracia.” (Silveirinha et al, 2022, p. 97).

As consequências da autocensura e a violência contra jornalistas apontam para uma ameaça à democracia, pois como os jornalistas desempenham o papel de vigilantes sociais e guardiões do interesse público, a ameaça ao seu trabalho resulta em prejuízos para a produção de notícias. Estes prejuízos manifestam-se na sociedade através de imprecisão e desinformação, ou levam a um vazio informativo e ao silenciamento de vozes críticas. Sem acesso às informações essenciais para avaliar o mundo e tomar decisões, inclusive no âmbito político, os cidadãos sofrem um cerceamento do seu direito à informação, o que, por sua vez, distorce o projeto democrático (Rios & Bronosky, 2020)

Conclusão

Nas últimas décadas a violência contra jornalistas evoluiu de uma ameaça predominantemente física para um fenômeno complexo de assédio psicológico, simbólico e profissional, através do mundo digital. Embora a violência física, como assassinatos e agressões politicamente motivados ainda seja uma realidade (Silva, 2024) do trabalho jornalístico em algumas partes do mundo, a modalidade de violência que define o cotidiano da profissão na atualidade é o discurso de ódio online.

As consequências desta hostilidade digital são profundas e multifacetadas. A nível individual, os jornalistas experienciam ansiedade e estresse causados pelo medo, que afetam diretamente o seu bem-estar (Di Fátima & Souza-Mugnaini, 2024). Contudo, o impacto mais negativo para o campo jornalístico é a resposta profissional mais comum a estas ameaças: a autocensura. Os jornalistas adotam uma retirada estratégica (Waisbord, 2020), optando por não cobrir certos tópicos, reduzindo a sua interação nas redes sociais ou, em casos extremos, abandonando a profissão. Estes efeitos não são falhas pessoais, mas uma consequência lógica de um ambiente de ataque impune, muitas vezes fomentado por atores políticos que procuram descredibilizar a imprensa.

O autor Blotta (2016, p. 11), afirma que os atos de violência contra a liberdade de expressão e o jornalismo, são ligados por uma “tripla violação de direitos liga dos à comunicação: os direitos individuais e de livre exercício da profissão dos jornalistas, os direitos de visibilidade daqueles cujas informações os jornalistas buscam evidenciar, e o direito à informação dos leitores e pessoas interessadas nos fatos a serem noticiados”.

Conclui-se, assim, que a violência online contra jornalistas transcende o assédio individual, ela é, fundamentalmente, uma ameaça ao projeto democrático. Ao silenciar vozes e impedir que os jornalistas cumpram a sua função de vigilantes sociais (Rios & Bronosky, 2020), o discurso de ódio cria um vácuo de informações na esfera pública que pode ser preenchido com desinformação. Este vazio compromete o direito do público

à informação e abre espaço para o abuso de poder, provando que a segurança dos jornalistas e a liberdade para o seu trabalho são indissociáveis da saúde da própria democracia.

Referências Bibliográficas

- Brugger, W. (2010). Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. *Direito Público*, 4(15). Recuperado de <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1418>
- Berger, C. (2003). *Campos em confronto: A terra e o texto*. Editora da UFRGS.
- Cano Busquets, M. (2016). Violencia contra los periodistas: configuración del fenómeno, metodologías y mecanismos de intervención de organizaciones internacionales de defensa de la libertad de expresión. *Universitat Pompeu Fabra*. <http://hdl.handle.net/10803/398139>
- Costa, B. F. (2022). Liberdade de expressão e discurso de ódio: consequências para o campo jornalístico. *Media XXI*.
- Costa, L., & Carvalho, M. (2021). Jornalismo e redes sociais: novas práticas e reconfigurações. *Comunicação & Informação*, 24, 1–16. <https://doi.org/10.5216/ci.v24.62507>
- Council of Europe, European Commission against Racism and Intolerance (ECRI). (2025). Relatório da ECRI sobre Portugal (Sexto ciclo de acompanhamento). Conselho da Europa. <https://rm.coe.int/sixth-report-on-portugal-translation-in-portuguese-/1680b6668f>
- Di Fátima, B. & Mugnaini, H. S. (2024). ¿Cuándo molesta el poder de informar? Discursos de odio contra mujeres periodistas. *Enfoques de la Comunicación*, (12), 449-478.
- Di Fátima, B. (2023). *Hate speech on social media: a global approach*. LabCom Books & EdiPUCE.
- Gameiro, C. (2024). O declínio do jornalismo: Uma análise a partir da teoria política de Hannah Arendt e o seu conceito “banalidade do mal” – Vol. II. Editora Labcom.

- Jahng, M. R., & Littau, J. (2016). Interacting is believing: Interactivity, social cue, and perceptions of journalistic credibility on Twitter. In *Journalism and Mass Communication Quarterly* (Vol. 93, Issue 1, pp. 38–58). SAGE Publications Inc. <https://doi.org/10.1177/1077699015606680>
- Lisboa, S., & Benetti, M. (2017). Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. *Estudos Em Jornalismo e Mídia*, 14(1), 51–62. <https://doi.org/10.5007/19846924.2017v14n1p51>
- Lisboa, S. (2012). *Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Repositório da UFRGS. <http://hdl.handle.net/10183/54507>
- Mateus, C. (2015). *A utilização das redes sociais pelos jornalistas portugueses: Novos desafios éticos e deontológicos para a profissão*. Livros LabCom.
- Pacheco, E., & Melhuish, N. (2018). Online hate speech: a survey on personal experiences and exposure among adult New Zealanders. *Netsafe*, (2018). <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3272148>
- Peña-Fernández, S., Peña-Alonso, U., Larrondo-Ureta, A., & Morales-i-Gras, J. (2025). Shooting the Messenger? Harassment and Hate Speech Directed at Journalists on Social Media. *Societies*, 15(5), 130. <https://doi.org/10.3390/soc15050130>
- Ramos, D. O., & Corrêa, E. N. S. (2022). Jornalistas, assédios e violências nos ambientes digital e físico: o cenário brasileiro. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 19(2), 37-53. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2022.83476>
- Rios, A. O., & Bronosky, M. (2020). Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade. *Mosaico*, 11(86). <https://doi.org/10.12660/rm.v11n17.2019.81064>
- Rios, A. O. (2019). Características da violência contra jornalistas a partir dos registros da Fenaj. In *Anais do 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*
- Sellars, A. F. (2016). Defining hate speech. Berkman Klein Center Research Publication N°. 2016-20. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2882244>

- Silva, G. B. da. (2024). Sistemas de mídia e violência contra jornalistas: Características do caso brasileiro [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Paraná]. Repositório Institucional da UFPR. <https://hdl.handle.net/1884/90114>
- Silva, M. P. da, & Silva, L. S. da. (2021). Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 44(2), 137-155. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202127>
- Silveirinha, M. J., Sampaio-Dias, S., Miranda, J., Garcez, B., & Dias, B. (2022). Assédio e hostilidade online contra jornalistas: da instrumentalização do “jornalixo” à desvalorização da violência. *Media & Jornalismo*, 22(41), 83-102. https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_5
- Souza, M. C. E. (2013). A Dinâmica da Notícia nas Redes Sociais na Internet (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina). Centro de Comunicação e Expressão. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/122790/323516.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Strossen, N. (2016). Freedom of speech and equality: do we have to choose? *Journal of Law and Policy*, 25(1), 185-225. <https://brooklynworks.brooklaw.edu/jlp/vol25/iss1/7>
- Tsene, L. (2023) Clipping: Hate speech in social media against female sports journalists. In B. Di Fátima (Eds.). *Hate speech on social media: a global approach* (pp. 185-202). LabCom Books & EdiPUCE.
- Waisbord, S. (2020). Mob Censorship: Online Harassment of US Journalists in Times of Digital Hate and Populism. *Digital Journalism*, 8(8), 1030–1046. <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1818111>

CHEGA DO CHEGA: ROMPENDO BOLHAS DIGITAIS NA ESFERA PÚBLICA PORTUGUESA

ENOUGH OF CHEGA: BREAKING DIGITAL BUBBLES IN THE PORTUGUESE PUBLIC SPHERE

Maria Eduarda Costa¹

David Geraldês Santos²

Resumo: A pesquisa intitulada “Chega do CHEGA: rompendo bolhas digitais na esfera pública portuguesa” tem como objetivo analisar como as bolhas digitais e algorítmicas influenciam na dinâmica da esfera pública em Portugal e de que modo favorecem a expansão do discurso populista do partido CHEGA. Diante disso, o estudo analisará a atuação digital do partido no Instagram, dentro do prazo de um mês (outubro de 2025) identificando estratégias discursivas populistas que potencializam sua visibilidade e impacto. A investigação combina os conceitos de esfera pública digital (Habermas e Aggio) e democracia digital (Wilson Gomes) para mostrar como a fragmentação online limita o debate plural. Com Bauman, explica-se a fluidez das relações digitais que favorece bolhas. A partir de Moffitt e Mudde, analisa-se como o populismo prospera em discursos simplificados e polarizadores nas redes. Esses referenciais revelam como o CHEGA usa o ambiente digital para reforçar narrativas identitárias e excludentes, beneficiando-se da fragmentação da esfera pública. Nesse sentido, o artigo propõe também

1. Estudante de Doutorado do Curso de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior. Email: <mariaeduardacosta.profissional@gmail.com>.

2. Orientador do trabalho. Professor auxiliar na Universidade da Beira Interior. Investigador do PRAXIS - Centro de Filosofia, Política e Cultura. Email: <david.g.santos@gmail.com>.

refletir sobre possíveis caminhos para “romper” as bolhas digitais em Portugal, ampliando a circulação de vozes diversas e promovendo um debate público mais inclusivo, deliberativo e democrático.

Palavras-chave: Esfera Pública, Bolhas Digitais, Democracia, Populismo, Internet

Abstract: The research titled “Enough of CHEGA: breaking digital bubbles in the Portuguese public sphere” aims to analyze how digital and algorithmic bubbles influence the dynamics of the public sphere in Portugal and how they facilitate the expansion of the populist discourse of the CHEGA party. To this end, the study will examine the party’s digital activity on Instagram over the course of one month (October 2025), identifying populist discursive strategies that enhance its visibility and impact. The investigation combines the concepts of the digital public sphere (Habermas and Aggio) and digital democracy (Wilson Gomes) to show how online fragmentation limits plural debate. Drawing on Bauman, it explains the fluidity of digital relationships that favors the formation of bubbles. Based on Moffitt and Mudde, it analyzes how populism thrives on simplified and polarizing narratives on social networks. These theoretical frameworks reveal how CHEGA leverages the digital environment to reinforce identity-based and exclusionary narratives, benefiting from the fragmentation of the public sphere. In this sense, the article also proposes to reflect on possible ways to “break” digital bubbles in Portugal, expanding the circulation of diverse voices and promoting a more inclusive, deliberative, and democratic public debate.

Keywords: Public Sphere, Digital Bubbles, Democracy, Populism, Internet

Introdução

Nas últimas décadas, o ambiente digital tornou-se um espaço central para a disputa política e para a formação da opinião pública. Em Portugal, esse cenário tem acompanhado o crescimento de atores políticos que utilizam intensamente as plataformas digitais para moldar narrativas, mobilizar afetos e segmentar públicos. Entre esses atores, destaca-se o partido CHEGA, cuja presença nas redes sociais

tem contribuído para a consolidação de um discurso populista com forte apelo identitário.

A relevância desse fenômeno justifica a necessidade de investigar como tais mensagens circulam em ambientes digitais marcados por bolhas algorítmicas e fragmentação comunicacional. Com o debate público cada vez mais deslocado para plataformas como o Instagram, torna-se essencial compreender de que modo discursos populistas ganham visibilidade, estruturam percepções e impactam a qualidade deliberativa da esfera pública portuguesa.

Diante disso, este artigo, intitulado “Chega do CHEGA: rompendo bolhas digitais na esfera pública portuguesa”, busca analisar como bolhas digitais e mecanismos algorítmicos influenciam essa dinâmica e favorecem a expansão das mensagens do partido. Para isso, a investigação examina sua atuação no Instagram ao longo de um mês (outubro de 2025), considerando um conjunto de 79 vídeos, no qual serão observadas estratégias discursivas e modos de interação que ampliam sua visibilidade e impacto político.

A discussão teórica articula diferentes referenciais. A esfera pública, conceito cunhado por Jürgen Habermas, mostra-se como um espaço de debate e discussão dos assuntos de interesse coletivo. No entanto, com as alterações provocadas pela Internet e pelas redes sociais, observa-se uma reconfiguração desse espaço público. As redes digitais se tornaram arenas onde se desenrolam os debates políticos, permitindo que indivíduos comuns participem ativamente e expressem suas opiniões.

Assim, Aggio (2014) explica que:

A nova esfera pública é o espaço público que emerge com as tecnologias digitais e que permite a intervenção da participação dos cidadãos nas decisões políticas. (...) As tecnologias digitais promovem uma

maior participação cívica e uma manifestação da diversidade de vozes na esfera pública, rompendo a lógica da verticalidade e da exclusão que caracterizava a esfera pública tradicional. (p. 96).

A perspectiva de democracia digital, proposta por Wilson Gomes (2018), mostra que tal fenômeno pode ser definido como “o conjunto de processos políticos, institucionais e culturais que articulam as tecnologias digitais ao exercício da cidadania e ao fortalecimento das instituições democráticas” (p. 51), permitindo avaliar os potenciais e limites da participação online nesse contexto. A noção de sociedade líquida, desenvolvida por Zygmunt Bauman, contribui para compreender a fluidez das relações no ciberespaço, que favorece o isolamento em bolhas digitais. Já o fenômeno do populismo, analisado Mudde, esclarece por que discursos simplificadores, polarizadores e emotivos encontram terreno fértil:

De forma introdutória, podemos dizer que o populismo de direita é um fenômeno político que se caracteriza pela utilização de discursos e práticas que apelam para as emoções, principalmente o medo e a indignação, com o objetivo de mobilizar e conquistar o apoio popular. O populismo de direita também é caracterizado pelo apelo a valores conservadores, como a defesa da tradição, da família e da nação. (Mudde, 2017, p.3)

A partir dessa articulação teórica, o artigo examina como o CHEGA se beneficia da fragmentação da esfera pública digital para difundir narrativas excludentes e identitárias. Por fim, propõe caminhos possíveis para atravessar bolhas comunicacionais e promover um debate público mais inclusivo, plural e democrático em Portugal.

1. Conexões digitais e discurso político

1.1 A esfera pública reinventada: bolhas, debates e fragmentação

Sendo teorizada por Habermas, a esfera pública é um espaço de convívio social destinado ao compartilhamento de opiniões da população acerca de assuntos de interesse comum. Para que essa dimensão exista de forma

legítima, é necessário que a liberdade e a igualdade estejam asseguradas a todos os cidadãos, garantindo que a política e o debate se realizem de maneira genuína. A estruturação dos conceitos de “público” e “esfera pública” resulta de diferentes fases históricas, que acompanham a evolução social e a reorganização do Estado, cuja função central passou a ser a promoção do bem comum e a inclusão dos cidadãos nos processos decisórios (Habermas, 2014).

Com o surgimento e a popularização da Internet, a esfera pública tradicional passou por transformações profundas, dando origem ao que muitos autores denominam nova esfera pública. Em 2024, revisitando o seu conceito, Habermas afirma que:

A função que a esfera pública cumpre para salvaguardar a existência da comunidade democrática, mais especificamente se debruça sobre a estrutura midiática modificada pelas inovações tecnológicas como as plataformas de mídia social e a coleta de big data e seu impacto no processo político. (Habermas, 2023, p.13)

Nessa perspectiva, a Internet e as redes sociais possibilitam a criação de novos espaços públicos de debate, que permitem a expressão de múltiplas vozes e favorecem formas mais horizontais de comunicação, rompendo com a lógica hierárquica das mídias tradicionais.

Segundo Aggio (2014), a nova esfera pública é caracterizada pela ampliação da participação cívica, oferecendo oportunidades para que os cidadãos se envolvam em discussões públicas de forma mais ativa e diversificada. As tecnologias digitais promovem a manifestação de diferentes opiniões, potencializando debates que antes eram limitados aos espaços institucionais ou mediáticos tradicionais:

A nova esfera pública é o espaço público que emerge com as tecnologias digitais e que permite a intervenção da participação dos cidadãos nas decisões políticas. (...) As tecnologias digitais promovem uma maior par-

ticipação cívica e uma manifestação da diversidade de vozes na esfera pública, rompendo a lógica da verticalidade e da exclusão que caracterizava a esfera pública tradicional. (Aggio, 2014, p. 96).

De forma complementar, Lévy (1999; 2014) aponta que a nova esfera pública constitui uma rede global de comunicação interativa, autônoma e inclusiva, que permite aos indivíduos exercer cidadania digital por meio da produção de conteúdo, da criação de grupos de discussão e do engajamento em fóruns e debates online. Esse cenário evidencia um aprofundamento da participação social, agora mediada por ferramentas digitais que conectam pessoas em escala global.

O uso massivo das mídias sociais, além de ampliar a esfera pública, transformou os indivíduos em produtores, consumidores e transmissores de informações e notícias (Sorj, 2018). A circulação rápida e volumosa de conteúdo, associada à análise de dados pessoais e à personalização algorítmica, levou à criação de bolhas digitais, nas quais os usuários recebem predominantemente informações alinhadas às suas crenças e interesses.

Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (2018), tais espaços reforçam a reprodução de convicções pré-existentes, limitando a diversidade de opiniões e criando ambientes que podem ser hostis ao debate plural. Além disso, a coleta e a combinação de dados permitem perfis altamente segmentados, que influenciam decisões e comportamentos individuais, demonstrando o poder das plataformas digitais na formação da opinião pública e na consolidação de narrativas específicas.

Assim, a convergência entre novas tecnologias, redes sociais e algoritmos transforma radicalmente a esfera pública, expandindo oportunidades de participação, mas também gerando desafios significativos para a diversidade, a deliberação e a qualidade democrática do debate público. A análise desse fenômeno torna-se essencial para compreender a dinâmica da opinião pública contemporânea, especialmente em contextos políticos marcados por discursos populistas e polarização ideológica.

1.2 Democracia online: participação e limites no ciberespaço

Ao mesmo tempo em que a nova esfera pública surgia, a democracia digital estava sendo formada, podendo ser entendida como a utilização das novas tecnologias para promover a participação cidadã e o engajamento político. Para Gomes (2018), a democracia digital pode ser definida como “o conjunto de processos políticos, institucionais e culturais que articulam as tecnologias digitais ao exercício da cidadania e ao fortalecimento das instituições democráticas” (p. 51).

A partir dessa perspectiva, é necessário abordar que a democracia digital possui várias características distintas. Uma delas é a participação cidadã online, que permite aos cidadãos expressarem suas opiniões, compartilharem informações, debaterem questões políticas e participarem de processos de tomada de decisão por meio de plataformas online, redes sociais e outros canais digitais:

A participação cidadã online tem como premissa a criação de espaços digitais de discussão, deliberação e engajamento que pode potencializar a participação dos cidadãos na vida política. Ela supõe a abertura de canais de diálogo entre sociedade e Estado, a construção de negociação de consulta popular e a expansão da transparência e da accountability” (GOMES, 2019, p. 78).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que dentro do contexto da democracia digital, as redes de comunicação digital possuem um papel central na organização da sociedade e na formação de identidades sociais, políticas e culturais. Castells (2013), descreve a emergência de uma “sociedade em rede”, na qual as tecnologias de comunicação têm um papel central na forma como as pessoas se relacionam, se informam, se mobilizam e participam na esfera pública (p.120).

Ainda de acordo com Castells (2013):

A democracia digital é um processo de democratização da comunicação baseada na tecnologia digital. Ela se expressa em múltiplas formas de interatividade, comunicação, intercâmbio, e engajamento dos cidadãos, e em novas formas de participação na vida política, social e cultural”. (Castells, 2013, p. 122).

No mais, a democracia digital também possui impacto na mobilização social e no ativismo político. Por meio das redes sociais e outras plataformas digitais, os cidadãos podem se organizar, compartilhar informações, criar campanhas online e mobilizar-se em torno de causas políticas e sociais:

As redes digitais têm propiciado novas formas de mobilização social e ativismo político, que se baseiam na capacidade de agir em rede, de forma descentralizada e horizontal, e que desafiam a lógica hierárquica e centralizada do poder político tradicional. (Gomes, 2019, p.102).

É importante observar que a democracia digital também enfrenta desafios e questões complexas, como a disseminação de informações falsas, a privacidade de dados, a desigualdade digital e a concentração de poder nas grandes plataformas digitais. Assim, torna-se necessário um equilíbrio entre o uso da tecnologia para promover a democracia e a proteção dos direitos e valores democráticos.

Apesar disso, a nova esfera pública e a democracia digital representam uma transformação significativa na esfera pública e na democracia, permitindo uma maior participação cívica e diversidade de vozes. No entanto, é necessário refletir sobre os desafios e limites dessa evolução, para que se possa avançar em direção a uma democracia mais inclusiva e participativa.

1.3 Populismo digital: emoções, polarização e poder

O populismo de direita tem se consolidado como uma força política marcada pelo uso estratégico de discursos que mobilizam emoções intensas,

sobretudo o medo, a revolta e a sensação de ameaça para captar apoio social. Esse fenômeno se estrutura a partir de narrativas que contrapõem um “povo virtuoso” a elites ou grupos percebidos como inimigos, recorrendo a simplificações retóricas e a uma comunicação altamente afetiva. De acordo com Mudde (2017), esse tipo de populismo tende ainda a se apoiar em valores conservadores, como a exaltação da ordem, da tradição, da família e da identidade nacional, elementos que reforçam sua capacidade de ressonância entre determinados segmentos da sociedade.

Tendo em conta a temática do artigo, analisaremos aqui o contexto populista europeu, com foco em Portugal, centrado no CHEGA. O surgimento do populismo na Europa está relacionado a um conjunto de fatores, incluindo a crise econômica, a migração em massa e a insatisfação com as elites políticas. Além disso, os seus primeiros traços podem ser rastreados desde o século XIX, com movimentos políticos que defendiam os interesses da classe trabalhadora e rural, como a Liga dos Camponeses na Alemanha e o Partido Socialista Francês. Outro fator importante para a propagação do populismo no continente europeu é que, desde a década de 1980, a Europa tem passado por uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais que criaram um ambiente favorável para o surgimento e ampliação dos partidos populistas. Assim, os pensamentos populistas foram se propagando e alcançando um número maior de países.

Assim, o processo de globalização e liberalização econômica levou a uma série de mudanças no mercado de trabalho, incluindo a precarização e a terceirização do trabalho, gerando um aumento do desemprego e da insegurança econômica, especialmente entre as camadas mais vulneráveis da população. Além disso, a migração em massa para a Europa, impulsionada por conflitos e instabilidade política em outras partes do mundo, criou tensões em torno da diversidade cultural e étnica. Esses fatores, juntamente com a crescente insatisfação com as elites políticas, levaram ao surgimento de movimentos populistas na Europa. Esses movimentos são caracterizados por um discurso que apela diretamente às emoções do eleitorado, especialmente o medo e a insegurança. Os líderes populistas tendem a se apresentar

como defensores do povo e dos interesses nacionais, ao mesmo tempo em que criticam as elites políticas e econômicas:

Os partidos populistas tendem a oferecer uma visão simplificada do mundo, na qual existe um conflito essencial entre o povo e as elites. Eles se apresentam como os representantes do povo e defendem políticas que supostamente irão beneficiar os interesses do povo. Ao mesmo tempo, criticam as elites políticas e econômicas, responsabilizando-as pelos problemas do país”. (Mudde, 2004, p. 542).

Em Portugal, o crescimento do populismo ganha contornos específicos com a ascensão do CHEGA e de seu líder, André Ventura, que têm mobilizado uma retórica centrada na oposição entre “o povo comum” e “as elites políticas”, recorrendo frequentemente a discursos de indignação moral, autoridade punitiva e identidade nacional. O partido articula pautas conservadoras e uma forte crítica às instituições democráticas tradicionais, apresentando-se como resposta às frustrações sociais e ao alegado afastamento dos representantes políticos. A construção dessa narrativa é acompanhada de posicionamentos firmes sobre temas como imigração, segurança e assistência social, que são apresentados de forma simplificada e polarizadora, a fim de gerar identificação emocional com determinados segmentos do eleitorado.

A trajetória do CHEGA revela que sua expansão não se explica apenas por fatores políticos ou socioeconômicos, mas também por transformações na comunicação contemporânea. O ambiente digital, aqui representado pelo Instagram, tornou-se um terreno fértil para a disseminação de mensagens curtas, emotivas e de forte apelo identitário, que favorecem a lógica populista. Assim, o avanço do partido ocorre num contexto em que lideranças populistas recorrem intensamente às plataformas digitais para reforçar narrativas, segmentar audiências e consolidar comunidades politicamente engajadas.

2. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise de conteúdo (Bardin, 2011), com o objetivo de compreender como o CHEGA, por meio de seus vídeos publicados no Instagram no período 01/10/2025 a 31/10/2025, estrutura discursos populistas e mobiliza sua audiência digital. A análise de conteúdo permite identificar padrões, estratégias comunicacionais e recorrências discursivas, possibilitando relacionar forma e conteúdo às dinâmicas de engajamento observadas.

A escolha do Instagram deve-se ao seu papel central na comunicação política contemporânea, sobretudo pela predominância de formatos audiovisuais que favorecem personalização, apelo emocional e viralização, características frequentemente associadas ao estilo comunicacional populista (Moffitt, 2016).

No momento da coleta, o perfil oficial do CHEGA (@partidocheга) possuía 129 publicações, das quais 79 eram vídeos e apenas estes compõem o corpus analisado., dentro de um universo de 321 mil seguidores. A opção por restringir o corpus exclusivamente aos vídeos justifica-se porque este formato concentra maior alcance dentro da plataforma, maior apelo emocional e maior capacidade de circulação, funcionando como principal instrumento para medir a extensão da bolha digital e a intensidade da mobilização.

Para cada vídeo, foram coletados os seguintes dados:

- Número de visualizações
- Número de curtidas
- Número de comentários
- Temas abordados

Com base na coleta, os vídeos foram organizados em categorias temáticas (segurança, imigração, críticas ao governo, presença de Ventura, institucional/partidário etc.) a fim de identificar a centralidade de determinados discursos e compreender quais conteúdos concentram maior visibilidade.

O número de visualizações foi utilizado como uma medida aproximada do alcance do conteúdo dentro da plataforma, funcionando como um indicador indireto da dimensão da bolha digital, termo aqui entendido como o público alcançado e engajado dentro da plataforma, considerando que algoritmos tendem a reforçar exposição entre usuários ideologicamente alinhados (Pariser, 2011; Sunstein, 2017). Dessa forma, o volume de visualizações funciona como medida aproximada da capacidade do CHEGA de amplificar mensagens e consolidar comunidades digitais.

3. Análise e Discussão dos Resultados

A análise concentrou-se exclusivamente nos vídeos publicados no perfil oficial do CHEGA no Instagram, totalizando 79 vídeos dentro do universo de 129 publicações observadas. O partido conta, atualmente, com 321 mil seguidores, o que amplia significativamente o potencial de circulação dos conteúdos analisados. A escolha por examinar apenas vídeos se justifica pelo maior poder de engajamento desse formato nas plataformas digitais, especialmente em ambientes hipercompetitivos como o Instagram, onde o consumo de informação é cada vez mais veloz, fragmentado e orientado por estímulos audiovisuais.

3.1 Perfil do conteúdo publicado

A categorização dos vídeos revelou uma predominância de conteúdos diretamente associados à figura de André Ventura e à narrativa política que o partido procura consolidar. Entre os 79 vídeos, identificou-se a seguinte distribuição temática:

- Críticas ao governo: 22 vídeos
- Segurança: 16 vídeos
- Imigração: 15 vídeos
- Institucional/partidário: 19 vídeos
- Presença direta de Ventura (falas, aparições, discursos curtos): 7 vídeos

A maior parte do material consiste em cortes de falas de Ventura, retirados de entrevistas, comícios, intervenções parlamentares ou declarações pontuais. Esses conteúdos priorizam mensagens rápidas, emocionalmente carregadas e de forte apelo identitário, recursos amplamente associados às estratégias comunicacionais do populismo digital (Moffitt, 2016; Mudde, 2017).

Segurança pública e imigração aparecem como temas centrais, frequentemente enquadrados de modo a reforçar elementos nacionalistas e narrativas críticas à imigração, características recorrentes no discurso do partido. Em diversos vídeos, verifica-se a construção de enquadramentos que associam imigração a criminalidade, desordem e ameaça cultural, fortalecendo a dinâmica do “nós” (portugueses de bem) contra “eles” (imigrantes), mecanismo típico do populismo de direita, amplamente discutido por Mudde (2017).

3.2 Alcance e engajamento: a dimensão da bolha

Os 79 vídeos analisados acumulam um total de 24.784.100 visualizações, um número expressivo para um partido com 321 mil seguidores. Isso indica que o conteúdo ultrapassa os limites da própria base de seguidores, sendo impulsionado pelo algoritmo a públicos adjacentes. Ainda assim, o padrão de engajamento sugere a existência de uma bolha digital coesa, altamente responsiva às publicações do partido— o que reforça o potencial de reforço identitário descrito por Pariser (2011) ao tratar das filter bubbles. Em termos de métricas de interação:

- Curtidas totais: 942.102
- Comentários totais: 110.199
- Vídeos com mais de 1 milhão de visualizações: 4

Os quatro vídeos que ultrapassam 1 milhão de visualizações compartilham características comuns: presença direta de Ventura, linguagem confrontativa, edição rápida e apelos emocionais centrados na temática da segurança e imigração. Ou seja, quanto mais o conteúdo ativa emoções como medo,

indignação ou sentimento de perda moral: emoções fundamentais no populismo de direita (Moffitt, 2016), maior é o alcance alcançado.

3.3 Padrões de circulação e reforço algorítmico

O desempenho dos vídeos também evidencia que o Instagram tende a privilegiar formatos curtos, de forte apelo emocional e alta capacidade de retenção, como cortes e frases de impacto. A plataforma prioriza conteúdos que geram interações rápidas, o que beneficia especificamente o estilo comunicacional de Ventura: combativo, simplificador e polarizador.

Assim, os dados indicam um fenômeno em espiral:

1. Vídeos emocionalmente carregados geram maior engajamento.
2. Maior engajamento aumenta a probabilidade de recomendação algorítmica.
3. A recomendação amplia o alcance para usuários que já demonstram interesse em temas similares.
4. Esse padrão contribui para reforçar circuitos de recomendação algorítmica que tendem a favorecer conteúdos alinhados ao discurso populista

Esse ciclo contribui para a consolidação de uma esfera pública fragmentada, na qual conteúdos polarizadores se tornam mais competitivos, dinâmica discutida por autores como Sunstein (2017) e Aggio (2014).

3.4 Síntese interpretativa

A análise dos 79 vídeos evidencia que o CHEGA utiliza o Instagram como um instrumento estruturado de mobilização emocional, priorizando narrativas que reforcem medo, indignação e antagonismos sociais. A centralidade da figura de André Ventura, somada ao foco em segurança, imigração e críticas ao governo, fortalece a imagem de um líder capaz de identificar adversários políticos, apresentar propostas enquadradas de forma simpli-

ficada e reforçar uma autoimagem de porta-voz legítimo do ‘povo verdadeiro’, conforme caracterizado pela literatura sobre populismo.

Os dados mostram que esse tipo de conteúdo não apenas engaja a base já existente, mas também atinge públicos externos, ampliando a circulação da mensagem populista dentro da lógica algorítmica das redes sociais. Assim, o Instagram não é apenas um espaço de divulgação, mas um mecanismo ativo de expansão e consolidação de bolhas digitais, intensificando a visibilidade do partido e contribuindo para a fragmentação da esfera pública portuguesa.

Conclusão

A análise da atuação do CHEGA no Instagram durante o mês de outubro de 2025 evidencia como plataformas digitais desempenham um papel central na reconfiguração da esfera pública portuguesa. O modelo comunicacional adotado pelo partido, fortemente marcado pela personalização em torno de André Ventura e pela mobilização emocional de temas sensíveis, como: segurança, imigração e indignação política, revela uma estratégia alinhada ao populismo digital descrito por Mudde (2017) e Moffitt (2016). A predominância de conteúdos curtos, confrontativos e altamente afetivos não apenas estimula interações rápidas, mas também dialoga diretamente com a lógica algorítmica das redes sociais, que privilegia formatos de forte impacto e elevado potencial de viralização.

Os dados coletados mostram que esse tipo de conteúdo alcança números expressivos, ampliando significativamente a visibilidade do partido e demonstrando o funcionamento de um ciclo de reforço algorítmico: quanto mais emoção e engajamento um vídeo gera, mais a plataforma o recomenda, expandindo a bolha digital que sustenta o discurso populista. Dessa forma, o Instagram não apenas hospeda a comunicação política do CHEGA, mas torna-se parte ativa do processo de amplificação das suas mensagens, contribuindo para a fragmentação da esfera pública e para a formação de comunidades ideologicamente homogêneas.

À luz dos referenciais teóricos que abordam a esfera pública (Habermas; Aggio), a democracia digital (Gomes; Castells) e as bolhas algorítmicas (Pariser; Sunstein), os resultados desta investigação mostram que o ambiente digital português enfrenta desafios significativos para garantir um debate público plural, inclusivo e verdadeiramente deliberativo. A circulação de mensagens simplificadoras e polarizadoras, associada à segmentação algorítmica, tende a limitar o encontro entre perspectivas divergentes, produzindo espaços que reforçam identidades políticas e reduzem a possibilidade de diálogo.

Rompem-se bolhas não apenas ampliando o alcance de vozes plurais, mas também repensando modelos de regulação das plataformas, práticas de literacia digital e estratégias de comunicação institucional capazes de competir com conteúdos emocionalmente atrativos. A compreensão crítica dos mecanismos que moldam a visibilidade política no ambiente digital é, portanto, fundamental para fortalecer a democracia portuguesa.

Assim, “Chega do CHEGA” aponta para a urgência de enfrentar os efeitos da fragmentação comunicacional e construir caminhos que favoreçam uma esfera pública mais aberta, informada e democrática, onde diferentes posições possam coexistir, debater e influenciar-se mutuamente, evitando que o futuro do debate público seja sequestrado por algoritmos e retóricas extremadas.

Referências Bibliográficas

- Agio, C. (2014). Comunicação e democracia: Teorias da comunicação e democracia deliberativa. Paulus.
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. Edição 70
- Castells, M. (2003). A galáxia da internet. Zahar.
- Castells, M. (2013). Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Zahar
- Comitê Gestor da Internet no Brasil. Internet, democracia e eleições: Guia prático para gestores públicos e usuários. São Paulo. 2019. Disponível em: < <https://cgi.br/media/docs/publicacoes/13/Guia%20Internet,%20Democracia%20e%20Elei%C3%A7%C3%B5es>>
- Gomes, W. (2019). Democracia Digital: Redes, Conflitos e Comunicação Política. Editora Unesp.
- Gomes, W. (2020). “Populismo, fake news e crise da democracia no Brasil”. Revista *Novos Estudos*, 39 (3), 21-34.
- Habermas, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003
- Habermas, J. (2014). Mudança estrutural da esfera pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Editora UNESP. (Obra original publicada em 1962)
- Habermas, J. (2023). Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa. Editora UNESP.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.
- Lévy, P. (2014). *O que é virtual?* Editora 34.
- Moffitt, B. (2016). *The global rise of populism: Performance, political style, and representation*. Stanford University Press.
- Mudde, C. (2004). The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), 542-563. <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>
- Mudde, C. (2017 a). *Populism in the Twenty-First Century: An Iliberal Democratic Response to Undemocratic Liberalism*. The Andrea Mitchell Center for the Study of Democracy.

- Mudde, C. (2017 b). Populism: An overview of the concept and the state of the art. *The Oxford Handbook of Populism*, 1-26. Oxford University Press.
- Moffitt, B. (2016). *The global rise of populism: Performance, political style, and representation*. Stanford University Press.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin Press.
- Sunstein, C. R. (2017). *#Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press.

INTERNET, DESINFORMAÇÃO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O BRASIL ENTRE 2015 E 2025

INTERNET, DISINFORMATION, AND DEMOCRACY: A COMPARATIVE STUDY ON BRAZIL BETWEEN 2015 AND 2025

Gabriel Silva Holevegem de Almeida¹

Lucas Guilherme Ambrosio de Lima²

Resumo: A expansão da internet e o avanço da conectividade no Brasil entre 2015 e 2025 transformaram o ecossistema comunicacional, ampliando o acesso à informação, mas também elevando os riscos democráticos ligados à desinformação. Este artigo compara esses dois períodos, examinando como tecnologias, plataformas, atores políticos e fatores socioculturais moldaram o debate público, a confiança institucional e a participação democrática. Em 2016, marcado pelo impeachment de Dilma Rousseff e pela intensificação da polarização, redes como Facebook e WhatsApp tornaram-se centrais na disseminação de boatos, impulsionadas por viralização orgânica, redes pessoais de confiança e práticas como o zero-rating. Em 2025, apesar dos avanços regulatórios, como a LGPD e o debate sobre o PL das Fake News, a desinformação tornou-se mais sofisticada, movida por algoritmos opacos, inteligência artificial generativa (deepfakes e LLMs) e disputas geopolíticas por hegemonia

1. Publicitária com ênfase e Marketing e mestranda em Comunicação Intercultural nas Organizações pelo Mackenzie. Atua na interface de relacionamento entre marca e consumidores no Smart Fit Group. E-mail: gabriela.holevegem@gmail.com

2. Comunicólogo de mercado, especializado em gestão da marca, bacharel em direito e mestrando em Comunicação Intercultural nas Organizações pelo Mackenzie. Sócio-diretor de relacionamento na agência Midiaria. E-mail: lucas.lima@midiaria.com

informacional. A partir de revisão bibliográfica, análise documental e dados de checagem, conclui-se que a desinformação fragilizou a democracia em ambos os períodos, embora por vias distintas: da viralização amadora à produção sintética massificada. O estudo aponta caminhos para fortalecer a democracia, como regulação responsável, alfabetização midiática crítica e uma ética intercultural da informação.

Palavras-chave: Internet; desinformação; democracia; algoritmos; plataformas digitais.

Abstract: The expansion of the internet and the growth of connectivity in Brazil between 2015 and 2025 transformed the communication ecosystem, broadening access to information while also increasing democratic risks associated with disinformation. This article compares these two periods, examining how technologies, digital platforms, political actors, and sociocultural factors shaped public debate, institutional trust, and democratic participation. In 2016, marked by the impeachment of Dilma Rousseff and rising political polarization, platforms such as Facebook and WhatsApp became central to the spread of rumors, driven by organic virality, personal trust networks, and practices such as *zero-rating*. In 2025, despite regulatory advances such as the LGPD and debates surrounding the Fake News Bill (PL 2630) disinformation became more sophisticated, fueled by opaque recommendation algorithms, generative artificial intelligence (*deepfakes* and LLMs), and geopolitical disputes over informational hegemony. Based on a literature review, document analysis, and fact-checking data, the study concludes that disinformation weakened democracy in both periods, though through different mechanisms: from amateur virality to mass-produced synthetic content. The article identifies possible paths to strengthen democracy, including responsible platform regulation, critical media literacy, and an intercultural information ethic.

Keywords: Internet; disinformation; democracy; algorithms; digital platforms.

Introdução

A última década no Brasil (2015-2025) não representou apenas uma mudança tecnológica, mas uma reconfiguração ontológica da esfera pública. A migração do debate político das praças, sindicatos e meios de comunicação de massa tradicionais para as plataformas digitais alterou a própria natureza da democracia. O Brasil, país historicamente marcado por desigualdades estruturais e concentração midiática, encontrou na internet uma promessa de democratização da fala, que paulatinamente converteu-se em um terreno de disputas narrativas violentas e desinformação sistemática.

Este artigo propõe um corte temporal comparativo entre dois anos emblemáticos: 2015 e 2025. O ano de 2016 é globalmente reconhecido como o “ano da pós-verdade” (Oxford Dictionaries, 2016), momento em que fenômenos como o Brexit no Reino Unido e a eleição de Donald Trump nos EUA sinalizaram o declínio dos fatos objetivos frente aos apelos emocionais. No Brasil, esse ano foi o epicentro de uma ruptura institucional com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, processo profundamente atravessado por batalhas digitais no Facebook e no WhatsApp.

Nove anos depois, em 2025, o cenário é tecnologicamente distinto. A “internet das coisas” (IoT), o 5G e, sobretudo, a Inteligência Artificial Generativa (IA) redefiniram as capacidades de produção e disseminação de conteúdo. Se em 2016 a desinformação era frequentemente artesanal (montagens grosseiras, textos alarmistas), em 2025 ela é sintética, personalizada e massiva. Contudo, o período também testemunhou a reação do Estado e da sociedade civil, com a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o amadurecimento do debate sobre a regulação das *Big Techs*.

O problema de pesquisa que orienta esta investigação é: De que maneira a evolução da arquitetura tecnológica e do arcabouço regulatório no Brasil, entre 2015 e 2025, transformou as dinâmicas de produção e consumo de desinformação, e quais foram os impactos resultantes na estabilidade das instituições democráticas?

A hipótese central sustenta que a evolução tecnológica da desinformação (especialmente via IA e algoritmos de recomendação) foi mais veloz que a capacidade de letramento digital da população e de regulação do Estado. Assim, embora o Brasil de 2025 possua mais “anticorpos” jurídicos do que o de 2016, o “vírus” da desinformação tornou-se mais letal e difícil de detectar, migrando de mentiras factuais para manipulações cognitivas profundas.

Para responder a essa questão, o estudo adota uma metodologia qualitativa de cunho exploratório e comparativo. Utiliza-se a revisão bibliográfica de teóricos da Sociologia Digital, Comunicação e Direito, bem como a análise documental de legislações (Marco Civil da Internet, LGPD, propostas do PL 2630) e relatórios de transparência de plataformas e agências de checagem.

2. Fundamentação Teórica: A Sociedade, o Algoritmo e a Cultura

Para compreender a desinformação não como um “erro”, mas como um produto social, é necessário mobilizar conceitos que expliquem a estrutura da rede e a cultura de quem a utiliza.

2.1. Da Sociedade em Rede ao Capitalismo de Vigilância

Manuel Castells (1999), em sua obra seminal “A Sociedade em Rede”, já apontava que o poder na era da informação reside na capacidade de programar e reprogramar as redes. Quem detém os códigos de conexão detém o poder social. No entanto, a visão inicial de uma rede horizontalizada foi substituída pelo que Shoshana Zuboff (2020) denomina “Capitalismo de Vigilância”. Segundo Zuboff, as plataformas digitais não são espaços neutros de convivência, mas mecanismos de extração de “excedente comportamental”. Cada clique, curtida, tempo de tela e compartilhamento é monitorado para prever e modificar comportamentos futuros. A desinformação, neste contexto, é economicamente rentável: notícias falsas, apelativas e que incitam o ódio geram mais engajamento (reações emocionais) do que notícias

verdadeiras e sóbrias. O algoritmo privilegia o extremo porque o extremo retém a atenção, commodity mais valiosa do século XXI.

2.2. Infocracia e a Crise da Verdade

O filósofo Byung-Chul Han (2022), ao tratar da “Infocracia”, argumenta que a digitalização total da vida levou ao dismantelamento da esfera pública discursiva. A democracia requer tempo, escuta e racionalidade. O regime de informação digital, contudo, opera na velocidade, no afeto e na excitação. Han sugere que perdemos a capacidade de narrar a realidade; temos apenas dados e informações desconexas. Nesse vácuo narrativo, as teorias da conspiração e as *fake news* prosperam porque oferecem uma explicação simplista e emocionalmente satisfatória para um mundo complexo.

2.3. A Perspectiva Intercultural : Identidade e Recepção

A análise puramente tecnológica é insuficiente se ignorarmos o fator humano e cultural. Stuart Hall (2006), nos estudos culturais, ensina que a comunicação é um processo de codificação e decodificação, onde o receptor não é passivo. A desinformação no Brasil ganha tração porque ela dialoga com as identidades culturais profundas dos sujeitos. Quando um indivíduo compartilha uma notícia falsa em um grupo de família ou igreja, ele muitas vezes não está preocupado com a veracidade factual (o valor de verdade), mas com o reforço de sua identidade de grupo (o valor de pertencimento). A mentira atua como um “cimento social” que une “nós” (os virtuosos, patriotas, defensores da família) contra “eles” (os corruptos, degenerados, inimigos). Portanto, combater a desinformação exige uma abordagem intercultural que compreenda esses códigos simbólicos, e não apenas uma abordagem punitiva ou técnica.

3. O Cenário de 2016 : A “Tempestade Perfeita” da Desinformação Artesanal

O ano de 2016 no Brasil pode ser caracterizado por uma dissonância cognitiva coletiva, exacerbada por uma infraestrutura digital específica.

3.1. Infraestrutura: A Era do Zero-Rating e o WhatsApp

Em 2016, o acesso à internet no Brasil expandiu-se principalmente via dispositivos móveis (smartphones de entrada) e planos pré-pagos limitados. As operadoras de telefonia, em parceria com as Big Techs, popularizaram a prática do zero-rating: o acesso gratuito a aplicativos como WhatsApp e Facebook, sem desconto na franquia de dados. Isso criou uma distorção informacional grave. Milhões de brasileiros tinham acesso ilimitado às manchetes e aos boatos que circulavam dentro desses aplicativos (“o jardim murado”), mas não possuíam dados para clicar no link, abrir o navegador e verificar a veracidade da informação no site de um jornal profissional. A arquitetura econômica da internet brasileira em 2016 favoreceu estruturalmente a desinformação: a mentira chegava de graça via “zap” (forma popular de se referir ao WhatsApp), a verdade custava créditos.

3.2. O Marco Civil e a Inimputabilidade das Plataformas

Juridicamente, o Brasil guiava-se pelo Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014). Embora fundamental para garantir a neutralidade da rede e a liberdade de expressão, o artigo 19 do Marco Civil estabeleceu que as plataformas só seriam civilmente responsáveis por danos gerados por terceiros se descumprissem uma ordem judicial específica de remoção. Em um contexto de crise política aguda como o impeachment, essa lógica de “notificação judicial prévia” mostrou-se lenta demais para a velocidade viral da internet. Enquanto um processo judicial levava semanas ou meses, uma notícia falsa destruía reputações em horas. As plataformas (Facebook, Google, Twitter) adotavam uma postura de “mero canal”, recusando-se a moderar conteúdo proativamente, alegando que não eram “editores da verdade”.

3.3. Dinâmicas de Conteúdo : Viralização Orgânica

A desinformação de 2016 era caracterizada pela viralização orgânica e pelas redes de confiança. O conteúdo era visualmente simples: imagens

descontextualizadas com tarjas vermelhas, áudios de supostos “insiders” (“aqui é um general falando...”) e textos em caixa alta. A disseminação dependia do compartilhamento manual, usuário por usuário, grupo por grupo. Embora houvesse uso de *bots* no Twitter, a capilaridade real se dava pela confiança interpessoal: acreditava-se na mentira porque ela foi enviada pelo tio, pelo pastor ou pelo amigo de trabalho.

Para tornar mais evidente a transformação estrutural observada ao longo da última década, da viralização artesanal característica de 2016 à industrialização da desinformação sintética consolidada em 2025, apresenta-se, a seguir, um material gráfico comparativo que sintetiza as principais mudanças tecnológicas, táticas e institucionais desse período. A figura cumpre a função de elemento articulador entre as análises históricas e conceituais desenvolvidas até aqui, configurando-se como um marco visual que evidencia a inflexão do fenômeno e estabelece uma ponte interpretativa para a discussão subsequente.

Figura 1: Evolução da desinformação no Brasil



Fonte: Notebook LM, 2025

4. O Cenário de 2025: A Industrialização da Mentira e a Inteligência Artificial

Nove anos depois, o ecossistema transformou-se. A desinformação deixou de ser um “efeito colateral” do uso da rede para se tornar uma indústria estratégica e tecnológica.

4.1. Infraestrutura: 5G, Hiperconexão e IA Generativa

Em 2025, o Brasil conta com uma cobertura significativa de 5G, permitindo o tráfego de vídeos em alta definição e interações em tempo real. No entanto, a grande revolução foi a democratização das ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (como o ChatGPT, Midjourney, Sora e clones de voz). O custo de produção de *fake news* caiu a quase zero, enquanto a qualidade aumentou exponencialmente. Não é mais necessário saber Photoshop ou editar vídeo. Com comandos de texto simples (*prompts*), agentes maliciosos criam notícias sintéticas completas, com textos jornalísticos perfeitos, imagens realistas e até vídeos falsos. A barreira técnica para a criação de conteúdo manipulado deixou de existir.

4.2. Novas Táticas: Deepfakes, Astroturfing e Firehosing

A tipologia da desinformação em 2025 é mais perigosa:

- *Deepfakes de Áudio e Vídeo*: Uso de IA para fazer políticos e figuras públicas dizerem ou fazerem coisas que jamais fizeram. Em períodos eleitorais, áudios vazados falsos tornaram-se indistinguíveis da realidade, exigindo perícia forense digital para desmenti-los.
- *Astroturfing Automatizado*: Uso de enxames de bots inteligentes (baseados em LLMs - Grandes Modelos de Linguagem) que não apenas retuítam, mas interagem, argumentam e simulam apoio popular a determinadas causas, criando uma falsa percepção de maioria (*bandwagon effect*).
- *Firehosing of Falsehood (Mangueira de Falsidades)*: Tática que consiste em inundar o ecossistema comum volume tão grande de informações

contraditórias e falsas que o usuário, exausto, desiste de buscar a verdade e se refugia naquilo que confirma seus preconceitos.

4.3. O Novo Paradigma Legal: LGPD e Dever de Cuidado

Diferente de 2016, o ambiente jurídico de 2025 é hostil à “terra sem lei”. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impôs freios ao microdirecionamento político abusivo (uso de dados psicométricos para manipular votos). Além disso, o debate sobre o PL 2630 (Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet) consolidou o conceito de *Duty of Care* (Dever de Cuidado). A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) avançou para entender que as plataformas lucram com a desinformação e, portanto, devem sumir o risco do negócio. Em 2025, exige-se das plataformas relatórios de transparência algorítmica e ação proativa contra conteúdos que ameacem o Estado Democrático de Direito, superando a passividade do Marco Civil de 2014.

5. Análise Comparativa dos Impactos na Democracia

A comparação entre os dois períodos revela uma deterioração qualitativa da esfera pública brasileira.

5.1. Da Polarização Política à Polarização Afetiva

Em 2016, a polarização era eminentemente política: grupos a favor e contra o impeachment. Havia disputa de narrativas sobre a gestão econômica e a corrupção. Em 2025, observa-se a consolidação da “polarização afetiva”, onde o oponente político não é visto como um adversário legítimo, mas como um inimigo moral a ser eliminado. A desinformação algorítmica foi o combustível dessa transição, ao criar bolhas de filtro onde cada grupo é exposto apenas às piores versões (reais ou inventadas) do outro lado, desumanizando o interlocutor.

5.2. Desinstitucionalização e Crise de Confiança

O alvo da desinformação também mudou. Em 2016, atacavam-se reputações individuais (Dilma, Lula, Aécio, Temer). Em 2025, o ataque é sistêmico e institucional. As campanhas de desinformação visam desacreditar o processo eleitoral (urnas eletrônicas), ciência (vacinas, clima), a imprensa profissional e o Poder Judiciário. O objetivo final não é eleger o candidato X ou Y, mas corroer a confiança no sistema democrático, criando um terreno fértil para o autoritarismo e para soluções de força.

5.3. O Papel dos Algoritmos na Radicalização

A análise técnica demonstra que os algoritmos de recomendação (YouTube, TikTok, Instagram) aprenderam, ao longo da década, que o conteúdo radical retém o usuário por mais tempo. Entre 2016 e 2025, houve uma radicalização algorítmica. Usuários que buscavam conteúdos moderados sobre política eram gradualmente empurrados para canais extremistas, em um processo de "toca do coelho" (*rabbithole*). A democracia brasileira, portanto, não luta apenas contra atores políticos humanos, mas contra modelos matemáticos de otimização de lucro que têm a polarização como efeito colateral calculado.

6. Caminhos para a Reconstrução: Propostas e Soluções

Diante da complexidade do cenário de 2025, soluções simplistas, como a mera remoção de conteúdo, mostram-se insuficientes e perigosas para a liberdade de expressão. O estudo aponta para um tripé de soluções.

6.1. Regulação Sistêmica e Soberania Digital

O Brasil precisa consolidar um modelo de regulação que não foque no controle de conteúdo individual (o que pode resvalar em censura), mas na regulação dos processos e do design das plataformas. Isso inclui:

- *Transparência Algorítmica*: Obrigatoriedade de auditorias externas que verifiquem se os algoritmos estão impulsionando artificialmente conteúdos de ódio ou desinformação.
- *Interoperabilidade*: Reduzir o poder de monopólio das Big Techs, permitindo que usuários migrem de plataformas sem perder suas redes de contato.
- *Responsabilização Econômica*: Multas proporcionais ao faturamento para plataformas que sistematicamente falhem em aplicar seus próprios termos de uso contra redes de desinformação coordenadas.

6.2. Educação Midiática e Informacional (AMI)

A alfabetização midiática deve transcender o ambiente escolar e tornar-se uma política pública intergeracional. Em 2016, focou-se em “verificar a fonte”. Em 2025, a educação midiática deve focar em “entender o ecossistema”. O cidadão precisa compreender como funcionam os algoritmos, o que é viés de confirmação, como a IA pode fabricar imagens e qual é o modelo de negócios da atenção. É necessário criar “imunidade cognitiva” na população.

6.3. Ética Intercultural e Reconstrução do Diálogo

Por fim, a solução passa pela dimensão humana defendida por Stuart Hall e outros teóricos da cultura. A checagem de fatos (*fact-checking*) é fria e racional; a desinformação é quente e emocional. Para combater a desinformação, é preciso reconstruir espaços de diálogo que atravessem as barreiras de classe, religião e região. O jornalismo e as instituições precisam adotar uma ética intercultural, ouvindo os medos e anseios que levam as pessoas a acreditarem em mentiras, em vez de apenas ridicularizá-las. A democracia só sobreviverá se houver um pacto de realidade compartilhada que respeite a pluralidade de identidades.

7. Considerações Finais

A análise da trajetória da internet no Brasil entre 2015 e 2025 revela um paradoxo: nunca estivemos tão conectados e, simultaneamente, tão divididos. O salto tecnológico que permitiu a inclusão digital de milhões de brasileiros também forneceu as ferramentas para a sua manipulação em massa.

Em 2016, a desinformação foi um fator de desestabilização política que contribuiu para o impeachment e o acirramento dos ânimos, operando na base do amadorismo viral. Em 2025, ela consolidou-se como uma ameaça existencial à democracia, operando com sofisticação tecnológica e inteligência artificial. O problema deixou de ser apenas “político” para se tornar “estrutural” e “técnico”.

Conclui-se que a defesa da democracia na era digital exige uma vigilância constante e uma adaptação rápida. A lei sempre estará um passo atrás da tecnologia, mas os princípios democráticos e os direitos humanos devem servir como bússola inegociável. O futuro da democracia brasileira dependerá da capacidade da sociedade de domesticar os algoritmos, colocando a tecnologia a serviço do bem comum e da verdade factual, e não apenas do lucro e da polarização.

Referências Bibliográficas

Referências Primárias e Legislação:

- Brasil. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2014.
- Brasil. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios. São Paulo: CGI.br. (Série histórica 2016-2024).

Referências Teóricas:

- Castells, Manuel. A sociedade em rede. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; v. 1).
- Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.
- Han, Byung-Chul. Infocracia: Digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- Recuero, Raquel. Redes sociais na internet. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2019.
- Santaella, Lucia. A pós-verdade é verdadeira ou falsa?. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018.
- Wardle, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework. Council of Europe, Strasbourg, 2017.
- Zuboff, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

A IA NO JORNALISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS EDITORIAIS

IA IN BRAZILIAN JOURNALISM: AN ANALYSIS OF EDITORIAL PRINCIPLES

Carlos Renan Samuel Sanchotene¹

Matheus Antônio Vieira²

Resumo: Com o avanço das tecnologias de inteligência artificial (IA) e sua crescente incorporação no jornalismo, surgiram Princípios Editoriais ou Manuais de Redação para IA. Assim, busca-se compreender como esses princípios incentivam o uso da IA nas rotinas jornalísticas. São analisados quatro Princípios Editoriais para IA no Brasil: Grupo Globo, BBC, Estadão e Folha de S. Paulo. Verifica-se que os Princípios buscam transparência e promovem o incentivo total à experimentação aos jornalistas, assumindo papel de autorregulação ao definir limites para usos adequados e inadequados.

Palavras-chave: inteligência artificial; jornalismo; princípios editoriais.

Abstract: With the advancement of artificial intelligence (AI) technologies and their increasing incorporation into journalism, Editorial Principles or Style Guides for AI have emerged. This study seeks to understand how these principles encourage the use of AI in journalistic routines. Four Editorial Principles for AI in Brazil are analyzed: Grupo Globo, BBC,

1. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Professor de Jornalismo e Publicidade e Propaganda (Universidade do Estado de Minas Gerais). Email: carlos_sanchotene@yahoo.com.br

2. Graduado em Publicidade e Propaganda. Estudante de Jornalismo (Universidade do Estado de Minas Gerais). Email: matheusantonio@outlook.com

Estadão, and Folha de S.Paulo. It is found that the Principles seek transparency and promote full encouragement of experimentation by journalists, assuming a self-regulatory role by defining limits for appropriate and inappropriate uses.

Keywords: artificial intelligence; journalism; editorial principles.

Introdução

A criação de ferramentas IA acontece pela extração e acumulação de dados (Crawford, 2021, Sadowski, 2019). As inteligências artificiais generativas, por serem treinadas a partir do trabalho humano (Crawford, 2021), têm alta capacidade de mimese, automações e até substituições de algumas tarefas realizadas por elas (Santaella, 2023). As IAGs, em geral, operam sem uma verdadeira compreensão do conteúdo em si, mas simulam essa compreensão para tomar uma decisão como uma tentativa de emular os procedimentos humanos de racionalização. É justamente por sua natureza mimética, sua capacidade de emular a racionalização humana de forma convincente (Santaella & Kaufman, 2024), que a IA e IAG vêm sendo incorporada ao fazer jornalístico.

Contudo, essa mesma característica fundamental expõe sua principal vulnerabilidade: a propensão a falhas que não são aleatórias, mas uma consequência direta de seu modelo operacional, conhecidas como “alucinações-algorítmicas” (Lemos, 2024). Essas falhas ocorrem porque a IA não compreende o conteúdo que processa, apenas calcula probabilidades e seus usos. Esse processo pode levar à geração de um conteúdo que se mostra incoerente ou infiel às suas fontes originais (Huang et al., 2024).

As IAs e IAGs, por terem uma capacidade de automação, sintetização, geração de conteúdo, personalização (Santaella, 2023) têm sido incorporadas dentro dos setores criativos e da comunicação há alguns anos. Mas, com o avanço tecnológico e o uso, principalmente de *chatbots*, os veículos têm iniciado procedimentos de incorporação, incentivos e transparência, por meio de princípios editoriais quanto a esses usos junto ao público.

Em junho de 2024, o Grupo Globo formalizou o uso da IA ao atualizar seus princípios editoriais para um “uso permissivo de IA que amplia de forma disruptiva a capacidade de processamento e geração de informações – como um meio para aprimorar a qualidade do jornalismo, mantendo o compromisso com a isenção, a correção e a agilidade” (Grupo Globo, 2024). De forma semelhante, O Estado de S. Paulo foi o primeiro dos grandes veículos nacionais de produção jornalística a adotar uma “política de uso de ferramentas de inteligência artificial” com “incentivo total à experimentação”, quando lançou princípios em novembro de 2023.

As corporações de jornalismo têm argumentado que a IA é uma ferramenta de “inovação” e “tecnologia”, e conforme relatório da JournalismAI (2023), elas têm sido incorporadas para diversas aplicações desde para escrita, automação de revisão e legendagem de conteúdo entre outros. Além disso, a IAG tem se tornado parte de acordos financeiros entre veículos jornalísticos e corporações das IAs para permitir o treinamento em dados mais especializados, e assim o aprimoramento delas.

A problemática desta pesquisa consiste em investigar o impacto do uso da inteligência artificial no jornalismo. Para tanto, analisamos quatro Princípios Editoriais para IA no Brasil: Grupo Globo, BBC, Estadão e Folha de S.Paulo. Nesse contexto, busca-se responder quais são os incentivos dados aos jornalistas pelas organizações jornalísticas a adotarem sistemas de IA, com base em seus princípios editoriais.

Inicialmente, apresentamos uma discussão sobre a inteligência artificial e os impactos no jornalismo. Em seguida apresentamos a metodologia e análise dos Princípios Editoriais. Por fim, as considerações finais do estudo.

A inteligência artificial no jornalismo

A inteligência é a capacidade de aprender, e gerar novas informações. Ao adicionarmos “artificial”, significa “a capacidade de aprender [...], raciocinar, autocorrigir-se e resolver problemas” (Santaella, 2023, p.14). Por outro lado, Kate Crawford (2021) compreende que a IA “não é artificial

nem inteligente”. Para o seu funcionamento, ela depende de algo indispensável, a mão de obra humana (Crawford, 2019, Grohmann, 2019). Logo, não há uma autonomia e sua compreensão tão pouco pode ser vista de longe do aspecto social.

Em geral, as IAs têm diversas aplicações, mas seu desenvolvimento foca em cinco habilidades humanas (Archegas & Maia, 2022): aprendizagem, raciocínio, solução de problemas, percepção e domínio da linguagem. Para isso, as IA são treinadas a partir de um grande banco de dados, por vezes não especificados, mas que em geral incluem dados expostos de acesso aberto na internet.

Os *chatbots* representam uma das aplicações mais visíveis da IA no cotidiano. Entre eles, destacam-se o ChatGPT (OpenAI), Gemini (Google) e modelos baseados em GPT-4o, Llama-3 e Claude 3.5, que utilizam LLMs (Large Language Models) para seu funcionamento. Os LLMs modernos evoluíram para sistemas multimodais, capazes de transformar textos em imagens (como DALL-E 3 e Imagen 3), vídeos (como Phenaki e Veo) e áudio (como AudioLM), indo além da geração textual.

As IAs e IAGs também não se restringem a *chatbots*, incluindo interfaces interativas integradas a softwares e plataformas. Sistemas como de veículos autônomos, plataformas como MedLM (Google) utilizam redes neurais para identificar padrões em exames de imagem, sistemas de criação multivisuais como Veo (Google) e Phenaki (OpenAI), geram vídeos a partir de *prompts* textuais, entre outros vários possíveis de aplicações que tem surgido, inclusive no campo jornalístico.

O erro da IAG é conhecido como “alucinação” ou “alucinações-algorítmicas” (Lemos, 2024), um momento em que a IA gera ou sofre de perturbação, erro, ao criar informações, ou trocá-las por outras. Isso ocorre quando as bases de dados da LLMs são alimentadas com informações incorretas ou enviesadas, e outros fatores como limites de conhecimento, falhas de treinamento dos algoritmos, e falhas de raciocínio (Huang et al., 2024).

As IAs fazem parte do processo de datificação (Grohmann, 2019), uma vez que para a criação delas, especialmente IA Generativa, é necessário treiná-las em um processo automatizado e contínuo de abastecimento de dados (Crawford, 2021), que só ocorre com a extração, automatização e treinamento de informações dos usuários (Grohmann, 2019, Crawford, 2021, Sadowski, 2019).

Dentro do processo de extração, automatização, os dados processados por algoritmos (Grohmann, 2019) ganham um valor (Sadowski, 2019), um sentido de capital para as empresas de tecnologia, ou empresas de plataformas. Sadowski (2019) destaca que é a partir da extração de dados dos usuários, que corporações podem criar valor, sem os remunerar por isso. Os trabalhadores responsáveis pela filtragem dos dados são conhecidos como trabalhadores de plataforma de microtrabalhadores ou *crowdwork*, contratados para auxiliar no treinamento das próprias IAs (Grohmann, 2019). Essa mão de obra oculta, dos microtrabalhadores, realizam tarefas digitais repetitivas, como rotular milhares de horas de dados de treinamento e revisar conteúdo suspeito ou prejudicial, sendo essencial para o funcionamento dos sistemas de IA, mas geralmente é muito mal remunerada (Crawford, 2021).

É a partir dessa extração e criação de uma larga base de dados que as IAG são treinadas (Santaella, 2023; Lemos, 2024). Dessa forma, o algoritmo treinado, com auxílio humano, passa a ser capaz de produzir textos, imagens e vídeos de semelhança a produção humana. “A correção gramatical é quase perfeita, tendo em vista que é apoiada em uma adequada seleção lexical, e há uma impecável contiguidade frasal [...] os textos produzidos são arriscadamente convincentes” (Santaella & Kaufman, 2024, p.44).

As IAGs também precisam de dados qualificados e as empresas de IAG selecionam o tipo de base de informações específica para que o algoritmo alcance o resultado esperado. Por isso, elas oferecem suas ferramentas de inteligências artificiais generativas para organizações e corporações jornalísticas, pois com jornalistas utilizando e tendo seu trabalho treinado

com essas ferramentas, essas se aperfeiçoam durante o uso (Crawford, 2021). Assim, reduz o problema da alucinação (Lemos, 2024) e aprimora a capacidade de imitar o humano (Santaella, 2023).

No Brasil, o projeto para regulamentação das IAs encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, com vários empasses por meio de lobby formado pelas plataformas, representadas com mais força pela Google (Alphabet) e a Meta. Desta forma, com a incorporação de ferramentas de IAG em rotinas jornalísticas, sem mediadores reguladores que não sejam as próprias donas das ferramentas que se autorregulam, também surgem os princípios editoriais. Os princípios editoriais funcionam como mecanismos de autorregulamentação que estabelecem diretrizes internas para o uso responsável da inteligência artificial no jornalismo, atuando como guia de boas práticas que visa resguardar a atividade editorial contra os riscos associados à IA.

As transformações vivenciadas no jornalismo pela digitalização e plataformação do setor, conforme observadas por Grohmann (2019) e Figaro e Gonçalves (2024), demonstram um caminho de possibilidades perante o que tem sido compreendido como uma crise, multifatorial, do campo. É neste mesmo cenário que se apresenta um avante das IAs, especialmente generativas na proposta de sistematizar e automatizar tarefas intelectuais, em grande parte sob incentivo de grandes veículos justificados como ferramentas tecnológicas que auxiliam na qualidade para o jornalismo.

Algumas IAG são de autoria próprios veículos, entre alguns, o mais recente *Echo* da The New York Times, uma ferramenta de sumarização, auxílio para pautas e materiais internas, pode ser usada para gerar títulos de matérias, SEO, resumos, conteúdo promocional para redes sociais e sugestões de edição. E o *Heliograf* da The Washington Post que, desde 2016, faz geração de artigo padronizados com conteúdo baseado em dados estruturados como eleições, jogos esportivos, finanças.

Outros usos comuns de inteligência artificial no jornalismo envolvem ferramentas ChatGPT (OpenAI), Gemini (Google), Claude (Anthropic

e Perplexity (PerplexityAI), que oferecem capacidades de geração, tradução, edição, leitura de arquivos, imagens e vídeos, além de executar tarefas como resumir, traduzir e encontrar padrões em grandes bases de informações, conforme o comando dado. Ainda, ferramentas como DALL-E (OpenAI), Midjourney (Midjourney, Inc.), Imagen (Google) e Veo (Google) são voltadas para a geração de imagens e vídeos, sendo utilizadas por alguns veículos para ilustrar matérias jornalísticas, apesar de seus limites quanto à precisão factual. Já soluções como Trint (Trint Ltd.) são amplamente empregadas para transcrição automática de áudio em redações e coberturas jornalísticas. Entre maio e julho de 2025, uma nova atualização da Google Veo, ferramenta de geração de vídeos, passou a permitir a geração de vídeos avançados com alta capacidade mimese de enquadramentos de câmera, sonoplastia, áudio em diversas línguas incluindo português e suas variações linguísticas e sotaque, além de uma gama profunda imitação de caracterização humana.

Diante desse cenário, os Princípios Editoriais para IA buscam estabelecer transparência, e neste conjunto, ao veículo, ao jornalista e por consequência, as próprias ferramentas de IA como mecanismos capazes de produção, checagem, sumarização e entre outras aplicações. Segundo Cardoso e Lima (2024, p.5), os princípios editoriais desempenham função fundamental como instrumentos de autorregulação no contexto da IA generativa sinalizando “campos de uso desejáveis e situações em que devem ser evitados no trabalho jornalístico” (Cardoso & Lima, 2024, p. 5).

A seguir, apresentamos a metodologia que orienta a análise do impacto do uso da inteligência artificial no jornalismo brasileiro, com base nos princípios editoriais do Grupo Globo, Grupo Estadão, Folha de S. Paulo e BBC.

Metodologia

A pesquisa exploratória permite compreender como os incentivos e sentidos atribuídos à IA nos princípios editoriais estruturam as novas relações máquina-humano no fazer jornalístico. Reconhecemos que este

é um campo em estruturação; portanto, pesquisas e bibliografias de referência são recentes ou nem sempre consensuais quanto às formas de observar essas dinâmicas, quanto às formas de analisar os sentidos atribuídos a essas ferramentas, os procedimentos éticos e a mitigação de riscos.

Foram selecionadas quatro organizações jornalísticas de grande relevância no Brasil que já estabeleceram diretrizes específicas para o uso de inteligência artificial em seus princípios editoriais. A escolha dessas organizações considerou critérios como relevância de mercado, tempo de atuação, influência e o potencial de servirem como referência setorial para o tratamento da IA. O Grupo Globo, maior conglomerado de mídia do país, destaca-se por sua expressiva influência e poder midiático. A BBC, por sua vez, diferencia-se por ser uma emissora pública internacional com presença no Brasil, além de possuir políticas internacionais e nacionais próprias, sendo reconhecida pela publicização ativa de suas iniciativas em IA. O Estado de S. Paulo (Estadão) foi um dos primeiros veículos nacionais de grande circulação a adotar uma política formal para o uso de IA. Por fim, a Folha de S. Paulo, que figura como veículo tradicional influente pela produção de manuais de conduta e pela elaboração de princípios editoriais. No entanto, a Folha de S. Paulo possui apenas um Manual de Redação, do tipo conduta, para inteligência artificial, o que pode diferenciar este objeto em relação aos demais.

No entanto, tendo em considerações essas possíveis diferenças, a escolha de olhar para o manual do tipo conduta permite verificar também o incentivo aos jornalistas, já neste caso esse objeto é voltado diretamente aos profissionais, embora quando publicado, é uma ferramenta de transparência do veículo.

Para essa análise consideramos todo o conteúdo das páginas de princípios editoriais para IA dos veículos. No caso da Estadão por exemplo, o princípio está localizado em um editorial nomeado “Estadão define política de uso de ferramentas de inteligência artificial por seus jornalistas; veja”,

acompanhado por falas de Eurípedes Alcântara, diretor de jornalismo do Estadão, e André Furlanetto, diretor de Estratégias Digitais. Embora elas antecedam o anexo: “Política De Uso De Ferramentas De Inteligência Artificial Pelos Colaboradores Do Grupo Estadão”, elas oficialmente acompanham o posicionamento editorial da organização quanto inteligências artificiais e compreendem as intenções, os incentivos, compreensões quanto as ferramentas.

Partindo disso, foi realizada a análise dos princípios editoriais utilizando a análise de conteúdo. A metodologia permite sistematizar e interpretar dados qualitativos, identificar padrões, categorizar e lançar mão de uma análise quantitativa quando necessário (Fonseca, 2010). A análise de conteúdo permite, ainda, lidar com a multiplicidade de sentidos e com a complexidade dos fenômenos comunicacionais, indo além da simples descrição para alcançar interpretações mais profundas sobre valores, percepções e práticas (Fonseca, 2010). A análise de conteúdo favorece a comparação e a categorização baseada nos critérios que emergem dos próprios princípios editoriais (Fonseca, 2010).

Para estabelecer uma análise consistente sobre as categorias que emergiram da pré-análise do corpus desta pesquisa, apresentamos um panorama inicial dos princípios editoriais identificados nos documentos do Grupo Globo, Grupo Estadão, Folha de S. Paulo e BBC. Organizando os quatro documentos, há notórias divergências, principalmente quanto ao formato. A abordagem da Folha de S. Paulo sobre o uso de inteligência artificial destaca-se por ser significativamente mais sucinta em comparação aos demais veículos. Diferentemente do Grupo Estadão, que desenvolveu uma política específica para IA, ou do Grupo Globo e da BBC, que estabeleceram princípios editoriais estruturados em múltiplas seções, a Folha optou por integrar as diretrizes sobre IA em seu Manual de Redação – Conduta. Essa característica imprime um enfoque distinto: a ênfase recai sobre orientações práticas de conduta, logo, o que fazer e o que não fazer, em detrimento de princípios jornalísticos mais amplos ou discussões aprofundadas sobre a tecnologia. O manual apresenta suas orientações

em texto corrido e conciso, composto por quatro parágrafos, sem segmentação em subtópicos destacados.

Os demais veículos adotam estruturas mais segmentadas e detalhadas. Distintamente eles falam mais de questões éticas que conduzem as razões pelos quais incentivam ou não seus jornalistas a aplicarem as ferramentas de IA e que ganhos possíveis terão dessas aplicações. O Grupo Globo, por exemplo, organizou seus princípios editoriais sobre IA em seções claramente definidas, subdividindo o tema em três tópicos principais (“Transparência e supervisão humana”, “Apuração, produção e distribuição de jornalismo com auxílio de IA” e “Direitos autorais e governança”).

Essa comparação inicial entre os formatos adotados não visa estabelecer hierarquias de rigor ou qualidade entre os veículos, mas evidencia que ainda não há consolidação de padrões quanto ao formato, abordagem e profundidade desses documentos normativos sobre IA no jornalismo.

Os quatro veículos abordam princípios editoriais para IA que convergem em torno de temas específicos, apesar de focos diferentes, conforme ilustra o Quadro 1, a seguir. Os temas são, e em parênteses suas categorias de análise: supervisão do conteúdo (ética, transparência e conduta); responsabilidade e ética jornalística incluindo conformidade com valores editoriais (ética, conduta e transparência); aplicações e limites das aplicações de IA; proteção de dados e propriedade intelectual (ética, conduta e transparência); e, em alguns casos, justificativas para implementação da tecnologia e riscos (ética, conduta e transparência).

Quadro 1: Foco de cada princípio editorial

Grupo Globo	Folha de S. Paulo	Grupo Estadão	BBC
Responsabilização e incentivos à aplicação da IA	Conduta e incentivo à aplicação da IA	Proteção de dados, incentivo à aplicação e limites	Governança, aplicação e riscos

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Destaca-se, particularmente, como objetivo analítico desta pesquisa, os incentivos para o uso de IA. Ele não aparece como um tópico ou temática explicitamente destacada – nenhum dos quatro veículos dedica seções ou tópicos específicos aos “incentivos” ou “justificativas para adoção”. No entanto foi possível identificar que os incentivos permeiam o conjunto dessas temáticas de forma distribuída, quando não de forma direta, são percebidos através do discurso sobre valor e oportunidades da IA (eficiência, agilidade, criatividade); das justificativas para implementação (modernização, competitividade, inovação); e da supervisão do conteúdo como mecanismo que autoriza e legitima o uso da tecnologia.

O incentivo à IA nos principais jornais brasileiros

Todos os veículos analisados incentivam os jornalistas a utilizarem a inteligência artificial em alguma instância como parte da rotina produtiva, ainda que com intensidades e estratégias distintas. Este incentivo manifesta-se em duas categorias analíticas: os incentivos diretos, quando o veículo explicitamente ordena ou estimula o jornalista ao uso; e os incentivos indiretos, operacionalizados através da atribuição de valor à IA e suas promessas de transformação produtiva. O quadro 3, a seguir, ilustra os incentivos.

O Estado de S. Paulo (2023) é particularmente incisivo na postura da IA mencionando “o incentivo total à experimentação com essas novas tecnologias”, caracterizando o estímulo direto e explorativo. Ainda contextualiza este incentivo reconhecendo que “parte dos nossos colaboradores pode já estar explorando o uso de IAs como ferramentas auxiliares em suas tarefas diárias”, indicando uma consciência institucional de práticas já em curso, e sinalizando o princípio editorial como instrumento de normatização dessas práticas.

Quadro 3: Incentivo direto ao uso da IA

Veículos ou Grupo Midiático	Trecho do princípio editorial
BBC	Sem trechos de incentivo direto.
Estadão	“[...]o incentivo total à experimentação com essas novas tecnologias”
Folha de S. Paulo	“A Direção de Redação estimula os profissionais da Folha a utilizarem a IA para automatizar tarefas repetitivas, sejam elas voltadas ao público ou não, de forma que os jornalistas tenham mais tempo para dedicar a apurações de fôlego[...]”
Grupo Globo	“Os jornalistas são encorajados a testar e adotar ferramentas de IA que auxiliem nos processos de apuração, produção e distribuição[...]” “Os jornalistas do Grupo Globo sempre adotarão ferramentas de inteligência artificial como um meio para produzir informação de qualidade[...]” “Os jornalistas do Grupo Globo devem considerar o uso de inteligência artificial para otimizar o processo de apuração das notícias”

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No caso da BBC (2025), mesmo que não haja um trecho com incentivo direto, o seu princípio editorial já é produzido em mente reconhecendo que ela está em uso na organização, assim como o Grupo Estadão: “A BBC já está usando IA em motores de personalização e recomendação para curar conteúdo para o público em plataformas como iPlayer e Sounds” (BBC, 2025). Deve-se contextualizar que ela, Grupo Globo e Estadão, têm suas próprias equipes digitais, inclusive, focadas somente em produção e preparo para *big data* e IA.

A Folha de S. Paulo (2024), por sua vez, institui o incentivo de forma estruturada uma vez que está como parte de Conduta do Manual de Redação. No trecho completo da Folha ainda há uma promessa: a liberação do jornalista de atividades repetitivas para dedicar-se a reportagens de maior substância. O argumento é que a eficiência técnica viabilizará o trabalho mais investigativo. Esse incentivo busca indicar ao trabalhador a adoção da IA para melhorar a qualidade do trabalho com mais dedicação para apurações.

No trecho da Globo (2024), destaca-se: “Os jornalistas do Grupo Globo sempre adotarão ferramentas de inteligência artificial como um meio para produzir informação de qualidade”. O mesmo caso é observado na Folha. Este enunciado é de incentivo direto e também indica ao trabalhador uma razão, ou o que pode ser considerada uma motivação, para que ele adote essa ferramenta na organização. Essas estratégias serão, principalmente, usadas nos incentivos indiretos.

Os incentivos indiretos dizem respeito, principalmente, às supostas recompensas, justificativas indicadas ao trabalhador, motivações para o trabalhador que surgem justificadas nestes documentos como melhorias da rotina produtiva, produtividade, aumento da qualidade dos produtos do trabalho, entre outros.

Nesta lógica, a organização incentiva o trabalhador à aplicação da IA na crença do aprimoramento do processo produtivo ou da melhoria do seu trabalho. Para isso, é preciso levar em consideração o próprio valor da IA. O quadro 2, a seguir, ilustra os incentivos indiretos.

Entre os veículos há formas diferentes em que o incentivo aparece sob e como valor da IA, e pressupostas recompensas de seu uso. O Grupo Globo (2024) articula esse valor da IA como forma de incentivo em termos dos ganhos de capacidade de trabalho que, inicialmente, parece apenas operacional, mas se justifica, pela própria organização para uso destacado em apurações: “[A IA] amplia de forma disruptiva a capacidade de processamento e geração de informações” com “[...] grande potencial disruptivo”.

Quadro 2 - Incentivos indiretos ao uso da IA

Veículos ou Grupo Midiático	Trecho do princípio editorial
BBC	<p>“A evolução da IA em todas as suas formas oferece tremendas oportunidades para a criatividade, inovação e melhoria da produtividade[...].”</p> <p>“[...]A BBC deixou claro que o uso de IA estará sempre alinhado aos seus valores de serviço público, priorizará o talento e a criatividade.”</p> <p>“[...]para despertar a criatividade, como através de storyboarding ou técnicas de ideação (brainstorming)” (BBC, 2025)</p>
Estadão	<p>“[...]tais serviços são uma ferramenta útil para auxiliar jornalistas profissionais em tarefas como transcrição de áudio, tradução, análise de dados e edição de texto.</p> <p>“[...]como ferramentas auxiliares em suas tarefas diárias, uma vez que as capacidades de automação e de análise das IAs podem proporcionar maior eficiência e aprimoramento em diversas etapas do processo editorial.”</p>
Folha de S. Paulo	<p>“[...]oferece diversas oportunidades para aumentar a eficiência da Redação, desde a concepção de uma pauta até a apresentação final da apuração, passando pela escrita de mensagens para fontes e pela coleta e/ou análise de grandes volumes de dados.”</p> <p>“A Direção de Redação estimula os profissionais da Folha a utilizarem a IA [...]de forma que os jornalistas tenham mais tempo para dedicar a apurações de fôlego.”</p>
Grupo Globo	<p>“[...]amplia a capacidade de processamento e de geração de informação.”</p> <p>“O desenvolvimento das diversas vertentes de IA amplia a capacidade de processamento e de geração de informação (como textos, vídeos, áudios, infográficos, sites e outros formatos de conteúdo) e tem grande potencial disruptivo[...].”</p> <p>“[...]adota a inteligência artificial como meio para aprimorar a qualidade do jornalismo[...].”</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ao vincular isso como o argumento do uso da IA para melhorar a “qualidade do jornalismo”, o princípio concretiza esse incentivo através de orientações específicas: os jornalistas devem considerar o uso da IA para “[...] otimizar o processo de apuração das notícias – por exemplo, na realização de busca e levantamento de informações, no processamento de grandes volumes de dados e no acesso a bases de dados confiáveis” (Globo, 2024).

Além disso, a IA é indicada para “[...] otimizar a produção de reportagens nos seus mais diversos formatos, como vídeos, textos, áudios, imagens, infográficos” (Globo, 2024). Os incentivos da organização estabelecem que o trabalhador deve adotar a ferramenta para concretizar o aprimoramento e a “qualidade” esperada pela organização. Estas são operações realizadas por todos os veículos aqui analisados.

O Estado de S. Paulo (2023) descreve a IA de forma mais funcional, qualificando-a como “[...] uma ferramenta útil para auxiliar jornalistas profissionais em tarefas como transcrição de áudio, tradução, análise de dados e edição de texto”, mas os adjetivos positivos estão destacados em “ferramenta útil” e “[...] uma ferramenta de inovação e tecnologia”. O documento especifica ainda que “parte dos nossos colaboradores pode já estar explorando o uso de IAs como ferramentas auxiliares em suas tarefas diárias”, que aqui altera a lógica do incentivo. Já a organização notifica uma ação contrária, a possibilidade de os trabalhadores já estarem usando sem devido direcionamento da organização.

O argumento da liberação de tempo da Folha (2024), inicialmente, se dirige às “apurações de fôlego”. Porém, diferentemente de outras organizações, o Manual da Folha não especifica limitações para o uso de IA sinalizando o que poderia ser compreendido como uma “experimentação”, limitada pela secretária de redação. Essa abertura é evidenciada pela caracterização abrangente: “desde a concepção de uma pauta até a apresentação final da apuração, passando pela escrita de mensagens para fontes e pela coleta e/ou análise de grandes volumes de dados”. Sem delineamentos claros, a Folha produz uma noção abstrata de eficiência como incentivo,

nomeando livremente possibilidades de IA sem as justificativas presentes em outras redações.

Ao descrever usos cotidianos de IA já em prática, como transcrição, tradução e análise, os quatro veículos normalizam essas práticas e incentivam seus jornalistas, sejam àqueles que ainda não adotaram IA ou os que agora se conformam às novas diretrizes éticas de seus veículos. Além disso, como essas organizações englobam múltiplos meios de comunicação, seus incentivos repercutem também nos princípios editoriais de seus outros veículos.

Esse incentivo, através de recompensas relacionados ao aprimoramento do trabalho, podem contribuir para a aceitação da tecnologia por parte dos jornalistas, embora aceitar é basicamente uma obrigação quando estão colocados como parte dos princípios do Grupo ou veículo. Logo, o jornalista deve se adequar a essas novas políticas e tecnologias, como no Globo: “O Grupo Globo investe na capacitação de seus profissionais para o uso eficaz e ético das ferramentas de IA”.

O trabalhador nessa situação não tem escolha, a não ser se adequar às novas ferramentas. Mesmo que seja considerado como normal, uma vez que as transformações no mundo do trabalho são observadas historicamente, essa busca incessante por eficiência que justificam a aplicação da IA. Muitas vezes, mascara a intensificação do trabalho (Crawford, 2021), e a precarização das rotinas produtivas como tem sido observado no processo de datificação e plataformação do campo da comunicação.

Conforme Figaro e Gonçalves (2024), a atividade de comunicação mediada por essas tecnologias gera “materialidades sensíveis”: dados sobre o próprio fazer jornalístico que são capturados, processados e rentabilizados pelas plataformas. Quando a Folha de S. Paulo estimula a automação ou a BBC sugere o uso de IA para criatividade, o jornalista está, simultaneamente, produzindo conteúdo para o veículo e treinando os algoritmos que, recursivamente, moldarão suas futuras condições de trabalho. O incentivo ao uso é, portanto, um incentivo à produção gratuita de dados

para o aprimoramento do capital tecnológico, para as grandes corporações e grandes organizações de mídia.

Ao encorajar jornalistas a usar e testar ferramentas de IA generativa em suas rotinas, as empresas de mídia acabam, na prática, fornecendo dados qualificados para aprimorar esses modelos – muitas vezes desenvolvidos por terceiros (como OpenAI e Google) ou incorporados às próprias soluções tecnológicas internas. Salienta-se, por fim, que esses veículos de ampla circulação buscam manter, renovar e ampliar sua posição no mercado, como parte de sua própria razão de ser (inclusive no caso da BBC). Dessa forma, é possível situar esse movimento no interior de uma disputa entre o polo dos interesses do *ethos* jornalístico e o polo dos interesses econômicos, uma disputa que recai de forma particular sobre o jornalista enquanto sujeito dessa relação (Traquina, 2005).

Considerações finais

A partir da análise, conclui-se que os princípios editoriais para o uso de IA estabelecem limites éticos e garantem transparência sobre suas aplicações, visando preservar e/ou garantir credibilidade da organização diante dos riscos, reconhecidos por elas nos documentos. Ao mesmo tempo, esses princípios tornam explícitos os incentivos e as motivações da adoção dessas ferramentas nas rotinas de produção jornalística.

Embora os princípios editoriais surjam para indicar regras e formas de produção jornalística, e posteriormente estabelecer limites éticos e dar transparência à audiência, nos princípios editoriais para IA do Grupo Globo, Folha de S. Paulo, Estadão e BBC eles também funcionam como incentivo ao uso das ferramentas. Por meio destes documentos, jornalistas são chamados para se atualizar perante essas ferramentas tecnológicas e a incorporá-las na rotina produtiva, sob a justificativa tanto do ganho de tempo para outras tarefas quanto da melhoria da qualidade do trabalho.

Esse “incentivo” não é um mero convite à “experimentação” (Estadão, 2023), mas uma demanda imperativa de adaptação, especialmente quando oriunda

de grandes grupos midiáticos: o jornalista deve tornar-se compatível com a máquina, sob pena de se tornar substituível frente às novas demandas da produção jornalística.

No que tange à credibilidade e autonomia editorial, elas resultam de um pacto de confiança entre mídia e público, sustentado na percepção de independência, rigor e orientação pelo interesse público. A legitimidade do jornalismo, reconhecidamente em crise, assenta-se nesse pacto. A introdução da IA fragiliza essa legitimidade. Embora os princípios reafirmem valores como supervisão humana e responsabilidade, eles também transferem para máquinas decisões fundamentalmente jornalísticas: a seleção de dados na apuração, o enquadramento narrativo das pautas e até a estrutura e escrita dos textos.

Por tanto, os veículos estabelecem princípios éticos voltados principalmente para a transparência. A própria publicização das diretrizes para IA é, de fato, um passo importante. Nesses documentos, defende-se a manutenção dos valores jornalísticos tradicionais como precisão, imparcialidade e responsabilidade. No entanto, a reflexão ética permanece limitada às aplicações da organização, debatendo pouco outras implicações possíveis, como o próprio debate da desinformação e notícias falsas, e a proteção de dados dos trabalhadores e fontes.

Referências Bibliográficas

- Archebas, J. V., & Maia, G. (2022). O que é inteligência artificial (IA)? Análise em três atos de um conceito em desenvolvimento. Cadernos Adenauer: Inteligência artificial: aplicações e implicações, 23, 9-22.
- BBC (2025). Guidance: The use of Artificial Intelligence.
- Cardoso, A. P., & Lima, G. N (2024). As boas práticas e os princípios incorporados em manuais de redação sobre o uso de IA generativa no jornalismo de emissoras públicas. 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, p. 1-8.
- Crawford, K. (2021). Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence. Connecticut: Yale University Press.
- Estadão (2023). Estadão define política de uso de ferramentas de inteligência artificial por seus jornalistas.
- Figaro, R., & Gonçalves, L. (2024). Datificação do trabalho de comunicação. In Conferência Latino-Americana de ética em Inteligência Artificial. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação.
- Figaro, R. (2024). Comunicação na era da inteligência artificial: da ideologia neoliberal ao colonialismo de dados. Fronteiras – estudos midiáticos, 26, 116.
- Folha de S. Paulo (2024). Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância: Manual de Redação.
- Folha de S. Paulo (2009). Sua gestão trouxe inovações que influenciaram o jornalismo brasileiro a partir dos anos 80.
- Fonseca, W. C. Jr. (2010). Análise de conteúdo. In Duarte, J., & Barros, A. (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas.
- Grohmann, R. (2019). Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. Revista Eptic, 22, 106–122.
- Grupo Globo. (s.d.). Princípios Editoriais Do Grupo Globo. Recuperado de <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>

- Huang, L., Ouyang, Y., Yu, Y., Chen, W., Yan, R., Zhang, D., Wang, J., & He, X. (2024). A survey on hallucination in Large Language Models: Principles, taxonomy, challenges, and open questions. *ACM Transactions on Information Systems*, 1, 1–58.
- Lemos, A. L. M. (2024). Erros, falhas e perturbações digitais em alucinações das IA generativas: tipologia, premissas e epistemologia da comunicação. *Matrizes*, 18, 75–91.
- Sadowski, J. (2019). When data is capital: datafication, accumulation and extraction. *Big Data & Society*, 1–12.
- Santaella, L. (2023). *A inteligência artificial é inteligente?*. São Paulo: Almedina.
- Santaella, L., & Kaufman, D. (2022). A Inteligência artificial generativa como quarta ferida narcísica do humano. *Matrizes*, 18, 37–53.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. São Paulo: Insular.

**CONSERVADORISMO DE PLATAFORMA:
ESTUDO DE CASO COMPARATIVO QUANTO ÀS
ESTRATÉGIAS DE VIRALIZAÇÃO E ENGAJAMENTO
DIGITAL DESENVOLVIDAS POR AGENTES
POLÍTICOS CONSERVADORES NO FACEBOOK
DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2022**

PLATFORM CONSERVATISM: A COMPARATIVE
CASE STUDY ON THE STRATEGIES OF
VIRALIZATION AND DIGITAL ENGAGEMENT
DEVELOPED BY CONSERVATIVE POLITICAL
ACTORS ON FACEBOOK DURING THE 2022
ELECTIONS

Leonardo Faustino Pereira¹

Resumo: Cada vez mais, a política cotidiana é atravessada pela esfera digital, levando agentes políticos a adotarem estratégias comunicacionais semelhantes às de influenciadores. A busca por engajamento e adaptação às dinâmicas das plataformas tornou-se essencial para o êxito eleitoral e a manutenção de projetos políticos, especialmente entre representantes da extrema direita brasileira, cujo ativismo é amplamente cibernético. Este trabalho realiza uma análise comparativa qualitativa das estratégias de viralização empregadas nos perfis oficiais do Facebook da vereadora Flávia Borja (Democracia Cristã), do deputado federal Nikolas Ferreira (Partido Liberal) e do senador Magno Malta (Partido Liberal), entre setembro e outubro de 2022. Foram examinadas 509 publicações, observando-se abordagens distintas: Magno Malta utilizou uma estratégia de

1. Graduado em direito pela UFMG e mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas. Email: pereira.faustino.leonardo@gmail.com.

postagem em massa com tom panfletário; Nikolas Ferreira optou por uma comunicação mais intimista e interativa; e Flávia Borja adotou uma linguagem mais agressiva e combativa, buscando engajamento por meio do conflito. A análise demonstra como as táticas de viralização e a performatividade digital se consolidam como instrumentos centrais de mobilização e legitimação política no contexto do ciberativismo conservador brasileiro.

Palavras-chave: Ciberativismo Conservador; Extrema-Direita; Comunicação Política Digital; Redes Sociais.

Abstract: Politics is increasingly shaped by the digital sphere, leading political actors to adopt communication strategies similar to those used by social media influencers. The pursuit of engagement and adaptation to platform dynamics has become essential for both electoral success and the maintenance of political projects, especially among representatives of the Brazilian far right, whose activism is largely cybernetic. This study presents a qualitative comparative analysis of viralization strategies employed on the official Facebook pages of councilwoman Flávia Borja (Christian Democracy Party), federal deputy Nikolas Ferreira (Liberal Party), and senator Magno Malta (Liberal Party) between September and October 2022. A total of 509 posts were analyzed, revealing distinct approaches: Magno Malta adopted a mass-posting strategy with a propagandistic tone; Nikolas Ferreira used a more intimate and interactive communication style; and Flávia Borja employed a more aggressive and confrontational language, seeking engagement through conflict. The analysis shows how viralization tactics and digital performativity have become central tools for political mobilization and legitimation within the context of Brazilian conservative cyberactivism.

Keywords: Conservative Cyberactivism; Far Right; Digital Political Communication; Social Media.

Introdução

As eleições de 2022 representaram um ponto de inflexão no discurso político brasileiro, que desde 2018 passou a ser cada vez mais pautado por

estratégicas e dinâmicas de engajamento e viralização das plataformas. Um fenômeno que foi causado, em parte, por causa do expressivo aumento da penetração do uso de redes sociais entre a população brasileira na última década (Santos, 2021). Redes que, como apontado por autores como Cesarino (2022a); Cesarino (2022b); D'Acona (2018); Da Empoli (2024), possuem a tendência a estimular e promover práticas e discursos não democráticos.

Mais do que isso, é possível dizer que o progressivo aumento da relevância das plataformas na construção do discurso político contemporâneo mudou não só a forma e conteúdo da comunicação política, mas também os próprios agentes políticos. Frente a um cenário em que cada vez mais os conflitos políticos são enfrentados e disputam seus espaços de construção de discursos e políticas públicas no campo digital, os agentes políticos passaram a se confundir com criadores de conteúdo digital. Muitas vezes, inclusive, condicionando a sua prática e atuação aos limites das dinâmicas e estratégias de engajamento digitais.

Tendo isso em consideração, o presente texto realiza uma breve análise qualitativa das estratégias de viralização empregadas nos perfis oficiais do *Facebook* da vereadora Flávia Borja do partido Democracia Cristã (DC), do deputado federal Nikolas Ferreira do Partido Liberal (PL) e do senador Magno Malta do PL, entre setembro e outubro de 2022, através de um estudo comparativo da comunicação digital dos mesmos durante o citado período. A intenção do presente *paper* é apontar alguns dos principais padrões observados na comunicação digital desses agentes no período.

Com essa intenção, a primeira parte do artigo se preocupará em estabelecer e delimitar o instrumental teórico utilizado na análise. Na seção posterior do texto serão desenvolvidas algumas observações sobre a metodologia usada no levantamento dos dados, assim como as razões que justificam a escolha do recorte temporal, dos agentes políticos a serem alvo do levantamento assim como da plataforma escolhida. Por fim, a última seção do texto realizará uma análise dos dados, a partir dos padrões encontrados.

É importante notar, por fim, que o presente texto apresenta uma pequena parcela dos dados e conclusões desenvolvidas na pesquisa de mestrado que desenvolvi no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, a partir de financiamento da própria instituição. Ocasão em que desenvolvi uma análise comparativa das estratégias discursivas de parlamentares de extrema direita no X e Facebook, com a intenção de tentar compreender como discursos de ódio contra a população LGBTQIAPN+ foram instrumentalizados politicamente entre o período de setembro de 2022 e janeiro de 2023.

Uma breve revisão bibliográfica sobre o tema

Nesse ponto, é importante definirmos o significado dado nesse texto ao termo plataforma, já que ele é um conceito central para essa análise. Para delinear a definição do conceito, contudo, é necessário compreendermos como as plataformas surgiram. Fenômeno que, conforme Van Dijck (2013); Helmond (2019) ocorreu a partir de uma reestruturação da relação entre a internet e os seus usuários. Esses últimos passaram a ver e utilizar a internet não só como um repositório de dados, mas como uma infraestrutura de serviços que se tornou cada vez mais atravessada por agentes econômicos².

E, é a partir da percepção desse novo modelo de relação entre usuários e rede que Van Dijk (2016) elabora uma definição para as mesmas, que se

2. Com a maturação da Web 2.0 em uma infraestrutura funcional, os usuários passaram a levar mais de suas atividades cotidianas para ambientes online; essas atividades não eram simplesmente canalizadas por plataformas, mas programadas com um objetivo específico. Essa mudança deslocou o foco de fornecer uma utilidade para oferecer um serviço personalizado – uma transformação semelhante à mudança de entregar água por meio de encanamentos para distribuir água engarrafada da Evian ou um sistema de filtragem de água. Enquanto antes os sites geralmente funcionavam como condutores de atividades sociais, as novas plataformas transformam cada vez mais esses condutores em serviços aplicados, tornando a Internet mais fácil de usar, mas mais difícil de modificar. As plataformas de mídia social, como são comumente chamadas hoje, exemplificam a grande conversão de dispositivos de uso geral para serviços aplicados lineares – um desenvolvimento que Jonathan Zittrain (2008, 104-107) chamou de forma persuasiva de “aparelhização” (“appliancization”). Quando as empresas começaram a construir suas plataformas sobre a infraestrutura genérica da Web 2.0, muitas se apresentavam como utilitárias, transmitindo dados de comunicação e informação. Mas, mesmo que muitas grandes plataformas ainda queiram que as pessoas as vejam dessa forma, essa camada de plataformas aplicadas está longe de ser um utilitário neutro que explora um recurso genérico (dados): elas foram construídas sobre as bases “ideológicas e tecnológicas” da Web 2.0, como sugerem Kaplan e Haenlein na definição citada acima. (Van Dijck, 2013, p. 6)

escolheu usar nessa análise. Segundo a autora, as plataformas são ecossistemas digitais construídos a partir da conjunção entre tecnologia, modelo de negócios e interação humana. Nas palavras da própria autora: “um site online que implementa tecnologias automatizadas e modelos de negócios para organizar fluxos de dados, interações econômicas e trocas sociais entre usuários da Internet” (Van Dijck, 2016).

Resta então uma dúvida que é fundamental para o presente *paper*: como esses ecossistemas digitais se relacionam com movimentos políticos de extrema direita como o bolsonarismo? A resposta para essa questão reside exatamente no caráter universal assumido pelas plataformas, que ao absorverem e concentrarem infraestruturas de serviços dentro de si mesmas se tornaram espaços de referência para a ação no espaço digital.

E ao se assumirem como locais de destaque para a criação de discurso, as redes também passaram em alguma medida pautar o mesmo e seus agentes. Ao invés de adaptar estruturas políticas e de mobilização para o campo digital, cada vez mais movimentos políticos, particularmente entre a extrema direita, se constroem e agem a partir de movimentos digitais. Em outras palavras, é cada vez mais comum na política a construção de movimentos originalmente digitais que vazam para o mundo real.

Algo sobre o que Da Empoli (2024) discorre longamente, ao falar sobre a natureza virtual do trumpismo, do movimento Cinco Estrelas italiano, do movimento dos Coletes Amarelos francês e de outras manifestações do ultraconservadorismo global. Todos os citados movimentos políticos poderiam ser compreendidos como conjuntos de práticas e performances sociais, mesclando técnicas de mobilização política e digital.

O bolsonarismo, movimento político ao qual pertencem os agentes do legislativo objeto desse estudo, não seria uma exceção. Como notado por Cesarino (2022b), ele seria menos uma questão de conteúdo e mais um conjunto de práticas e estratégias de mobilização tecnopolíticas. Nas palavras da autora, “uma dinâmica sociotécnica de mobilização contínua e performativa de demandas latentes, num fluxo de causalidade circular entre

influenciadores e influenciados orientado por métricas em tempo real.” (Cesarino, 2022b, p.164).

Conicionados às métricas e dinâmicas das plataformas, tanto o bolsorismo quanto outros movimentos políticos de origem e atuação digital têm como um de seus principais objetivos, a viralização de seus conteúdos e propostas já que eles dependem da manutenção contínua de sua presença digital, para o engajamento de novos grupos eleitorais e para a manutenção de suas bases de votos já estabelecidas.

Mas o que significa viralizar? Para chegarmos a uma definição do conceito, é interessante observarmos um breve documento de título “The sweet science of virality” elaborado pelo Canal de notícias e entretenimento digital Upworthy em 2012. Segundo o citado documento, conteúdos virais seriam aqueles que possuíssem três características: *contend*; *framing*; e *sharing*.

A primeira caracterizaria o conteúdo da mensagem digital, que deveria ser de fácil compreensão e empatização por seu público alvo. Já a segunda, seria concernente à forma da mensagem, que deveria ser simples e acessível, apresentando o mínimo de informações possível para uma compreensão básica do tema, sem exigir muito esforço de interpretação de seu interlocutor. A última característica, por fim, seria a indução das emoções corretas para maximizar o compartilhamento da mensagem, segundo o documento, emoções como indignação e felicidade são mais propensas a basear conteúdos virais do que emoções como tristeza ou relaxamento.

Podemos compreender, portanto, que a viralização para o Upworthy (2013) é um processo sistêmico e altamente emotivo, que se constrói a partir do compartilhamento de mensagens simples, capazes de criar grande identificação e estímulo para os seus alvos, induzindo e promovendo neles emoções como indignação, raiva, felicidade, etc.

Da metodologia

O presente texto realizou uma análise qualitativa, a partir da comparação dos padrões encontrados nos dados do levantamento de todas as publicações dos perfis oficiais do *Facebook* da vereadora Flávia Borja (Democracia Cristã), do deputado federal Nikolas Ferreira (Partido Liberal) e do senador Magno Malta (Partido Liberal), entre os meses de setembro e outubro de 2022.

Desde já, é importante que se aponte que as escolhas tanto do período de recorte, quanto da plataforma onde se colheram os dados, e mesmo dos agentes políticos que figuram como personagens da presente análise não foram acidentais. Muito pelo contrário, as eleições de 2022 representaram um ponto de inflexão de um fenômeno que passou a ocorrer no discurso político brasileiro a partir das eleições de 2018, o sequestro do debate político pelas plataformas. Mais do que isso, os três agentes políticos que figuram nessa análise são expoentes de um modelo de atuação e comunicação política que cada vez mais se torna digital.

Cabe justificar agora a escolha do *Facebook* como fonte primária dos dados da presente análise. A despeito da base de usuários dessa rede estar encolhendo nos últimos anos, como foi notado por Machado (2022) e Naughton (2022), é importante notar que ela é ainda a plataforma com maior número de usuários no mundo (TILIA, 2024). Um fato que ganha nova dimensão, quando analisamos a penetração da rede no tecido social brasileiro. Segundo dados reunidos por Kemp (2022), em 2022 a plataforma da *Meta* possuía cerca de 116 milhões de usuários no Brasil. Dados da empresa coletados por Kemp (2022) estimam ainda, que 54% da população brasileira era alcançada por conteúdos e publicidades da rede no início de 2022.

Mas a escolha da rede como fonte primária da análise não ocorreu meramente por causa de sua popularidade, mas porque ela é também um ambiente digital cuja arquitetura estimula interações marcadas pelo dissenso, algo observado por autores como Munn (2020) e Spagnuolo et al (2021),

que apontaram que o design da plataforma da Meta que tendia a promover o crescimento de discursos odiosos.

Um *design* que, conforme Spagnuolo et al (2021), tem a tendência a formar núcleos de controvérsia ao redor de perfis específicos da plataforma. Em outras palavras, a produção de conteúdos da plataforma se concentra em um reduzido número de usuários. Fato que potencializa o valor de iniciativas como o presente texto, que analisa a comunicação de agentes de controvérsia na plataforma.

Por fim, é importante delinear os procedimentos a partir dos quais se realizou o levantamento e análise para essa pesquisa. No período de 61 dias que foi escolhido para o recorte temporal, foi levantado o montante de 509 publicações, que foram separadas não só a partir do agente dono do perfil a partir da qual elas foram recolhidas, mas também a partir de sua forma. Dizendo em outras palavras, decidiu-se categorizar os dados do estudo tanto a partir de seu criador, quanto a partir da forma pela qual as mensagens apareceram na plataforma, seja essa puramente textual ou a partir do compartilhamento de imagens, de conteúdos audiovisuais ou de links.

A tabela abaixo mostra de forma mais acessível os dados levantados a partir dos citados procedimentos e categorias:

Tabela 1 - Estruturação dos dados obtidos a partir da coleta de publicações.

Político(a)	Mês (2022)	Total de publicações	Apenas Texto	Vídeos	Imagens	Textos/ Notícias compartilhadas
Flávia Borja (DC)	Setembro	20	0	18	2	0
	Outubro	9	0	3	6	0
Nikolas Ferreira (PL)	Setembro	50	0	41	9	0
	Outubro	82	0	60	19	3
Magno Malta (PL)	Setembro	252	0	192	60	0
	Outubro	94	0	74	20	0

Fonte: dados originais da pesquisa.

A partir das categorias de conteúdos levantadas, realizou-se uma análise qualitativa de todo o material avaliando os padrões percebidos na comunicação digital de cada um dos três agentes. Tendo apontado todo o procedimental a partir do qual se construiu a presente análise, passaremos para a próxima seção, serão discutidas as conclusões e resultados obtidos nesse trabalho.

Dos dados e resultados encontrados

De início, é interessante notar que embora a maior parte das publicações dos três agentes possuísse uma pequena legenda de texto, nenhum deles publicou durante o período de recorte uma publicação puramente textual. Um fato que ressalta não só o caráter imagético da plataforma, mas também um esforço por parte dos três perfis em criarem sempre publicações visualmente mais simples.

Também se notou que o *Facebook* foi usado como uma espécie de panfleto político interativo pelos três perfis objetos do estudo. Mais do que meramente compartilhar materiais de campanha, os três agentes se esforçaram por estabelecer relações parassociais de caráter mais intimista com os seus públicos e potenciais eleitores. Magno Malta, por exemplo, teve o hábito de compartilhar durante todo o período de recorte pequenos vídeos onde, através de uma linguagem muitas vezes simples e informal, ele comentava sobre os acontecimentos políticos mais recentes e promovia suas ideias e percepções da realidade.

É relevante notar, numa perspectiva mais generalista, que a replicação de conteúdos similares entre os três agentes do estudo foi muito menor do que o esperado. Embora seja possível dizer que houve algum nível de endogamia na comunicação dos três políticos em análise, a grande maioria do material levantado foi única a cada perfil. Contudo, notou-se que não foi incomum que alguns dos agentes, particularmente Magno Malta, compartilhassem o mesmo conteúdo em ocasiões diferentes.

Passando a uma análise mais focada no conteúdo, é interessante notar que apenas a vereadora Flávia Borja usou uma estratégia de confronto de forma consistente durante o período de recorte. Por estratégia de confronto, fala-se aqui da instrumentalização de conflitos como tática para maximizar engajamento e atenção social nas redes sociais. Ao contrário do que foi inicialmente teorizado na elaboração inicial desse *paper*, o senador Magno Malta e o deputado federal Nikolas Ferreira pareceram moderar seu discurso durante todo o período de recorte.

Tendo em conta o fato de que o perfil da vereadora possuiu a menor média de *likes* e compartilhamentos por publicação entre os três objetos, apontam-se duas hipóteses viáveis para explicar o ocorrido, embora ambas necessitem de um estudo de maior escopo para serem testadas. A primeira versaria sobre a especificidade do período de recorte, já que ao contrário da vereadora os outros agentes em estudo estavam em campanha eleitoral e o desenvolvimento de uma retórica excessivamente agressiva poderia afastar um eleitorado mais moderado. Já a segunda apontaria para um uso potencialmente mais estratégico da controvérsia pelos agentes em estudo do que se imaginou de início. Possivelmente, o uso da estratégia de confronto como meio de viralização de mensagens poderia demandar um uso mais esporádico.

É também interessante notar o número massivo de publicações realizadas pelo senador do PL durante o mês de setembro. Ele não só foi o agente que publicou mais mensagens em seu perfil durante o período, mas também teve o maior nível de sofisticação em suas mensagens. Acredita-se, inclusive, que o material coletado durante o período de recorte no perfil de Magno Malta foi controlado por profissionais de social media. Indiferente a isso, é relevante notar que o compartilhamento intenso e massivo de mensagens durante o período de recorte pareceu ter resultados positivos, já que ele foi o agente político em estudo com maior número de compartilhamentos e likes por mensagem.

Por fim, é interessante notar que o uso de memes e imagens mais simbólicas foi mais recorrente, senão quase exclusivo, ao perfil do deputado mineiro Nikolas Ferreira. Notou-se que ao contrário dos outros agentes do estudo, ele optou por uma abordagem comunicacional mais descontraída e intimista. Também é relevante notar que tal estratégia pareceu obter bons resultados, já que assim como Magno Malta ele teve uma média relativamente alta de compartilhamentos e likes em todas as suas publicações.

Considerações Finais

Concluindo esta breve análise sobre as estratégias de viralização empregadas por agentes políticos conservadores no Facebook durante as eleições de 2022, observou-se a recorrência de certos padrões comunicacionais. Além da predominância de abordagens imagéticas como recurso estratégico central, verificou-se que táticas de confronto se mostraram menos frequentes e, em geral, menos eficazes para gerar viralização ao longo do período analisado. Espera-se que os achados aqui apresentados, a despeito das limitações de escopo do presente trabalho, sejam capazes de contribuir como base para investigações futuras, possibilitando análises mais amplas e aprofundadas sobre a atuação de agentes políticos conservadores nas plataformas digitais.

Referências Bibliográficas

- Cesarino, L. (2022a) O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora.
- Cesarino, L. (2022b). Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos anties-
truturais na nova fronteira cibernética. *Revista Do Instituto De
Estudos Brasileiros*, 1(82), 162-188. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i82p162-188> Acesso em: 08. jun. 2024.
- D'Acona, M. (2018) Pós - verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Traduzido por: SZLAK, C. Barueri: Faro editorial.
- Da Empoli, G (2024). Os engenheiros do caos. Traduzido por: BLOCH, A. Vestígio Editora.
- Helmond, A (2019). A plataformização da Web. OMENA, J.J (Ed). Métodos digitais: Teoria e prática crítica. Lisboa, Portugal: ICNOVA - Instituto de Comunicação da Nova. 49-72.
- Kemp, S (2022). Digital 2022: Brazil. Datareportal. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil?rq=BRAZIL> Acesso em 20 ago. 2024.
- Munn, L. (2020) Angry by design: toxic communication and technical architectures. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 7, n. 53. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-020-00550-7> Acesso em 02 de Dez. 2025.
- Naughton, J. (2022) For the first time in its history, Facebook is in decline. Has the tech giant begun to crumble? *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/feb/06/first-time-history-facebook-decline-has-tech-giant-begun-crumble> Acesso em 13 de Out. 2025.
- Santos, J. V. (2021). Twitter, Facebook e WhatsApp: os antros da desinformação e da proliferação do discurso de ódio. Entrevista especial com David Nemer: A desinformação gera muito lucro, diz o pesquisador. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/607280-twitter->

facebook-e-whatsapp-os-antros-da-desinformacao-e-da-prolifera-
cao-do-discurso-de-odio-entrevista-especial-com-david-nemer
Acesso em 18 de Fev. 2025.

Spagnuolo, S et al. (2021). No Facebook, poucos usuários concentram
muito engajamento. E isso é um problema. Núcleo. Disponível em:
[https://nucleo.jor.br/reportagem/2021-11-25-concentracao-usuarios-
facebook/](https://nucleo.jor.br/reportagem/2021-11-25-concentracao-usuarios-facebook/) Acesso em 13 jan. de 2025.

Upworthy. (2013) The Sweet Science Of Virality. SlideShare. Disponível em:
[https://pt.slideshare.net/slideshow/the-sweet-science-of-virality/-
17333198#8](https://pt.slideshare.net/slideshow/the-sweet-science-of-virality/-17333198#8) Acesso em: 20 out. 2025.

Van Dijck, J. (2013) The culture of conectivity: A critical history of social
media. Nova Iorque, Estados Unidos: Oxford University Press.

Van Dijck, J. (2016). The platform society. Berlin: Alexander von Humboldt
Institut für Internet und Gesellschaft. 1 vídeo (83 min). Publicado pelo
canal Alexander von Humboldt Institut für Internet und Gesellschaft.
Disponível em: <https://bit.ly/2zvf7tk>. Acesso em 07 Dez. 2025.

DOI FCT - LABCOM

<https://doi.org/10.54499/UID/00661/2025>



A esfera pública contemporânea encontra-se no centro de uma transformação estrutural que ultrapassa a circulação de conteúdos e atinge as próprias condições de visibilidade, inteligibilidade e partilha do mundo comum. A digitalização generalizada da comunicação, a plataformização da vida social e a mediação algorítmica reorganizam os regimes de atenção, a experiência sensível e os modos de formação da opinião pública. Este livro oferece, assim, um mapa crítico das tensões que atravessam a esfera pública na era dos algoritmos. Ao articular diagnósticos empíricos, enquadramentos teóricos e propostas normativas, as comunicações aqui reunidas convidam o leitor a pensar a transformação digital não como destino inevitável, mas como campo de disputa histórica e política. Entre a colonização algorítmica da experiência e a reinvenção democrática das infraestruturas comunicacionais, permanece aberta a possibilidade de reconstruir um espaço público plural, reflexivo e inclusivo — condição indispensável para a vitalidade das democracias contemporâneas.